



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GIOVANA ALVES MARQUES

**O Baú de Maria Rogaciana na aula de História –
Trajetória de uma mulher negra e representações da
Festa do Treze de Maio
em Vitória da Conquista/BA
(1888-1956)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

Dezembro/202



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UESB

Giovana Alves Marques

**O Baú de Maria Rogaciana na aula de História – Trajetória de uma mulher
negra e representações da Festa do Treze de Maio
em Vitória da Conquista/BA
(1888-1956)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dantas Pina

Vitória da Conquista – Bahia

Dezembro de 2022

M317b

Marques, Giovana Alves.

O báu de Maria Rogaciana na aula de história - Trajetória de uma mulher negra e representações da festa do Treze de Maio em Vitória da Conquista-Ba (1888 - 1956). / Giovana Alves Marques, 2022.

348f. il.

Orientador (a): Dr^a. Maria Cristina Dantas Pina.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

Contém Produto Pedagógico.

Inclui referência F. 207 - 216

1. Ensino de história - Relações étnico-raciais. 2. Maria Rogaciana - Treze de Maio. 3. Pós-Abolição. 4. Vitória da Conquista - Ba. I. Pina, Maria Cristina Dantas. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

[Catálogo na Janela Samara Teixeira de Assunção - UESB/2020](#)

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

GIOVANA ALVES MARQUES**O BAÚ DE MARIA ROGACIANA NA AULA DE HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DE
UMA MULHER NEGRA E REPRESENTAÇÕES DA FESTA DO TREZE DE MAIO
EM VITÓRIA ADA CONQUISTA /BA (1888-1956)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aprovada em 31 de outubro de 2022.



MARIA CRISTINA DANTAS PINA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Professora Adjunta do curso de História da UESB - Orientadora



IACY MAIA MATA

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Professora Adjunta do curso de História da UFBA



RITA DE CÁSSIA MENDES PEREIRA

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora Titular aposentada do curso de História da UESB



REGINA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora do curso de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro da UFRRJ

Dedico este trabalho à memória de Maria Rogaciana da Silva. Peço licença para adentrar, na medida do possível, no seu universo, analisá-lo e revelar meu olhar sobre sua trajetória. Saúdo essa mulher negra, tão complexa, dilacerada pelas experiências da vida e, ao mesmo tempo, senhora da sua História. No Baú que guarda fragmentos da vida e da festa dessa mulher, bem como nos instrumentos didáticos que visam à promoção do debate étnico racial, há beleza, sofrimento, desejos, alegrias, exclusões, expectativas e lutas. Ao abri-lo, que o façamos movidos pela vontade de reconstruir a humanidade dos sujeitos históricos e, assim, quem sabe, possamos potencializar a humanidade que se esconde em nós.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos a muitas pessoas que ajudaram na realização do presente trabalho. À orientadora Maria Cristina Dantas Pina, pela confiança, pelo respeito e pela serenidade com que me conduziu. A Ruy Medeiros que, generosamente, permitiu a pesquisa no seu acervo. À Banca de qualificação composta pelas professoras Regina Ribeiro, Iacy Mata e Rita Mendes Pereira por lerem cuidadosamente os escritos e fornecerem orientações valiosas para a continuidade do trabalho.

Ao longo do percurso, além da família (Mônica, Michele e Jairo), conheci ou reencontrei amigos, colaboradores, por cuja generosidade, ajuda, disponibilidade e acolhimento serei para sempre grata, como Gleuber Ferreira, Jailson Ribeiro, Fábio Sena, Gilma Chaves, Padre Ariosvaldo Aragão, Sargento Paulo Robinson Ferreira Ben, André Luiz Prates, Fabiana Prado, Marinaldo Velame, Elzir Vilas Bôas, Beatriz Pereira, Fernanda Bastos, Fábio Gomes, Manoel Messias Carvalho, Paulo Nunes, Rebeca Passos, Armênio Oliveira, Soraia Assunção, Yuri Lima e Andréia Prado.

Às irmãs Luane e Áurea Ferreira da comunidade quilombola Lagoa de Melquíades, mulheres negras, cujas mãos teceram, costuraram fitas, panos, feltros, História, e encheram de ancestralidade, cor e beleza os artefatos do baú; toda a minha gratidão e admiração pelo engenho, pela arte, força e resistência.

Um agradecimento especial à professora Isnara Pereira Ivo e à Fabíola Novais por possibilitarem estrutura e recursos necessários para os alunos e alunas da primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História. Também a todos os professores e professoras que nos conduziram nesse retorno à vida acadêmica e ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – LAPEH, cujas reflexões e debates, contribuíram imensamente.

Aos colegas da primeira turma, por ajudarem a trilhar os caminhos dessa experiência e a resistir às dificuldades inerentes a todo desafio. Especialmente à Janicleide Moreno e Fábio Teixeira, companheiros de orientação e de descobertas.

A Mozart Tanajura (*In memoriam*), pela obra basilar que escreveu, bem como por seu encantamento pela História.

Aos alunos e às alunas do Instituto de Educação Euclides Dantas – IEED, a quem, em meio a lutas, negociações, embates, diálogos e trocas, todo o meu pensar pedagógico e histórico se dirige, cotidianamente, e em especial, neste trabalho.

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é
[...] As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor
Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
[...] Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar
Eu quero cantar
Até o fim, me deixem cantar até o fim
Até o fim, eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim
Eu sou mulher do fim do mundo
[...]

(Canção interpretada por Elza Soares,
no álbum A Mulher do Fim do Mundo
Compositores: Alice Coutinho
e Rômulo Froes)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a trajetória de Maria Rogaciana, mulher negra, descendente de escravizados, trabalhadora doméstica, assim como as representações das comemorações do Treze de Maio e as relações étnico-raciais em Vitória da Conquista, no período de 1888-1956, com vistas a explorar as potencialidades de tal temática para a aprendizagem histórica. Como referência, foram usados os princípios teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, centrada na análise do discurso das diversas narrativas, presentes nas fontes escritas e orais, ancorada nas reflexões sobre cultura e representação. Com base na bibliografia técnica a respeito dos festejos do Treze de Maio, do lugar ocupado por negros e negras nos projetos de nação (gestados ao longo do pós-abolição) e nas fontes da História local, espera-se estimular, de forma dinâmica e crítica, a discussão das relações étnico-raciais em Vitória da Conquista e no Brasil. Em uma análise preliminar dos discursos presentes nas fontes, as celebrações, lideradas por Maria Rogaciana, podem ser interpretadas, de forma simplista, como eventos que contribuíam para a persistência de relações étnico-raciais e sociais desiguais no contexto histórico abordado. Mas o estudo aprofundado dessas representações evidencia que a luta de Maria Rogaciana para promover as comemorações do Treze de Maio refletiam a preocupação em evitar o apagamento da memória da Abolição, bem como exemplificavam as estratégias de inserção social e o protagonismo das mulheres negras na sociedade racializada do pós-1888. A trajetória de Maria Rogaciana, atrelada às celebrações da efeméride, ensejou a construção de uma Caixa Histórica sobre a temática, inspirada nos princípios teórico-metodológicos da Educação Histórica. A produção do material pedagógico permitirá a utilização, no ensino de História, de fontes e atividades didáticas voltadas ao debate acerca das questões étnico-raciais.

Palavras-chave: Maria Rogaciana, Treze de Maio, Pós-Abolição, Vitória da Conquista, Relações étnico-raciais, Ensino de História.

ABSTRACT

The current research analyzes the trajectory of Maria Rogaciana, black woman, enslaved descendant, domestic worker, as well as representations of the thirteenth of May celebrations and ethnic-racial relations in Vitória da Conquista, in the period of 1888-1956, with a view to explore the potential of such a theme for historical learning. As a reference, it was used theoretical-methodological principles of qualitative research, centered on the analysis of discourse of different narratives, present in written and oral sources, anchored in reflections on culture and representation. Based on technical bibliography about the festivities of the thirteenth of May, of the place occupied by black men and women in the nation's projects (gestated during the post-abolition period) it is expected to stimulate , in a dynamic and critical way, the discussion of ethnic-racial relations in Vitória da Conquista and in Brazil. In a preliminary analysis of speeches present in the sources, the celebrations, led by Maria Rogaciana, can be interpreted, in a simplistic way, as events that contributed to the persistence of unequal ethnic-racial and social relations, in the historical context addressed. But the in-depth historical analysis of these representations shows that Maria Rogaciana's struggle to promote celebrations of the thirteenth of May, reflected the concern to avoid the erasure of memory of Abolition as well as exemplifies strategies of social insertion and the protagonism of black women in post-1888 racialized society. Maria Rogaciana's trajectory, linked to celebrations of ephemeris, gave rise to the construction of a historical board on the subject, inspired by the theoretical-methodological principles of historical education. The production of pedagogical material will allow the use, in History teaching, of sources and didactic activities aimed at the debate on ethnic-racial issues.

Keywords: Maria Rogaciana, May Thirteenth, Post-Abolition, Vitória da Conquista, Ethnic-Racial Relations, History Teaching.

LISTA DE FONTES IMAGÉTICAS

Figura 01	Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade	64
Figura 02	Roda de Samba na “Lavagem do Beco”, com D. Dió do Acarajé no Centro	66
Figura 03	Foto de Maria Rogaciana da Silva	107
Figura 04	Foto da professora Maria Leal de Menezes	110
Figura 05	Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista, com Maria Rogaciana da Silva à frente	128
Figura 06	Foto de Dudu Fiança cedida pelo neto Manoel Messias Carvalho	129
Figura 07	Foto da Rua Grande, possivelmente de 1937, com a catedral ainda em construção no alto. Acima, no canto esquerdo, o Poço escuro. Atualmente corresponde às Praças Tancredo Neves e Praça Barão do Rio Branco.....	151
Figura 08	Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista, com Maria Rogaciana da Silva à frente	156
Figura 09	Arte produzida a meu pedido com base na única fotografia existente de Rogaciana, associada a um baú com uma foto da Princesa Isabel; uma ampulheta; foto das mulheres negras do Beco de Dola, sambando nas ruas de Vitória da Conquista, na atualidade. No Baú as palavras em destaque são: <i>Ensino de História – Vitória da Conquista – Relações étnico-raciais – Pós-abolição – Festa do Treze de Maio</i>	214
Figura 10	O Baú de Maria Rogaciana	214
Figura 11	Exposição do Interior do Baú	215
Figura 12	Baú aberto com materiais criados para integrá-lo	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Das vivências na sala de aula.....	14
À guisa de uma justificativa	18
Caminhos metodológicos percorridos, problema, objetivo e hipótese.....	21
Estrutura da Dissertação.....	29
CAPÍTULO 1: OS CONTEXTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO	32
1.1 Um território multirracial: palco de conquistas, lutas e resistências	33
1.2 As configurações da vila/cidade: De fins do século XIX aos anos 1950 da República	40
CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO PLANALTO DA CONQUISTA E NO BRASIL NO PÓS-ABOLIÇÃO	60
2.1 As mulheres negras no centro dos debates	60
2.2 Mulheres na história local: entre lutas e conquistas	63
2.3 O trabalho doméstico: um resíduo da escravidão.....	69
2.4 Lavadeiras, quituteiras, prostitutas, quebradeiras de pedra: faces negro-mestiças do trabalho feminino no Planalto da Conquista.....	74
2.5 Entre o sagrado e o profano, a resistência se fazia.....	84
CAPÍTULO 3: DA FESTA NEGRA À SESSÃO CÍVICA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE SE COMEMORAR A ABOLIÇÃO NA BAHIA	87
3.1 A festa negra e popular	87
3.2 Trabalho, ordem, controle e disciplina no pós-1888	91
3.3 A abolição no Planalto da Conquista: Discursos e sessões cívicas	93
3.4 O apagamento histórico do 13 de maio.....	104
CAPÍTULO 4: ROGACIANA E A EFEMÉRIDE	106
4.1 Maria Rogaciana da Silva	106
4.2 As origens das festas do 13 de Maio em Vitória da Conquista.....	113
4.3 O culto à Isabel	118
4.4 O lugar dos negros e negras nas Festas da Abolição	125

4.5	A “comunidade imaginada”	139
 CAPÍTULO 5: TERRITORIALIDADE, CORPOREIDADE E EMPODERAMENTO		
		147
5.1	Centro e territorialidade	148
5.2	Corporeidade: busca de pertencimento comunitário e alteridade.....	152
5.3	Dos estereótipos	163
5.4	A fundação de uma tradição e o protagonismo de Rogó	174
5.5	A morte de Rogaciana foi uma festa?	182
 CAPÍTULO 6: O BAÚ DE MARIA ROGACIANA NO ENSINO DE HISTÓRIA		
		190
6.1	As narrativas mestras e os desafios contemporâneos	191
6.2	A discussão histórica do discurso racializado	194
6.3	Problematização em torno do 13 de Maio	197
6.4	As festas da abolição como lugares de pedagogia	200
6.5	Os elementos da aula histórica.....	202
6.6	A escolha do produto pedagógico	210
6.7	Enfim, o Baú com atividades para a aula histórica	214
	 REFERÊNCIAS	 218
	 ANEXOS	 228
	 APÊNDICES	 343

INTRODUÇÃO

No prefácio à edição brasileira da obra *Olhares negros: raça e representação*, a escritora americana bell hooks, Rosane Borges (2019, p.18) reflete, ancorada nas ideias da autora, como o olhar racista e sexista é voraz e deglute corpos e culturas, pautando-se na desigualdade do poder. Numa relação assimétrica, os sujeitos que hegemonizam o poder seriam “os que olham e consomem”, e os que estão do outro lado da história “são vistos” e coisificados como se fossem “mercadorias”. Isso faz pensar que, além de olhar, as pessoas que ocupam lugares privilegiados de poder também determinam o que deve ser olhado e como os indivíduos, os objetos, os fatos históricos, que são alvo desse olhar, devem ser representados. Apesar das releituras, dos trânsitos culturais ocorridos que levam ao surgimento de novas representações e olhares indicativos das visões e práticas daqueles que ocupam posições subalternizadas na estrutura social, não se pode negar a força de olhares e representações hegemônicos (é o caso deste trabalho em torno das representações sobre a abolição, as mulheres negras e a questão étnico-racial como um todo).

Por muito tempo, a imagem e a voz das mulheres negras não foram vistas nem ouvidas pela história. bell hooks (2019, p. 331) lembra que “na lógica do patriarcado racista [...] o esquecimento é encorajado”. Em que pese tal silenciamento e apagamento, na atualidade, muitos historiadores têm se dedicado a romper com esse vazio, por entenderem que iluminar a vida das mulheres afrodescendentes, trazê-las para o centro da reflexão teórico-metodológica da sala de aula e mostrar o seu protagonismo são iniciativas importantes não só para a concretização de uma educação antirracista como também para abalar os alicerces da sociedade machista e desigual. Sem dúvida, a luta por um mundo diverso, plural, que respeite as diferenças, passa pela pesquisa e pelo ensino que tenha como foco incluir negros, índios, mulheres, membros das comunidades LGBTQIA+, trabalhadores, desempregados, na história.

Borges (2019) ressalta uma reflexão de hooks que contribui para a discussão proposta neste trabalho:

[...] bell hooks defende a ideia de que as experiências de luta das mulheres negras sejam consideradas para além do registro da dor e da falta. Pensar em termos plurais é a saída para que as nossas identidades sejam recuperadas fora do escopo das noções ocidentais de um ser unitário, como se fosse um bloco monolítico [...] (BORGES, 2019, p. 18).

Portanto, com base em tais pressupostos, buscou-se estimular o questionamento sobre as comemorações da abolição no Planalto da Conquista, intrinsecamente vinculadas à história de uma mulher negra no pós-1888 – Maria Rogaciana da Silva – que se insere nesse quadro de pluralidade feminina negra, de forma contundente, e direciona o nosso olhar para outros lugares que as mulheres de origem afrodiáspórica podiam, no pós-abolição, e podem, hoje, ocupar no cenário conquistense e brasileiro.

Esse não foi um desafio fácil. Entretanto, a tentativa de enfrentá-lo, ao mesmo tempo em que provocou mais questionamentos do que certezas, certamente, contribuiu para fortalecer a presente prática docente, forjada na luta diária na escola, na vida, em busca sempre de caminhos, por vezes mais difíceis, mas, por isso mesmo, mais instigantes. Acredita-se que não cabem apenas o simples, o fácil e o conhecimento que é construído de forma abreviada na Educação Básica, haja vista que esta tem um escopo flexível que comporta também temas espinhosos, discussões complexas que podem ajudar a estimular a consciência histórica de todos os participantes do processo educativo.

Em que pesem as dificuldades de abordar teoricamente temas como os relacionados à esfera racial, fomentar tal debate se trata de um desafio que educadores/educadoras e as instituições de ensino devem enfrentar. É importante destacar que não são todos os alunos e alunas que saem da sala de aula para as faculdades de História, seja pela dificuldade de acesso ao Ensino Superior, seja pela pouca atração exercida, na atualidade, devido a inúmeras razões, pelas licenciaturas. Portanto, a escola é um dos palcos, um dos lugares privilegiados que pode oportunizar aos estudantes dimensionar teoricamente a complexidade humana e histórica por meio de debates, discussões capazes de, talvez, contribuir para o surgimento de novos olhares sobre as pessoas, o mundo e a História.

Das vivências na sala de aula

A pesquisa realizada bem como a elaboração do produto pedagógico, são desdobramentos do seguinte tema: *O Baú de Maria Rogaciana na aula de História – Trajetória de uma mulher negra e representações da Festa do Treze de Maio em Vitória da Conquista/BA (1888-1956)*.

Este trabalho parte da perspectiva de uma professora da Educação Básica que atua na rede estadual, em Vitória da Conquista, interior da Bahia. Ao longo do tempo, a sala de aula se configurou como uma trincheira de lutas: por um processo de ensino-

aprendizagem significativo que não fosse algo sofrível para nenhum dos sujeitos envolvidos; pelo estabelecimento de relações dialógicas e menos hierárquicas com a comunidade escolar; pela contribuição para que os alunos e alunas se identificassem como sujeitos históricos ativos, capazes de intervir na realidade social. Esses são objetivos complexos que, em grande parte, foram atingidos, apenas parcialmente, pelas situações e pelos contextos específicos ou ficaram restritos à dimensão dos desejos.

Da graduação, finalizada em meados dos anos 1990, ficaram marcos teóricos e o intento de contribuir com a promoção de transformações capazes de conduzir, mesmo que timidamente, a uma sociedade mais igualitária, inclusiva e diversa. Entretanto, a prática educativa é uma construção diária, marcada por acertos, malogros, inquietações e necessidades contínuas de reavaliações, rearranjos e negociações com a teoria, os princípios metodológicos, a sociedade, a escola e os participantes do processo de ensino-aprendizagem.

A despeito de adotar uma metodologia ainda muito centrada em aulas expositivas, ancorada em uma prática tímida no tocante à realização de projetos, como professora considero imprescindível trazer para o território da sala de aula questões que atinjam de forma sensível os alunos e a sociedade como um todo. Isso ocorre por considerar importante a abordagem de temáticas que atravessam de modo contundente a vida e, também, como estratégia de aproximação com os alunos e alunas, estabelecendo conexões entre teoria e prática.

Destarte, temas como violência, racismo, sexismo, direitos humanos, sempre estão presentes nas salas de aula em que exerço o ofício de professora, por mais difícil que isso se configure. Dentre as temáticas estruturantes nas aulas que conduzo, as questões étnico-raciais eram abordadas de forma superficial e associadas ao período da escravidão até a abolição. Mas uma lacuna sempre incomodava – as histórias dos negros e negras no período do pós-1888. O silenciamento pessoal; as poucas referências às questões étnico-raciais no alvorecer da República encontradas nos livros didáticos traziam desconforto. Depois de um longo hiato, tentava direcionar a discussão para a atualidade.

Na sala de aula, reproduzia o discurso contumaz ao abordar o Treze de Maio como uma ilusão, uma representação construída pela historiografia tradicional, que atribuía, exclusivamente, à princesa Isabel, o papel central na Abolição, reafirmando que, na prática, as condições de existência e cidadania dos negros quase não teriam mudado.

Como alternativa, defendia a valorização do Vinte de Novembro – Dia da Consciência Negra – como a data emblemática que deveria ser reverenciada e utilizada para provocar o debate acerca da real exclusão social dos negros. Nesses momentos, procurava nas poucas obras disponíveis, no contexto local, encontrar personagens negros da história da cidade que pudessem ter a trajetória de vida problematizada na sala de aula. E, entre os poucos documentados, face ao silenciamento predominante na História relativo à participação de agentes sociais de origem afro-diaspórica, femininos, não-proprietários, estava Maria Rogaciana da Silva, negra, descendente de escravizados, nascida após a Lei do Ventre Livre, trabalhadora doméstica, responsável por organizar, em Vitória da Conquista, as comemorações do Treze de Maio.

Porém, Maria Rogaciana da Silva, a personagem histórica que é foco deste trabalho, não se encaixava no “modelo de negritude” incorporado, tradicionalmente, na prática docente, de modo esquemático, binário, uniformizante, simplista. Era uma mulher negra que, de acordo com as fontes, ao organizar os festejos, o fazia sem a colaboração e participação efetiva de negros, pobres, povo de santo. Tal percepção, associada à consciência dos desafios teóricos implicados na história de Maria Rogaciana, em se tratando de um tema controverso, bem como as questões da vida prática (do pouco tempo que cabia a uma professora de 40h, encarregada de ministrar múltiplas disciplinas, para não ficar sem carga horária, a cerca de treze turmas), fez com que não se abordasse a história dessa mulher com maior profundidade.

Em certa medida, a inquietação gerada pela perspectiva da abordagem de tal tema explica-se também, em parte, por ser uma professora que, a despeito das origens familiares afrodescendentes e indígenas, admite as prerrogativas que usufrui por ser considerada, do ponto de vista fenotípico, não negra, com todos os privilégios decorrentes disso, numa sociedade marcada pela racialização. Diante disso, constitui trabalho delicado e sensível falar de uma mulher negra que viveu em uma sociedade na qual o racismo era muito latente, dispondo de poucas armas para reagir a isso, sem usar essa história de vida para emitir um julgamento condenatório e ancorado em pressupostos anacrônicos ao contexto vivenciado pela protagonista.

Não obstante todas as questões implicadas, as demandas da prática docente, associadas às reflexões suscitadas pelo Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, cada vez mais, estimularam a percepção da necessidade de abordar temas relacionados à problemática tão estruturante das relações sociais brasileiras como as questões étnico-raciais. Indiscutivelmente, é preciso que os professores de todos os níveis,

especialmente da Educação Básica, aceitem o desafio de incluir e aprofundar tal debate na expectativa de que a escola possa municiar os alunos com ferramentas teóricas e conceituais que, de alguma forma, possam ajudá-los a estruturar identidades, a aceitar a diversidade e a valorizar as múltiplas contribuições de diferentes sujeitos para os processos históricos.

Ao enfrentar o desafio de realizar a presente análise, reconhece-se a importância dessa história como oportunidade de alavancar uma discussão mais ampla acerca das diferentes formas constitutivas de identidades e práticas sociais em meio ao cruzamento de questões como raça, gênero e classe, evidenciando e respeitando a diversidade de visões, posturas e comportamentos, tendo em vista as possibilidades de sobrevivência, reação, negociações, arranjos capazes de serem articulados diante das limitações impostas pelas condições existentes, derivadas de um contexto histórico específico, instituído no pós-abolição.

Assim, surgiu o intento de pesquisar sobre a história de Maria Rogaciana da Silva, com vistas a utilizar as representações sobre a trajetória dessa mulher e das Festas do Treze de Maio, no Planalto da Conquista, como recurso teórico e didático para problematizar, na sala de aula, as questões étnico-raciais com a perspectiva de entrelaçá-las, mesmo que timidamente, com as categorias *gênero* e *classe*.

As salas de aula que os professores e as professoras da Educação básica adentram, cotidianamente, são cheias de problemas, conflitos, tensões, questões urgentes, negociações, diversidade e sonhos. Não é fácil ocupá-las e tentar direcioná-las para reflexões teóricas capazes de instrumentalizar as juventudes e os adultos para refinar os processos que os levam a pensar historicamente. Certamente, dada a conjuntura brasileira e as políticas educacionais em curso, reconhecem-se as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da educação e pelas instituições de ensino. Todavia, cabe a nós, professores e professoras, enfrentar a experiência docente, não em busca dos caminhos mais fáceis, esquivando-nos das problematizações e questões sensíveis, pois se entende que, talvez, a abordagem de tais temas, a exemplo dos relacionados às questões étnico-raciais, seja um dos percursos possíveis para aproximar a escola da academia, o aluno do professor, o presente do passado, a vida da história.

À guisa de uma justificativa

A escolha do tema parte da percepção de que a história de negros, indígenas, mulheres e pessoas do povo precisa ser abordada com maior ênfase, de modo a contribuir para a reflexão das visões e práticas preconceituosas nas instituições de ensino e na sociedade. Dessa forma, conjectura-se que pesquisar a história de vida de Maria Rogaciana e as representações da Abolição e das Festas do Treze de Maio, por meio da análise das fontes disponíveis, permite evidenciar personagens invisibilizados pela história, reveladores da variada formação étnica, social e cultural de Vitória da Conquista.

Maria Rogaciana da Silva, segundo as fontes pesquisadas, chegou ao Planalto da Conquista no final do século XIX, trazida por um padre com a finalidade de prestar serviços domésticos na sua residência. Apesar de ter nascido após lei do Ventre Livre e ser, portanto, considerada juridicamente livre, originou-se de uma formação familiar atravessada pela escravidão. As dores experimentadas com a escravidão, que atingiu seus familiares, possivelmente marcaram a forma como ela interpretava a Abolição da escravatura.

Rogaciana passou a viver em um território com origens multiétnicas, caracterizada no início da República por um ideal de branqueamento que, por volta de 1930, foi, historicamente, cada vez mais, substituído por um ideal de mestiçagem coadunado com o mito da democracia racial. Ela se tornou localmente conhecida por organizar os Festejos da abolição, atingindo, com isso, um papel de destaque na cultura conquistense.

A valorização da trajetória histórica de uma mulher negra que ajudou a construir a História local amplia, assim, a possibilidade de análise acerca de outros sujeitos sociais esquecidos pela História e pode estimular e enriquecer a discussão acerca da participação feminina, negra e popular em Vitória da Conquista e no Brasil.

As festas do Treze de Maio, organizadas por Maria Rogaciana, diferentemente de outras comemorações ocorridas na Bahia e no Brasil, ao longo das décadas imediatamente posteriores ao fim da escravidão, apresentavam características peculiares, constituindo-se, desde o início, como eventos cívicos, com a adesão e apoio das camadas proprietárias, consideradas não negras e detentoras do poder instituído na cidade.

A análise dessa personagem histórica e das festas da Abolição que ela organizava apresenta uma complexidade e, ao mesmo tempo, um caráter desafiante, por não se enquadrar nos modelos esquemáticos e reducionistas, permitindo a discussão da

multiplicidade de formas e visões de liberdade, e pertencimento social que existiam na cidade e no país no pós-abolição.

Uma questão importante que é necessário esclarecer: *Por que abordar um período tão extenso e complexo o qual comporta fases diferentes da história brasileira, requerendo, assim, o suporte teórico de uma bibliografia mais ampla e aumentando o risco de o trabalho perder profundidade histórica?*

Sem dúvida esse foi um questionamento de difícil definição. A opção por tal temporalidade¹ deveu-se, prioritariamente, à restrita quantidade de fontes localizadas, o que fez com que a busca por um período de maior duração pudesse fornecer mais solidez ao corpo documental. Mas o fator principal foi o desejo de reconstruir, na medida do possível, a trajetória de Rogaciana e das festas por ela promovidas durante o tempo em que estas aconteceram, uma vez que se confundem com a história da cidade e revelam sobremaneira os desafios enfrentados pelos afrodescendentes no pós-1888.

Maria Rogaciana, como se espera demonstrar ao longo deste texto, organizava a efeméride de forma diferente das expectativas tradicionais daqueles que defendem o fim do racismo e entendem a importância de uma mudança estrutural na sociedade brasileira que possibilite a todos igualdade e respeito por meio do enfrentamento político e social de negros e negras. Ela, ao que indicam as fontes, talvez por ser uma migrante, distante da família, teve que buscar novas perspectivas de pertencimento social, negociando com agentes históricos que possuíam visões políticas, sociais e culturais que partiam de uma perspectiva não negra, elitista e excludente. Entrementes, acredita-se que essa mulher não pode ser julgada e condenada com base em olhares, por vezes, anacrônicos e descontextualizados.

Ao analisar a trajetória de Maria Rogaciana e as festas do 13 de Maio, algumas perguntas devem ser assinaladas: *Como esperar que uma mulher negra – moradora de uma cidade na qual, até 1954, tinha um Código de Posturas proibitivo à realização de festas centradas em elementos da cultura africana – pudesse fazer comemorações de acordo com as tradições culturais afrodescendentes? Até que ponto se pode exigir dessa mulher (cujas experiências vivenciadas na cidade estavam associadas às camadas*

¹ O trabalho abrange o intervalo temporal que compreende desde o ano da Abolição – 1888 – apesar de, pela necessidade de contextualização, abordar períodos anteriores – até o ano da morte de Rogaciana – 1956 –, quando a festa deixou de existir em Vitória da Conquista. As fontes consultadas, majoritariamente jornalísticas, falam pouco sobre o tema – geralmente, nas edições dos periódicos publicados antes e depois do dia 13 de Maio. Sem dúvida, isso, por si só, já soa bastante revelador da invisibilidade dos negros na sociedade e cultura conquistense.

sociais consideradas não-negras, ricas e católicas) o estabelecimento de laços de solidariedade e sentimento de identidade e de pertencimento comunitário com a população identificada como negra e popular?

Tampouco a análise dessa mulher e das festas da abolição pode se ancorar em supostas visões históricas que, num sentido diametralmente oposto ao que fazia a história tradicional, tentam heroicizar outros sujeitos históricos brasileiros com vistas a dar visibilidade, por exemplo, a negros e negras. A perspectiva perseguida no trabalho em questão não foi vilanizá-la nem heroicizá-la e, sim, humanizá-la de modo a retratar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras e pobres no pós-abolição e as estratégias elaboradas para se inserir numa sociedade racializada e excludente.

No cotidiano da sala de aula das escolas públicas da Educação Básica brasileira, é com a dimensão humana que os professores e alunos se deparam; pessoas que lutam para estudar, sobreviver, melhorar de vida, escapar da violência, entender a sociedade em que vivem e a si mesmos, ultrapassar as barreiras da invisibilidade. Tal realidade, o contato com essa matéria humana tão rica, diversa, contraditória, faz acreditar que é preciso ultrapassar os binômios simplistas com os quais nos acostumamos a olhar a história: o bem, o mal, o herói, o vilão, e tentar capturar nos personagens históricos e em nós mesmos a multiplicidade de práticas, motivações, visões, posicionamentos, identidades, adotados ao longo do existir.

Embora talvez muitos optassem pela obliteração de aspectos difíceis suscitados por essa história, acredita-se que não se pode apagá-la, relegá-la ao silenciamento, porque ela incomoda, abala certezas e pode ser usada como argumento, se não devidamente interrogada e analisada, por aqueles que tentam acusar os negros e negras de contribuir para a permanência do racismo na sociedade. Diante disso, não se pode perder de vista que, certamente, refletir sobre a trajetória de Maria Rogaciana e das celebrações do Treze de Maio evidencia muitos aspectos sobre a promotora do evento. Todavia, o que parece ser mais interessante é considerar que, para além de Maria Rogaciana da Silva, o estudo dessa temática aponta caminhos para se entender como era organizada a sociedade conquistense no recorte temporal destacado e provoca a discussão sobre aspectos relacionados às representações da nação prevalentes nas primeiras décadas da República até meados dos anos 1950.

Para balizar a reflexão sobre as configurações da sociedade conquistense e brasileira no pós-abolição, é importante mobilizar o conceito de *racismo estrutural*. Este, segundo Almeida (2020), parte do princípio de que

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional [...]. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção [...]. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2020, p. 50).

Assim, ao definir a escolha por essa temática, parte-se do pressuposto de que é preciso enfrentá-la, ressignificá-la e utilizá-la como objeto de estudo que pode ajudar a aprofundar o debate sobre o quão pernicioso é o racismo estrutural e como tal fenômeno afeta a existência dos afrodescendentes. Daí a relevância de visibilizar os arranjos sociais, as negociações, as estratégias de sobrevivência e obtenção de melhorias sociais que esses agentes históricos construíram e constroem face à presença dessa realidade.

Caminhos metodológicos percorridos, problema, objetivo e hipótese

A pesquisa foi realizada utilizando técnicas qualitativas de investigação para capturar narrativas diversas e muitas vezes fragmentadas, encontradas em documentos de arquivos públicos e particulares, reportagens de jornais e entrevistas. Na análise de jornais, documentos oficiais e relatos orais, buscou-se submeter as fontes a uma leitura crítica na qual aquilo que foi dito e o que não foi dito pudessem ser identificados e problematizados.

Ao passo que a metodologia adotada partiu do pressuposto de que as fontes são constructos culturais que expressam visões de mundo e dos fatos históricos, elegeu-se como perspectiva a análise do discurso das narrativas presentes nas fontes escritas e nos relatos orais. Por conseguinte, é importante destacar que a pesquisa buscou analisar as relações entre os discursos, as narrativas e os contextos históricos vivenciados pela cidade e pelo país no período abordado.

O processo de pesquisa e análise dos dados obtidos teve como foco principal a tentativa de perceber, por meio do contato com as fontes, especialmente as jornalísticas e orais, as representações sobre Maria Rogaciana enquanto mulher negra, bem como o lugar social e cultural que a sociedade atribuíu a ela em função da atuação e do protagonismo que exercia na organização das celebrações do Treze de Maio. Qual seja este o mote

principal, o trabalho buscou, sobretudo, problematizar as representações da Abolição, dos negros – especialmente das mulheres negras – e das relações étnico-raciais na cidade e no Brasil.

As pesquisas na área do Ensino de História partem de demandas suscitadas pela própria realidade social e podem ser utilizadas tanto para legitimar a ordem estabelecida quanto para propor mudanças nas estruturas que a compõem. Tudo isso estimula o debate sobre os métodos a serem usados e a maneira como os problemas serão tratados.

A escolha do percurso investigativo procurou contemplar os múltiplos aspectos e sujeitos que constituem a temática abordada na pesquisa. Nesse contexto, entende-se que os estudos de natureza qualitativa, assentados em métodos e pressupostos epistemológicos, poderiam contribuir para o desdobramento desse trabalho.

Na obra *Investigação qualitativa e educação*, João Amado (2013) afirma que:

A investigação qualitativa consiste numa pesquisa sistemática, sustentada em princípios teóricos (multiparadigmáticos) e em atitudes éticas, realizadas por indivíduos informados (teórica, metodológica e tecnicamente) e treinados para o efeito; pesquisa que tem como objetivo obter junto dos sujeitos a investigar (amostras não estatísticas, casos individuais e casos múltiplos) a informação e a compreensão (o sentido) de certos comportamentos, emoções, modos de ser, de estar e de pensar (modos de viver e de construir a vida); trata-se de uma compreensão que se deve alcançar tendo em conta os contextos humanos (institucionais, sociais, culturais) em que aqueles fenômenos de atribuição de sentido se verificam e tornam únicos (AMADO, 2010, p. 139).

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que os fenômenos sociais se originam das relações diversas e complexas que as pessoas estabelecem na sociedade por meio das interações com outros sujeitos constitutivos do tecido social. Por isso, qualquer investigação deve considerar a forma como as realidades sociais foram produzidas, experimentadas e interpretadas pelos múltiplos agentes históricos.

Um fundamento importante da investigação qualitativa é a representação social, aqui considerada sob o olhar de Jodelet:

Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis porquê construímos representações. E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos – às vezes

convergindo; outras, divergindo – para compreender, o gerenciar ou o afrontar. Por isso as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la [...]. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais [...] (1989, p. 1).

Outrossim, para Jodelet (1989), as representações expressam as visões de mundo dos agentes e grupos sociais que as constroem. Essas visões, definições, estabelecem um olhar consensual acerca da realidade que ancoram as ideias, ações e interações sociais de seus compartilhadores. Entretanto, essas podem divergir e provocar conflitos com as representações engendradas por outros indivíduos e grupos sociais. As representações seriam formadas por “elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.” (p. 4). Esses elementos constituem um saber, uma totalidade orientadora das condutas individuais e coletivas e das relações que estabelecemos com os outros e com o mundo.

Jodelet (1989, p.14) destaca que existem representações que “atravessam os indivíduos”; outras que surgem já prontas e carregadas de ideologia dominante e as que refletem condições existentes na sociedade. A autora ressalta que os lugares sociais ocupados afetam os conteúdos das representações e a forma como estas são organizadas.

Neste trabalho, interessa, particularmente, refletir sobre as configurações do Planalto da Conquista e do país no pós-abolição, a forma como o fim da escravidão foi representado nas celebrações do Treze de Maio, como os negros e negras eram vistos e os aspectos que estruturavam as relações étnico-raciais, com base nessas representações.

Sem dúvida, o ato de pensar sobre o mundo e o lugar que os sujeitos históricos ocupam nele constitui o ponto de partida para a criação das representações, sendo, portanto, impossível analisar a realidade social sem levá-las em consideração. Na introdução de *Cultura e Representação*, Arthur Ituassu (2016, p. 11) destaca que:

[...] Hall apresenta uma noção de representação como um ato criativo, que se refere ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre o que “são” nesse mundo e que mundo é esse, sobre o qual as pessoas estão se referindo, transformando essas “representações” em objeto de análise crítica e científica do “real”.

Na gênese das representações e na sua circulação e cristalização como modelos hegemônicos, os discursos, presentes nos textos escritos, nas fontes orais e nas imagens exercem uma função de destaque. Decerto, por meio da linguagem oral, escrita, imagética, as representações ocupam importante papel político ao difundir valores, interesses, regras, práticas, ideologias para as pessoas.

Com relação ao período pós-abolição, que é o foco das reflexões deste trabalho, percebe-se, claramente, a força que as representações da abolição e dos negros e negras exerciam na sociedade. Para analisar tais representações, torna-se imprescindível, portanto, recorrer-se à abordagem discursiva:

[...] a abordagem discursiva se concentra mais nos efeitos e consequências da representação – isto é, sua ‘política’. Examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados [...] (HALL, 2016, p. 27).

Tal abordagem, ao ter como elemento central o discurso, permite a análise de formas típicas de representação, específicas de determinadas conjunturas históricas e a forma como elas são utilizadas de modo a estabelecer ideias, códigos de conduta e práticas vistos como ideais, verdadeiros e civilizados. “As formações discursivas definem ainda que tipo de conhecimento é considerado útil, relevante e ‘verdadeiro’ em seu contexto; definem que gênero de indivíduos ou ‘sujeitos’ personificam essas características” (HALL, 2016, p. 26).

Destarte, as análises de Hall (2016) sobre as representações contribuem sobremaneira para a reflexão sobre as comemorações do 13 de Maio, visto que as narrativas referentes às festas da abolição utilizavam várias linguagens e representações do fim da escravidão, dos negros e das negras e das relações étnico-raciais no pós-1888. Daí, a relevância da análise dos discursos presentes nas fontes, por expressarem visões e representações sociais, vinculadas a esse contexto histórico específico.

As celebrações do 13 de Maio eram constituídas por discursos transmitidos por meio da oralidade, de textos escritos e imagens. A estética do evento comemorativo também exercia um papel na criação e divulgação das representações, tão importante quanto os discursos verbais e escritos. Contudo, é necessário refletir que os significados dos diferentes discursos eram apropriados e reconstruídos de diferentes formas pelos

sujeitos históricos que a eles tinham acesso. Isso, certamente, traduzia-se em variadas representações da abolição e dos negros existentes no Planalto da Conquista, no pós-abolição.

Em *Gêneros do Discurso*, Bakhtin (2016) discorre sobre a importância que o texto, com os discursos que o constituem, tem para as Ciências Humanas pelo fato de que estas, ao se debruçarem sobre pensamentos, significados, precisam recorrer àqueles para empreender suas análises.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micro mundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época, e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em roupagens verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc (BAKHTIN, 2016, p. 54).

Acerca dessa questão, Stuart Hall (2016) destaca a contribuição dada por Foucault ao debate, ao propor uma abordagem discursiva para a representação, em que se adotou como ponto central de análise o discurso e não a linguagem, como encarava a semiótica. Na visão foucaultiana, o discurso seria um sistema de representação definidor e produtor de objetos de conhecimento, determinando os modos como os assuntos podem ser ditos e debatidos e seus significados – influenciando também ideias, práticas e regulando condutas. O discurso determina o que seria aceitável ou não nos modos de falar, escrever e se referir aos temas.

Em *Cultura e Representação*, Hall (2016) reconhece a importância de Foucault por historicizar o discurso, ao defender que, em cada contexto histórico, este produz conhecimentos, sujeitos, objetos e práticas específicos. Assim, o autor destaca que, para Foucault, existiria uma relação intrínseca entre discurso, conhecimento e poder.

Sem negar que o Estado, a lei, o reino soberano ou a classe privilegiada detêm posições de dominância, Foucault desvia nossa atenção das estratégias de poder grandes e gerais para os vários circuitos localizados, táticas, mecanismos e efeitos pelos quais o poder circula – o que Foucault chama de “rituais meticulosos” ou a “microfísica” do poder. Essas relações de poder “vão direto às profundezas da sociedade” (HALL, 2016, p. 91).

Stuart Hall (2016) ressalta que, na abordagem foucaultiana, não se pode negligenciar o fato que todo conhecimento produzido e divulgado por meio dos discursos se relaciona com questões de poder e corpo e de como isso expande consideravelmente as possibilidades de análise acerca das representações. Ao refletir sobre isso, é impossível não pensar na questão do Ensino de História. Estudar mulheres negras, trazê-las para o centro do debate na sala de aula, retirar delas o manto da invisibilidade torna o professor, a professora, sujeitos imprescindíveis em meio às disputas existentes sobre como a história deve ser abordada. O silenciamento sobre as mulheres negras e pobres na história não é algo natural e revela como os currículos escolares refletem e legitimam relações de poder desiguais.

Sem dúvida, empoderar as mulheres negras na história e encorajar os professores para falar sobre elas na sala de aula, projetar o corpo negro em outras perspectivas para além da mulher escravizada, da mãe preta, da mulata sensual, da trabalhadora doméstica, do lugar de invisibilidade são desafios que afetam as disputas pelo conhecimento, pelo reconhecimento, validade e potência dos discursos, pela legitimidade de criar e fazer circular outros tipos de representações sobre questões étnico-raciais, relações de gênero e classe, enfim pelo poder, como tão bem frisa Foucault.

A despeito da grande contribuição de Foucault e do impacto que suas análises exerceram sobre o debate da representação e do sentido, Stuart Hall (2016) ressalta as críticas que o autor recebeu, como a de que expressaria uma concepção muito abrangente de discurso e a de que, ao negar a existência de critério de “verdade” nas Ciências Humanas, estimularia o relativismo. Sobre tais críticas a Foucault, Hall afirma:

[...] ele tende a absorver muita coisa com o termo “discurso”, e isso tem o efeito de encorajar seus seguidores a negligenciar a influência dos fatores materiais, econômicos e estruturais na operação do poder/conhecimento. Alguns críticos também acreditam que sua rejeição de qualquer critério de “verdade” nas ciências humanas em favor da ideia de um “regime da verdade” e do desejo pelo poder (o desejo de fazer as coisas “verdadeiras”) é vulnerável a ser considerada um simples relativismo [...] (HALL. 2016, p. 93).

Após as considerações acerca da importância das representações nas construções discursivas, é importante destacar que a escolha metodológica foi adotada por permitir análises interpretativas dos discursos encontrados nas fontes, extrapolando o aspecto meramente descritivo e buscando-se desvendar as relações políticas e de poder existentes.

No tocante à seleção e posterior análise das fontes, levou-se em consideração a problemática central da pesquisa e o objetivo principal. Quanto ao problema, este se circunscreveu à interrogação sobre como a temática escolhida – as comemorações da abolição por Maria Rogaciana – poderia contribuir para a reflexão sobre as relações étnico-raciais no contexto local e no Brasil, no período abordado. Como objetivo maior, procurou-se (com base na produção historiográfica e no conjunto documental sobre as festas do 13 de Maio e a organizadora dessas celebrações) analisar as representações sobre os negros e negras, discutir as relações étnico-raciais travadas no contexto local, articuladas com a conjuntura nacional, com o intuito de explorar as potencialidades de tal temática no desenvolvimento do pensamento histórico no contexto escolar.

Ao longo da pesquisa, foi necessário buscar um quadro de referenciais teóricos capaz de possibilitar uma interlocução com os dados recolhidos, por meio de questionamentos e oferecendo suporte para explicações e interpretações das formações discursivas presentes nas fontes. Esse referencial teórico norteou os contornos, as fronteiras e o caráter das reflexões suscitadas pela pesquisa; ancorou a interpretação crítica dos resultados e auxiliou nos encaminhamentos metodológicos exigidos por este trabalho.

Para facilitar o processo analítico, é necessário que o pesquisador recorra à formulação e explicitação prévia das hipóteses. Nesse sentido, este trabalho partiu da hipótese preliminar de que as comemorações do Treze de Maio de Maria Rogaciana evocavam a preservação da memória da abolição, reafirmando o novo *status* jurídico adquirido dos ex-escravizados na república brasileira e o direito dos negros e negras egressos da escravidão e seus descendentes à liberdade e à cidadania. Paradoxalmente, a hipótese inicial também considerou o pressuposto de que o papel desempenhado por Rogaciana na sociedade conquistense e as características imprimidas à efeméride somente eram aceitos por não ameaçar as formas de desigualdade e dominação que caracterizavam a conjuntura abordada.

Qual seja essa, uma metodologia centrada na investigação de realidades sociais, a pesquisa qualitativa se preocupa em entender como estas foram construídas, vivenciadas e interpretadas pelos sujeitos que a constituíram. Também é importante destacar que a metodologia usada durante a seleção dos dados e a análise dos discursos procurou se adaptar às especificidades do contexto social focado e se caracterizou pela busca de dar visibilidade a outros sujeitos históricos que, como Maria Rogaciana da Silva, possuíam

projetos de vida e inserção social, específicos, que os distanciam de perspectivas analíticas homogeneizantes.

Com vistas a empreender a análise dos discursos, recorreu-se à análise das fontes, adotando-se a perspectiva de romper com a visão caudatária da Historiografia do século XIX, que as concebia como documentos escritos comprobatórios dos fatos históricos e legitimadores das narrativas oficiais. Com os novos paradigmas historiográficos surgidos no século XX, as fontes passaram a ser consideradas como construções históricas que guardam vestígios do passado e refletem discursos, visões de mundo, da história, daqueles que as produziram. Portanto, constituem importante recurso que podem ajudar a estabelecer, em sala de aula, uma relação interativa, dialógica entre professor e alunos; escola e sociedade; passado e presente. Através da análise de informações e conhecimentos mobilizados pelas fontes, os estudantes, com a mediação de professor/professora, poderão desenvolver de forma mais complexa a consciência histórica.

Para tanto, foi realizada em arquivos públicos e particulares a leitura dos diferentes jornais em busca de notícias, propagandas, comentários que versassem sobre o tema. À medida que eram localizados, esses eram fotografados e, a seguir, organizados por categorias e arquivados. Procurou-se analisar as fontes, observando-se as evidências, os elementos constituintes dos discursos; e, na medida do possível, quem os produziu, o período, com que finalidade, as diferenças e similaridades entre as várias formações discursivas.

Quanto às fontes orais², essas foram tratadas considerando-se as possibilidades de análise dos discursos apresentados, assim como os limites que esses encerram. A análise das fontes orais constitui, interpretações dos fatos históricos, carregadas de subjetividades, sendo também afetadas pelos fatos do presente. Em que pese tais aspectos,

² Ao todo foram efetuadas cinco entrevistas, com pessoas idosas, que conheceram Maria Rogaciana e a festa e que possuíam informações acerca do tema. Devido à persistência do contexto pandêmico, embora já não tão agressivo, e em se tratando de pessoas de idade avançada, foram tomados todos os cuidados relativos ao distanciamento e uso de máscaras. As entrevistas foram realizadas presencialmente, na residência dos colaboradores. Para nortear o processo, foi elaborado um roteiro preliminar (disponível nos apêndices) com algumas questões que, entretanto, foram reformuladas, acrescentadas, descartadas, ao longo das entrevistas de acordo com o ritmo, as falas, o encaminhamento das narrativas e a possibilidades e suscetibilidades dos participantes. De posse dos dados coletados, as entrevistas foram transcritas e seu conteúdo analisado, comparado com as fontes escritas, interrogado e relacionado ao contexto histórico nacional, com o aporte da bibliografia técnica especializada. O nome dos entrevistados foi mantido em sigilo como preconiza o Conselho de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

procurou-se confrontar as entrevistas realizadas entre si e, também, com as fontes escritas e imagéticas, de modo a estabelecer uma relação dialógica entre essas.

Estrutura da Dissertação

O trabalho foi dividido em seis capítulos, construídos com o intuito de explicitar os desdobramentos da reflexão teórico-metodológica. Na presente introdução, constam um relato das minhas vivências profissionais como professora da Educação Básica e as inquietações que permeiam as experiências no território escolar, na interface com os alunos e alunas; buscou-se também expor o projeto norteador do trabalho e a estrutura que o constitui.

No primeiro capítulo, pretendeu-se apresentar, sucintamente, os diferentes contextos históricos do Planalto da Conquista, desde o domínio do território indígena, até as décadas iniciais da República, chegando aos anos 1950. Nesse capítulo, buscou-se analisar, em linhas gerais, as configurações multirraciais, assim como as estruturas políticas, administrativas e culturais do período abordado.

Ao longo do segundo capítulo, procurou-se discutir um pouco da história das mulheres conquistenses, especialmente daquelas pertencentes às camadas menos abastadas e de ancestralidade afro-indígena, tentando-se estimular a reflexão acerca dos lugares que ocupavam e evidenciar as estratégias de sobrevivência e resistência por elas construídas.

No terceiro capítulo, tentou-se traçar um panorama acerca das diversas configurações que as celebrações do Treze de Maio assumiram em algumas regiões do estado, estabelecendo um paralelo entre a forte presença negra nas festividades que ocorreram, logo depois do fim da escravidão, em Salvador e na região do Recôncavo baiano, em contraste com as características que as comemorações apresentaram no Planalto da Conquista.

A seguir, no quarto capítulo, centralizou-se a abordagem na figura histórica de Maria Rogaciana, no protagonismo que exerceu na realização dos festejos da efeméride, bem como buscou-se refletir acerca das representações da Abolição e das relações étnico-raciais no período posterior a 1888, por meio da análise de fontes jornalísticas, entrevistas e outros documentos históricos.

O quinto capítulo, teve como foco a análise da linguagem corpórea de Rogaciana, do lugar que essa ocupava territorialmente e simbolicamente na cidade, do peso dos estereótipos e da luta dessa mulher por assumir um protagonismo na vida, na festa e na história conquistense até a sua morte.

Em suma, nos capítulos 1, 2, 3, 4 e 5 perseguiu-se o intento de realizar a revisão crítica dos estudos e debates recentes sobre as representações de Maria Rogaciana, dos festejos do Treze de Maio e das relações étnico-raciais, com base na bibliografia técnica especializada. Isso se deu tomando por referência os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa, centrada na análise do discurso das narrativas presentes nas fontes escritas e orais, visando contemplar na abordagem teórico-crítica, os conceitos de raça, racialização, abolição, democracia racial.

No decorrer do sexto e último capítulo, procurou-se refletir acerca do papel da escola e do Ensino de História, considerados como territórios de disputas de visões, representações, destacando a importância da discussão histórica do discurso racializado, da problematização das visões do 13 de Maio e de eventos a ele relacionados como as festas da abolição. O foco central do capítulo é apresentar o produto pedagógico, constituído por uma Caixa/Baú, composta por fontes e atividades didáticas relacionadas à história de Maria Rogaciana, à forma como eram representadas as comemorações da Abolição e o papel dos negros e negras no pós-1888, com o intuito de, considerando o atual contexto, marcado por preconceito, racismo e discriminação, contribuir para a reflexão das questões étnico raciais em Vitória da Conquista e no Brasil, ancorando-se na perspectiva da Educação Histórica.

O Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA distingue-se por tentar viabilizar a aproximação entre teoria e prática pedagógica, academia e território escolar. Com tal perspectiva, foi construído o “Baú de Maria Rogaciana”, contendo imagens, textos, documentos, relatos, atividades didáticas que evidenciam e problematizam olhares, comportamentos, representações sobre a vida de Rogaciana, as comemorações do 13 de Maio que essa organizava e a condição da mulher negra na História. Assim, espera-se que a *Caixa Histórica* provoque curiosidade, indagações e estimule a reflexão acerca da complexidade das relações étnico-raciais, de gênero e sociais, na realidade local e no Brasil.

Ao longo do processo, a confecção do produto pedagógico proposto conduziu a reflexões importantes acerca das possibilidades entreabertas de utilização de materiais didáticos diversificados, pensados, produzidos e inseridos na aula por professores e

professoras. Essa proposta coloca no centro do debate questões como o protagonismo dos docentes na construção desses e as potencialidades dos recursos educacionais confeccionados por indivíduos inseridos no território escolar, conhecedores da realidade dos alunos, da comunidade que vive nos arredores da escola, da história local. Daí a importância da elaboração e utilização de materiais didáticos que, assentados sobre pesquisas em torno de personagens femininos, negros, pobres – como Maria Rogaciana – possam servir como estratégia pedagógica para envolver os alunos e promover a reflexão crítica sobre temas relevantes na contemporaneidade, tais como as relações étnico-raciais.

A perspectiva de construção, pelos professores e professoras da Educação básica, de recursos didáticos evidencia a multiplicidade de projetos, linguagens, estéticas, materiais que podem ser usados em sala de aula, rompendo com visões monolíticas e uniformizantes que supõem um único caminho que todos, independentemente do lugar, condição social, identidade, visão pedagógica, devam seguir.

CAPÍTULO 1: OS CONTEXTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO

Um dia [...] ouvi de um velho cantador
 Sentado na praça da Bandeira
 [...] Falou do tempo da conquista
 Da terra pelo invasor
 Que em inumanas investidas
 Venceram os índios mongoiós
 Valentes mongoiós
 [...] Nos termos da Virgem Imaculada
 Não vejo mais crianças ao luar
 [...] Adeus vòu embora pra sombra
 Pro vale do rio Gavião
 [...] já farto de tuas manhas
 Teus filtros, tua ingratidão
 Te deixo entregue a mãos estranhas
 [...] Adeus, adeus meu pé-de-serra
 Querido berço onde nasci
 Se um dia te fizerem guerra
 Teu filho vem morrer por ti

(Canto de Guerreiro Mongoió – Elomar Figueira Melo)

Neste capítulo, tentou-se esboçar um panorama abreviado do Planalto da Conquista, território, a princípio, predominantemente indígena em que, após grande resistência dos donos da terra e a conquista empreendida pelos portugueses, desenvolveu-se o Arraial da Conquista. Este, depois de 1840 deu origem à Imperial Vila da Vitória, transformada, com a República, na cidade de Vitória da Conquista. Tal território, apesar de não ser a terra natal da personagem histórica central desse trabalho, tornou-se o lugar das festas, o palco das celebrações do 13 de Maio, realizadas por Maria Rogaciana da Silva.

1.1 Um território multirracial: palco de conquistas, lutas e resistências

Vitória da Conquista localiza-se no Sudoeste da Bahia, a 512 quilômetros da capital do estado, Salvador. O nome da cidade carrega consigo as marcas da conquista sobre os povos indígenas que viviam no planalto – os Ymborés, os Kamakãs (também conhecidos como Mongoiós) e os Pataxós. Com efeito, a região foi, desde o século XVIII, alvo da disputa entre os povos indígenas e as expedições apoiadas pela Coroa Portuguesa, que tinham como objetivo expandir a prática da pecuária, a exploração de minérios, o combate aos povos indígenas considerados rebeldes e o ataque a quilombos.

De acordo com Tanajura (1992), por volta de 1752, o mestre de campo João da Silva Guimarães chegou à região acompanhado do genro, João Gonçalves da Costa, com o objetivo de explorá-la, em nome da coroa portuguesa. Após ter vencido os Pataxós e Botocudos, nos sertões do Rio Pardo, a tropa de João da Silva Guimarães chegou ao Planalto da Conquista e entabulou lutas sangrentas com os Mongoiós e Ymborés, sobretudo no local depois conhecido como “Batalha”.

Os sertanistas depararam-se com os indígenas, especialmente os Mongoiós, que protagonizaram uma grande resistência face às tentativas de domínio encetadas pelos conquistadores. Com base na tradição oral, entre os eventos relacionados à fundação de Vitória da Conquista, destaca-se a narrativa de que os portugueses teriam organizado uma festa para a qual convidaram os índios, em sinal de trégua. Esse episódio, cristalizado na memória popular de muitos conquistenses, é conhecido como o “Banquete da morte”:

Durante o festim, os índios não estranharam a trégua com os sertanistas, por causa das alianças feitas. No entanto, o capitão-mor e seus soldados forjaram um encontro traiçoeiro. Embriagaram os nativos enquanto seus homens cortavam as cordas dos arcos. Esse fato foi difundido à posteridade ao Arraial por meio da oralidade, como foi dito por um homem centenário que se chamava Francisco José Maria da Ponte, o popular tio Nagô, que nasceu escravo de João Gonçalves. Ele contava nas rodas de histórias que, quando menino, estava presente na época das lutas de "seu “sinhô” com os índios e que ele botou veneno na cachaça que os nativos beberam, morrendo quase todos envenenados. Os outros, embriagados, foram degolados pelos brancos, mas muitos resistiram, refugiando-se nas matas ou no aldeamento do Cachimbo, à beira do Rio Pardo [...] (OLIVEIRA, 2020, p. 34-35).

Para a pesquisadora Renata Oliveira (2020), uma série de narrativas mitológicas reproduzidas por meio da oralidade, e também registrados em contos, poemas e escritos jornalísticos acabaram por legitimar uma memória que atribuíam ao conquistador João

Gonçalves da Costa um papel heroificado como o fundador da cidade que, através de ações como a liderança da guerra, o apelo à virgem para que os conduzisse à vitória, a astúcia demonstrada ao planejar o suposto “banquete da morte”, teria vencido os índios representados como um “obstáculo para a glória que os conquistenses passariam a ter após a colonização dessas terras” (OLIVEIRA, 2020, p. 95).

Na obra *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, a estudiosa, Marilena Chauí (2000, p.5 e 6) faz importantes reflexões acerca da questão do mito de fundação que ajudam a pensar a constituição desse na sociedade local:

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mytos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.

Dessa forma, Marilena Chauí (2000) avalia que a fundação se refere a uma dimensão imaginária, atemporal e perene, situando-se para além dos processos temporais e históricos, fazendo-se presente sob variados aspectos e formas – ao mesmo tempo em que esta é vista como imanente da sociedade, também seria responsável por engendrará-la. O mito fundador criaria um sistema primário de representações da realidade. Ao longo da história, essas representações seriam atualizadas, reorganizadas, repaginadas, ressignificadas, constituindo a base para ideologias que mascaram os processos históricos.

Uma vez assegurada a vitória, o mestre de campo João da Silva Guimarães foi para a região de Minas Novas, no atual estado de Minas Gerais, e a região do Planalto da Conquista ficou sob a responsabilidade de João Gonçalves da Costa. Este, como recompensa, recebeu do rei de Portugal grandes sesmarias na região, e, com o auxílio de seus filhos, Antônio Dias de Miranda e Raimundo Gonçalves da Costa, deu início à organização dos índios sobreviventes ao massacre e que não fugiram para as matas, em aldeias. Isso feito, os conquistadores começaram a estruturar as bases da colonização e, em face do não achamento de ouro, a organização econômica centrou-se na pecuária e na agricultura.

Em 1770, já existia um núcleo primitivo de pessoas vivendo em torno de uma fazenda, origem remota de Vitória da Conquista. Dele dá-nos notícias Manuel da Cunha Menezes, ex-Governador da Bahia, em ofício

dirigido a Martinho de Melo e Castro. Havia naquela data, no espaço conquistado, um rancho de mais de 60 pessoas que viviam sossegadas das primeiras perturbações e rodeadas das fazendas de gado, cuja população era composta de fazendeiros, índios domesticados e escravos (TANAJURA, 1992, p. 46).

Outrossim, os portugueses fundaram um povoado que, posteriormente, originou o arraial da Conquista. De acordo com o mito da fundação, os conquistadores prometeram construir uma igreja, em troca da interseção da virgem para obterem a vitória sobre os povos indígenas. Com isso, o arraial desenvolveu-se em torno da primeira igreja construída em homenagem à Nossa Senhora da Vitória. O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, participante de uma expedição científica que percorreu áreas do interior brasileiro, desde 1815, visitou o arraial e fez um relato sobre ele:

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito. É quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão por que os ricos proprietários das redondezas, as famílias do “coronel” João Gonçalves da Costa, do Capitão-mor Miranda (Antônio Dias de Miranda) e algumas outras empreenderam a construção da igreja às suas expensas. Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das boiadas, que vão para a Baía Ihes proporcionam outros meios de vida; as boiadas, que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade; algumas vezes vêm-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital [...]. (WIED-NEUWIED, 1940, apud TANAJURA, 1992, p. 47).

A população rural era preponderante, mesmo quando o arraial se elevou à Vila em 1840 e até depois da Proclamação da República, ao transformar-se em cidade com o nome de Conquista em 1891 e, por fim, Vitória da Conquista desde 1943³.

Segundo a historiadora Antonieta Miguel (2000, p. 27):

A Imperial Vila da Vitória nasce sob a égide da violência, da disputa entre duas culturas por uma mesma extensão territorial. As marcas desta dominação se mantiveram na toponímia da atual cidade. O redundante Vitória da Conquista, traz o emblema do poder colonizador, como se a denominação dada à vila inaugurasse um novo tempo, com o estigma

³ De acordo com o trabalho apresentado por Ana Emília de Quadros Ferraz, Altamar Amaral Rocha e Iara Silva Aguiar no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, ocorrido em Vitória do Espírito Santo entre 10 e 16 de agosto de 2014, p. 2, intitulado *As Vilas do Município de Vitória da Conquista: Uma análise das Redes*, até meados da década de 1950, a população de Vitória da Conquista era, na sua maior parte, rural. Somente em 1960 a população urbana superou a rural, com 60,7%.

do progresso. O estabelecimento deste marco simbólico representou mais um passo na consolidação do território não-índio.

Observa-se que, após o domínio da região, no antigo território indígena, organizou-se uma estrutura econômica, política e administrativa, com vistas a garantir a sobrevivência, o enriquecimento e o monopólio do poder pelo núcleo familiar descendente dos conquistadores. Nesse sentido, estabeleceu-se uma política de controle sobre os povos indígenas e negros que habitavam originalmente a região, reveladora da continuidade da resistência por parte deles. Paralelamente a isso, buscou-se estruturar as atividades econômicas de acordo com os interesses dos conquistadores, organização esta em que a pecuária assumiu um papel de evidência; no território também se destacou a agricultura baseada na produção de mandioca, milho, algodão, arroz, café e cana destinada à fabricação de cachaça e rapadura.

A pecuária, desde o início da ocupação do Sertão da Ressaca, motivou a ação dos colonizadores e em sua função, as ordenações espaciais, políticas foram realizadas. A fixação de uma população branca, a redução dos grupos indígenas, o estabelecimento dos aldeamentos à margem dos rios, a construção de estradas e caminhos que facilitassem as trocas, posteriormente a edificação da vila da Vitória consolidando um aparato político-administrativo capaz de garantir privilégios, todas estas ações concorreram para que o território da pecuária tomasse consistência (MIGUEL, 2000, p. 70-71).

Segundo Washington Nascimento (2008, p. 32) “a ocupação negra na região de Vitória da Conquista foi anterior à ocupação portuguesa”. Tal ocupação estaria relacionada à formação de quilombos, o que inquietava, sobretudo, aos administradores da Colônia, exigindo a penetração de bandeiras e o estabelecimento de medidas de controle sobre o sertão baiano.

No tocante à presença negra na região, Tanajura (1992) escreveu em a *História de Conquista*, sobre a existência de quilombos na região.

[...] muitos fugiram e formaram quilombos no interior das matas, em companhia dos índios que se evadiam das aldeias. Tem-se notícias de quilombos nos arredores da Vila, em Batalha, Espinhaço, Abacaxi, nas matas de Poções e Boa Nova.

Dos quilombos existentes em territórios de Conquista, um se tornou famoso e deu muito trabalho para ser extinto. Foi o Quilombo dos Creoulos. Para combatê-lo foi necessário que as autoridades pedissem reforços à Capital da Bahia. Há um documento neste sentido assinado pelo Capitão-mor Antônio Dias de Miranda, solicitando uma carga de

quatrocentos cartuchos de pólvora, homens e espingardas, ficando conhecido na História da Bahia como ‘Reforço dos Quatrocentos’ (TANAJURA, 1992, p. 57).

O intenso trânsito entre negros e indígenas existente na região, trazia, no século XIX, inquietações para aqueles que julgavam ser esse um fator de degeneração da raça. Não obstante, tal processo constituiu uma característica central da formação étnico-racial do Planalto da Conquista. Em decorrência da miscigenação entre índios e negros, Renata Ferreira Oliveira (2020) (com base em uma série de depoimentos colhidos por ela entre 2009 e 2010, os quais compõem um acervo que chamou de “Memórias da Batalha”⁴) destaca: em muitas áreas de Vitória da Conquista (reconhecidas, em 2005, como comunidades quilombolas), a identidade indígena manteve-se viva, chegando a ter, para muitos, uma certa centralidade. Nesse sentido, a autora cita:

O Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira, 82 anos, nascido e criado no povoado, narra que seus pais foram nascidos e criados no Ribeirão do Paneleiro e que suas bisavós eram índios. Grande parte desses habitantes originais da região foram mortos no massacre do povoado de Batalha, hoje chamado território de Ribeirão do Paneleiro, onde foi iniciado o genocídio contra esses povos na região de Vitória da Conquista. Os índios ocupavam toda a região, viviam espalhados e se concentravam em localidades como Mandacaru, Morro Verde, Ricoluta, Poço Escuro e Batalha. Batalha tinha esse nome por agrupar um grupo maior de indígenas. Ribeirão do Paneleiro [...], recebeu este nome porque existiam vários córregos na região, que era produtora de panelas de barro (OLIVEIRA, 2020, p. 19-20).

Segundo Tanajura (1992), assim que os conquistadores instalaram os primeiros currais no território do Planalto da Conquista, o trabalho dos escravizados já se fazia presente. De acordo com o memorialista, nas lutas travadas pelo Mestre-de-campo João da Silva Guimarães contra os índios na região do Rio Pardo e cabeceiras do Rio São Mateus, os escravizados ajudavam nos combates ao lado dos conquistadores portugueses. De acordo com esse autor, em 1875, havia, entre os matriculados na Intendência, por volta de 1.817 escravizados o que, para ele, seria um número expressivo, pois a região da pecuária demandava uma quantidade menor de trabalhadores. O abastecimento de mão de obra escravizada teria como origem o porto de Salvador, o comércio local e, em maior

⁴ Declaração das comunidades de Ribeirão do Paneleiro e Batalha. Arquivo do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da prefeitura de Vitória da Conquista, 10 de abril de 2006, e certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. Brasília, 11 de julho de 2006. Arquivo da associação dos pequenos produtores de Batalha, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Arroz. Citado por Renata Ferreira de Oliveira no livro *Índios paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Salvador, Saga Editora, 2020, p. 19-20.

quantidade, as Minas do Rio das Contas, especialmente após a decadência da mineração na Chapada Diamantina.

Ivo (2017) indica, de acordo com o Censo de 1872, os números referentes à população da Imperial Vila da Vitória, o que corrobora a informação de Tanajura (1992) e possibilita dimensionar, com mais detalhes, a quantidade da população escravizada no território, no período próximo à abolição da escravatura:

Tabela 1 – Censo 1872

População livre:	Homens: 8.814
	Mulheres: 8.205
Total:	17.019
População escravizada:	Homens: 930
	Mulheres: 887
Total:	1.817
População total:	Homens: 9.744
	Mulheres: 9.092
Total:	18.836

Fonte: Ivo (2017, p. 135).

Os escravizados eram utilizados como mão de obra nas mais variadas atividades, seja na Vila ou nas propriedades rurais da região. Com relação ao papel exercido pelos escravizados na estrutura produtiva das fazendas do interior da Província, Antonieta Miguel (2000, p. 76) assevera:

Os escravos atuavam em diferentes tarefas especializadas no complexo centro de produção que eram as fazendas no interior da Província [...] O número, aparentemente pequeno de escravos, sugere que outras formas de trabalho conviviam nas propriedades rurais. Negros forros e brancos e índios pobres poderiam ter a posse de algumas partes de terra e dividir a produção com o proprietário.

Em face do silenciamento que, por muito tempo, existiu acerca das origens indígenas e negras da cidade, muitos trabalhos têm se destacado por evidenciar as raízes mestiças desse território. Pesquisadores como Ivo (2017) e Santos (2010) trazem à luz, por exemplo, importantes informações sobre o conquistador João Gonçalves da Costa, com base nas investigações das fontes documentais. A seguir, Isnara Ivo (2012) ressalta que esse conquistador era um “preto forro”, integrante do terço de Henrique Dias e um dos grandes responsáveis pela interiorização do domínio português no sertão da Bahia.

João Gonçalves da Costa, português e preto forro⁵, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca⁶. Nascido na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, provavelmente por volta de 1720, envolveu-se no processo de conquista dos sertões. Era reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo, em 1744, a patente de capitão-mor do Terço de Henrique Dias para auxiliar o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, encarregado do empreendimento (IVO, 2012, p. 28)⁷.

Qual seja um fato inequívoco para os pesquisadores, a origem negra de João Gonçalves da Costa, em depoimento⁸, o entrevistado Vicente⁹, destaca como a identidade racial do conquistador foi, historicamente, apagada, silenciada; de acordo com o depoente, devido ao preconceito das famílias tradicionais da cidade, descendentes deste e, supostamente, preocupadas com a exposição da sua origem negro-mestiça.

Mas João Gonçalves era negro! João Gonçalves era, era, negro forro; [...] inclusive recebeu o título de capitão, negro, das milícias [...]. João Gonçalves recebeu título de capitão da milícia dos negros; é uma das provas mais evidentes que ele era negro. Então, João Gonçalves da Costa era negro. [...]. E ...daí que, como muitas famílias tradicionais de Conquista tem a sua origem em João Gonçalves da Costa, que era negro, então, por uma questão também de preconceito também dessas famílias tradicionais, começaram a dizer que eles eram descendentes do mulato João Gonçalves da Costa, pra dizer que era descendente do negro João Gonçalves da Costa. [...] para confundir a população, as

⁵ Cf. IVO (2012, p. 28): O termo *preto forro* foi usado na patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa (referência ao documento na nota seguinte). A naturalidade de Costa foi informada em ofício do governador da Capitania da Bahia, o Conde da Ponte em 31.03.1807. Ver: Anais da Biblioteca Nacional, v. 38. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por Eduardo de Castro Almeida. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa. 31.03.1807. p. 455. Doravante, Anais BN, volume do documento, local, data e página.

⁶ Vitória da Conquista faz parte de uma região denominada de Sertão da Ressaca. Segundo Ruy Medeiros (2013, p. 42-44), essa seria uma área localizada entre os Rios das Contas – que desce da Chapada Diamantina em direção ao mar – e o Rio Pardo – que corre da Serra do Mar, em Minas Gerais, rumo ao oceano Atlântico. Mas a área não englobaria toda a área banhada por esses rios, circunscrevendo-se à região Centro-Sul da Bahia. Para Medeiros, a expressão seria originária da palavra *ressaco*, que indicaria uma “baía de campo na orla de um mato”.

⁷ Cf. Ivo (2012, p. 28): Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do governo. 1738-1745. Maço 356. f. 370.

⁸ Nas citações referentes às entrevistas orais, que, doravante aparecerão no corpo do texto, como estabelecido pelo Conselho de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, o nome dos entrevistados foi substituído por pseudônimos com o objetivo de resguardar a identidade dos depoentes. Contudo, julga-se importante disponibilizar um breve histórico destes de modo a evidenciar, na primeira vez que aparecem citações dessas fontes orais, os lugares sociais ocupados por eles em Vitória da Conquista.

⁹ O entrevistado Vicente é um homem não-negro, de família fundante da cidade, intelectual, ligado à educação e à cultura; ocupou altos cargos administrativos em órgãos públicos ligados a esses setores e publicou livros sobre a história local. Reside em confortável residência nos arredores da Igreja matriz, e hoje, aposentado como professor, dedica-se aos estudos e constitui uma referência para estudantes, pesquisadores interessados na história Conquistense.

peças que vieram depois, chegaram até ao ponto de dizer que João Gonçalves era branco! [...] (Entrevistado Vicente, 2022).

Nas representações acerca da cidade, observa-se, em muitas delas, um jogo de luz e sombra que influencia o debate étnico-racial em Vitória da Conquista, cidade que, no estado da Bahia, e por muitos de seus habitantes, é classificada como diferenciada, seja pelo clima frio, pela proximidade geográfica e cultural com a região Sudeste, pela suposta presença ínfima de negros e predominância de “gente branca”.

Entretanto, a análise da história de Vitória da Conquista leva a concluir que esta construiu-se por meio de um complexo processo de mestiçagem entre índios, negros e brancos, o que a configurou, enquanto território multirracial, caracterizado por trocas, misturas, trânsitos que o tornaram, no século XIX e do início da República até meados dos anos 1950, período abordado na presente pesquisa, um cenário diverso e plural, apesar das tentativas de legitimar representações centradas na pretensa branquitude, em que a presença negra¹⁰ e indígena acabou por ser ocultada. Não obstante, um olhar mais atento para a cidade revela essa presença, ainda que, predominantemente, localizada em “lugares de exclusão”.

1.2 As configurações da vila/cidade: De fins do século XIX aos anos 1950 da República

O Planalto da Conquista, desde as origens, configurou-se como palco de lutas, resistências, arranjos, negociações, que tinham como protagonistas índios, negros, mestiços. Seja no pequeno arraial fundado por João Gonçalves da Costa, na Imperial Vila da Vitória, fundada em 1840, na cidade de Conquista instituída em 1891, depois de 1943 chamada Vitória da Conquista, até os dias atuais.

¹⁰ Em 2022, Vitória da Conquista conta com um número expressivo de comunidades remanescentes de quilombos. De acordo com Marinaldo Carvalho dos Santos, assessor do Conselho das Associações Quilombolas do Sudoeste Baiano, são elas: Velame, Boqueirão, Corte Lote, Baixa Seca, Lagoa de Melquíades, Quatis dos Fernandes, Lagoa dos Patos, São Joaquim de Paulo, Furadinho, Alto da Cabeceira, Lagoa de Maria Clemência (que engloba: Poço de Aninha, Caldeirão, Oiteiro, Manoel Antônio, Riacho de Teófilo, Baixão, Tábuas, Muririba e Lagoa de Maria Clemência), Batalha, Lagoa do Arroz, Ribeirão do Paneleiro, Lagoa de Vitorino, Cachoeira do Rio Pardo, Sinzoca, Laranjeiras, Barreiro do Rio Pardo, São Joaquim do Sertão, Barrocas, Cachoeira das Araras, Lamarão. Tais comunidades reúnem uma totalidade de 2190 famílias. Isso evidencia a importância da população negra na região, apesar das tentativas de apagamento dessa presença.

Certamente as estratégias e formas de negociação e resistência variavam de acordo com o contexto histórico, mas sempre se fizeram presentes, expressando a vontade dos povos descendentes dos indígenas e dos negros, que habitavam a região, de saírem da invisibilidade e situarem-se outros lugares sociais diferentes dos que tradicionalmente ocupam desde a conquista do território pelos portugueses.

Quando Maria Rogaciana chegou ao Sertão da Ressaca, segundo os memorialistas, no final do século XIX, esse era comandado por famílias que, como analisa Ivo (2017), ocuparam o território após o domínio sobre os povos indígenas e se impuseram como mandatários do lugar. As famílias fundadoras construíram suas identidades ancoradas na tradição histórica, reivindicando para si o protagonismo da fundação e o papel civilizatório no Planalto da Conquista. Com base na tradição histórica e no legado sanguíneo herdado do conquistador João Gonçalves da Costa, atualizado por meios dos casamentos familiares, na posse de terras, gado e riqueza, esse núcleo parental tradicional ocupou os cargos administrativos do município.

As famílias proprietárias que habitavam o município estavam interligadas pelo mesmo tronco familiar que conquistou a região. [...] A maioria de seus descendentes ocupou cargos burocráticos na administração local e funções na câmara e no executivo do município durante todo o século XIX e XX. [...] (IVO, 2017, p. 75).

Nas primeiras décadas do século XX, tais características permaneciam incrustadas na organização política e social local, fazendo com que os canais tradicionais de expressão política fossem dominados pelas famílias tradicionais, detentoras da propriedade fundiária: notadamente, segundo Ivo (2017), os Gonçalves da Costa, os Lopes Moitinho, os Ferreira Campos e os Ferraz de Araújo. Por meio de casamentos, outros sobrenomes teriam se associado a esse núcleo originário, tais como os Fernandes, os Correia de Melo, os Nunes Bahiense, os Oliveira, os Santos Silva, dentre outros.

Com a crença de que possuíam um papel civilizador, legitimado pela tradição histórica, os grupos familiares que ocupavam os cargos administrativos na Imperial Vila, depois transformada em cidade, reafirmavam culturalmente seu papel de destaque no domínio do território e na sua posterior organização urbana, de modo a evitar que esse voltasse a ser a grande aldeia indígena destruída pelos patriarcas conquistadores. Tal discurso aparecia sempre que a ordem pública e os marcos considerados civilizatórios eram ameaçados pela violência e disputas entre as próprias famílias tradicionais, pelo poder local e, mais ainda, quando práticas sociais e formas de resistência popular,

encabeçados pela população de origem negro-indígena-mestiça colocavam em xeque o poder instituído. Um exemplo desse discurso pode ser observado no pedido de auxílio do juiz municipal realizado em 1889, ao presidente da província, preocupado com a violência entre facções políticas da cidade, citado por Ivo (2017, p. 167):

[...] A V. Ex^a como primeira autoridade da Província como filho dela, cabe providências no sentido de evitar que o sertão, e principalmente esta Vila e comarca não se barbarize voltando ao regime da antiga Aldeia de Patachós e não se conflagre com o desrespeito à Lei e do desprestígio das autoridades¹¹.

A esse respeito, Itamar Aguiar (2007, p. 78) afirma que:

Durante a República Velha, predominaram as relações patriarcais de uma sociedade agrária, hegemônica por oligarquias que, na busca de uma identidade nacional pretendiam uma nação branca e europeia, para uma população predominantemente mestiça de índios e africanos com valores e crenças distintos dos europeus. Assim como, pretendiam, ainda, uma nação moderna onde o atraso e a ignorância não podiam ser tolerados.

Nesse sentido, os códigos de postura municipais de meados do século XIX, também evidenciam o incômodo que as autoridades à frente do poder executivo e legislativo sentiam perante práticas culturais e comportamentos diferentes da concepção dominante de progresso e civilização, oriunda de um olhar eurocentrado que, desde os tempos coloniais, passando pelo império e manifestando-se também na República, associava, por meio do discurso, as manifestações indígenas e africanas a expressões culturais inferiores e classificava-as como não dignas de figurarem no panteão da civilização. Segundo Ivo (2017, p. 99):

Quaisquer manifestações, tais como sambas, batuques, quimbetes, cantorias e rezas poderiam ser indícios de sublevação e desordem. Comemorações religiosas não católicas eram proibidas, e a repressão se tornava mais intensa quando as festividades eram realizadas em locais públicos. Os ordenamentos jurídicos da câmara objetivavam desenvolver uma sociedade onde a população pobre, principalmente a negra, estivesse submetida ao mais rigoroso controle. Manter a hierarquia social da população era fundamental para a elite política da cidade, que, para isso, reprimia a desordem e impunha o controle social.

¹¹ Ivo (2017) cita aqui um documento do APEBA (Arquivo Público do Estado da Bahia). Seção; Colonial e Provincial. Série: Judiciária. Vitória. 1874-1889. Maço 2648. Correspondência do juiz municipal Tranquilino Torres ao presidente da província.29.08.1889.

Com efeito, os artigos 31, 35, 38 e 73, do Código de Posturas de 1842¹², ilustravam a tentativa de exercer tal controle sobre os moradores da Imperial Vila, particularmente sobre os escravizados e suas expressões culturais vinculadas às africanidades. Nesses artigos, o Código estabelecia medidas proibitivas, tentando impedir os habitantes de:

Fazer dentro da Vila e Arraiais, pelas ruas ou casas, das oito horas da noite em diante, batuques, vozerias, e estrondos de qualquer espécie, donde provenha a perturbação do sossego público ou dos vizinhos. Pena de [dez mil réis] ou oito dias de prisão, que será imposta ao dono da casa, ou mentor, e os mais infratores incorrerão na de [três mil réis] ou quatro dias de prisão (art.31º);

São proibidos os ajuntamentos de escravos como batuques e algazarras dentro da Vila e Arraiais (art.35º);

O escravo que for encontrado pelas ruas das nove horas da noite em diante, sem bilhete de seu senhor. Pena de ser recolhido à cadeia até que o senhor o procure (38º).

Fazer quaisquer pinturas ou letreiros nas paredes dos muros e portas das casas, ou fazer e pregar pasquins em qualquer lugar (art.73º) (APEBA, 1982 *apud* IVO, 2017, p. 99-100).

Destaca-se, no artigo 73º, a preocupação dos representantes do poder legislativo com o controle do que era dito, por meio da interdição do que seria escrito nos muros e sobre a feitura de pasquins. Certamente evidencia-se, nesse artigo, o temor de que informações, visões, críticas, ataques pessoais e políticos pudessem perturbar a ordem social excludente que vigorava no núcleo urbano.

O Código de 1896, elaborado já na República, reafirma essa tentativa de estabelecer mecanismos de controle sobre os discursos verbais e escritos, bem como a proibição de sambas e batuques. A repressão a ideias, pensamentos, comportamentos potencialmente desagregadores da ordem instituída, o disciplinamento do que se dizia, escrevia, ouvia e sobre as movimentações e deslocamentos dos corpos, especialmente dos negros, é perceptível no pós-abolição, quando havia uma redefinição do jogo social e a implantação do sistema republicano ainda tinha contornos frágeis.

O Código citado assim determinava:

Quem escrever, distribuir ou mandar espalhar pasquins relativamente à vida privada de quem quer que seja, puser ou mandar por em portão, janela ou parede materiais de qualquer natureza ou colocar objeto que importe uma injúria ou alusão ofensiva a alguém, fica sujeito a pena de [trinta mil réis] de multa ou cinco dias de prisão (art.19º)

¹² Segundo Ivo (2017), o Código foi enviado ao Governo Provincial, tendo sido promulgado, de modo incompleto, em 18 de maio de 1842. O complemento só foi inserido em 1º de fevereiro de 1847.

São proibidos sambas e batuques sob pena de [dez mil réis] ou três dias de prisão (art. 26º);

Ninguém poderá vagar nas ruas desta cidade, nos povoados do Município ou qualquer estabelecimento rural do mesmo (art.64);

O indivíduo que for encontrado em qualquer dos lugares mencionados no presente artigo é obrigado a exhibir prova ou por escrito ou verbal que faça sê-lo reconhecido como empregado já de próprio negócio, indústria ou lavoura, já como empregado ou administrador de qualquer indústria ou profissão (art.64, §1º)¹³ (APEBA, 1982 *apud* IVO, 2017, p. 100).

Não obstante, a todo o aparato disciplinador e proibitivo instituído pelos códigos de postura havia resistência, tentativas de burlar as leis, infrações, o que demonstra que o tecido social é formado por negociações, conflitos, rearranjos, resistências que expressam as visões e práticas de múltiplos sujeitos que o constituem. Interessante reflexão faz Ivo (2017, p. 102), nesse sentido: “[...] A população, por sua vez, resistia, infringia às leis locais e realizava seus sambas e festas sem consentimento das autoridades. As contravenções eram constantes, principalmente em matérias regulamentadas pelas posturas. [...]”.

As tentativas de escapar do controle social e as formas de resistência aparecem ao analisarem-se, como bem afirmou Ivo (2017), por exemplo, os processos por infração ao Código de Postura. Em um desses processos, datado de 1868, localizado e analisado por Washington Nascimento¹⁴ nos arquivos que pertenciam ao Fórum João Mangabeira, em Vitória da Conquista, o acusado relata:

Que nesta noite de dezenove do mês passado entrando às sete horas da noite em sua casa Inocência Pereira da Silva, que se trata por Coló, este perguntou-lhe se tinha cachaça no que ele respondeu afirmativamente este apresentou com Ana Diolina, Josefina, Estevão Ferreira, Elias, Ludovico, Guita, Senhorinha e estando arranchado em sua casa Emílio assim reunidos, perguntou o dito colo se tinha uma viola e não tendo lhe pediu uma guitarra a Cassiano e chamou a Isidoro para tocar (NASCIMENTO, 2008, p. 114).

E mais adiante, o réu complementa:

¹³ Documento registrado no Livro de Leis e Decretos da Câmara Municipal, que está em posse do Museu Municipal Padre Palmeira em Vitória da Conquista; citado por Ivo (2017).

¹⁴ Infração de Postura, 1868. Caixa Diversos 1868. Fórum João Mangabeira. Vitória da Conquista/Ba, citado por Nascimento (2008).

Disse mais que não obstante a guitarra ter somente três cordas todavia tocaram nela [...] Declarou mais que beberam aguardente mais que não sambaram e que tudo foi acabado pelo cabo Clemente que nessa noite quis matar uma mulher chamada Pia e que não conseguiu por lhe ser impedido por Manuel Diego (NASCIMENTO, 2008, p. 114).

Nascimento (2006) chama a atenção para as diferenças culturais entre o que seria considerado um samba na Imperial Vila da Vitória, no Sudoeste baiano, em que a cultura era influenciada pela pecuária, e um samba, por exemplo, em outros territórios culturais como Salvador e o Recôncavo. Isso leva a refletir sobre as formas de ser negro no interior da Bahia e os trânsitos pelos quais as tradições africanas passaram em contato com a cultura indígena, sertaneja. Inevitavelmente há uma tendência a se tomarem como “modelos”, que reverberam africanidades, as práticas, manifestações, comportamentos das regiões próximas ao litoral e que concentravam maior número de negros.

Quanto aos instrumentos musicais, percebemos a utilização da viola e guitarra e não tambores e atabaques como seria de se esperar em um “Samba”, entretanto, convém lembrar que estamos em um contexto social fortemente influenciado pela pecuária e pelo universo cultural que acompanha essa atividade econômica. Elementos da “cultura do boi” como a viola irá influenciar as tradições africanas. Assim, no samba da Imperial Vila da Vitória, ao invés dos tambores e atabaques, temos a viola e a guitarra e no Jarê, uma manifestação religiosa da região próxima de Lençóis, é no toque das violas que as entidades se manifestavam (NASCIMENTO, 2006, p. 271).

Nesse sentido, as análises relativas à presença de elementos africanos na cultura conquistense precisam considerar, como também indica Martha Nogueira (2016), ao refletir sobre a questão religiosa, as especificidades de tais manifestações em função dos trânsitos culturais ocorridos, especialmente os derivados do cruzamento da cultura afro-brasileira com a indígena, na região.

Alguns relatos que se referem à composição histórica da região apresentam elementos das tradições afro-brasileiras e indígenas que constituem em uma forma específica de culto que era chamada de —” gira de caboclo” ou — “candomblé de caboclo” que passou a ser chamada posteriormente de Umbanda (NOGUEIRA, 2016, p. 99).

Daí a centralidade ressaltada por Nogueira (2016, p. 100), ancorada nos estudos de Aguiar (2010), que a figura do boiadeiro teria assumido em vários terreiros, instaurados nas décadas iniciais da República, no Planalto da Conquista.

Em Vitória da Conquista esse arquétipo recebe um destaque especial, sendo incorporado por todos os pais e mães-de-santo dos diversos terreiros, praticamente com a mesma importância dos orixás que compõem os seus guias. Quando o boiadeiro incorpora, parece exercer a função de administrador de uma fazenda, um líder patriarcal. Sério, circunspecto. Bebe, fuma, aconselha, orienta, estabelece castigo, determina o que deve ser feito com ares de quem entende do riscado (AGUIAR, 2010, p. 12).

O depoimento citado por Nascimento (2008) do acusado Pedro Viana é muito elucidativo por trazer exemplos cotidianos de transgressão às determinações do Código de Posturas. Quando o depoente afirma terem bebido, mas não sambado, evidencia-se a preocupação em ressaltar que era apenas um ajuntamento de pessoas de pouca monta, improvisado, não um samba organizado com bebidas, instrumentos preparados para o evento, como atestaria também a guitarra com apenas três cordas. E, por fim, a afirmação de que o clima era ordeiro e tranquilo e que a perturbação ocorrida teria, curiosamente, sido fruto da atitude do próprio representante da ordem – o cabo Clemente.

No entanto, as evidências de que se tratava mesmo de um samba foram apontadas em outros depoimentos do processo, como o da costureira Maria de Souza do Espírito Santo:

[...] quando foi passando pela casa de Pedro Viana ouviu fala de Josefina [...] conheceu entrou para chama-la e que lá encontrou Ana Deolina uma mulher preta que ela testemunha não conhece. Emília uma moradora dos Poções que também não conhece. Colo, Feliciano de Tal, como de nada [...] Isidoro que tocava uma guitarra e que todos estavam bebendo (e Colo sapateava) e dançando e que o mesmo Colo dera uma embigada (umbigada) em Feliciano (NASCIMENTO, 2008, p. 115).

Nesse depoimento, Maria do Espírito Santo contradiz a afirmação do dono da casa que, de acordo com Nascimento (2008), era um homem chamado Pedro Viana, ao informar que Colo sapateava e dava umbigadas, ou seja, na festa, ocorriam danças de origem africana. Expressões culturais de origem afro-indígena-mestiça não eram bem-vistas pelas autoridades, visto que, comprometiam a imagem de uma Vila Imperial civilizada e embranquecida. Também é importante observar que a depoente destaca a cor de uma das participantes da festa – Ana Deolina, classificando-a como preta. Isso pode indicar que, nessa festa, havia também a participação de pessoas consideradas não-negras.

A provável presença de pessoas consideradas negras e não negras no samba na casa de Pedro, mostra a fluidez dos trânsitos interracialis na então Vila e no país fundados sob o signo da mestiçagem e a dificuldade de estabelecer fronteiras rígidas entre as pessoas, com base da classificação pela cor, bem como evidencia as interações culturais que aconteciam.

Na análise desses depoimentos, Washington Nascimento (2008, p. 116) cita que uma das testemunhas, Pia Ferreira Prates, teria afirmado que o evento não se tratava de um samba, mas apenas de uma modinha, o que reflete a tentativa de enquadrar a festa nos padrões culturais considerados civilizados, ou seja, europeus. E, assim, distanciá-la das origens afrodiáspóricas.

Segundo Washington Nascimento, ao analisar fontes documentais tais como inventários, processos cíveis e criminais e testamentos, reveladores da posição ocupada pelos afrodescendentes na sociedade conquistense, no período de 1870 a 1930:

Mesmo com a grande presença de mestiços a procedência escrava foi marca indelével das representações desses personagens, sobrepondo a quaisquer outros atributos, mesmo depois da abolição da escravatura. Persistiu depois da abolição uma violência cotidiana (motivada por questões econômicas, morais e de honra) entrelaçadas com o racismo. Por mais que fosse mais explícito com a população tipificada como “preta”, o racismo estava presente também nas representações feitas acerca da população mestiça, mais sutil, mas não menos perversa (NASCIMENTO, 2008, p. 120).

Ocerlan Ferreira Santos, analisa uma ação de despejo, datada de 1898, movida pelo Tenente Coronel Ernesto Dantas Barbosa e sua esposa, D. Umbelina Maria de Oliveira Dantas, contra Victório e sua mulher:

Dizem Ernesto Dantas Barbosa e sua mulher Dona Umbeli/na Maria d’Oliveira Dantas, que sendo senhores possuidores do/ sitio Cachoeira de Sant’Anna na fazenda Mondoby, d’este/ termo, por compra que fizeram a Anselmo Brasileiro da Silva, que/ tendo elles admitido, ha três anos, mais ou menos, Victório de tal, ex-/escravo de Pedro Moreira dos Santos, a morar como agregado em ter/ras do dito sitio, e, pelo máo procedimento do suppdo., não lhes convin/do mais te-los como seu agregados, querem faze-lo citar e a sua um/lher para quere fazer citá-los para no prazo de vinte e quatro horas despejarem o referido sitio, sob pena de lançamento e de se passar mandado de despejo, visto como tendo eles suppes. instado por várias vezes com o suppdos. para si

retirarem do sitio, mudando de morada não o tem conseguido¹⁵ (SANTOS, 2015, p. 75).

Percebe-se, no discurso contido na ação de despejo, que mesmo dez anos após a abolição, já na República, o fato de Victório ter sido escravizado ainda era ressaltado, provavelmente como um marcador social, uma informação desqualificante que, associada ao suposto mal procedimento, justificaria a atitude do Tenente Coronel Ernesto Dantas e de D. Umbelina Oliveira Dantas. Como reflete Ocerlan Ferreira Santos (2015, p. 173), nos anos posteriores à Abolição, categorias de distinção social (como “cor” e “condição”), típicas da época da escravidão, ainda eram utilizadas como mecanismos de classificação e hierarquização social, acionados contra a população não-branca com fins de definir o lugar social que deveriam ocupar na República.

Em suma, o controle econômico, político e administrativo exercido pelas famílias tradicionais no Planalto da Conquista vincula-se a um arcabouço legal, disciplinador e proibitivo presente nos Códigos de Posturas Municipal e nos processos judiciais, perpetrados contra os infratores das posturas, cuja análise possibilita vislumbrar aspectos do cotidiano da Vila – Cidade e questionar como era ser índio, negro e mestiço nesse território, as negociações e disputas em jogo e como as identidades dos diversos sujeitos e grupos sociais eram construídas, intercambiadas, reestruturadas em meio aos preconceitos de raça, gênero e condição social existentes.

A despeito das resistências culturais observadas pelos pesquisadores no trato com as fontes, é importante sublinhar que, na primeira fase da República (1889-1930), os canais oficiais do poder eram hegemonizados por representantes das famílias que conquistaram o território, proprietárias de terras, gado, comércio, riquezas, seguidoras de religiões de matriz europeia, cuja ancestralidade indígena e negra era apagada:

O tronco familiar formado pela sequência: Gonçalves da Costa; Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira serviu de base para a formação de uma organização de poder local firmado na articulação de famílias que se juntaram a estas. Tal fenômeno é aqui tratado como endogamia conquistense. O poder endogâmico controlava toda a superestrutura, em seus aspectos políticos, jurídicos e ideológicos (incluindo aqui a cultura) [...] eram estas famílias que controlavam [...] a terra, e as principais atividades econômicas. Entretanto tal poder só foi possível,

¹⁵ AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa Diversos: 1890 a 1899. Ação de despejo. AA Tene. Cel. Ernesto Dantas Babosa e sua D. Umbelina Maria de Oliveira Dantas. R. Vitorino de tal ex-/escravo de Pedro Moreira dos Santos, 1898. Fl. 2. Citado por Santos (2015).

através da presença de lideranças, como força de coesão e articulação, que contavam com respeitabilidade nas diferentes famílias. A maior expressão disto foi José Fernandes de Oliveira, o Cel. Gugé. Oriundo do tronco familiar acima citado contava com relação de parentesco com as demais famílias da cidade. Este, indubitavelmente, foi um dos elementos que contribuíram para a primazia política exercida pelo Cel. Gugé, primazia esta que estava inserida nos parâmetros do coronelismo, forma típica assumida pelo mandonismo local na Primeira República (SOUZA, 2005, p. 2-3).

No final dos anos 1930, a cidade vivenciou a Ditadura Estadonovista (1937-1945), momento em que se buscou, de maneira muito forte, atribuir um sentido mítico ao Estado e aos seus representantes, com a mobilização estratégica do conceito de nação. Assim, a ditadura e a figura de Getúlio passaram a ser cultuados e todos os anos, na cidade, comemorava-se o aniversário de Vargas bem como a data do advento do Estado Novo.

Em 1939, uma grande seca atingiu o interior baiano, o que contribuiu para que muitas pessoas deixassem a zona rural e migrassem para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. A pobreza recrudescu no cenário urbano e os jornais do período revelavam um certo incômodo entre algumas pessoas de posse da cidade que se sentiam ameaçadas com a presença de indivíduos em situação de extrema pobreza, vagando pelas ruas e expondo as desigualdades existentes na estrutura social.

Em *O Combate*¹⁶, um membro da sociedade local, o Sr. Juventino D. D’Almeida e Silva sugeriu a criação da “sociedade beneficente das classes” cujo objetivo seria amparar os trabalhadores conquistenses, bem como o de promover o fim dos conflitos entre estes e as camadas proprietárias e abastadas: “Tenho confiança de que os nossos trabalhadores em cadeia de amizade e interesses mútuos, estarão organizados para a sua defesa e para seu benefício”¹⁷. O discurso sinaliza os influxos da política trabalhista patrocinada por Getúlio Vargas que, sob o argumento de fomentar o equilíbrio e a harmonia entre as classes, visava amenizar os tensionamentos existentes entre elas, capazes de ameaçar a ordem vigente.

Na década de 1940, Vitória da Conquista tinha uma economia voltada à pecuária e à agricultura, com destaque para a exploração da cera de Ouricuri, do algodão

¹⁶ De acordo com Viana (1982, p.733-734, volume 2), *O Combate*, denominado como semanário independente e noticioso, fundado pelo intelectual conquistense Laudionor Brasil, teve extensa duração de 1929 a 1964. Contou com colaboradores de destaque na cultura local, como poetas, jornalistas, a exemplo de Camillo de Jesus Lima, Rostil Matos, Erathóstenes Menezes, Nilton Gonçalves, Padre Palmeira, dentre outros. Em todas as citações de jornais pesquisados por mim, em arquivos, doravante, será mantida a grafia original.

¹⁷ Citação do Jornal *O Combate*, Maio de 1939, Arquivo particular de Ruy Medeiros.

beneficiado, das minas de mica e das fibras têxteis de caroá e carrapicho.¹⁸ Nesse período, como afirma Tanajura (1992), a cidade passou por um período de desenvolvimento econômico. Além da pecuária e da agricultura, o comércio expandiu-se e a população urbana, apesar de ainda em menor proporção que a rural, cresceu consideravelmente. Em meio a fazendeiros, agregados, posseiros, meeiros, expandem-se os comerciantes e trabalhadores urbanos. Um dos fatores desencadeadores de tal expansão foi a construção da Rio-Bahia e da rodovia Ilhéus-Lapa¹⁹. À medida que a cidade se abria, devido à construção de estradas que a interligavam com outros centros urbanos, muitos migrantes chegavam à localidade.

Vitória da Conquista, especialmente nos anos 1950, passou a oferecer mais vagas de emprego, perspectivas de educação, serviços urbanos e de assistência social que serviriam como elementos de atração para a população tanto da zona rural, que migrava para a cidade fugindo da seca ou expulsa pelos grandes proprietários rurais, quanto de pessoas que vinham de outros estados do Nordeste. Entretanto, os postos de trabalho não eram suficientes para absorver todo esse contingente populacional em crescimento. Destarte, observa-se que os problemas sociais como a pobreza, a mendicância, o desemprego se ampliaram.

O intelectual e ativista político Leôncio Basbaum²⁰ na obra *Uma vida em seis tempos*, faz um relato de Vitória da Conquista quando aqui esteve, em 1956, reproduzido parcialmente em *O Fifó*²¹:

¹⁸ Informação encontrada no livro de Decretos-Leis municipais de 16-01-1940 a 21-08-1945, Decreto-Lei Nº 20. Essa fonte foi pesquisada no período da graduação, quando a temática abordada era a ditadura varguista/estado novo em Vitória da Conquista (1937-1945).

¹⁹ Segundo os Cadernos Especiais do jornal *Diário do Sudoeste*, em edição histórica pelos 158 anos de Vitória da Conquista, publicado em 09 de novembro de 1998, p. 5, até o fim da década de 1920, o acesso a Vitória da Conquista no Sudoeste baiano era precário, e existiam velhas estradas usadas por tropas no transporte de boiadas. As obras da BR-116, ou Rio-Bahia iniciaram-se no Governo Getúlio Vargas e terminaram no governo Dutra, sem o asfalto. Juscelino Kubitschek prosseguiu com o asfaltamento, e os trabalhos só foram concluídos na gestão de João Goulart, em 1963, conforme afirma Viana (1982, p. 165, volume 1). A construção de estradas, como a Rio-Bahia, afetou imensamente a cidade, contribuindo para a migração ou passagem pela região de pessoas de outras partes do Brasil, circulação de mercadorias e trocas culturais. O trecho da rodovia Ilhéus-Lapa, que passa pela Serra do Marçal, a 18 Km de Vitória da Conquista, foi inaugurado em 1950 e também contribuiu para tais mudanças.

²⁰ Leôncio Basbaum era médico, escritor e dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Esse relato decorreu de uma viagem que fez na década de 1950 à região e está presente na obra autobiográfica intitulada “Uma Vida em Seis Tempos: Memórias”, lançada em 1976 pela Editora Alfa Ômega e citado no jornal *O Fifó*; constitui uma importante fonte histórica sobre a pobreza e exclusão social existentes na cidade, em meados dos anos 1950.

²¹ O jornal *O Fifó* foi um periódico semanário, cujo editor era Flávio Scaldaferrre e o redator, o advogado, professor e intelectual Ruy Medeiros. Fundado em 1977, teve curta duração. Informação encontrada em Viana (1982, p.745, volume 2).

[...] Mas o que realmente me impressionou foi o grau de miséria em que a população vivia mergulhada. Mendigos por toda a parte, nas esquinas, na Igreja, no mercado ou na feira, pelas estradas, à beira das calçadas. São andrajosos, esqueléticos, de aspecto doentio. Eles não têm aquela picardia dos mendigos das cidades grandes, nem a sua agressividade encontrada mesmo em algumas cidades do polígono. São mansos, humildes, como se pedissem desculpas por serem tão pobres. Se alguns cantam alguma melodia diferente, desconhecida, lamurienta, ou se alguns outros tocam algum instrumento musical, uma viola, uma flauta, sentados no meio – fio da calçada, a maioria não canta nem toca. Simplesmente está recostado em alguma parede, a mão estendida que, mal tendo forças para se erguer, está pousada no solo. Alguns têm um chapéu na mão, outra nem isso. Nem erguem a voz para implorar, salvo quando se trata de algum estranho à cidade, que pareça ter dinheiro. Ficam apenas silenciosos nem olham para a gente, mão entreaberta esperam que alguém lhes lance alguma moeda ou aquelas velhas notinhas de um cruzeiro. A maioria nem agradece. E são de todas as idades, com a diferença de que os menores, crianças de 4 ou 5 anos são mais agressivos, correm atrás da gente, puxam pelo paletó e quando recebem alguma coisa, correm para o pai ou a mãe, que está semi-inconsciente, em algum canto de esquina exibindo a nota como se fosse um troféu conseguido [...]

Toda a população, mais da metade, conforme me pareceu, anda descalça, a roupa é velha e rasgada e raramente limpa [...]

O que torna mais impressionante ainda o aspecto dessa população sem esperança, sobretudo de Jequié e Vitória de Conquista, é o número de aleijados, débeis mentais, entre os mendigos [...], como se fosse uma lei sociológica do capitalismo. Quanto maior a população maior o número de mendigos, marginais e doentes de toda espécie. Mas em Vitória da Conquista e Jequié essa percentagem me dava a impressão de ser pelo menos de cinquenta por cento. Metade da população é de sub-homens, criaturas de aparência mais ou menos humanas mas que na realidade vivem e se comportam como irracionais [...] (BASBAUM, 1976 *apud* O FIFÓ 14-12-77).

O discurso contido nesse depoimento, apesar da atenção à problemática social, em certa medida adota um tom conservador e faz uso, em algumas passagens, de adjetivos desqualificantes que refletem o olhar do escritor, nos anos 1950, para com a população que habitava as ruas de Vitória da Conquista quando a visitou. Contudo, as fontes indicam que os mendigos, citados por Basbaum, estavam presentes nas ruas da cidade desde as primeiras décadas da República. A concentração fundiária e as secas constantes que atingiam o Nordeste brasileiro, estimulando o êxodo rural e a falta de oportunidades, características da República brasileira no período abordado, tornaram necessário o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência e inserção social alternativas. Muitos

tornaram-se alfaiates, sapateiros, lavadeiras, vendedores de quitutes, prostitutas, carregadores de água. Outros sobreviviam por meio da mendicância.

Percebe-se, após a abolição, a existência de uma preocupação constante, presente ainda em meados da década de 1950, com a manutenção da ordem social, em combater práticas de “vadiagem” que escapassem à lógica do trabalho e com o estabelecimento de regras de higiene e padrões sanitários. Tudo isso era considerado fundamental para garantir à cidade um aspecto ordeiro e civilizado. Tal preocupação fica muito evidente no artigo *O Preto lazarento das feiras livres*, publicado pelo jornal *O Combate* em 1951:

O nosso registro, hoje, prende-se a um desditoso preto, marcado pelo destino e condenado a viver em atroz provação, jungido a um carrinho de mão, chagado e sujo, encostado às sextas-feiras e aos sábados, ao poste da esquina da Praça da Bandeira [...].

Pobre homem!

Inútil para o trabalho acompanhado por dois pretinhos menores, seus filhos, leproso para alguns, canceroso para outros, infeliz para todos [...] – o infeliz preto, em franca promiscuidade com tudo e com todos, mendiga o pão negro da vida, para si e para os seus [...]”²².

Posteriormente, no referido jornal, o jornalista Ciro Teles publicou uma reportagem com o mesmo teor, reforçando a visão de que a “vadiagem” não poderia fazer parte do cenário de uma cidade progressista e civilizada como Vitória da Conquista. Apesar de essa matéria ser da década de 1950, fica claro que a mesma preocupação em disciplinar a cidade, conter práticas opostas ao trabalho, característica das décadas mais próximas à abolição, ainda era perceptível.

As medidas postas em prática, ultimamente, pelas autoridades policiais, no sentido de reprimir a malandragem nesta cidade, têm produzido ótimos resultados [...].

Não podiam, de fato, as cousas continuar no pé em que se achavam, sob pena de termos que lamentar, em futuro talvez não mui remoto, a formação, aqui, de um perigoso núcleo de malandros e desordeiros, quando a tendência, em toda parte, é para melhorar o caráter da mocidade, fazendo-a trabalhar honestamente e adquirir noções exatas de moral e de progresso [...].

Que não cesse, pois, a ação saneadora das autoridades de Vitória da Conquista, coibindo abusos, evitando a aglomeração, pelas ruas e praças da cidade, das levas de desocupados que a atravancaram até há poucos dias, com grave perigo para a ordem social e franco detrimento

²² Trecho de *O Combate*, 30 de Outubro de 1951, Nº 8, P.1, Continuação na página 4, escrito por Ary Évilo, na seção Ecos e Comentários, intitulada: *O preto lazarento das feiras livres*, encontrado no arquivo particular de Ruy Medeiros.

da feição estética que deve sempre possuir uma cidade florescente como a nossa Vitória da Conquista.²³

Do mesmo modo, as práticas vistas como associadas à cultura africana continuavam inquietando as autoridades, obrigando-as a estabelecer mecanismos de controle sobre estas. Em 1954, dois anos antes da morte da personagem central desta pesquisa, Maria Rogaciana da Silva, o Código de Posturas municipais reitera a visão de que os rituais religiosos, associados aos indígenas, negros e seus descendentes eram algo que deveria ser interdito, desestimulado, coibido, mesmo com os contornos liberais incorporados pela Constituição de 1891 e 1946.

A despeito da liberdade de culto introduzida na primeira constituição da República de 1891 e dos dispositivos constitucionais incluídos na Carta Magna de 1946, tais medidas ainda não haviam alcançado os cultos afro-brasileiros, razão pela qual continuavam coibidos em todo o país. Em 1954, ainda não gozavam de liberdade geral e irrestrita. Em termos locais, foram mesmo formalmente proibidos pelo Código de Posturas do Município em 9 de dezembro de 1954, na gestão do prefeito Gerson Sales que era batista [...] (AGUIAR, 2007, p. 97-98).

No Código de posturas municipais de 1954²⁴, no capítulo relativo à moralidade e ao sossego público, constava, no Artigo 98, que era expressamente proibido, sob pena de multa ou prisão: “Promover batuques, sambas, candomblés e outros divertimentos congêneres na cidade, nas vilas e nos povoados, sem licenças das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares”.

Interessante observar, como reflete Aguiar (2007, p. 98), a associação entre o candomblé e outros “divertimentos”. Ao expressar-se assim, o Código de Posturas de 1954 destituiu dos cultos de matriz africana o seu caráter religioso, sagrado, diferenciando-os das demais tradições católica, Kardecista e batista, predominantes entre as famílias mandatárias da cidade. Segundo o estudioso, destacavam-se em Vitória da Conquista os Gonçalves da Costa, vinculados ao catolicismo; os Silva Gusmão ao protestantismo e os Dantas ao espiritismo. O autor também observa a negação do *status* familiar ao povo de santo, visto que, certamente, as cerimônias do candomblé contavam com a presença de famílias sanguíneas e também daquelas configuradas em função de relações espirituais.

Apesar da cidade ter se estruturado em torno de um projeto pautado na ideia de civilização e progresso, norteadora da recém implantada República e que associava a

²³ Arquivo particular do professor Ruy Medeiros – Jornal *O Combate*, 31 de janeiro de 1952, nº 15. p. 1. A grafia de época foi mantida na transcrição.

²⁴ Código de Posturas Municipais, Capítulo X, Artigo 98, 1954, p. 20. Encontrado no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

cultura negra e indígena ao atraso e à falta de progresso, estudos acadêmicos têm revelado que em detrimento disso, a resistência cultural, principalmente, expressa na busca de preservação dos elementos culturais afro-indígenas, estava presente no cotidiano de muitos moradores.

Aguiar (2007) destaca a importância dos terreiros de candomblé como baluartes das tradições afro-indígenas. Tais terreiros, segundo o pesquisador, foram erigidos nos bairros populares da cidade e em seus arredores. Por meio de entrevistas com moradores da cidade, guardiões da memória local, o autor fornece um mosaico desses terreiros de Candomblé e Umbanda, apontando elementos importantes relacionados ao lugar geográfico e social ocupado por esses, a exemplo do terreiro de Pai Antônio do Borocô, localizado nas Pedrinhas, atualmente, bairro Cruzeiro, fundado, provavelmente, nos anos 1930; de Mãe Lucília, do terreiro chamado Candomblé da Mãe Ingraça, que existia no bairro Bateias e que o autor acredita ser do mesmo período; do terreiro de Maria de Braulino, na Praça do Cajá, criado em 1946; do terreiro de Mãe Vitória de Petú na rua da corrente, na época, periferia da cidade, hoje, pertencente ao bairro Alto Maron; do terreiro de Umbanda de Pai Zé Piqueno, no bairro Jurema, desde a década de 1930; do terreiro de Mãe Maria Tupinambá ou Maria da Serra, localizado no bairro hoje conhecido como Nossa Senhora Aparecida, criado também nos anos 1930; do de Mãe Tilha que, segundo o entrevistado João Procópio Lima, “em 1951 já batia o tambor e o povo sambava” e que teria surgido nos anos 1940.

A análise de Aguiar (2007) demonstra a profusão de terreiros existentes em Conquista nas décadas iniciais do século XX, e leva à reflexão sobre a invisibilidade desses espaços do sagrado na História local. Há um silêncio sobre tal tema, recentemente quebrado por alguns valiosos trabalhos de pesquisadores locais, como o do referido autor. A representação dominante de uma cidade católica, protestante e mesmo espírita Kardecista, religiões de matrizes europeias, se impôs sobre as manifestações afro-indígenas de tal forma exigindo um exercício intelectual de reconstrução histórica mais atento à diversidade étnica e cultural da região. Para Aguiar (2007, p. 199): “As religiões afro-brasileiras [...] somente foram identificadas a partir dos anos 1930; Mas [...] representam a continuidade das tradições afro-indígenas presentes no sertão da Ressaca, desde o século XVIII”.

Os terreiros que reuniam o povo de santo eram espaços de sociabilidade, resistência cultural; *locus* de reconhecimento identitário, ao mesmo tempo que constituíam também um microcosmos em que dialogavam, se interpenetravam as

tradições religiosas europeias, indígenas e africanas. Nesse universo diverso, multifacetado, gestavam-se expressões culturais genuinamente conquistenses, comprometidas com a realidade local e as formas engendradas no sertão da ressaca de viver o sagrado, relacionar-se com ele e posicionar-se na sociedade na qual se inseriam. Mesmo invisibilizados e recantados, esses lugares de religião configuravam-se como redutos de resistência e rememoração da presença negra e indígena no território.

Ao observarmos a localização e distribuição desses terreiros no espaço urbano da época, algo nos chama a atenção. Eles ocupam os limites: sul, sudoeste, oeste, norte e nordeste da cidade, que eram habitados por trabalhadores, descendentes de negros e indígenas e de alguns migrantes que, com a construção da BR – 116, aos poucos estavam chegando. Apenas do centro para o leste, onde se localizavam os templos das denominações católica, espírita e protestante e eram habitados por setores dominantes, pelas famílias dos grandes proprietários e seus descendentes, identificados pelos moradores da cidade como os das ‘famílias tradicionais’, não se registravam a presença dos terreiros (AGUIAR, 2007, p. 93).²⁵

Para Aguiar (2007, p. 100),

[...] de 1930 a 1950, os templos de diversas religiões distribuíam-se pelos bairros de acordo com os segmentos sociais que a ela se vinculavam”. Os praticantes do candomblé, que também frequentavam a Igreja Católica, habitavam as áreas periféricas mais antigas, hoje, os bairros; Alto Maron, Cruzeiro, Guaraní, Jurema, Brasil, Bateias e Ibirapuera, onde funcionavam os terreiros. Eram habitados geralmente por trabalhadores, mão-de-obra das oligarquias rurais, feirantes, motoristas, vigias, pequenos comerciantes, comerciários, mecânicos e domésticas (AGUIAR, 2007, p. 100).

Em contrapartida, o referido autor avalia: “Os templos das religiões de origem europeia localizavam-se no Bairro Centro, no qual se encontravam: o único templo católico até então existente; os templos das igrejas protestantes [...] e os templos do espiritismo Kardecista [...]” (AGUIAR, 2007, p. 100).

Uma questão a se considerar é que, com base nas conclusões de Itamar Aguiar (2007), observa-se que em alguns nomes dos bairros periféricos em que os terreiros

²⁵ Interessante observar que, na atualidade, Vitória da Conquista passa por um visível processo de crescimento urbano e que a região leste da cidade substitui o antigo centro, reduto das famílias tradicionais e constitui um território que concentra a residência das famílias mais abastadas, os colégios particulares, universidades, bares, cafés e restaurantes, enfim os equipamentos mais modernos e simbolicamente representativos de riqueza, consumo e poder. Enquanto isso nos bairros periféricos e na zona rural, a presença negra, indígena, de trabalhadores é mais perceptível.

floresceram e das lideranças religiosas, aparecem referência à ancestralidade indígena: Cajá, Tupinambá, Jurema, Guarani, Ibirapuera, o que reflete, como assevera o autor, a existência de uma grande hibridização cultural entre elementos associados à cultura africana, com outros existentes no sertão da ressaca, a exemplo daqueles identificados com os povos indígenas que aqui viviam. Além disso, talvez não seja demasiado arriscado afirmar que nesses bairros de forte presença afro-indígena e mestiça, a resistência cultural, expressa na presença das religiões de matriz indígena e africana, no nome dos bairros, era forte e sobrevivia às tentativas de implantação de um projeto cultural homogeneizante e com inspiração nas tradições europeias.

A disposição geográfica, das religiões de matriz europeia por um lado e por outro, das identificadas com as raízes afro-indígenas, assinalada por Aguiar (2007) remete a uma análise do pesquisador Alberto Bonfim Silva (2017, p. 145-146), quando assim escreveu, referindo-se à maior presença negra na zona rural e na periferia da cidade, ainda hoje, na atualidade,

Percebemos assim uma invisibilidade da zona rural, muito embora a extensão dessa área [...], onde residem mais de 32.000 mil pessoas, possa contribuir para isso. Pode-se verificar ao entrar num ônibus da zona rural, [...] a maioria de seus passageiros são os moradores desses lugares. É raro vê-se algum morador da área urbana. A zona rural de Vitória da Conquista é um universo predominantemente negro e quase desconhecido da cidade. Também a realidade das periferias urbanas, onde há uma maior concentração de negros, passa por mecanismos que lhes conferem invisibilidade. Os bairros periféricos são pouco retratados nos veículos de comunicação e, quando o são, estão na maioria das vezes associados à criminalidade [...].

Além da questão religiosa, Martha Nogueira (2016) ressalta também, com base no trabalho de Rosalvo Lemos (2001), outra forma de resistência cultural perceptível após a década de 1950: as batucadas que aconteciam nos carnavais conquistenses, reunindo os moradores das Pedrinhas – território urbano popular e com forte presença de afrodescendentes – e que se situavam no universo vinculado às práticas culturais afro-brasileiras.

Segundo Rosalvo Lemos (2001), o principal lazer da população de baixa renda, na maioria negra, era participar das batucadas que começaram a acontecer nos carnavais de Vitória da Conquista na década de 1950. Esse movimento teve a iniciativa de um senhor por nome Fernando Caidó, recém-chegado da cidade de Itabuna e morador da Rua das Pedrinhas, que resolveu criar um grupo de batucada para

participar dos festejos carnavalescos nas ruas da cidade, formando uma espécie de — “irmandade” unida pelo batuque, um ritmo que retomava as práticas culturais afro-brasileiras e que possibilitava a participação dos moradores daquela região nos ditos festejos (NOGUEIRA, 2016, p. 32-33).

As batucadas ajudavam a fortalecer os laços de solidariedade e a identidade racial dos moradores das Pedrinhas. Nogueira (2016), baseada na pesquisa de Rosalvo Lemos (2001) sobre as batucadas Conquistenses destaca a preocupação com o clima de ordem, tranquilidade, respeito às leis instituídas diante da ameaça constante de intervenção policial. Isso, certamente, devia-se à estigmatização que os negros e mestiços pobres eram alvo na cidade.

Nos meses que antecediam ao carnaval, de sexta-feira a domingo aconteciam festas para angariar recursos destinados aos desfiles das batucadas, mas durante todo o ano, os batuqueiros estavam ensaiando os ritmos, preparando as coreografias e as roupas para uma bela apresentação na Avenida. Todos os moradores do bairro participavam. Era um momento de socialização e muita diversão. Entretanto, os donos ou diretores das batucadas procuravam selecionar os participantes das atividades para manter a ordem e o clima de tranquilidade. Desta forma evitavam a presença da polícia e mantinham uma boa relação com os vizinhos, fazendo entender que os participantes dos batuques carnavalescos estavam atentos para a ordem social imposta pela legislação municipal (LEMOS, 2001 *apud* NOGUEIRA, 2016, p. 32-33).

No Planalto da Conquista, a presença negra, mestiça e popular na cultura era visível também em manifestações como, por exemplo, os Ternos de Reis que, na tradição católica, retratam a romaria empreendida pelos reis magos à gruta de Belém para saudar o nascimento de Jesus. Tanajura (1992) cita o famoso terno de João Marimbondo, composto por homens, mulheres, um palhaço e uma pessoa vestida de mulinha. Daí o nome Reis da Mulinha²⁶. Ao descrever o Terno, o autor afirma a existência de elementos africanos no ritual expressos, principalmente na dança e nas características pastoris do auto que, de acordo com o memorialista, seriam “reminiscência talvez de esfacelamentos de antigas instituições culturais africanas” (TANAJURA, 1992, p. 182).

²⁶ Esse terno adentrava as casas com cânticos tradicionais e, depois, apresentava uma espécie de auto no qual o palhaço entrava no final puxando a mulinha por uma corda e, após ordenar o fim dos cantos e da dança, dizia que ali estava com a mulinha que sapateava, vestida de ouro para vendê-la ao dono da casa. Após este aceitar comprar o animal, a mulinha ia para o centro da sala e executava o sapateado, seguida pelo grupo de terno que cantava. Fonte: TANAJURA (1992, p. 181).

A participação de povos descendentes de africanos e indígenas nas festas como o Terno de Reis e o Carnaval mostram a presença dos elementos culturais vinculados às tradições afro-indígenas, o desejo de preservação dessas identidades por parte de segmentos da população habitante de bairros periféricos, das comunidades da zona rural, muitas remanescentes de quilombos que se impuseram como guardiões dessas manifestações repaginadas pelos trânsitos culturais, pelos novos contextos em que essas se manifestavam e que apesar das mudanças ocorridas com o passar do tempo, ainda eram predominantemente marcados pela visão racializada e excludente.

A despeito disso, como bem reflete Alberto Silva (2017), Vitória da Conquista, por muito tempo, reservou aos negros um lugar de invisibilidade que, como destacado anteriormente pelo autor, é facilmente questionável ao observar-se a população moradora da zona rural e dos bairros periféricos da cidade. Desse modo, constituiu-se, historicamente, e, ainda, na contemporaneidade, como

[...] uma sociedade que se enxerga ‘branca’. Por diversos padrões como [...] a distribuição geográfica, as referências históricas, a construção dos ‘heróis’ da cidade, os locais privilegiados dos registros do fazer social e, sobretudo, pela idealização do cidadão representativo que é realizado pela comunicação social da cidade, nos jornais televisivos, principalmente, mas também no rádio e impressos, na propaganda comercial, nas escolhas do perfil de modelos das agências de publicidade, entre tantas outras representações. Em todas essas práticas culturais há, ainda, não só uma inferiorização do lugar do negro na sociedade, como também uma prática de apagamento de sua existência (SILVA, 2017, p. 145).

Com efeito, é nessa cidade, cujos caminhos históricos tentou-se, aqui, sinteticamente, evidenciar, que Maria Rogaciana da Silva veio morar e passou a comemorar a data da abolição. Território mestiço, localizado na fronteira com a região Sudeste, comandado por famílias endogâmicas descendentes dos conquistadores, com grande concentração de renda nas mãos dos proprietários de terras, gado e comércio, de origens católicas, mas que também abrigava expressivos núcleos protestantes e espíritas. Ao mesmo tempo, com profundas raízes indígenas e africanas que, apesar das tentativas de apagamento, resistiram reconfiguradas, de acordo com os contextos históricos e as necessidades dos sujeitos a elas identificados e que insistem em ocupar outros lugares sociais numa cidade que, nas palavras de Passos (2012, p. 117), “não se reconhece, nem tão nordestina, nem tão baiana, nem tão negra [...]”. As configurações de Vitória da Conquista, ao longo da história, mostraram-se complexas, ambivalentes, conflituosas,

marcadas por lutas e resistências. Tais configurações, certamente, influenciaram a formação identitária de Rogaciana e as festas da abolição que promovia, como será visto mais adiante.

CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO PLANALTO DA CONQUISTA E NO BRASIL NO PÓS-ABOLIÇÃO

Na tina vovó lavou
 A roupa que mamãe vestiu quando foi batizada
 E mamãe quando era menina teve que passar, teve que passar
 Muita fumaça e calor no ferro de engomar
 [...]
 Hoje o olhar de mamãe marejou, só marejou
 Quando se lembrou do velho, o meu bisavô
 Disse que ele foi escravo, mas não se entregou à escravidão
 Sempre vivia fugindo e arrumando confusão
 Disse pra mim que essa história do meu bisavô, negro fujão
 Devia servir de exemplo a esses nego pai João
 Disse afinal que o que é de verdade ninguém mais hoje liga
 Isso é coisa da antiga, oi, na tina [...]"

Música Coisa da Antiga, Clara Nunes

O trabalho desenvolvido em torno do tema Maria Rogaciana e as Festas do Treze de Maio toma como referência central, a problemática étnico racial. Porém este não pode deixar de refletir também acerca da questão de gênero e de classe, categorias que se relacionam e contribuem para um olhar mais abrangente sobre essa mulher e suas lutas, atentando, ademais, para os desafios que ela enfrentou ao longo da vida. Também se considera fundamental analisar a participação de outras mulheres de origem afrodiáspórica e pertencentes às camadas populares na história de Vitória da Conquista, destacando diferentes experiências femininas que, juntas, costuravam o tecido social.

2.1 As mulheres negras no centro dos debates

Ao abordar a história de mulheres negras no Brasil, é preciso considerar a relação entre raça e gênero. No entanto, torna-se necessário ancorar essa análise, trazida à tona pelos estudos feministas, na diversidade de experiências dessas mulheres ao longo da história, refletindo sobre as estratégias de vida e sobrevivência engendradas por elas para resistir e situar-se perante a violência, os estigmas e a exploração que as atingiam. É inegável a força dos sistemas opressivos, mas também é uma visão simplista, querer enquadrar, do ponto de vista teórico, as vivências das mulheres descendentes da diáspora, em um modelo que as concebe como entidades homogêneas e meramente subordinadas às imposições da sociedade racializada.

[...] a história das mulheres negras brasileiras pode contribuir para o aprofundamento do debate dos estudos feministas sobre a relação raça e gênero a partir da diversidade das experiências das mulheres negras e, principalmente, refletir sobre o movimento feminista no Brasil que, na sua tentativa de adequar-se às tendências do feminismo norte-americano e europeu ao longo de sua história, excluiu as experiências e as marcas das diferenças de muitas mulheres, tornando periférico e deficiente o que é diferente. As múltiplas opressões, resultados de diferentes diferenças, são sub – representadas em nome da opressão de gênero tanto nos debates quanto na produção acadêmica (CARDOSO, 2008, p. 1).

De acordo com Cláudia Pons Cardoso (2008, p.1-2), os estudos desenvolvidos pela Escola de Annales com sua busca por novos sujeitos e objetos, bem como a expansão do movimento feminista, contribuíram para que na década de 1970, a história das mulheres passasse a ter maior visibilidade na historiografia. Daí em diante, muitos estudos têm abordado a história das mulheres. Entretanto, no tocante às mulheres negras e pobres, ainda há um longo caminho no sentido de romper com o silenciamento e apagamento que lhes foram historicamente impostos.

Ao ressaltar a questão do gênero, toma-se, aqui, como referência as palavras de Carla Bassanezi Pinsky (2014, p. 11) que evidencia o caráter histórico por trás dessa noção:

[...] Quando falamos em gênero, estamos falando da construção cultural do que é percebido e pensado como diferença sexual, ou seja, das maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é “ser homem” e ser “mulher”, e o que é “masculino” e “feminino”. Assim, podemos tratar essas noções como conceitos históricos [...]. Os relacionamentos familiares, as relações de trabalho, a sexualidade, a maternidade, a distribuição de tarefas e de poderes e até as escolhas individuais são compreendidos e se manifestam de maneiras diferentes em cada contexto social, configurando relações de gênero distintas, em vários lugares e momentos históricos diversos.

Pinsky (2014) analisa que as relações de gênero, ao mesmo tempo que são fruto das relações sociais, dialeticamente também as influenciam ao, por um lado, legitimar e, por outro, questionar as configurações assumidas pela sociedade, em seus processos históricos, podendo assim também contribuir para uma possível estruturação de ideias e práticas que levem a transformações.

As concepções relacionadas à diferença sexual tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção dessas relações. Em outras palavras, assim como as ideias de gênero influenciam a vida das pessoas, as experiências de homens e mulheres concretos e os elementos materiais de sua existência, por sua vez, afetam e moldam o pensamento num movimento dialético. Gênero, portanto, refere-se tanto às ideias que têm como referência a diferença sexual e que servem de base para outras interpretações do mundo quanto às práticas sociais orientadas por essas ideias (PINSKY, 2014, p. 11).

Outrossim, cabe considerar a assertiva de Cardoso (2008), ao ressaltar a importância da ampliação e aprofundamento de estudos no Brasil que partam da intersecção entre raça e gênero, diante dos contornos fortemente racistas e machistas da sociedade brasileira, o que faz com que o protagonismo feminino e negro seja apagado da história.

[...] as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista (CARDOSO, 2008, p. 3).

Desse modo, falar de Maria Rogaciana e das mulheres do Planalto da Conquista no pós-1888, é também tratar das relações entre gênero, raça e classe em um contexto local, histórico, cultural e social específico e propor a análise de experiências de mulheres sob a ótica da diversidade, em negação ao discurso essencializado que desconsidera os diferentes embates e estratégias que as atravessam. Destarte, como bem afirma Cláudia Pons Cardoso: “[...]. Pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir destes embates e estratégias de sobrevivência na diáspora nas sociedades pós-coloniais racializadas” (CARDOSO, 2008, p. 6).

Na luta pela sobrevivência, mulheres, negras, pobres, nordestinas, construíram estratégias de sobrevivência e busca de cidadania no pós-abolição, enfrentando todo tipo de dificuldades, notadamente os estereótipos decorrentes do racismo e do sexismo, numa luta incessante pelo direito de ocupar um lugar social menos estigmatizado, como analisou Gebara (2000) aqui citada por Flávio Passos:

Gebara (2000, p.14) lembra que muito antes e em paralelo às “revoluções” feministas da segunda metade do século XX, as mulheres nordestinas, pobres, “sem pertença a nenhuma organização política,

social ou feminista”, constroem saídas para o sofrimento, a dominação e a opressão. Assim, “saindo de suas velhas e novas senzalas”, produzem mudanças que alteram sua própria visão da vida e fazem a diferença, “sem luta organizada, sem uma causa social publicamente reconhecida, sem uma compreensão sistematizada das causas da opressão social, sem um reconhecimento do feminismo afirmam-se à sua maneira como “sujeitas” de direitos e de deveres (PASSOS, 2012, p. 123).

Ao pesquisar acerca das relações étnico-raciais no pós-abolição, tendo como foco central a história de Maria Rogaciana e as celebrações do 13 de Maio, algumas interrogações se fizeram presentes em todo o processo de pesquisa: Qual o lugar que a sociedade conquistense reservava às mulheres negras e pobres que viviam aqui? Se Maria Rogaciana foi uma exceção, por conseguir visibilidade e reconhecimento social ao ponto de figurar entre as mulheres que a memória oficial identifica como protagonistas da história conquistense, o que a aproximava e a distinguia das demais mulheres afrodescendentes e pobres? Para tanto, foi preciso buscar nas poucas fontes existentes, indícios da presença de tais mulheres.

2.2 Mulheres na história local: entre lutas e conquistas

As pesquisas sobre mulheres na história local, ainda são em número restrito. Dentre os fatores que explicam esse silenciamento, certamente figura a dificuldade de fontes que permitam a reconstrução das trajetórias femininas e, também, a prevalência no campo historiográfico de uma visão masculina, branca e eurocêntrica que, a despeito de todos os questionamentos teóricos e metodológicos encetados, ainda é perceptível. Nesse sentido, o livro do memorialista Israel (Zai) Orrico intitulado *Mulheres que fizeram História em Conquista* (1982), se destaca por abordar o papel relevante das mulheres na formação e desenvolvimento da cidade. A obra destaca, fundamentalmente, mulheres pertencentes às famílias tradicionais, exaltando a força, a coragem, a participação política e cultural feminina na história de Vitória da Conquista.

Recentemente, alguns pesquisadores, a exemplo dos citados no presente texto, têm realizado importantes trabalhos centrados na história conquistense, ressaltando categorias até então pouco destacadas como raça e gênero. Tais iniciativas apresentam-se como um movimento potente e comprometido com a perspectiva de retirar personagens históricos femininos, negros, indígenas, da invisibilidade.

Com exceção de alguns relatos feitos em livros memorialistas, pouco se tem publicado especificamente sobre as mulheres negras em Vitória da Conquista. Contudo, elas não estão no completo silêncio. Por meio dos novos estudos acadêmicos e em pesquisas ainda em andamento, as mulheres negras de Vitória da Conquista começaram a ganhar destaques em trabalhos voltados para temas como escravidão, educação, candomblé, cultura afro-brasileira e territorialidade. Quando se volta para o século XIX, encontra-se nos arquivos públicos a presença das negras escravizadas, forras ou pobres, publicados em processos jurídicos criminais referentes à ordem e posturas da cidade (NOGUEIRA, 2016, p. 56).

Uma das mulheres negras mais lembradas é Eufrosina Maria de Oliveira, também conhecida como Fulô Roxa, Fulô Roxa do Panela ou Sinhá Fulô. Esta nasceu em 1859 no povoado conhecido como Panela, depois chamado de Campo Formoso, pertencente à Imperial Vila da Vitória. Era filha, de acordo com Santos (2015, p. 166), de Maria Bernarda e do coronel João de Oliveira Freitas. A mãe de Fulô, Maria Bernarda era concubina do citado coronel que a teria alforriado quando esta tinha dezoito anos e com quem teve oito filhos, dentre eles Eufrosina. Na análise do autor, os laços com o coronel possibilitaram a Maria Bernarda, além da liberdade, adquirir propriedades e escravizados.

Figura 01 – Foto de Eufrosina Oliveira Freitas Trindade



Fonte: Viana (1982, p. 400, volume 1).

Fulô Roxa foi assim descrita pelo memorialista Israel (Zai) Orrico (1982):

[...] Tinha a tez moreno – escura, traços faciais delicados, nariz fino, lábios sensuais bem desenhados, olhos ligeiramente arredondados e ardentes.

O busto ereto, bem proporcionado, braços formosos e mãos delicadas, cintura fina, admiravelmente torneadas as pernas e tornozelos, formando o todo um maravilhoso conjunto. Nem mesmo os cabelos carapina conseguiam diminuir-lhe a beleza. Exalava sensualidade (ORRICO, 1982, p. 169).

Na descrição de Fulô do Panela, percebe-se, explicitamente, a presença do estereótipo da “mulata”, comumente associado às representações de mulheres afro-brasileiras e assentado em características extremamente erotizadas. A imagem da mulata foi construída de modo a exaltar a sexualidade supostamente aflorada da mulher de origem afrodescendente, sendo transformada pela cultura de massas num símbolo nacional, como aponta Seigel e Gomes (2002, p. 182).

Segundo Orrico (1982, p. 170), Fulô se casou com Lázaro Viana, um fazendeiro e comerciante próspero do Panela, com quem teve três filhos: Paulino, Raquel e Lúcia Viana de Oliveira. Anos mais tarde, separou-se de Lázaro e mudou-se para Conquista. Era proprietária de uma fazenda na região de Barra do Choça destinada ao cultivo de mandioca e cereais e também atuava como comerciante. Eufrosina torna-se amante do poderoso José Fernandes de Oliveira, mais conhecido como Coronel Gugé, com quem teve um filho – Agenor Freitas Oliveira²⁷. Além de dona de terras e comércio, era parteira e juntamente com o Padre Olímpio²⁸, D. Laudiceia Gusmão, Henriqueta Prates²⁹ e outros moradores da cidade fez parte, em 1914, do grupo de fundadores da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula.

²⁷ Na *Revista Histórica de Conquista*, volume 2, o autor Aníbal Lopes Viana afirma que, da união com o Coronel Gugé, além de Agenor de Oliveira Freitas, o casal teria tido também uma filha chamada Raquel (VIANA, 1982).

²⁸ De acordo com Aníbal Lopes Viana (1982, p. 39-40) volume 1, o Padre Olímpio viveu em Conquista entre 1905 e 1918; com parte do dinheiro deixado em testamento pelo Cel. Antônio Ferraz de Araújo Catão e a contribuição dos moradores da cidade, iniciou, em 1914, a construção da Santa Casa de Misericórdia.

²⁹ Henriqueta Prates (1863 -1957): filha de família considerada ilustre, era uma mulher respeitada e muito conhecida na cidade no início do século XX. Quando houve uma guerra entre duas facções de coronéis aparentados, em disputa pelo poder local (Meletes e Peduros) em 1919, ela, juntamente com outras mulheres como Laudiceia Gusmão e Eufrosina Oliveira Freitas Trindade intervieram junto ao líder dos Peduros – Cel. Ascendino Melo – que era sobrinho de Henriqueta, para que o conflito encerrasse e o juiz da cidade não fosse morto ou posto para fora montado num boi. Ver Viana (1982, p. 396-397, Vol 1). Laudiceia Gusmão: também de família tradicional, era parteira e se dedicava a trabalhos de assistência social na cidade como, por exemplo, quando ocorreu uma epidemia de varíola (1919-1920), em que ajudou muitos doentes tanto na Santa Casa de Misericórdia, quanto em sua própria residência. Na guerra entre Meletes e Peduros, segundo Viana (1982, p. 397-398), teria saído à rua com um rifle no ombro e uma bandeira branca, reuniu senhoras das famílias abastadas de Conquista e também coronéis, comerciantes, pessoas de posse e com prestígio social e negociaram um acordo de paz com o chefe dos Peduros – Cel. Ascendino Melo, e dos Meletes – Cel. Maneca Moreira para cessar o banho de sangue. Como garantia, acompanhou o juiz – considerado um dos responsáveis pelo início da luta armada – até a cidade de Poções, para garantir que a vida dele não fosse ameaçada e o acordo de paz vingasse.

Na obra *Mulheres que fizeram História em Conquista* (ORRICO, 1982, p. 173), Eufrosina também é lembrada pelo catolicismo fervoroso que processava o que a fez participar da oposição à criação da primeira Igreja Batista na cidade. Fulô roxa do Panela contraiu segundas núpcias com o português Alfredo Trindade, com que viveu até a morte, aos setenta e seis anos de idade, em 1935.

Embora trouxesse consigo visivelmente na pele, as marcas da ancestralidade africana, tivesse a imagem associada à da mulata, mantivesse um relacionamento extraoficial com um homem casado, Fulô, convivia na sociedade conquistense do início do século XX, ocupando um lugar de destaque. Eufrosina é descrita, pelos memorialistas, como uma mulher de fibra, coragem e que exercia trabalhos sociais, especialmente como parteira; mas, provavelmente, o fato de Fulô do Panela ser proprietária de terras, gado vacum e comércio, figurar como integrante das camadas privilegiadas da cidade e ter um bom trânsito com as autoridades políticas e religiosas (católicas) locais, também contribuiu decisivamente para que essa tivesse grande prestígio social.

Outra mulher negra emblemática que viveu num período posterior ao abordado na presente pesquisa, mas que teve um papel de destaque na história conquistense, foi Dionísia de Oliveira Silva, mais conhecida como D. Dió do Acarajé; nascida na Comunidade Quilombola de Lagoa de Maria Clemência, pertencente ao município de Vitória da Conquista, ela foi a primeira mulher a vender os bolinhos tradicionais da culinária afro-brasileira na cidade.

Figura 02 – Roda de Samba na “Lavagem do Beco”, com D. Dió do Acarajé no Centro



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista³⁰.

³⁰ Fundo: desfile carnavalesco. Vitória da Conquista-Bahia. Sem identificação do fotógrafo. Acessado na internet em 08/04/2022.

Martha Nogueira (2016) evidencia, por meio de relevante pesquisa histórica, o papel de Dona Dió do acarajé, baiana, que dava visibilidade à presença negra na região, usando, orgulhosamente, uma indumentária, constituída por saia rodada, torço, colares de contas. Vendia os acarajés em seu tabuleiro encravado no centro da cidade e tornou-se figura conhecida na praça caracterizada por abrigar um monumento em homenagem aos conquistadores que massacraram índios e negros e dominaram o território em que foi erigida Vitória da Conquista. Essa mulher negra organizava desde a década de 1980, no Carnaval e, depois, na micareta – (carnaval fora de época) –, um evento conhecido como a “lavagem do beco” que reunia mulheres e homens, com vasos de água perfumada, atabaques, flores e ramos, revelando as origens africanas da cidade e a resistência cultural dos descendentes dos povos da diáspora.

Enquanto as mulheres levavam as quartinhas, os homens puxavam o ritmo, tocavam os agogôs, os atabaques. Os instrumentos eram os mesmos tocados nos terreiros. Interessante é que esses tambores ritualísticos usados nas festas das religiões afro-brasileiras só podem sair dos terreiros em manifestações religiosas, contudo, estavam presentes nas “Lavagens do Beco” em Vitória da Conquista para marcar a sua relação com a religiosidade. Para Grazielle³¹ “o momento que esses elementos saem do terreiro para a festa de rua é o momento da visibilidade do povo negro”. Os cânticos entoados no cortejo eram todos de caráter religioso, embora muitos não saibam e costumam confundir com marchinha de carnaval, —mas eram dos terreiros, das roças para as festas de carnaval e micaretas, de onde o terreiro sai levando o agogô e o atabaque para a rua (NOGUEIRA, 2016, p. 132).

A autora ressalta o protagonismo de Dona Dió, à frente do cortejo, liderando os participantes - constituídos em larga medida pelo povo de santo - e evidencia a reverência dos políticos locais, que compareciam à lavagem, contribuía para a festa e lhe rendiam homenagens. “Mesmo com toda a discriminação existente em Vitória da Conquista em relação às manifestações afro-brasileiras, a “Lavagem do Beco” teve uma característica diferenciada quando os políticos, prefeitos, candidatos, vereadores começaram a participar da festa [...]”. (NOGUEIRA, 2016, p.133).

Segundo Martha Nogueira (2016, p.135), as fontes por ela consultadas, retratam:

[...] a rede de relações construídas por Dona Dió e a sua capacidade em articular com os diversos poderes institucionalizados ou não,

³¹ Nessa citação, Martha Nogueira cita o depoimento da professora Grazielle Novato, docente da UESB, uma referência nos estudos das questões étnico-raciais na cidade.

oferecendo mecanismos de socialização ao criar novos espaços, ampliando as perspectivas para si e para o seu grupo. Reflete também a preservação e resgate da cultura afro-baiana. [...]

Certamente, reconhece-se a importância de historiadores e historiadoras locais por buscarem, cada vez mais, centrar as pesquisas e reflexões na trajetória de mulheres negras como as referidas anteriormente. Não obstante, entende-se que é preciso ter os devidos cuidados ao citá-las aqui, pois, ao destacar a história de vida de Eufrozina Maria de Oliveira – Fulô Roxa e Dona Dió do acarajé, é necessário considerar que há uma distância temporal e histórica entre essas personagens femininas negras. A referência às mesmas, parte da premissa de que é impossível refletir sobre Maria Rogaciana, sem mencionar essas mulheres, uma vez que, mesmo vivendo em períodos e contextos históricos específicos, essa tríade feminina vem sendo alvo de questionamentos, estudos, pesquisas, debates por ocupar lugar de destaque na história local. Ademais, o que parece mais interessante e desafiador é pensar que, possivelmente, tais estudos, contribuirão para despertar o interesse pela história de outras mulheres negras não tão lembradas nem visibilizadas.

Sem dúvida, o nome de Maria Rogaciana da Silva é sempre mencionado pelos memorialistas e moradores antigos da cidade como uma mulher que também marcou a História de Vitória da Conquista. Ao se considerar o período que essa teria migrado para a então Imperial Vila da Vitória – fins do século XIX – conclui-se que, provavelmente, tenha conhecido e até convivido com Fulô do Panela, uma vez que eram católicas e frequentavam os mesmos espaços sociais existentes na localidade. Mas, apesar de terem em comum o fato de serem mulheres, negras e católicas, as duas tiveram origens sociais e trajetórias muito diferentes. Eufrosina era filha de um coronel com uma negra alforriada, tinha posses e maiores facilidades de inserção social. Já Maria Rogaciana era trabalhadora doméstica, vinha de uma família de poucos recursos financeiros e teve que estabelecer negociações e adotar padrões de comportamento e práticas culturais para ser aceita na sociedade, numa posição não subalternizada, como será discutido mais adiante.

Com relação à Dona Dió do Acarajé, Rogaciana e ela viveram em épocas distintas, com diferentes contextos que se traduziam em formas específicas de ser mulher, negra e sem posses no Planalto da Conquista. Talvez isso explique, em parte, por que em suas trajetórias também percorreram caminhos diferenciados e lidaram com a questão racial e com os demais negros, de modo diametralmente oposto: Dona Dió tornou-se um baluarte da cultura africana na cidade, destacando-se na sociedade conquistense como uma mulher

negra, empoderada, difusora das expressões culturais afro-brasileiras, respeitada pelos políticos e pela população em geral, figura conhecida no centro da cidade, território cuja população de origem negra e indígena era comumente invisibilizada.

[...] A tradição resgatada e mantida por Dona Dió na forma de vestir, de falar, de conduzir o seu trabalho, preservando valores culturais e religiosos afro-brasileiros podem ser entendidos como sinais diacríticos que determinam a diferença entre Ela e as demais mulheres vendedoras de acarajé em Vitória da Conquista. Também contrasta com outras mulheres negras que conseguiram visibilidade e ascensão na Cidade por outros caminhos que não necessariamente refletem os valores culturais considerados de ancestralidade afro-brasileira ou afro-indígena (NOGUEIRA, 2016, p. 137).

Mas o que dizer de Maria Rogaciana? As fontes indicam que, por meio das práticas sociais que promovia, esta, em muitos aspectos se distanciou das tradições afro-brasileiras. As festas por ela organizadas não tinham tambores, cânticos do Candomblé ou da Umbanda, nem outros elementos típicos das religiões de matriz afrodiaspóricas. Entremontes, essa intrigante mulher, no início do século XX, também se fazia notar, lutou contra a invisibilidade com as armas que dispunha no contexto em que vivia e, sob essa perspectiva, talvez não seja fora de propósito afirmar que pavimentou caminhos para que, posteriormente, mulheres negras, não oriundas das classes abastadas, a exemplo de D. Dió do Acarajé, vinculadas às tradições africanas, pudessem ocupar, de outras formas, lugares de destaque na cena econômica, política e cultural conquistense.

2.3 O trabalho doméstico: um resíduo da escravidão

Maria Rogaciana foi uma mulher singular; porém a despeito das inúmeras diferenças existentes entre as mulheres de origem afrodiaspórica as quais viviam na cidade e no país, no pós-abolição, elas tinham algo em comum: o trabalho doméstico, o qual se configurava como uma esfera em que o preconceito racial era muito palpável.

Não obstante, o aumento das pesquisas sobre a presença do negro em Vitória da Conquista, há um vazio quando a temática é trabalho doméstico. Não apenas por ser exercido por mulheres, em sua maioria, adolescentes e jovens negras, vindas da zona rural, com seus estudos comprometidos, mas pelas próprias condições de trabalho, salários e as relações sociais, raciais e de gênero, envolvidas, o trabalho doméstico caracteriza-se “como um prolongamento ou permanência das atividades desenvolvidas por estas no período da escravidão” (CRUZ, 2007, p.

142). O trabalho doméstico, no Brasil, constituiu-se enquanto uma extensão do trabalho escravo, tendo as mulheres negras continuado em seus antigos lugares, antes “casa grande”, agora “casa dos grandes”. Predominantemente assumido por mulheres negras que ficam com toda sorte de responsabilidades dentro da casa dos patrões: de cozinheira, arrumadeiras, lavadeiras, amas, as que efetivamente criavam os filhos dos patrões. A maioria vinda da zona rural do município ou de outras regiões, submetidas a longas jornadas de trabalho, à baixa remuneração, à marginalidade legal, a não representação nas assembleias legislativas, à impossibilidade de conciliar trabalho com estudos, à ausência de organismos reivindicatórios como sindicatos ou associações (PASSOS, 2012, p. 179).

O processo de exploração pelo qual essas mulheres, em grande maioria, negras, passou a fazer parte no pós-1888, na verdade pode ser entendido como uma espécie de continuidade da escravidão, uma vez que, ainda muito jovens ou até mesmo na infância, eram submetidas a trabalho árduo, sem direitos trabalhistas. A exploração era escamoteada sob a roupagem de existência de vínculos pessoais, afetivos, de natureza quase familiar, supostamente construídos segundo o argumento contumaz de que o trabalho doméstico ofereceria condições intrínsecas como: alojamento e alimentação às trabalhadoras. Isso servia de justificativa, em muitos casos, para ações e práticas preconceituosas, violentas e de exploração por parte dos membros das famílias para com as trabalhadoras domésticas, de acordo com tradições cristalizadas no período da escravidão.

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a estudiosa Lélia Gonzales (1984) reflete que a construção das representações estereotipadas da mulata e da doméstica **ancorava-se** na figura da mucama dos tempos escravistas. Nesse ínterim, a trabalhadora doméstica seria a “mucama permitida”, aquela que executa os trabalhos, atende às necessidades da família, constituindo a realidade cotidiana de grande parte das mulheres negras, a ponto de até aquelas que não sobrevivem do trabalho doméstico, serem vistas comumente como ocupantes desse lugar social na sociedade racializada. Como uma versão atualizada da mucama, a empregada doméstica e a mulher negra das camadas sociais mais baixas, de modo geral, continuariam, segundo a autora, a ser controladas, reprimidas, e alvo principal de todas as formas de violência.

No caso de Maria Rogaciana, tanto Viana (1982) quanto Tanajura (1992) afirmam que ela veio morar no Planalto de Conquista muito jovem, com o objetivo de trabalhar na casa do Padre José Muniz Cabral Leal de Menezes. Com efeito, o trabalho doméstico era um dos principais meios de sobrevivência das mulheres de origem afrodiáspórica após 1888.

Como bem lembra Florestan Fernandes (2017, p. 82), no pós-abolição: “Como regra, o homem era mais facilmente contemplado com o ‘trabalho sujo’, com o ‘trabalho arriscado’ e com o ‘trabalho mal pago’, e a mulher mantinha a tradição doméstica [...]”.

Walter Fraga (2014), ao analisar as décadas que cercaram a abolição, em Salvador e no Recôncavo, usa como uma das fontes o livro de matrículas das empregadas domésticas relativo aos anos de 1887 a 1893, encontrado no Arquivo Público da Bahia. O livro de registros continha informações importantes como o nome, nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão e “sinais característicos”. De acordo com ele, nesse período, foram registrados 791 criados e criadas domésticas, perfazendo um total de 566 mulheres e 225 homens – as mulheres, então, representariam 71,5% desses trabalhadores matriculados.

A preocupação em matricular e identificar os trabalhadores domésticos, explicitando além do nome, endereço, as características físicas, acabava constituindo um mecanismo de controle e, também, contribuía para reforçar a visão racializada desse tipo de trabalho, de modo a parecer que essa era uma atribuição natural, essencializada, das *pessoas de cor*, por supostamente portarem características morais, intelectuais, psicológicas que as tornariam especialmente propensas a realizá-lo.

Vemos que o serviço doméstico era um setor predominantemente ocupado por pessoas de cor negra ou mestiça; essas representavam 93% dos que cozinhavam, lavavam e cuidavam das crianças dos moradores dos sobrados urbanos. Entre as criadas, encontramos apenas oito africanas. Criados e criados brancos eram rara exceção e seu número poderia ser menor se retirássemos os classificados como “quase brancos”. Mas não podemos pensar que essa maioria negra fosse apenas resultado da recusa dos brancos pobres em empregar-se nas casas dos brancos ricos. Anúncios de emprego publicados em jornais da época mostram que muitos amos manifestaram preferência por ser servido por pessoas de cor negra (FRAGA, 2014, p. 330).

A *Notícia* foi um jornal de grande circulação na cidade. No exemplar de 2 de fevereiro de 1923, foi publicada uma nota intitulada *Creadinha*, que traz o seguinte anúncio: “Recebe-se para criar, uma menina desamparada, maior de 6 anos e menor de 12, de bons costumes, a tratar com o Dr. Leony, à Rua dos Fonseca”³². A nota não faz alusão ao fator racial, entretanto, pode-se inferir que essa seria a realidade de muitas meninas negras, visto que, na República, o lugar social ocupado por negros e mestiços

³² Jornal *A Notícia*, de 2 de fevereiro de 1923, nº 149, p. 2. Disponível no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista. A grafia da época foi mantida.

pobres, mesmo quando crianças, ainda era visto como o da mão de obra “natural”, destinado a realizar os trabalhos manuais pesados, constituindo essa prática, provavelmente, um elemento corriqueiro na sociedade conquistense, no pós-abolição.

Ao refletir sobre as permanências das relações escravistas no trabalho doméstico, no pós-abolição, torna-se inevitável lembrar a luta de mulheres negras como Laudelina de Campos Melo. Ela nasceu poucos anos após o fim da escravidão e desde criança presenciou atos de discriminação na sociedade.

Nascida em 1904 na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, a vida da pequena Nina, neta de escravizados, fora embalada pelas opressões de um projeto de país que não contava com a sua presença. Desenvolvia-se a chamada Primeira República, inicialmente sob o comando das espadas dos militares e posteriormente sob o cabresto da aristocracia rural brasileira e com ela a elaboração de projetos nacionais que sustentavam o Brasil como uma nação branca em seu cerne e os africanos e seus descendentes, recém-libertos, como elementos estrangeiros a essa nação. Influenciados pelos motes da eugenia - teoria científica que adapta o darwinismo à esfera do social - alguns destes projetos previam solucionar os problemas da sociedade brasileira eliminando as “raças inferiores”, ou seja, planejavam o triunfo do embranquecimento para a regeneração de um Brasil que consideravam “atrasado” na perspectiva positivista de progresso. Assim, a cidadania, intrínseca a qualquer república de fato, não fora pensada para esses sujeitos (CRESPO, 2016, p. 163).

Em depoimento Laudelina³³ expõe a situação enfrentada pelas mulheres negras no trabalho doméstico em São Paulo, estado em que, posteriormente, veio morar e onde tornou-se ativista na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas; seu discurso demonstra a percepção inequívoca dos vínculos que ligavam esse tipo de trabalho com a escravidão, ainda vivos na sociedade brasileira em fins do século XX.

A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalhavam 23 (vinte e três) anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando e tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos (PINTO, 1993, *apud* CARDOSO, 2008, p.5).

³³ Depoimento de Laudelina à Elisabete Aparecida Pinto. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. 493f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 1993, 2v. citado por Cardoso (2008, p. 5).

Como bem destaca Crespo (2016, p. 13-164):

Enquanto mulheres brancas, de grupos sociais privilegiados, conquistavam gradativamente os espaços públicos e um mercado de trabalho ocupado quase que exclusivamente pelos homens brancos até então, mulheres negras como Laudelina já eram íntimas das ruas e não foram absorvidas por um mercado de trabalho formal. Como um legado dos tempos de escravidão - quando eram muito comuns as cenas de mulheres negras vendendo quitutes nas ruas, trabalhando como lavadeiras ou prestando serviços domésticos de toda sorte - no pós-abolição, delas já se esperava a presença nos espaços públicos e a prestação de serviços, porém a elas eram oferecidas as oportunidades de menor prestígio, menor remuneração e que não contavam com nenhum tipo garantias ou direitos.

Ao longo das análises que realiza, Fernanda Crespo (2016) ressalta a importância estrutural da intercessão de categorias como raça – gênero – classe no Brasil do pós-1888 e Republicano, no tocante à definição do lugar social a ser ocupado pelas mulheres negras pobres como Laudelina de Campos Mello, dentre outras tantas no Brasil. No entanto, como bem chama a atenção a autora, é preciso considerar que, apesar do peso das estruturas e considerando a especificidade dos contextos em que viviam, as mulheres negras adotaram diferentes estratégias de sobrevivência, luta, resistência, negociações, adaptação ou não às normas estabelecidas pelo *status quo*.

Sob nossas vistas a personagem deve ser analisada enquanto agente, que traz em suas histórias de vida as marcas das relações sociais travadas em seu tempo e que, ao mesmo tempo explora as brechas inerentes aos sistemas normativos. Almejamos, desse modo, que sejam iluminadas as suas ações frente às normatizações, seja em pleno acordo com elas ou experimentando-as em suas próprias contradições. Um olhar pouco atento às suas histórias se anteciparia em afirmar que a vida de Laudelina fora determinada pelas “grandes estruturas”, afinal, em sua condição de negra, descendente de escravizados, nascida quando a abolição nem contava ainda com duas décadas completas, precisava se submeter ao poder do apadrinhamento de brancos para conseguir direitos mínimos; como menina pobre, lhe é destinada a exploração do seu trabalho desde a infância; em sua condição de mulher, pobre e negra ocupa “o lugar” à ela reservado pelo legado dos tempos da escravidão: “o lugar” pouco prestigiado do trabalho doméstico (CRESPO, 2016, p. 172).

Assim, como sublinhou Crespo (2016), a trajetória de Laudelina de Campos Melo demonstra que essa não sucumbiu passivamente ao peso das estruturas opressivas que definiam as políticas de raça, gênero e classe em curso no Brasil no pós abolição e encontrou formas de resistir e lutar por transformações que permitissem, especialmente,

às mulheres negras e pobres como ela, vislumbrar horizontes sociais mais amplos. Em certa medida, mulheres negras de Vitória da Conquista, como Dona Dió do Acarajé, Maria Rogaciana, e muitas outras que aqui viveram, trabalhando como domésticas, carregadoras de água, quebradeiras de pedras, quituteiras, prostitutas, também assim o fizeram, a seu modo, com as armas que dispunham.

2.4 Lavadeiras, quituteiras, prostitutas, quebradeiras de pedra: faces negro-mestiças do trabalho feminino no Planalto da Conquista

No tocante às mulheres afrodescendentes e à participação dessas na história local, algumas questões se impõem: além das três mulheres – Fulô do Panela, Maria Rogaciana e D. Dió do Acarajé, evidenciadas pelos memorialistas e nas recentes pesquisas acadêmicas, quem eram as mulheres que habitavam a cidade no pós-1888, entre o início da República e meados dos anos 1950? Como viviam, em que trabalhavam? De que forma enfrentavam os desafios decorrentes da intersecção entre gênero e raça e classe? Questões complexas e que exigem muitos estudos aprofundados para respondê-las. Qual não seja esse o foco desta pesquisa, seguem algumas reflexões que ajudam a abordar a temática a que essa se propõe.

Além das casas das famílias tradicionais, um dos cenários em que mulheres descendentes da diáspora trabalhavam, na cidade, no início da República era o Poço escuro. Esse constitui importante área verde, encravada no território em torno do qual surge a vila, depois cidade de Vitória da Conquista. Assim chamado, segundo a tradição, devido à vegetação fechada que o cercava e fazia com que, a área recebesse pouca luz do sol. Constitui, apesar do processo de devastação que vem sofrendo ao longo das décadas, uma espécie de pulmão verde da cidade e teve um papel relevante no abastecimento da população indígena e depois da conquista do território pelos portugueses, liderados por João Gonçalves da Costa, e da miscigenação ocorrida entre índios, negros e brancos, da população mestiça que vivia no Planalto da Conquista.

O Poço Escuro, como o batizaram os primeiros povoadores, está estritamente, ligado à fundação do Arraial da Conquista e do seu desenvolvimento Vila-Cidade. Sua importância vem, mesmo, de remota data, quando os índios, atraídos pela perenidade da fonte, estabeleceram-se em aldeias nas suas imediações, onde hoje se acha edificada a cidade. Os moradores das ruas mais próximas nele se abasteciam de água potável, continuando a fazê-lo até a década de 70, quando foi implantado em Conquista o serviço de água encanada. Em

linguagem conotativa pode-se dizer que a cidade descia e subia todas as manhãs no afã de se abastecer do precioso líquido (TANAJURA, 1992, p. 25).

O Poço está, portanto, indiscutivelmente, ligado à história de Vitória da Conquista. Era dessas águas escuras que índios e depois as lavadeiras, carregadores de água, tiravam a sobrevivência e garantiam a manutenção das casas, pensões, lojas que foram se expandindo de acordo com o crescimento urbano da Vila-Cidade, ao longo dos séculos XIX e meados do XX.

Mesmo depois da Imperial Vila da Vitória ter se elevado à cidade, no fim do século passado, a fonte do Poço escuro continuou sendo o manancial preferido pela população para satisfazer suas necessidades diárias do precioso líquido. Aguadeiros com latas na cabeça, ou conduzindo jumentos com carotes, e lavadeiras davam a nota típica da paisagem urbana da época, numa cidade do interior [...] (TANAJURA, 1992, p. 170).

Em depoimento, Francisco³⁴ afirma que, em Vitória da Conquista antigamente:

[...] Chovia muito! Tinha o Poço escuro. Esse poço escuro aí, é muito importante porque ele quem bancava a cidade de água. As pessoas que num tinha poço ... em casa, sobrevivia da água; tinha aquelas, muito daquelas senhoras [...], que bancava a cidade carregando água na cabeça. Pegava no poço escuro. Aqui, onde é, num tinha o viaduto aí? Aí tinha um cidadão que tinha uma granja: seu Edvaldo. A esposa dele é uma, é uma professora muito famosa aqui, D. Guiomar. Ele tinha uma granja aí e água dava assim, 5 metros. Ele tinha umas carroças ... Até eu já trabalhei botando água na rua ... pra ele, numa carroça [...] Ele tinha uns burros e tinha um, assim, tipo esses carro pipa [...] Só que pequeno pra botar nos animais, nas carroças e a gente saía entregando água nas casa (Entrevistado Francisco, 2022).

A seguir, Francisco prossegue o relato:

[...] O poço escuro era imenso! Era escuro igual o nome: poço escuro! Que cê num entrou, mas se cê entrar lá, no poço escuro tinha que ser com lanterna [...] Muito grande, muito grande. Depois foi abrindo, abrindo, ficou uma barragem aí onde é um ... tipo um parquinho, ali era uma barragem; desativou e diminuiu o poço escuro, só tem aquela coisa

³⁴ O entrevistado Francisco é um homem de origens negro-mestiça; estudou pouco e sobrevive estofando sofás. Mora nas imediações do Poço Escuro, é católico praticante e conhece muitas pessoas que pertencem à Paróquia de Nossa Senhora das Vitórias. Além disso, conviveu com personagens populares que construíram a história da cidade.

lá; Mas se fosse [...] a nascente do rio Verruga³⁵ [...] (Entrevistado Francisco, 2022).

Quando perguntado sobre as lavadeiras do Poço Escuro, o entrevistado lembra: “Lavava, muita roupa! Muita, muita roupa; o pessoal, essas mulheres mais fraca, aí elas lavavam roupa aí. Todo mundo, cê vê mulher com bacia, outras com gamela de roupa, lavando roupa aí” (Entrevistado Francisco, 2022).

As lavadeiras eram mulheres do povo, provavelmente, muitas, de origem afrodescendente que sofriam o preconceito racial e social. Sobreviviam lavando roupas no poço escuro cujas águas escuras eram o local de trabalho e onde eram tecidos laços de sociabilidade. Após serem lavadas, as roupas eram secas ao vento, depois passadas, engomadas e entregues às famílias.

Destarte o Poço Escuro, possivelmente, constituía um território em que muitas mulheres de origem negra e pobre trabalhavam, lavavam as roupas, abasteciam a cidade com latas d’água na cabeça, estabeleciam relações sociais e experimentavam a vida dura, atravessada pelas questões de raça, gênero e classe. Mas era também em ambientes como o Poço Escuro que tais mulheres colocavam em prática estratégias de sobrevivência, costuravam laços de solidariedade e compartilhavam visões de mundo.

O preconceito contra as mulheres de origem indígena e afrodiáspórica que pertenciam às camadas populares era muito presente no discurso oficial, nos jornais antigos e na leitura de muitos estudiosos da história conquistense, reproduzindo uma visão que associava essas mulheres a práticas de má conduta, atitudes não civilizadas e que não se coadunavam com a visão de progresso que a República definiu como ideal, como percebemos na citação do Relatório do Conselho Municipal.

Reinavam entre estas e outras pessoas que se deslocavam para a fonte, muitas desavenças, deboches, vícios e até “imoralidade crescente e escândalos sem limites”, segundo revelou um relatório dos Conselheiros, que condenava a forma de abastecimento de água da cidade, “um atentado ao decoro público (JORNAL A PALAVRA, edição 15 de novembro de 1918, *apud* TANAJURA, 1992, p. 170).

³⁵ O rio Verruga nasce no Poço Escuro e corta a cidade. Até meados de 1970, corria livremente pelas ruas da cidade. Depois foi canalizado em galerias subterrâneas. Na atualidade, tanto o rio quanto a reserva ambiental do Poço Escuro vêm sendo alvos de intenso processo de degradação.

O fragmento a seguir expressa a visão depreciativa existente com relação às mulheres das camadas populares e aos chamados “desocupados”, que permanece vivo no discurso de intelectuais da cidade, mesmo nas décadas finais do século XX:

Na mesma época, na rua da Vargem, existiam muitas cacimbas, onde lavadeiras apanhavam água para lavar roupa, que se estendiam num gramado situado nas proximidades. O costume de lavagem de roupa no local chegou até 1940. Aí, predominava, também, muita libertinagem por parte de lavadeiras seminuas e desocupados (TANAJURA, 1992, p. 170).

Sem dúvida, mesmo com todas as dificuldades e preconceitos enfrentados, a história de Vitória da Conquista foi construída por muitas mulheres de origem afro-indígena, sem recursos financeiros, que atuavam no trabalho doméstico, como lavadeiras de roupas no Poço Escuro e como vendedoras de comidas nas feiras e ruas da cidade, dentre outras tantas atividades exercidas; apesar das dificuldades e estigmas essas resistiam e lutavam por melhores condições de vida.

A pesquisadora Idelma Novais (2008, p. 118) cita a forma como o comércio ambulante deveria funcionar, com base na regulamentação estabelecida pelo Código de Posturas de 1842. Tal informação indica a presença de mulheres, desde o século XIX, trabalhando como quitandeiras, vendendo alimentos em tabuleiros nas ruas, de forma semelhante ao que acontecia em outras vilas e cidades do Brasil.

A venda de todos os gêneros de consumo diário realizava-se na Praça da Matriz e era proibido as quitandeiras da vila se juntarem e venderem seus produtos fora desse local determinado pelas autoridades da Câmara Municipal. Poderiam, entretanto, comercializar em suas próprias casas e se locomoverem nas ruas, sem, contudo, atrapalhar o trânsito. Os gêneros comestíveis, vendidos nos tabuleiros das quitandeiras, como doces e outras comidas prontas, só poderiam ser comercializadas nos dias de feiras, que eram aos sábados e domingos de cada semana. (NOVAES, 2008, p. 118).

Mozart Tanajura evidencia uma dessas mulheres:

Sabina do ouro, uma descendente de escravo. Seu nome completo era Sabina Maria de Jesus, como estava na certidão de nascimento. Sabina do ouro foi o povo que lhe deu. Nasceu de um fato como todo apelido. Este fato foi o seguinte: estando empregada em casa de um árabe, desapareceu deste uma peça de ouro, que foi roubada por alguém. Em Sabina, que era honesta, recaiu a culpa. Foi levada à polícia, mas nada foi apurado. Deste dia em diante, ficou impressionada, dizendo que era rainha e como rainha deveria ser respeitada. O povo passou, então a

chama-lhe Sabina Rainha do Ouro. Passava a maior parte do tempo nas casas de pessoas ricas como serviçal, mas tinha sua casinha na rua que ficou conhecida como Beco Sabina do Ouro ou Beco da Rainha.³⁶ Era boa quituteira. Aos sábados, vendia na feira da Rua Grande os seus produtos: arroz de leite, canjica, doces de leite e de coco, que eram expostos em cima de uma toalha branca, estendida sobre a pedra. [...] (TANAJURA, 1992, p. 167).

Na descrição de Tanajura (1992), destacam-se algumas informações importantes sobre Sabina: “descendente de escravo”, “honesta”, trabalhava “nas casas das pessoas ricas como serviçal”, proprietária de uma casinha, “boa quituteira” e vendedora de iguarias na feira que existia na antiga rua grande.

Viana também a descreve:

Sabina Preta. Tinha sua residência na travessa que liga à Rua 2 de Julho à Rua Góis Calmon e que ficou com o nome de “Beco de Sabina”. Casa de sua propriedade. Maníaca. Era boa engomadeira profissional, ocupação que lhe dava rendimento para a sua manutenção. Trajava-se constantemente de branco, usava bracelete e pescoceira de aljófar dourado. Era solteirona e morava sozinha. De compleição alta, magra. Dizia ser descendente da rainha de Sabá e ficava contente quando lhe tratasse de “Rainha”. Aos domingos saía de sua residência rigorosamente trajada em direção à Igreja onde tinha uma cadeirinha para ajoelhar-se. Tornava-se pornográfica quando algum malandro, “grande ou pequeno” lh’ a aborrecesse. Aí saíam os palavrões. Era também conhecida por Sabina Princesa, Princesa Real” (VIANA, 1982, p. 422).

Nas afirmações de Viana (1982), ressaltam-se, também, algumas características de Sabina: “boa engomadeira profissional”, vaidosa – usaria em seu corpo peças que remetiam à elementos africanos –, e católica, frequentadora das missas aos domingos. Entrementes, aparecem referências indicativas de outras características atribuídas a ela, por meio do uso de expressões como “preta”, “maníaca”, “solteirona”, “pornográfica”, todas utilizadas no discurso de modo pejorativo.

Observa-se, nas duas fontes citadas, que ambas enfatizavam que Sabina não gozava de boas faculdades mentais e reproduziam visões estereotipadas associadas às mulheres negras; apesar disso, os memorialistas indicam os tipos de trabalho exercidos por Sabina e, com isso, lançam luz sobre a presença feminina e negra na região; Sabina Maria de Jesus, certamente, fazia parte de um universo de mulheres conquistenses que,

³⁶ O Beco da Sabina ou Beco da Rainha, segundo Tanajura (1992, p.177), local em que Sabina residia corresponde a atual Travessa Góes Calmon, no centro de Vitória da Conquista.

com seu trabalho, a despeito de todas as adversidades e estigmas raciais e sociais que carregavam, lutaram duramente pela sobrevivência.

A visão negativa sobre a mulher está presente em processos de infração aos Códigos de Posturas municipais analisados por Ivo (2017), referentes ao século XIX e que proibiam os sambas e batuques. Além da população não - católica e de cor, esses eventos contavam com a presença de mulheres solteiras, ou seja, de grupos que estavam sob constante suspeição e eram alvo das tentativas de controle social por parte das autoridades. A mulher solteira, considerada não branca, que saía sozinha e frequentava sambas e batuques era estigmatizada por expressar uma situação socialmente indesejável e ameaçadora à ordem patriarcal e à sociedade racializada.

No pós – abolição, com relação às mulheres que, seja por fatores ligados à cor, à religião, à classe social, ao comportamento, ao trabalho que executavam para sobreviver, não se enquadravam no modelo de mulher estabelecido como ideal: branca, seguidora de religiões de matriz europeia, submissa à estrutura patriarcal, percebe-se na organização do espaço urbano e nos deslocamentos constantes a que eram submetidas, tentativas dos poderes instituídos e da própria sociedade de controlá-las e invisibilizá-las. Sobre isso, o depoimento de Clementino³⁷ é muito ilustrativo:

[...] era assim: a rua, das mulher de ... de vida livre, primeiro que tinha aqui é, foi a rua dos Cachorro. É, é aqui ... pra baixo do Alecrim é ... e de ... depois mudou – rua do Cobertor, que é a rua Triunfo hoje. É ... aí ... no governo de ... foi de Antonino Pedreira mesmo! Tirou essas mulheres daí, botou que é na ... que é a rua, chamava-se rua da Moranga, [...] É ... aí levaram essas mulher pra lá; ficou lá um tempão; quando foi no governo de Gerson Sales ... eles tirou, ele tirou elas de lá e botou elas aí, na rua do Maga-sapo, hoje, num é rua do Maga-sapo é, é ... é D. Pedro II. [...]"

[...] Quando era dia de sábado, elas só tinha direito de ir na feira, depois de duas horas da tarde, que as famílias já tinha ido. Era, era, era um, era um preconceito, um desfazer demais! E ... então, naquele tempo, só ... quem tinha vez, parece que era gente [...] era mulher casada. Moço! Quando desocupava a feira, elas entrava lá na “carrera” pra comprar aqueles restinho de feira. E caía fora, num ficava. [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

³⁷ O entrevistado Clementino é um Sr. nonagenário, negro, sapateiro aposentado e rezador. Ainda menino, migrou, juntamente com a família, da Chapada Diamantina para a zona rural e depois para a zona urbana de Vitória da Conquista. Homem pertencente às camadas sociais mais vulneráveis, conhece muitas pessoas e presenciou fatos da cidade. Devido às dificuldades relacionadas às questões econômicas e sociais que enfrentou ao longo da vida, estudou pouco. Possui memória prodigiosa, grande inteligência, capacidade de comunicação e vigor físico. Visita frequentemente a feira, o centro da cidade e as fazendas e sítios dos arredores.

A Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista aprovou, em 1951, um decreto que evidencia a preocupação das autoridades com o ordenamento dos espaços públicos e com a alocação das mulheres que trabalhavam como prostitutas em lugares distantes das ruas centrais de modo a não “ofender a moral e os bons costumes”, especialmente das jovens Normalistas, futuras professoras, que passariam pela rua San-Juan em direção à Escola Normal que seria ainda inaugurada em 1952:

Considerando que a rua Dr. San-Juan³⁸, vulgarmente conhecida por rua da Moranga, nesta cidade, sendo uma rua bastante movimentada, e por isto com vistas de ser uma das principais ruas desta cidade;

Considerando que, por ali transitarão em futuro próximo, as crianças que, como alunos, freqüentarão a escola Normal, a inaugurar-se nessa cidade;

Considerando que a aludida rua é situada em lugar baixo, formando, portanto em seu leito, uma bacia, onde empossa grande quantidade de água por ocasião de chuvas abundantes, produzindo cheiro fétido em consequência dos detritos ali acumulados;

Considerando, finalmente, que a rua acima citada, é habitada exclusivamente por mulheres de vida livre, e que funcionam ali vários cabarés coisas que muito poderão vir a prejudicar a mocidade, que ali terá forçosamente de passar;

Considerando, ainda, que é dever dos representantes do povo zelar de seu bem estar, principalmente no tocante à moral e a formação de uma mocidade, que responderá sem nenhuma dúvida pelos destinos de nossa terra³⁹.

Para Angelita Cunha Sousa (2013, p. 114), a intensificação da urbanização, ocorrida com grande intensidade, particularmente na década de 1950, atingiu as áreas centrais da cidade, expelindo as casas de prostituição dessa região. Além da questão econômica, atrelada à especulação imobiliária dos terrenos urbanos, o que se percebe é que o centro de Vitória da Conquista passou a configurar-se como território identificado com “determinados tipos de moradores” e as mulheres que ali moravam e transitam também tinham que ter comportamentos que atendessem aos códigos morais, considerados “higiênicos” e “civilizados.”

O processo de expulsão das meretrizes do centro da cidade remonta à primeira metade do século XX, mas foi grandemente reforçado após

³⁸ A rua San-Juan, segundo Tanajura (1992, p. 165), localizava-se nas proximidades do centro da cidade e era conhecida popularmente como rua da Moranga; abrigava vários prostíbulos, como O Cabaré de Javanês e o do Italiano Binelli. Hoje é a rua Siqueira Campos, artéria que liga o centro ao lado Leste de Vitória da Conquista.

³⁹ Esse decreto foi encontrado no APMVC. Acervo Permanente. Fundo da Câmara Municipal. Grupo Sessão Legislativa. Série Proposta Legislativa. Período: 1950-1962 citado por Sousa (2013, p. 49).

1950, em decorrência do acelerado aumento da população urbana, que levou à escassez de moradia e à disputa pelos imóveis do centro da cidade, melhor servido de infraestrutura. Uma campanha sistemática contra a existência de zonas de meretrício nas áreas centrais toma a forma de cruzada moralizadora e pela higienização dos espaços urbanos (SOUSA, 2013, p. 114).

Segundo Pinsky (2014), os comportamentos femininos considerados desviantes ameaçavam a estrutura familiar, a moral reinante e, também, as próprias relações de gênero. Entretanto, para a autora, os conceitos de “honra”, “reputação”, “respeitabilidade” são também acionados para instituir e legitimar a hierarquia de gênero e acabam por beneficiar o masculino. Tais referências consolidam a ordem social estabelecida e reproduzem as desigualdades de gênero e de classe. Com efeito, o próprio discurso da ordem se utilizava de exemplos dos comportamentos que fugiam dos modelos de honra e respeitabilidade vigentes, para reforçar os estereótipos e fundamentar as falas disciplinadoras.

E aqui cabe um questionamento: as desigualdades raciais também não seriam consolidadas pela vigência desses conceitos que redundam em estereótipos sobre as mulheres e seus comportamentos? Com relação à prostituição na cidade, no período focado por esse trabalho, seria preciso dados para esclarecer a identidade racial das mulheres trabalhadoras dos prostíbulos. No entanto, é provável, dada a própria formação histórica da cidade e do Brasil, que muitas delas fossem de origem afro-indígena.

Angelita Sousa (2013, p. 54) registra, em seu trabalho, uma nota do *Jornal A Notícia*, de 1926, que retrata a reação desesperada de uma trabalhadora da zona de meretrício conhecida como Maga-Sapo, após saber da morte da mãe e que faz referência à identidade racial da mulher, citada como “pretinha”.

A's doze horas do corrente achava-se quase toda a população desta cidade em repouso ou preparando-se para isso. Reinava o silencio. Eis senão quando, ouvem-se gritos lancinantes, gritos de desespero, gritos terríveis. [...] As ruas enchem-se de gente e todos, atordoados, procuram saber o que há o que é, e ninguém sabe responder... Nesses entrementes, um transeunte, que estava mais perto do local de onde partia a forte “tempestade”, aproxima-se e tremendo de medo, pergunta a uma pretinha que, urrando, na rua D. Pedro II: - Que é isso rapariga que desgraça aconteceu? - A pretinha esbarra de chorar repentinamente, e diz de modo calmo: - Foi a minha mãe que morreu (A NOTÍCIA, 1926, *apud* SOUSA, 2013, p. 54).

Dentre outras formas de trabalho árduo que garantiam a funcionalidade da cidade e a sobrevivência das mulheres, estava o de quebradeiras de pedras na Serra do Periperi. O apagamento histórico dessas mulheres foi rompido com o trabalho do estudioso Flávio Passos (2012) que analisa a trajetória de mulheres negras, tendo como foco a família de Vó Dola, matriarca de numerosa parentela, vinculada à fundação do bairro Pedrinhas em meados dos anos 1940. As Pedrinhas constitui importante território negro, mestiço e pobre de Vitória da Conquista e que abrigava também muitos seguidores das religiões de matriz africana e indígena. Segundo Passos, o bairro das Pedrinhas teve:

[...] nas primeiras décadas da sua ocupação a presença forte de mais de 30 mulheres negras à frente do trabalho de quebrar e vender pedras, de carregar água para o comércio e as casas do centro, de cortar lenha, de lavar roupas de ganho, de acolher a vida pelas mãos como parteiras, de criar filhos e netos e de preservar as tradições religiosas de matrizes africanas. (PASSOS, 2012, p. 21)

A pesquisa de Flávio Passos destaca-se por dar visibilidade à história, aos valores, representações, experiências, vínculos de pertencimento das mulheres do Beco de Dola⁴⁰ que, na verdade, além de constituírem-se como guardiãs do conhecimento, dos saberes, da religiosidade africana, ressignificaram suas visões de mundo, práticas sociais e experiências em busca da sobrevivência e da possibilidade de ocupar outros papéis sociais, diferentes daqueles que a República brasileira queria reduzi-las. Essas mulheres, como afirma o autor: “se inserem em um universo de inúmeras mulheres negras, conquistenses, baianas, brasileiras e da diáspora africana” (PASSOS, 2012, p. 24).

Ao evidenciar a luta pela sobrevivência das mulheres do Beco de Vó Dola, localizado no bairro das Pedrinhas, Passos (2012) reflete sobre o abandono que esse região da cidade sofreu ao longo da história pelos poderes públicos e o cotidiano de exclusão e violência sofrido por seus moradores, predominantemente de origem afro-indígena; por um lado, o autor destaca a violência, notadamente protagonizada pelas forças policiais que fazem parte do braço armado do município e do estado – que, na atualidade, atinge especialmente a população jovem – e, por outro lado, o domínio do território por traficantes que impõem regras, intimidam os moradores e tentam apagar a

⁴⁰ Segundo informações de Marinaldo Carvalho dos Santos, assessor do Conselho das Associações Quilombolas do Sudoeste da Bahia, o Beco de Vó Dola está em processo de reconhecimento para se tornar o primeiro território quilombola urbano de Vitória da Conquista.

liderança das mulheres negras, ligadas às religiões de matriz africana que fundaram o bairro e que, em atitude de resistência, lutaram e lutam para sobreviver, manter-se naquele território e preservar a cultura ancestral.

O bairro negro que “carregou Vitória da Conquista nas costas” durante décadas abastecendo a feira, os hotéis e as casa mais ricas com água potável; suprindo a construção civil com a denominada localmente de “pedra concreto”; carregando trouxas de roupa para serem lavadas no quarador do Poço Escuro e passadas a ferro de brasa nas casas das mulheres; o bairro que possuía mais de uma dezena de parteiras que trouxeram ao mundo – “pegaram”, no dizer delas – centenas de novas vidas; o bairro que abrigou mais de 15 mães de santo; o bairro de onde saíam as maiores agremiações dos antigos carnavais da cidade; hoje tem em troca, em recompensa, a morte anunciada e legitimada e o descaso do poder público em não desenvolver políticas que mudem essa realidade de pobreza e morte (PASSOS, 2012, p. 28).

As mulheres negras das Pedrinhas, em Vitória da Conquista, assim como no restante do Brasil, no pós-abolição, tiveram que enfrentar a luta contra o racismo e a desigualdade em uma sociedade que adotou o discurso republicano de igualdade jurídica, mas que, na realidade, criava inúmeros obstáculos à ascensão social de negros e negras e mais ainda, estabelecia mecanismos simbólicos para condená-las à subalternidade.

O século XX faz reeditar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira como empregada doméstica ou babá, novamente garantindo à mulher branca e ao homem branco uma ascensão social. As mulheres negras carregaram este país com toda sorte de trabalhos braçais e as Pedrinhas é o exemplo vivo dessa realidade, conseguindo ser um espaço de segregação e visibilidade do quanto restou à população negra enquanto meios de sobrevivência num contexto de desigualdades e racismo. [...] vindo para a cidade, assumiam toda sorte de trabalhos sem condições mínimas de dignidade, salubridade, salário ou carteira assinada. Trabalhos que iam da cozinha à quebra de pedras; do carregar água para o centro da cidade e passar trouxas de roupas em ferros a brasa; de buscar lenha no mato para vender a trabalhar em casa de família em jornadas pesadas tendo de deixar as grandes casas da classe média, ostentadamente brilhantes [...] (PASSOS, 2012, p. 205-206).

Historicamente, na cidade, o preconceito e racismo se faziam presentes, especialmente para com os moradores de bairros e ruas consideradas periféricas, áreas geográficas ocupadas pela população negra e mestiça pobre, como no caso das Pedrinhas.

No trecho abaixo, o entrevistado reflete sobre isso e mostra o quanto se sentia incomodado com essas visões e comportamentos existentes na cidade.

[...] Inté hoje eu tenho pena desse pessoal que morava na rua das pedrinhas. Uma senhora, uma mulher, doméstica, que ela saísse procurando emprego e falasse que morava na rua das pedrinhas, ninguém dava emprego. Os meninos descia com as galinhotas pra carregar feira, o pessoal: “evém os relentos, evém os relentos!”, todo mundo corria com medo (Entrevistado Francisco, 2022).

Ao ser interpelado se ele considerava Vitória da Conquista uma cidade racista, preconceituosa, Francisco avalia que o racismo prevalecia no passado e que esse ainda impregna a estrutura brasileira; Não obstante, ele acredita que hoje há mais espaço para reagir e não se silenciar diante disso:

[...] Eu acho que não, porque depende da época né? Por que a gente tem o que a gente assiste, o que a gente foi criado, o que a gente vê, entendeu? E naquele tempo, era todo mundo [...] que se, por exemplo, hoje, se uma pessoa ... me ofende ...é uma pessoa que me ofendeu, é fácil de mim reagir. Mas se é várias pessoas [...], eu fico quieto. É o que acontecia na época (Entrevistado Francisco, 2022).

Portanto, era nesse universo desigual, excludente, que tais mulheres se locomoviam, trabalhavam, sobreviviam. Em que pese a não existência, no período abordado, de um aparato legal capaz de garantir o direito de reação a essas mulheres diante da sociedade racializada, a resistência acontecia de outras formas, manifestando-se, notadamente, no âmbito religioso, cultural.

2.5 Entre o sagrado e o profano, a resistência se fazia

O racismo estrutural se manifesta de modo variado, e torna-se particularmente explícito no campo religioso. Flávio Passos (2012) cita uma entrevista realizada com a coordenadora da comunidade católica das Pedrinhas, Dona Vera, em que ela relata a violência da repressão empreendida contra as casas de santo do bairro, a despeito da existência de diversos barracões de candomblé naquele território:

E tinha Zita também. Sim, tinha Zita sim. Construía os barracões. E quando a polícia chegava e derrubava tudo. E muitas vezes, a polícia chegava e derrubava. E diziam que tinha que ter autorização. E

chegavam e derrubavam. Eu vi sim. [...] e eles entravam batendo nas mulheres, batendo na gente ali. [...] teve muitas vezes que eles já acabaram com os candomblés já (PASSOS, 2012, p. 223-224).

Uma forma de resistência das mulheres negras do bairro Pedrinhas foi a preservação das religiões de matriz africana e de elementos da cultura negra. E, em meio à exclusão e a dificuldade de ocupar outros lugares sociais, o carnaval passa a constituir-se como uma oportunidade de sair da invisibilidade, ocupar mesmo que somente durante os dias da folia outros espaços territoriais como o centro da cidade, desfilar pelas ruas com orgulho, a identidade e a cultura afro-brasileira.

A partir dos anos 1960, as agremiações carnavalescas sofrerão novas e profundas mudanças. Os antigos cordões formados por membros da classe média conquistense serão substituídos por batucadas formada por trabalhadores pobres, a maioria alfaiates e sapateiros, muitos oriundos da periferia da cidade, principalmente dos bairros Pedrinhas, Alto Maron e do lado oeste.

Nessa época, o carnaval era marcado pela espontaneidade dos blocos de batucadas, com o destaque para os afoxés ou blocos de apaches, onde se misturavam elementos da cultura indígena e afro-brasileira, principalmente com desfiles de pessoas fantasiadas de diversos orixás. Posteriormente, a partir da década de 1980, imperaram as escolas de samba e os blocos afros (PASSOS, 2012, p. 251).

Em fragmento tocante e profundo, o autor destaca a presença negra nos carnavais antigos, indicando que esta afirmava a identidade afro-indígena da cidade e o orgulho de pertencer a uma comunidade de origens ancestrais:

[...] Foi na busca desses relatos que chegamos à “Dona Zita das Pedrinhas” e à sua afirmação de que “antigamente, a gente trabalhava o ano inteiro para juntar um dinheiro, comprar uma roupa ou um sapato para ir desfilar [...] e mostrar que a gente é bonito”. Esta beleza afirmada na avenida é a resposta do Beco para o racismo do mundo (PASSOS, 2012, p. 248).

A trajetória das mulheres de origem indígena, negra e pobre em Vitória da Conquista e no Brasil, ao longo do tempo, tanto na escravidão como no período posterior, engendrou condutas e atitudes pautadas na resistência. A teimosia em sobreviver numa sociedade excludente, levava tais mulheres a quebrar pedras, carregar água na cabeça, cortar lenha, executar trabalhos penosos como o doméstico e, ao mesmo tempo, a criar formas de solidariedade, a exemplo de momentos como os partos em que mulheres de origem afro-indígena e pobre, que não dispunham de recursos para pagar consultas a

médicos, se ajudavam, assegurando a vida das mães e o nascimento dos filhos das vizinhas, amigas, parentes, companheiras de ofício. Enfim, nascer, trabalhar, preservar a ancestralidade, bater os tambores, rezar com as folhas do Poço Escuro para tirar mau olhado, brincar no samba, no reizado e no carnaval eram atos de resistência e formas dessas mulheres mostrarem que existiam.

CAPÍTULO 3: DA FESTA NEGRA À SESSÃO CÍVICA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE SE COMEMORAR A ABOLIÇÃO NA BAHIA

Dia 13 de Maio em Santo Amaro
 Na Praça do Mercado
 Os pretos celebram
 (Talvez hoje inda o façam)
 O fim da escravidão
 Da escravidão
 Tanta pindoba!
 Lembro do aluá
 Lembro da maniçoba
 Foguetes no ar
 Pra saudar Isabel
 Ô Isabé
 Pra saudar Isabé

13 de Maio, Caetano Veloso

Até esse momento, procurou-se, nos capítulos anteriores, realizar uma abordagem geral dos contextos históricos da cidade, destacando-se a presença indígena, negra e feminina. Esse capítulo tem como discussão central, as Festas da Abolição, afinal, as comemorações desse fato histórico por Maria Rogaciana, estão no cerne desse trabalho. Todavia, não há como abordar a efeméride nesse território, sem analisar as configurações da festa em outras regiões do estado da Bahia, especialmente aquelas em que a presença de escravizados foi numericamente maior, com vistas a estabelecer, em alguma medida, um contraponto dessas com as comemorações do fim da escravidão no Planalto da Conquista.

Decerto, tal análise contribui para a reflexão acerca das singularidades das visões da abolição e de suas comemorações na cidade, levando-se em conta as configurações dessa como território multirracializado, atravessado por ideologias que tentavam distanciá-la das origens negras e indígenas.

3.1 A festa negra e popular

Estudos importantes foram realizados sobre as últimas décadas da escravidão na Bahia e as repercussões do 13 de Maio. Grande parte desses trabalhos tem como foco a região de Salvador e do recôncavo baiano. Nesse sentido, é preciso considerar que a Bahia, em fins do século XIX, convivia com a crise da economia açucareira, que levou

ao empobrecimento de muitos fazendeiros, à redução do número de escravizados e contribuiu para a expansão do movimento abolicionista e republicano. Apesar disso, tais regiões eram as que concentravam a maioria dos escravizados, fator que, certamente, contribuiu para explicar o interesse por esse recorte territorial.

Além disso, há, sobre Salvador e o recôncavo baiano, um vasto conjunto documental, algo que infelizmente não existe sobre Vitória da Conquista, cidade sertaneja, encravada no sudoeste baiano. Constitui, assim, um desafio estudar esse período e, seguidamente, as primeiras décadas da República, face à exiguidade de fontes encontradas. Não obstante essa constatação, tem-se observado, nas últimas décadas, o aumento das pesquisas voltadas para a temática étnico-racial no Planalto da Conquista, com ênfase especial na aproximação dessa com as questões de gênero, territorialidade e cultura, o que acaba por contribuir imensamente com a presente pesquisa.

Os estudos realizados por Walter Fraga (2014), no livro *As Encruzilhadas da liberdade*, relatam que a abolição, concretizada no dia 13 de Maio, resultou em grandes festejos e desfiles, ocorridos especialmente nas cidades das regiões produtoras de açúcar, que – apesar da diminuição ocorrida nas últimas décadas, diante da crise do escravismo – ainda possuíam um número expressivo de negros e negras, até então, privados da liberdade.

Nas cidades próximas aos centros produtores de açúcar, recém-libertos dos engenhos juntaram-se a populares nos festejos e nos desfiles promovidos por associações abolicionistas. Um jornal de Cachoeira informou que, na noite de 13 de Maio, “o povo se derramou pelas ruas” acompanhado de duas bandas de música. Das sacadas dos sobrados, muitos discursos e vivas ao grande dia. Na semana seguinte, depois que a Câmara recebeu comunicação oficial da abolição, cerca de quatro mil pessoas desfilaram festivamente pelas ruas de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix 4. Em Salvador, desde o dia 13, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade ao som de filarmônicas. Queimaram-se fogos de artifício e as fachadas das casas particulares e das repartições públicas foram iluminadas durante noites seguidas (FRAGA, 2014, p. 120).

Walter Fraga (2014) aponta caminhos teóricos interessantes ao se referir à ampla participação negra nas festas da abolição como atos de teor político, expressivos de um desejo dos ex-escravizados de saírem da invisibilidade imposta pelo sistema escravista e reafirmarem a nova condição de liberdade e o desejo de obter cidadania.

As evidências mostram que os egressos da escravidão da cidade não pretendiam aparecer apenas como figurantes da festa. A forma como reivindicaram a participação nas passeatas, a procissão até a Igreja do Bonfim e as missas promovidas por irmandades negras devem ser vistas em sua dimensão política. Esses eventos mostram que os libertos sabiam estar vivendo um momento especial e as festas da abolição foram as primeiras manifestações públicas de que desejavam participar politicamente dos acontecimentos na condição de cidadãos livres (FRAGA, 2014, p. 122).

Sem dúvida, constitui objeto de análise interessante pensar como, ao longo da História humana, a festa sempre expressa sensações, comportamentos, sentimentos. No entanto, muitas vezes a dimensão política, as representações da realidade, as visões sociais expressas nos rituais festivos são negligenciadas. Bakhtin (2010), ao analisar a festa, afirma algo que, guardadas as diferenças geográficas, temporais e históricas, pode se aplicar a essa análise – a ideia de que as festividades de todos os tipos são uma característica da civilização humana e que estas sempre trazem consigo concepções de mundo e uma relação com o tempo.

As festividades têm sempre uma relação marcada com o tempo. Na sua base, encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Além disso, as festividades, em todas as suas fases históricas, ligaram-se a períodos de crise, de transtorno, na vida da natureza, da sociedade e do homem. A morte e a ressurreição, a alternância e a renovação constituíram sempre os aspectos marcantes da festa. E são precisamente esses momentos – nas formas concretas das diferentes festas – que criaram o clima típico da festa (BAKHTIN, 2010, p. 8).

No caso das festas da abolição, para muitos egressos da escravidão, essas representavam um novo tempo histórico, expressando as sensações e projeções dos escravizados em relação à liberdade. Contrariamente ao que se imagina, a condição de africano, afrodescendente ou o passado escravo não foram suficientes para estabelecer entre esses uma maneira uniforme de conceber a abolição e a liberdade. Assim as representações sobre esse novo tempo histórico, inaugurado com o 13 de Maio, comportavam múltiplas visões.

Wlamyra Albuquerque (2009) chama a atenção para o clima reinante em Salvador e no recôncavo, com a abolição, ao refletir que essa, trouxe inquietações, por inaugurar um mundo em que a relação senhor-escravizado já não era mais estruturante. Com isso, não só as relações de trabalho foram abaladas, mas também os vínculos pessoais e os princípios de autoridade. Assim, para os antigos senhores e defensores da ordem

escravista, o barulho do povo na rua comemorando ostensivamente, os sambas e batuques soavam como algo ameaçador.

A esse respeito, vários estudiosos já demonstraram como as festas públicas na Bahia, no período escravista, eram temidas, porque muitos a associavam à possibilidade de rebeliões escravas. Assim, nos discursos presentes nas fontes, as práticas culturais relacionadas à cultura africana eram representadas de forma negativa e ameaçadora. No pós-abolição, as festas expressavam, um teor racializado, que trazia temor e insegurança, sendo vistas como eventos capazes de ameaçar a ordem e a civilização.

Nos jornais do período, notam-se referências ao som dos tambores, aos sambas, à presença de elementos simbólicos das religiões de matriz africana como algo inquietante que deveria ser vigiado e mesmo coibido pelas autoridades policiais e políticas. Especialmente, isso se intensificou com o Treze de Maio, visto que os antigos proprietários de escravos se viram diante de um outro contexto, em que as antigas regras de poder corriam o risco de serem alteradas. Daí a inquietude e o temor que a presença negra nas ruas de Salvador e do recôncavo despertava.

Essa profusão de festividades preocupava aos senhores e [...] a polícia. Naquele contexto, já distante dos dias em que rebeliões escravas eram tramadas em dias de festas de brancos, os sambas, batuques e candomblés inspiravam mais atenção. A suspeição da festa negra não foi diluída com o fim do cativo; ao contrário, fez-se mais aguda. E foi sob tal suspeição que as comemorações oficiais da abolição na capital foram realizadas (ALBUQUERQUE, 2009, p. 127-128).

A Festa do Bembé, realizada em Santo Amaro da Purificação, localizada na região do Recôncavo Baiano, insere-se no contexto de festas organizadas em comemoração à abolição, protagonizadas por negros e negras, carregadas por elementos simbólicos alusivos à cultura afro-brasileira. Por isso, provocou, nesse período, temores e inquietações nos ex-senhores e nas autoridades baianas.

No pós-1888, manter a exploração da força de trabalho, a ordem republicana que garantia a manutenção da propriedade e dos privilégios nas mãos de um grupo social minoritário, era o desafio principal do Estado brasileiro erigido sob as cinzas da escravidão. Nesse sentido, as políticas de controle e disciplinamento que atingiam a organização produtiva e social, a cultura, foram atualizadas e colocadas a serviço do projeto de nação que buscava impor-se como hegemônico.

3.2 Trabalho, ordem, controle e disciplina no pós-1888

Além das festas, outra questão que incomodava sobremaneira os antigos senhores e autoridades baianas, no pós-abolição, era a negação do trabalho. Em muitos casos, tal rejeição a se submeter a relações de trabalho próximas às que exerciam antes da abolição configurava-se como atos de resistência, a despeito das visões pejorativas que tal comportamento suscitava. Sobre isso, Florestan Fernandes (2017, p. 79-80) afirma:

O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes. Os que não recorreram à migração para as regiões de origem repudiavam o trabalho “livre”, que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas. Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tomarem “vagabundos”, “boêmios”, “parasitas de suas companheiras”, “ladrões”, etc. [...].

Havia, por parte de alguns representantes políticos, ex-senhores de escravos e autoridades policiais, o temor de que a população pobre e de cor, escapasse do controle, uma vez decretado o fim da escravidão. Esse tema foi tratado por Iacy Mata (2002) em dissertação de mestrado, ao centrar as análises na relação entre ex-senhores, polícia e libertos na Bahia no pós-abolição. Nesse trabalho a autora discorre sobre o papel da polícia no controle e disciplinamento social, impondo a “ordem” tão importante para as camadas proprietárias assustadas com o novo contexto surgido com a Lei Áurea.

A despeito das dificuldades enfrentadas pelo corpo não se abriu mão da repressão ao liberto, tomando-se várias medidas que buscavam manter o ex-cativo num lugar de sujeição. Uma das alternativas mais buscadas pelos delegados foi a chamada prisão correccional ou para averiguação, que consistia em manter o indivíduo na cadeia por alguns dias, sem que contra ele fosse feito qualquer procedimento legal. Não houve uma mudança significativa na estatística criminal por causa disso. Esse tipo de prisão era uma espécie de lição que se impunha a acusados de vadiagem, desordem e furtos, crimes considerados de menor monta para os quais dificilmente se abria um processo judicial. Detidos por dias ou semanas, os acusados depois eram liberados sem qualquer formalidade⁴¹ (MATA, 2002, p. 75).

⁴¹ Cf. MATA (2002): BROWN, Alexandra Kelly. “On the vanguarda of the civilization”: Slavery, the Police and Conflicts between Public and Private Power in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888. Tese (Doutorado). The University of Texas at Austin, 1998, p. 71.

A preocupação com a segurança tornou-se maior no período imediatamente posterior à abolição. O governo provincial buscou fortalecer os mecanismos de controle e impor normas disciplinares à população egressa da escravidão, deixando claros os lugares sociais que deveriam ser ocupados por essas pessoas. As ações do corpo policial, os códigos de postura e a política de higienização das ruas adotados evidenciavam tal fato. Em reação a isso, os libertos tiveram que criar mecanismos de sobrevivência e inserção social.

Outro instrumento utilizado pelas autoridades policiais era a criação dos Termos de “Bem Viver”, que se destinavam aos indivíduos acusados de cometer algum tipo de dano à ordem pública, ferindo os códigos da moral e bons costumes. Tinham um caráter disciplinador e se voltavam, especialmente depois de 1888, para os libertos.

A autoridade policial prestaria relevantíssimos serviços à sociedade, se obrigasse todos os desocupados, os pelintras, que, com ares de conquistadores, vivem, nas esquinas e bancadas, a difamar, miseravelmente, respeitáveis famílias, a assinarem termo de bem viver⁴².

Iacy Mata (2002) cita um documento importante que faz referências à Imperial Vila da Vitória, antigo nome de Vitória da Conquista, no momento que antecedeu à abolição, e que explicita as preocupações com a “vadiagem”.

A reivindicação de que se reforçasse o destacamento da Imperial Vila da Vitória, feita pelo subdelegado ao chefe de Polícia, em 7 de junho de 1888, fora sem dúvida motivada pela presença de libertos que, segundo a autoridade policial, dirigiam-se aquela localidade e viviam a vagar pelas ruas, “sem emprego algum honesto, a não ser sambas, roubos, ferimentos, etc⁴³” (MATA, 2002, p. 60).

As queixas contra o número reduzido de policiais nas regiões interioranas da Bahia, como Vitória da Conquista, eram recorrentes nos jornais do início do século XX, deixando explícita a preocupação com a propriedade privada e com a ordem.

[...] Os destacamentos policiais com número reduzido de praças, são impotentes para uma ofensiva vantajosa.

⁴² Jornal A Notícia, 2 de fevereiro de 1923, p. 2, número 149 – encontrado no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

⁴³ Cf.: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3002.

Povoações prósperas, arraiaes populosos permanecem muitas vezes sem um só soldado de polícia para garantia da propriedade particular, quando já deveríamos ter destacamentos [...].

Uma cidade como esta, populosa e sede de um município extensíssimo, ponto convergente de outros municípios igualmente populosos, e, muitas vezes mais infelizes do que o nosso, anarchizados, já deveria ter uma concentração de forças com todas as prerrogativas da disciplina militar prontas para se desdobrarem em destacamentos capazes de manter ílesos a paz, o direito e a propriedade [...] (A CONQUISTA, 1911, p. 1-2. A grafia de época foi mantida na transcrição).

Com efeito, a preocupação com a manutenção da ordem social estava presente também nas regiões interioranas da Bahia. Nesse contexto, algumas perguntas se impõem: *Como teria sido o Treze de Maio de 1888, na Imperial Vila da Vitória? Que reações suscitou? Quais as semelhanças e diferenças entre as comemorações da abolição na Vila/cidade em relação às ocorridas em Salvador e no Recôncavo?*

3.3 A abolição no Planalto da Conquista: discursos e sessões cívicas

A abolição na Imperial Vila da Vitória, é um fato que, sem dúvidas, constitui matéria de interesse para os estudiosos, especialmente nesse trabalho. Clementino, ao ser interpelado acerca de como teria sido a recepção da libertação dos escravizados na vila, comparou de maneira lírica a festa da abolição com a festa que, provavelmente, para ele seria a maior e mais alegre considerando-se o universo cultural em que vive: “[...] Foi, foi como se fosse um dia de São João! [...] de fogos, de alegria, “nego” pulando no meio da rua [...]” (Entrevistado Clementino, 2022).

Em contrapartida, a despeito da visão festiva do entrevistado, ao imaginar a recepção da abolição no Planalto da Conquista sob a perspectiva dos negros, até então escravizados, Tanajura (1992) afirma que a Lei Áurea não teria sido bem recebida pelos grupos senhoriais afetados pela perda daqueles que consideravam sua propriedade; assim, segundo o memorialista, na Câmara de vereadores da então Imperial Vila da Vitória, somente um vereador teria se posicionado a favor da legalidade da lei.

Observa-se a existência de uma lacuna documental, o que dificulta o acesso a evidências históricas capazes de informar como foi o recebimento, na região, da notícia da abolição. Outro aspecto que requer análises mais aprofundadas relaciona-se aos impactos do fim da escravidão na economia do Sertão da Ressaca. Segundo Santos e Nascimento (2010, p. 127):

O que se percebe ao analisarmos a historiografia sobre o sertão baiano é que os autores são divergentes sobre os impactos da abolição. Analisando a fazenda Brejo do Campo Seco, que ficava nas cercanias da região de Vitória da Conquista, Licurgo dos Santos Filho (1956) diz que a Lei Áurea foi a responsável pelo declínio de Exupério Pinheiro Canguçu, um dos homens mais ricos e poderosos do sertão baiano. Já Erivaldo Fagundes Neves (1998) sustenta que, diante do reduzido número de escravos, a abolição não trouxe grandes impactos.

Como fica evidenciado, essa é uma questão que não se encerra numa única interpretação, o que reforça, como explicitado anteriormente, a necessidade da realização de mais estudos sobre os impactos e reações causados pela abolição. Nesse sentido, Washington Nascimento (2008) destaca um documento que informa sobre a reação da Câmara de vereadores da Imperial Vila da Vitória:

C. M desta Imperial Vila da Vitória tem a distinta honra de, em sessão ordinária, acusar o recebimento da circular de V. Ex^a, de 14 de maio último, comunicando haver S. A., a Princesa Imperial Regente sancionado, a 13 do referido mês a lei que extinguiu a escravidão no Império. Esta comarca, pois, esperando reunir em sessão, folga hoje em congratular-se com V. Ex^a e com o país inteiro, por nos vermos, assim livres de uma instituição legada por nossos maiores, a qual detestava-no, é certo, ante os povos cultos; mas sente profundamente ver por nossos legisladores violado o preceito do § 22 artigo 179 do nosso pacto fundamental, na parte em que, garantindo o direito de propriedade em toda a sua plenitude, estatue prévia indenização nos casos excepcionais em que o bem público, legalmente verificado, exigir que se fira tal direito. E mais lamentável se torna aquela violação, porque veio dar em nossa lavoura o golpe mais profundo que até aqui tem ela recebido; e em que quadra (?). Exemplos sem numero: quando em luta com a barateza e nenhuma procura dos seus produtos, a mingua de recursos para aperfeiçoar-se ou variar de cultura, vendo cada dia escassear os braços afeitos ao trabalho, pedia, a lavoura em pungentes brados aos poderes públicos que o amparassem e a livrasse de tal ruína! De maneira que grande número de lavradores, vendo-se abandonados dos seus trabalhadores, sem meios de angariarem gente nova e disciplinada⁴⁴.

E na sequência, o documento prossegue:

Lamenta igualmente esta comarca que a lei de 13 de Maio, não acompanhada de medidas preventivas que reprimisse o ócio e a vagabundagem, de perniciosas e terríveis conseqüências, para que não se desse o triste e singular espetáculo que presenciamos atualmente de em chusma percorressem os ex-escravos, homens e mulheres as vilas e povoados, tendo por única ocupação lícita dizerem cada momento –

⁴⁴ Ofício 1875 – Seção Colonial e Provincial Presidência da Província, Série Judiciário (Juízes Vitória) período 1874-1889, maço 2648 (1875) (NASCIMENTO, 2008, p. 62- 63).

agora somos livres – ao passo que incitados pela fome que os estortega, mergulham-se na prostituição para exercer a gatunice, prenuncio este de roubos qualificados e assassinatos cruéis (NASCIMENTO, 2008, p. 63).

De acordo com a fonte, citada por Nascimento (2008), os representantes políticos da Vila, ao saberem da assinatura da Lei Áurea, apelaram para o artigo 179 da Constituição, alegando que o direito à propriedade fora desrespeitado, o que representaria um duro golpe à lavoura e contribuiria para criar uma crise econômica e social.

Idelma Novaes (2008) também destaca que a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, composta por proprietários de terras, gado e escravizados, ao saber da assinatura da Lei Áurea, a interpretou como um golpe desferido contra o direito de propriedade. Por conseguinte, esses teriam reagido negativamente a ela e expressado, em reunião, a discordância diante de tal ato. Como justificativa central argumentavam que a abolição traria prejuízos à agricultura do Sertão da Ressaca, pois haveria a falta de mão de obra, crise da produção, falência dos proprietários rurais e, conseqüentemente, aumento da miséria e da ameaça à ordem social, diante do suposto aumento do ócio e da vagabundagem.

Segundo a análise de Nascimento (2008) e Idelma Novaes (2008) o discurso da Câmara Municipal reflete claramente o olhar senhorial sobre a abolição, estruturado em função do princípio liberal do direito à propriedade e das questões econômicas, sintomático de que, no Brasil, apesar da forte presença do racismo na defesa da perpetuação da escravidão, as diferenças raciais nem sempre foram o argumento principal que aparecia nos discursos.

Destaca-se uma nota importante encontrada nas páginas de *O Combate*, um dos jornais mais longevos e importantes de Vitória da Conquista. O que chama a atenção é que, em 1937, ainda se observava, como foi evidenciado nesse jornal, de forma similar à que foi citada no documento produzido pela Câmara de vereadores logo após o decreto da Lei Áurea, a persistência do lamento daqueles que ainda não aceitavam a abolição e a achavam prematura, utilizando-se do argumento de que isso teria abalado a estrutura econômica do país.

Não somos daqueles que acham injusto o ato do governo que cortou o feriado de 13 de Maio. Não devia mesmo ser feriado o dia que marca o início da nossa escravidão econômica, provinda indiscutivelmente, da abolição da escravatura quando nem os escravos, nem o Brasil estavam preparados para recebê-la. Não somos apologistas da escravidão, nódoa

que, por tanto tempo, enegreceu a civilização de alguns povos. Sentimo-nos revoltados quando à mente nos vêm aquelas histórias de martírio, crueldade e humilhação que tiveram por palcos as senzalas e os eitos [...].

[...], Mas a abolição da escravatura no Brasil obedeceu apenas aos impulsos dos corações de alguns poetas e idealistas que, por isto mesmo, deviam ser péssimos economistas e financeiros ainda peores. [...]

Abolida a escravidão quando as maiores fortunas do Brasil estavam empregadas em escravos; sem uma lei que reprimisse a vagabundagem; sem uma lei que tornasse o trabalho obrigatório; sem o necessário preparo mental do escravo; abolida a escravidão, - repetimos, - pelo modo como foi abolida, deu-se a queda da monarquia, e, o que foi peor, a nossa escravidão econômica.

As leis do Ventre-livre e dos Sexagenários, dentro de vinte anos, realizariam o que o intempestivo das idéas abolicionistas realizou. Com mais vantagens. Com mais proveito. Com menos perigo.

E' por tudo isto que nós que odeiamos a 'escravidão; que amamos a liberdade acima de tudo, achamos que o governo fez bem em cortar o feriado do 13 de Maio. Porque o 13 de Maio não é uma data que marca uma epopéia histórica. E uma data que marca o início da nossa derrocada econômica (O COMBATE, 1937, p. 1).

Segundo Walter Fraga (2014), por muito tempo o lamento senhorial esteve presente nas representações da abolição, ressaltando-se, no campo discursivo, a injustiça e o abandono destes por parte do governo imperial. Entre as queixas estavam, a suposta ruptura abrupta da ordem escravista, a falta de indenização, de apoio financeiro aos representantes da lavoura e a ausência de leis rígidas para conter os libertos.

Contudo, após o 13 de Maio, com a percepção da irreversibilidade do fim da escravidão, restou aos proprietários se apoiarem de modo mais forte na questão racial como mecanismo para manter a desigualdade e hierarquia social. Com efeito, sobre isso, Walter Fraga (2014, p. 344) afirma:

Finda a escravidão, as elites baianas recorreram mais intensamente ao conceito de raça como critério classificatório de novos cidadãos. Embora equiparados em sua condição civil, as pessoas diferenciavam-se (ou deveriam ser consideradas desiguais) segundo sua classificação racial. A concepção da raça era perfeita para quem pretendia reforçar e manter intactos as antigas hierarquias. E, mais do que isso, podiam-se justificar novas políticas de controle não apenas sobre os que emergiam da escravidão, mas sobre toda a população negra. As novas políticas de exclusão racial começavam a se delinear.

É evidente também, a preocupação demonstrada pela Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória com o número de pessoas nas ruas, sem trabalhar, o que representava para as camadas proprietárias da cidade uma ameaça à ordem, sendo preciso impor regras disciplinares austeras para conter supostos abusos e práticas de vadiagem,

garantindo a persistência de relações de subordinação e controle social, rearranjadas e adaptadas ao novo contexto pós-abolição.

Nesse contexto, o Código de Posturas Municipais, de 1896, estabeleceu proibições de sambas e batucadas, práticas culturais associadas aos afrodescendentes, que nesse momento de reestruturação do jogo político, sob as cinzas da escravidão e o amanhecer da República, faziam-se necessárias: “Fica igualmente o uso de sambas e batuques proibido, sob pena de 10#000 de multa ou dois dias de prisão⁴⁵”.

Infelizmente, a não preservação de um corpo documental significativo sobre o final do século XIX no Planalto da Conquista, dificulta a análise do período. Após um hiato, as fontes encontradas que citam as comemorações da abolição remontam ao início do século XX.

Em ata da sessão da Câmara, ocorrida em 12 de maio de 1913, citada por Washington Nascimento (2008), a data da abolição foi homenageada, e convites foram expedidos para as “autoridades” e “pessoas gradas” da cidade. A expressão *gradas* significa: importantes, notáveis – o que na sociedade local no período deveria indicar pessoas de posse, de famílias abastadas, brancas ou mestiças, mas que, a depender da posição social que ocupavam, tinham a ancestralidade africana obliterada.[...] o senhor presidente (Dr. Lau Juan) tomando a palavra e lembrou a grande data de Treze de Maio que representa um dos mais gloriosos dias da historia brasileira que viu riscar de suas paginas a existência da escravidão e que portanto em honra a esse dia convocava uma seção extraordinária em comemoração a esse dia, marcando-a para as oito horas da noite.

Pediu a palavra o conselheiro Paulino Fonseca, que apoiando essa convocação requereu que fossem expedidos convites a todas as autoridades e pessoas gradas da cidade para esse ato comemorativo o que foi unanimamente aprovado (p. 64)⁴⁶.

No dia 13 de Maio de 1913, as autoridades da cidade se fizeram presentes para homenagear a abolição da escravidão, de acordo como relato do presidente da Câmara, Dr. Lau Juan:

Estando presente todos os conselheiros, Juiz de Paz, Delegado de policia, conego, e mais ainda “representantes da imprensa”, “grande numero de senhoras e cavalheiros”, direção da “sociedades Vitória

⁴⁵ Citação do Código de Posturas Municipais, p. 42, artigo 26, de 19 de abril de 1896, encontrado no Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal de 1893 a 1931, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista.

⁴⁶ Ata da Sessão Ordinária do Conselho, 12 de maio de 1913. Livro de Atas do Conselho Municipal, 1913 – AMVC/BA – Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (NASCIMENTO, 2008, p. 64).

Aurora”, do “grêmio Literario” e “crescido numero de representantes de todas as classes Sociais.⁴⁷

Na passagem acima, quase como por uma formalidade retórica, fala-se na presença de “pessoas de todas as classes”, isto é, em complemento à presença destacada de representantes das camadas sociais vistas como superiores que protagonizariam a cerimônia. Nota-se, claramente, a omissão em citar a presença de ex-escravizados, o que leva a crer que, ou eles não participaram ou a condição servil que antes os caracterizava foi apagada propositalmente. No lugar do elemento definidor centrar-se na raça, preferiu-se ressaltar a questão de classe.

A descrição da sessão segue:

O presidente tomou a palavra fazendo ver o fim da sessão extraordinária convocada, que era a comemoração solene da grande data Treze de Maio que registrava a abolição da escravidão, fato altamente glorioso na história brasileira e que por tanto o governo municipal de conquista congratulava-se com seus munícipes e que concitava a todos a venerá-la sempre, terminando erguendo vivas a República brasileira, ao dia 13 de Maio e ao povo conquistense, tocando em seguida a filarmônica Vitória, o hino nacional que foi ouvido de pé, respeitosamente por todos os presentes⁴⁸

Na sessão, o Cônego Manuel Olímpio, em nome da Igreja Católica, também exalta a importância do ato comemorativo, associando a celebração a um ato patriótico, o que, provavelmente, ajudava a estimular um sentimento de pertencimento à comunidade nacional, agora eclipsada sob a égide da República. As palavras do Cônego foram descritas pelo Secretário do Conselho Municipal da seguinte forma:

[...] que um vibrante e patriótico discurso em nome do povo conquistense saudava ao grande dia e se orgulhava por ver o governo municipal dava essa solene prova de patriotismo e que pediu que fosse incendo na ata de hoje um voto de louvor pelo culto a este memorável dia⁴⁹.

O jornal *A Palavra*⁵⁰, também registrou notícias sobre esse assunto na reportagem intitulada: *Nossas Datas Gloriosas*, transcrita a seguir, de autoria de um colaborador identificado como Sr. Cap. Raymundo Meira Magalhães:

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ A Revista Histórica – 100 anos de jornalismo em Vitória da Conquista (2011, p.08-09) ressalta que o jornal *A Palavra*, foi fundado em 1917 por um comerciante chamado Demóstenes da Rocha e contou com a colaboração de professores renomados da cidade como Ernesto Dantas e Euclides Dantas. A princípio,

[...] O negro e o 13 de Maio

O negro entrou como um dos fatores da nossa nacionalidade, desde quando os portugueses, acostumados a viverem do trabalho alheio, incapazes para se dedicarem aos duros labores do solo e a eles não podendo afeiçoar os indígenas insubmissos até a morte pela avidez de liberdade, o transportou arrancando – o violentamente de sua pátria natal.

Logo começou a immiscuir-se com os naturaes do paiz e com os próprios portugueses concupiscentes e sensuais que às negras tomavam por, amazias, tornando-as mães de proles numerosas, não obstante mantidas no miserando estado de escravidão.

E por esta forma, com as suas qualidades de resistência e capacidade de trabalho e relativa submissão, instigado pelo açoite do feitor, tornou-se um dos principaes elementos da colonização e prosperidade agrícola do paiz.

Não devemos levar ao máximo a nossa censura ao seu introductor, a não ser pelo lado do barbarismo dos maus tratamentos, pois quanto à escravidão, tem a desculpar-lhe a sansão pelo uso de épocas remotíssimas, e bem avisados andaram eles em o incorporar à nossa nação, desde que assim impunham o meio, as necessidades locais e a precisão, de que talvez não cuidassem, da mistura de sangue portadora do equilíbrio indispensável à formação de um povo.

Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da história é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que não se fundem com outras, sejam brancas ou negras se mantem no estado selvagem.

Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adeantados com populações atrasadas, a civilização não tinha caminhado no mundo. (Graça Aranha, Chanaan).

A raça negra nos era a mais coerente em vista de adaptar-se com facilidade ao nosso clima quase idêntico ao seu, acostumada a lutar com a natureza virgem e bravia, tendo a robustez precisa para o rude desbravamento da terra adusta. Tanto assim é, que, aquelle brasileiro que não possui a gota de sangue africano, pode considerar-se um inapto, incapaz de vencer os elementos adversos, enconradiços em cada meandro da pátria. (A PALAVRA, 1918, p.1).

Nota-se aqui a visão de que os portugueses, índios e negros constituíam as três raças que formavam a nação brasileira. Os portugueses não afeitos ao trabalho braçal; os índios rebeldes e insubmissos, ao contrário da visão expressa sobre os negros. A escravidão não é criticada – sendo condenados apenas os excessos de violência – pelo contrário, é vista como algo necessário e teria possibilitado a mistura de raças, vista como fator de equilíbrio na formação do povo brasileiro. Explicitamente, a mistura de raças era considerada como elemento imprescindível para a civilização, diferentemente da visão

destacou-se a participação do jornalista e poeta conhecido como Maneca Grosso (Cujo nome era Manoel Fernandes de Oliveira, sendo sobrinho do Coronel Gugé). Esse jornal deixou de existir em 1920. O discurso de A Palavra expressava a visão política vinculada ao “Gugelismo”.

original das teorias raciais surgidas na Europa que a condenavam. Também se evidencia a vinculação entre fatores biológicos – como a cor da pele, traços morfológicos – como a suposta robustez e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais: o negro trabalhador, a mulher negra sensual e fértil tratada como amante pelos portugueses e dando origem uma prole numerosa.

A matéria jornalística, assim, prossegue:

Pela proporção dos mestiços existentes no Brasil, reconhecida a superioridade de suas virtudes aos defeitos, pois não há povo que não os tenha, vê-se que a inclusão do negro em nada prejudicou a criação da nova raça brasílica e até torna-se desejável a rápida fusão dos 15% actuaes com os outros elementos, o que será a liga que se deita no metal precioso para o tornar maleável e a dose está em proporção para obter-se um bom quilate, creando definitivamente um typo De acordo com o meio, o qual poderemos coligir, será pertinaz, resistente, vigoroso, com a compleição física e a bela cor morena dos Arabes ou Turcos (A PALAVRA, 1918, p.1).

Na passagem acima, reafirmam-se os supostos benefícios da mistura racial. Essa visão fundamenta a ideia de que o Brasil teria uma identidade mestiça, vista como elemento fundante da unidade nacional e usada como argumento para negar o racismo e a existência de hierarquias sociais, legitimadas pela diferenciação entre negros e brancos.

O discurso continua a ser delineado:

Citam-se como defeitos dos negros: Submissão incondicional, frouxidão de vontade e docilidade servil. Estes atributos, eram porem, imanentes ao estado em que os collocaram e tanto não eram próprios de sua natureza que se pode contrapor-lhes frisantes exemplos:

Inumeros escravizados, enforcavam-se ou deixavam-se morrer a fome para não suportarem um senhor cruel. (...)

Os quilombos e a republica de Palmares que passaram a historia caracterizam o seu anhelos pela liberdade e a capacidade de viverem em sociedade organizada.

O Zambí com os seus companheiros, rojando-se de um píncaro abrupto e cahindo esmagados aos pés dos vencedores é um traço de altiva e heroica insubmissão.

São bravos!

Eis Henrique Dias, com uma mão decepada e gotejante e com a outra pelejando por el Rei, eis o corneta de Jesus, cujo feito não menos heroico, foi cantado por José Bonifácio; eis Marcilio Dias matando e morrendo na defesa do seu posto!

Frouxidão de vontade:

Poucos não foram os cativos que se alforriaram com as economias das horas concedidas para o descanso e que eles empregaram em pequenos trabalhos, cujos proventos serviram-lhes para aquelle mister.

Luiz Gama, ex-escravo, tornou-se exímio advogado e combateu pela libertação dos seus semelhantes (A PALAVRA, 1918, p.1).

Já nessa parte, exalta-se o nome de alguns negros, vistos em função de um olhar heroificado, afirmando-se que a submissão não seria uma característica inata. Reconhecem-se a luta e a resistência do povo negro como uma espécie de concessão em meio a uma análise marcada pelo discurso racializado.

Outros arguem-lhes de pouca inteligência: ‘O negro tão curto tem o cabelo quanto o juizo’ dizem. Não é assim, pois aqueles de cabelos lisos, em sua maior parte não possuem aquelle dom.

Os pretos que são educados mostram muita vez, grande capacidade e ahi estão muitos exercendo profissões liberais; alguns celebraram-se nas letras e nas belas artes e os seus nomes destacam-se no pantheon da nossa historia.

[...] Portanto se alguma couza de mau eles possuem é o pigmento escuro e os cabelos encarapinhados, isto mesmo é um defeito relativo, que terá os seus admiradores (A Palavra, 1918, p.1)

Exalta-se aqui o papel da educação, apontada como instrumento capaz de projetar o negro na sociedade em iguais oportunidades, garantindo-lhes certas prerrogativas de cidadania. Mas se transmite a ideia que isso ocorreria como espécie de exceção. Ao final, critica-se a cor da pele e os cabelos dos negros, características fenotípicas consideradas negativas, inferiores aos atributos estéticos associados à branquitude.

Também em *A Palavra* de 17 de maio de 1918, encontrou-se uma referência à comemoração do 13 de Maio, pelo Grêmio Ruy Barboza⁵¹:

O sympathico Gremio “Ruy Barbosa”, sempre na frente dos grandes movimentos sociais, com o patriótico fim de festejar a grandiosa data de 13 de Maio, na qual se completou a verdadeira emancipação brasileira por incluir na classe dos homens livres uma grande parte de sua população que jazia deshumanamente sob o ferrenho jugo do captivo, deve a estas horas estar possuído do mais grato e justo desvanecimento, por ter festejado condignamente uma das mais belas das nossas datas nacionaes.

Para este fim, na véspera do áureo dia, uma comissão do Gremio, composta de joviaes mancebos, percorreu toda a cidade fazendo convites.

Para maior realce, e porque o prédio onde funciona o Gremio não comporta grande auditório, a magna sessão teve lugar no salão nobre

⁵¹ O Grêmio Ruy Barboza – cuja grafia aparece no mesmo jornal com “s” e “z” -, de acordo com Tanajura (1992, p.104), surgiu em 1918, criado por professores e jornalistas considerados a vanguarda intelectual da cidade. De curta duração, essa instituição promovia palestras, atividades culturais e tinha como principal divulgador o jornal A Palavra.

do Paço Municipal, o qual artisticamente ornamentado e iluminado, apresentava um aspecto muito atraente.

A maioria dos convidados compareceu à bela solenidade.

Todas as pessoas de maior destaque e de alta representação social ali estavam reunidas, notando-se a presença de muitas e distintas senhoras da elite conquistense (A PALAVRA, 1918, p.1).

A comemoração do 13 de Maio pelo Grêmio destinava-se aos cidadãos considerados de destaque, de alta representação social, da elite conquistense. Com isso, a data era descrita, no discurso da fonte, como momento de reunião de pessoas de posses, que controlavam além do poder econômico, os cargos administrativos, a política e a cultura. Constituíam-se como uma festividade oficial, em que a presença popular e dos egressos da escravidão era interdita ou invisibilizada.

Apesar da rivalidade existente na cidade entre a Igreja Católica e demais denominações religiosas que surgiam, em Conquista, no início do século XX, de modo semelhante ao tom usado pelo representante da Igreja Católica – o Cônego Olímpio –, a Igreja Batista⁵² também dava um tom patriótico e religioso às comemorações do 13 de Maio na cidade, revelador de que a data realmente fora incorporada ao calendário republicano sob uma ótica cívica.

A sociedade juvenil da Igreja Baptista desta cidade convida, por intermédio dessa folha, o respeitável publico para assistir a uma modesta festinha, cívico-religiosa, que terá lugar no dia 13 do corrente, às 7 horas da noite, na sede da Igreja, em comemoração à grande data, constando de cânticos patrióticos e religiosos, recitativos e pequenos discursos (A PALAVRA, 1919, p. 2).

Ao longo dos anos 1920, instituições ligadas ao ensino e à cultura como o Educandário Sertanejo, a Escola da professora Maria Leal, o Grêmio dramático Castro Alves, o Grêmio infantil Ernesto Dantas, dentre outras, festejaram a data solenemente, com sessões cívicas, execução do Hino Nacional, presença de autoridades, professores e alunos. Fica latente que, na cidade, havia uma apropriação da festa por pessoas das camadas abastadas e pela intelectualidade, cujos representantes eram originários desse grupo. Por outro lado, sobre a presença popular e negra reinava um profundo silêncio.

⁵² A Primeira Igreja Batista de Vitória da Conquista surgiu na Fazenda Felícia, Fundada por Tertuliano da Silva Gusmão, em 1900. Daí a vinculação da tradicional família Gusmão com o protestantismo. Iniciada em 1921, somente no ano de 1928 a construção na cidade do templo da Primeira Igreja Batista chegou ao fim. Com a chegada do protestantismo ocorreu a organização de um movimento que objetivava impedir a implantação de outra denominação religiosa na localidade. Viana (1982, p. 575, Vol 2) cita também que o vigário da freguesia tentou embargar o início da obra de construção do templo batista, conforme publicação feita pelo Cel. Virgílio Ferraz e Américo Almeida no jornal *A Notícia* de 28 de agosto de 1921.

Outro aspecto no campo discursivo a ser observado é que em jornais como *A Vanguarda*⁵³, eram efetuadas comparações entre o Brasil e os Estados Unidos, sempre destacando-se a superioridade do processo abolicionista brasileiro face ao caráter pacífico que supostamente o caracterizara.

Enquanto na Norte America a abolição se fez a custo de muito sangue e de muito luto – nodos que se não desfazem facilmente, o Brasil se fez pátria de homens livres sem as agruras dos conflitos armados, sem as desordens das batalhas, sem ruído tenebroso das metralhadoras (A VANGUARDA, 1927, p. 1).

Mais adiante, o discurso foi construído de modo a tratar a abolição como fruto do clamor da pátria, que teria unido intelectuais, religiosos, políticos e “senhores de escravos altruístas”. Tais pessoas personificariam, na matéria jornalística assinada por Newton Lima, o “povo”, a “nação”.

Estava creado o fundo de emancipação que outras leis tão liberaes quanto as precedentes, sem duvida desenvolveriam para a gradativa liberdade da gente negra. Todavia, o Brasil queria a liberdade imediata e a propaganda desenvolvida neste sentido – era a alma brasileira que se manifestava a cada canto, na palavra do propagandista, na oração do tribuno, na pena do jornalista, nas preces da religião, no recinto do Parlamento, no altruísmo dos próprios senhores de escravos, - era o povo que exigia, era a nação que impunha a sua vontade soberana (A VANGUARDA, 1927, p. 1).

O discurso predominante nas fontes jornalísticas consultadas, era marcado pela obliteração da presença popular e afrodescendente na organização e na ocupação de lugares de destaque nas celebrações e pela destituição ou desestímulo à caracterização dessas comemorações do ponto de vista cultural como festas negras. Além disso, sublinhava-se o caráter pacífico da abolição vista como um dos fatos fundantes da nação brasileira.

Segundo Walter Fraga (2014), houve por parte da recém-instalada república a implementação de ações para enfraquecer a força da festa da abolição, tanto que, já por volta de 1890, as comemorações populares já não eram tão expressivas quanto antes. Dentre as motivações, estaria a tentativa de apagar o protagonismo negro nas lutas contra a escravidão; reduzir a força da representação da monarquia – vista por muitos como a

⁵³ O Jornal *A Vanguarda*, de acordo com Tanajura (1992, p. 240), que foi criado pelo jornalista e escritor Iolando Fonseca (1906-1967), começou a circular em 1926 e teve pouca duração.

responsável pelo 13 de Maio; relegar ao esquecimento os projetos de igualdade e cidadania, despertados com a abolição.

3.4 O apagamento histórico do 13 de Maio

O 13 de Maio deixou de ser feriado nacional por meio da Lei nº 19.488, criada no governo de Getúlio Vargas em 15 de dezembro de 1930. A justificativa usada para tanto seria a necessidade de reduzir os dias de feriados, que por serem em grande número, atrapalhariam o bom andamento do trabalho, elemento visto como imprescindível ao desenvolvimento do país. Apesar da lei, que a fez perder o caráter de feriado nacional, a data continuou sendo comemorada na cidade.

Para Petrônio José Domingues (2011), ao decretar que a efeméride deixasse de ser feriado nacional, Vargas contribuía para o apagamento da memória da escravidão. As celebrações da abolição não deixavam de ser um incômodo, visto que traziam à memória coletiva a lembrança dos horrores do cativo, principalmente quando protagonizadas por estratos da população negra que, por meio de sambas, batucadas, lampejos de rituais das religiões de matriz africana, enchiam as ruas, lembrando à sociedade que existiam e queriam conquistar direitos. A comemoração seguiria, dessa forma, destituída do caráter de protesto, assumindo um aspecto de ritual público, oficial, porém sem alarde e destituída do *status* simbólico de feriado nacional.

As comemorações do aniversário da Lei Áurea não se revestiam apenas de um sentido cívico, nacionalista e laudatório dos abolicionistas e da princesa Isabel. Momento singular de construção de uma memória coletiva, a efeméride concomitantemente servia para manter vivas as lembranças da escravidão na sociedade brasileira. Por isso quando Getúlio Vargas extinguiu o feriado do 13 de Maio, no final de 1930, as lideranças negras protestaram: ‘Bem avisada andou a República de Outubro, passando a esponja do esquecimento sobre o fato desconcertante para a maioria dos brasileiros que a data recorda’, bradou Lino Guedes. Acabar com o feriado significava passar a ‘esponja do esquecimento’, isto é, passar uma borracha num capítulo nostálgico da memória nacional, relegando a discussão acerca da escravidão às ‘páginas dos compêndios consultivos sobre a História do Brasil (DOMINGUES, 2011, p. 35-36).

Decerto a escravidão inscreve-se naquilo que muitos estudiosos chamam de temas sensíveis ou controversos. Isso explica a decisão de Getúlio Vargas de fazer das comemorações do Treze de Maio, um fato de menor valor no calendário histórico

nacional. Apagar a data, reduzir seu valor histórico contribuiria para enfraquecer, na memória brasileira, a lembrança da escravidão; condenando, por conseguinte, no pós-abolição, a luta dos negros e suas demandas sociais e políticas a um lugar de invisibilidade. Daí a importância, na contemporaneidade de trazer de volta essa discussão, desafiando os professores de história a repensar as temáticas abordadas em sala de aula.

Assim, lidar que temas como escravidão, abolição, questões étnico-raciais e como no caso desta pesquisa, analisar fatos relacionados a marcadores temporais, vinculados a essas temáticas, a exemplo das festas do 13 de Maio, implica abordar temas sensíveis ou controversos que, enquanto tais, requerem um tratamento teórico e metodológico diferenciado, de modo a romper com modelos narrativos tradicionais e uniformizantes.

Nesse aspecto, acredita-se que o uso de fontes e recursos, em sala de aula, que contribuam com a reflexão sobre temas controversos, como no presente caso, que estimulem a discussão étnico-racial, pode contribuir para a problematização de questões urgentes para o ensino de História e, dessa forma, estimular a construção de outras narrativas por alunos e professores.

CAPÍTULO 4: ROGACIANA E A EFEMÉRIDE

“[...] Desde muito tempo. Desde os dez mil escravos que o coronel Horácio de matos usou para encontrar diamante e guerrear com seus inimigos. Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade?

Itamar Vieira Júnior, do livro *Torto Arado*, p.220

O presente capítulo trata da figura histórica de Maria Rogaciana e das características das festas da abolição que esta promovia. Tal mulher ainda não foi alvo de estudos pelos pesquisadores conquistenses. As referências a ela são escassas, encontradas na obra de memorialistas e em jornais antigos. Não obstante, como já ressaltado, essa tem sido citada por pesquisadores como integrante de um universo de mulheres negras que fizeram a história da cidade e que precisam de estudos para conferir-lhes a visibilidade ofuscada pelo tempo. Esse trabalho com todas as lacunas e imprecisões que possam atravessá-lo se propôs enfrentar tamanho desafio. Em que pese a pouca produção acadêmica sobre a protagonista em questão, Rogaciana se faz presente na memória de muitos antigos moradores⁵⁴.

4.1 Maria Rogaciana da Silva

Maria Rogaciana da Silva foi uma, entre muitas mulheres negras, que fizeram a história de Vitória da Conquista. Pouco se sabe sobre ela. As referências mais antigas aparecem no relato de cronistas e memorialistas que constituem referenciais para as pesquisas sobre a História da cidade, como Mozart Tanajura e Aníbal Lopes Viana. Nas obras que escreveram, afirmam que ela teria nascido após a Lei do Ventre Livre, assinada em 1871, e passara a residir no Planalto da Conquista em fins do século XIX.

Maria Rogaciana da Silva, segundo se sabe, veio para Conquista no século passado em companhia do Padre José Muniz Cabral Leal de Menezes, como criada, uma vez que ela nascera na Lei do Ventre Livre. Falecendo em 1905 o Padre Muniz, passou a viver em companhia da Prof a. Maria Leal, filha daquele vigário (TANAJURA, 1992, p. 153).

⁵⁴ No decorrer da pesquisa, especialmente ao realizar as entrevistas, surpreendentemente, a percepção acerca da forte presença de Maria Rogaciana na memória dos conquistenses mais longevos se consolidou, embora, devido a questões conjunturais de ordem temporal e por conta da pandemia, não foi possível reunir um conjunto de fontes orais mais substancial.

Aníbal Lopes Viana (1982), na *Revista Histórica de Conquista*, transcreve uma passagem escrita pelo jornalista e intelectual conquistense Bruno Bacelar⁵⁵ acerca de Maria Rogaciana:

Maria Rogaciana não foi escrava. Filha e irmã de escravos, teria vindo ao mundo depois da Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de Setembro de 1871. Menina crescida viu seus irmãos serem vendidos para as matas de café, como era conhecido entre os negros nas senzalas, o Estado de São Paulo (p. 405).

Figura 03 – Foto de Maria Rogaciana da Silva



Fonte: Viana (1982, p. 405, Vol. 1).

Tais informações foram confirmadas por meio do registro de Maria Rogaciana da Silva, encontrado no Cartório de 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Vitória da Conquista⁵⁶, com informações prestadas por ela própria, no ano

⁵⁵ Bruno Bacelar (1899–1988) pertencia a uma tradicional família da cidade, tetraneto do conquistador João Gonçalves da Costa. Destacou-se como intelectual conquistense, escritor e redator dos jornais *A Palavra*, *Avante*, *A Semana*, *O Conquistense*, *O Jornal de Conquista* e *O Sertanejo*; também fez parte do grupo de fundadores do Grêmio Democrático Castro Alves. Ver Viana (1982, p.734 a 738, volume 2) e Tanajura (1992, p.219 a 221). A biografia que fez de Maria Rogaciana sempre aparece na obra dos memorialistas e se destaca por conter as poucas informações existentes sobre ela.

⁵⁶ A existência do registro foi informada pelo estudioso da genealogia regional Gleuber Ferreira que forneceu uma cópia do documento. De posse de tal fonte, foi solicitado por mim e obtido no Cartório do 1º Ofício a certidão de inteiro teor do registro de Maria Rogaciana da Silva. Fonte: Certidão de Inteiro Teor

de 1933. Nesse documento, a declarante afirma ter nascido no dia 23 de março de 1882 em Jussiape⁵⁷, localizada na Chapada Diamantina, que até 1876, chamava-se Fazenda do Gado e era distrito de Rio de Contas.

Importante analisar o período histórico em que Rogaciana veio ao mundo para se entender a complexidade da época em que viveu, marcada pela transição do trabalho escravo para o livre e pela substituição do Império pela República. Tal contexto era caracterizado por dubiedades que certamente se refletiram no pensamento e comportamento dessa mulher.

O registro aponta que essa personagem histórica nasceu em 1882, portanto, após a Lei do Ventre Livre. Assim, Rogaciana não era considerada, juridicamente, escrava – apesar de, provavelmente, ter sido vista e tratada como tal e de assim ser designada em algumas fontes consultadas. Segundo a lei, após a aprovação, os filhos das mulheres escravizadas seriam considerados livres. No entanto, deveriam ficar até os oito anos sob o poder dos senhores, aos quais suas mães pertenciam. Esses senhores tinham a opção de, em troca de uma indenização, entregar as crianças ao Estado ou manter a guarda sobre elas e explorar os seus serviços até os 21 anos. Isso implicava na utilização dessa mão de obra desde a infância.

Em meio a essa ambiguidade, nasceu Maria Rogaciana. Livre, mas criada provavelmente como escravizada e presenciando a família viver as agruras do cativo. Certamente tais experiências influenciaram as visões que construiu sobre a abolição. Rogaciana era a décima quinta filha de Felipe José dos Santos e dona Agnastácia da Silva Gomes. No documento citado, ela afirmou desconhecer seus avós paternos por serem da África, mas cita o nome da avó materna: dona Josepha da Silva Gomes.

Na certidão de nascimento, o fato de Maria Rogaciana informar que nasceu na casa dos pais, indicar o nome do genitor, da mãe e da avó materna, bem como a origem africana dos avós paternos revela um provável convívio familiar com os parentes consanguíneos, a despeito da condição de escravizados que supostamente os

de Maria Rogaciana da Silva expedido pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista do estado da Bahia, em 26 de novembro de 2021.

⁵⁷ De acordo com o documento citado, Maria Rogaciana da Silva nasceu no então arraial de Jussiape, hoje, município; território banhado pelo Rio das Contas, localizado na parte meridional da Chapada Diamantina-Bahia. O arraial surgiu no território da antiga Fazenda do Gado, cujas origens relacionam-se com a busca pelos bandeirantes, no século XVIII, de pedras preciosas e ouro, o que os fizeram subir o Rio das Contas. A exploração mineral nas margens do rio teria contribuído para a grande concentração de mão de obra negra escravizada na região. A Fazenda do Gado era um local que recebia muitos tropeiros. Segundo o IBGE, em 1876 esta passou a se chamar Jussiape e se tornou distrito de Brejo Grande (atual Ituaçu). Em 1890, foi elevado à condição de vila. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ituacu/historico>. Acesso em: 09 mar. 2022.

caracterizavam e do breve tempo que durou tal convivência, visto que, pelo que dizem as fontes, pode-se conjecturar que ela teria migrado para a Imperial Vila da Vitória ou já cidade de Conquista ainda muito jovem, em fins do século XIX.

Ao chegar na Vila/cidade, ficou aos cuidados do padre José Muniz Cabral Leal de Menezes, Vigário Colado da Freguesia. Segundo Viana (1982, p. 98, volume 1), os registros históricos dão conta da presença do padre nesse território, desde 1866, muito antes de Rogaciana nascer, em 1882. Tal informação revela que Rogaciana veio de Jussiape, trabalhar para a família do padre, depois do estabelecimento dos Leal de Menezes na região, o que descarta a hipótese, de ter chegado ao Planalto da Conquista junto com o padre.

Santos (2015) cita que, em 1875, o padre José Muniz Cabral Menezes alforriou uma escravizada. O fato de o padre Muniz ser proprietário de, ao menos, uma escravizada não causa surpresa, visto que a escravidão foi uma prática naturalizada no Brasil; os memorialistas citam, por exemplo, um outro religioso que viveu na Imperial Vila da Vitória, chamado padre Andrade, também fundador de uma tradicional família conquistense, que “negociava com terras e escravos, tendo concedido aos negros muitas cartas de alforria, segundo se lê em livros de cartórios da Comarca (TANAJURA, 1992).

Outra referência importante ao Vigário Colado da Freguesia, José Muniz Cabral Leal de Menezes, afirma que este, “[...] quando veio ocupar o cargo de Vigário da Freguesia trouxe em sua companhia uma senhora de côr, de nome Bernarda Maria de Jesus, com a qual teve os seguintes filhos: Bevenuto, Venceslau, Antônio, José, Manoel, Maria Leal Cabral de Menezes, a primeira conquistense formada em pedagogia, e Olívia Leal de Menezes [...]. (VIANA, 1982, p. 98, volume 1). A afirmação de que Bernarda Maria de Jesus, mãe dos filhos do padre, era uma “senhora de cor”, ou seja, negra, é relevante por explicar a ascendência africana da filha do casal, a prestigiada Professora Maria Leal. A entrevistada Aurora⁵⁸, informa sobre as relações entre Maria Rogaciana e Maria Leal, e refere-se à professora como mulata: “Era mulata a professora Maria Leal, num sei que ligação tinha com ela, num sei ... só sei que ela morava com a professora Maria Leal e que a professora Maria Leal era mulata ...” (Entrevistada Aurora, 2022).

⁵⁸ A entrevistada Aurora tem 94 anos, é uma senhora de excelente memória, fenotipicamente classificada como não-negra, viúva, pertencente à família tradicional; conheceu Maria Rogaciana, pois ela morava na rua do seu avô, o Cel. Zeferino Correia, no centro de Vitória da Conquista. Pertencente aos extratos sociais mais elevados, conviveu com líderes políticos da cidade. Reside numa confortável casa com muitos móveis e objetos históricos e, muito ativa, produz para consumo próprio doces em compota e administra os bens que possui.

Os Leal de Menezes também exemplificam o caráter mestiço das famílias tradicionais conquistenses, já evidenciado em pesquisas da história local, a exemplo de Ivo (2017), Tanajura (1992), Nascimento (2008), dentre outros.

Figura 04 – Foto da professora Maria Leal de Menezes



Fonte: Viana (1982, p .437, volume 2).

No depoimento, a entrevistada, em várias passagens, cita as ligações entre Maria Rogaciana e a professora Maria Leal de Menezes e ressalta uma característica que aparece sempre associada a Rogaciana – a produção de biscoitos, tradição que, até hoje, faz parte da cultura alimentar do Planalto da Conquista:

Ela ajudava a professora [...] trabalhava, morava com a professora Maria Leal [...] fazia o trabalho doméstico [...] Agora, época da festa [...] ela saía antes pedindo pra aquelas pessoas amigas né? Pedindo auxílio pra fazer a festa, pra fazer biscoito, fazia muito biscoito, levava uns 15 dias mais ou menos fazendo biscoito. [...] Ela mesma fazia, em casa [...] tudo bem feito, coisa bem feita, biscoitos finos [...] Joaquim Teodoro, bolachinhas de goma [...] sequilhos[...] (Entrevistada Aurora, 2022).

Depois da morte do padre José Muniz Cabral Leal de Menezes – falecido em 1905 –, Rogaciana passou a viver na casa de sua filha, a professora Cota, apelido de Maria Leal. A filha do padre se formou professora e era proprietária de uma tradicional escola que funcionava, de acordo com a *Revista da História da Educação em Conquista* de (FERNANDES, 2013), na casa da docente.

A pesquisadora Ana Palmira Cassimiro (1998), ao escrever sobre a Casa Henriqueta Prates, casarão histórico localizado no centro de Vitória da Conquista que

abriga, hoje, o museu regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, analisa a vida dessa importante mulher que fez parte da história local e, assim, acaba por abordar as tradições, costumes, educação feminina, cotidiano das famílias antigas da cidade. Na obra, oferece algumas informações sobre a escola da professora Maria Leal, frequentada pelos filhos da matriarca Henriqueta:

A exigência de D. Henriqueta para com a qualidade das suas costuras ela transmitiu para as suas filhas e netas que, além de aprenderem em casa, aprendiam, na escola D. Maria Leal de Menezes. A escola funcionava onde hoje situa-se a Galeria D. Climério, na Rua Zeferino Correia. Lá, além de aprenderem as ‘primeiras letras’, a fazer composições, canto orfeônico, boas maneiras e religião (lendo “O Mensageiro da Fé”), informam Agenor e Iracy, tinham as unhas e os ouvidos fiscalizados para ver se estavam limpos. No curso, com a professora D. Idália Pedral Sampaio, aprendiam os pontos de bordado mais em voga naquela época: rococó, riquiqui, roquete, ponto meu, ponto seu, ponto cadeia, corrente, matiz, ponto cheio, olho-de-sogra [...] (CASSIMIRO, 1998, p. 44).

Tal passagem evidencia que a escola de Maria Leal, como todas as escolas tradicionais das primeiras décadas da República, tinha a preocupação, além de ensinar os alunos, a ler, escrever e fazer contas, moldar o caráter e comportamento desses de acordo com os padrões religiosos, morais, comportamentais, patrióticos. Às mulheres, cabia serem educadas com as prendas domésticas para desempenharem futuramente bem o papel como esposas e mães. Era nesse ambiente que Rogaciana vivia, junto com Maria Leal e as demais professoras, os alunos e alunas oriundos das famílias ricas e descendentes dos conquistadores do Planalto da Conquista.

As duas Marias – Rogaciana e Leal - tinham aspectos em comum: nasceram em 1882⁵⁹, eram católicas, solteiras, tinham ancestralidade negra, participavam de atividades de caridade promovidas pela Igreja. Uma vez que, além de estar longe do núcleo parental, Rogaciana não se casou, nem teve filhos, essa era a família que conviveu, como trabalhadora doméstica. A educação que recebeu, católica, conservadora, patriótica, os laços sociais que constituiu foram decorrentes do convívio nesse universo.

Rogaciana, certamente, teve que lutar muito para conseguir sobreviver na vila/cidade, em que veio trabalhar como doméstica e teve que enfrentar, sozinha, as dificuldades da vida enquanto mulher negra, pobre, descendente de escravizados. Com o

⁵⁹ O fato de Maria Rogaciana e Maria Leal terem nascido no mesmo ano acredito que torna improvável a hipótese de que Rogaciana teria sido babá da Professora Cota – Maria Leal de Menezes.

padre que a empregou, aprendeu sobre o catolicismo; com a professora que morou até o fim da vida, é provável que ouvisse, enquanto cuidava dos afazeres domésticos as aulas que essa proferia aos alunos na escola que funcionava na própria casa em que residiam e que, certamente, eram pautadas no civismo, na importância da ordem e da disciplina; o convívio que tinha era com as famílias dos antigos coronéis que habitavam os casarões da praça e faziam donativos para a festa.

Em depoimento citado por Viana, Maria Marvioni Ferraz Falcão, segundo o memorialista, uma das conquistenses consideradas ilustres, assim se refere a essas mulheres: “[...] A minha primeira Prof^a (Cota) se não me falha a memória Maria Leal irmã da escrava Rogaciana [...]” (1982, p. 417, Vol. 1).

No discurso de Maria Marvioni, encontram-se duas informações sobre Maria Rogaciana, que outras fontes indicam não serem exatas. Primeiramente que Rogaciana e Maria Leal eram irmãs. Na certidão de nascimento dela consta como pai: Felipe José dos Santos. Pode-se também considerar a hipótese de que, talvez, houvesse, por parte de alguns moradores da cidade, a suspeita de que Rogó⁶⁰ também fosse filha do padre. Entretanto, não é o que diz o registro de nascimento lavrado em cartório. Ademais, a declaração da depoente pode indicar a proximidade entre essas duas mulheres que conviviam, estreitamente, o que configuraria para muitas pessoas como sendo uma relação fraternal. E até é possível que a suposta irmandade, seja uma referência à ancestralidade africana das duas mulheres em questão. Em segundo lugar, ela não era escravizada, uma vez que nasceu após o Ventre Livre. Uma hipótese para explicar a questão dessa e muitas outras fontes referirem-se a Rogaciana como “escrava”, seria que isso pode indicar o lugar social que, apesar da notoriedade que possuía, ainda era visto como natural para mulheres negras, pobres e trabalhadoras domésticas, mesmo após a Abolição.

Ao refletir sobre esse discurso encontrados nas fontes, convém ressaltar que apesar da longa convivência de Maria Rogaciana da Silva com a família do padre e com a professora Maria Leal, o papel que ocupava nesse núcleo parental não era de filha do padre ou irmã da professora. Rogó era trabalhadora doméstica e isso, certamente, contribuiu para que fosse identificada socialmente, por toda a vida, como uma escravizada. Na história brasileira do pós-1888, a exploração das mulheres negras no trabalho doméstico, em muitos casos, desde a infância, sem amparo de direitos

⁶⁰ Rogó era o apelido de Maria Rogaciana, indicado pelas fontes consultadas.

trabalhistas, fez com que esse seja visto como um resíduo da escravidão. Todavia, o discurso predominante escamoteava essa realidade e atribuía a esse tipo de trabalho um caráter afetivo, de natureza quase que familiar alegando que a convivência dessas trabalhadoras no local de trabalho, onde também residiam e alimentavam-se contribuiria para o estabelecimento de vínculos quase que parentais entre essas e os patrões. Na prática, entretanto, a realidade era muito diferente o que fazia com que o trabalho doméstico realizado principalmente por mulheres afrodescendentes configurasse-se como uma continuidade da escravidão.

4.2 As origens da festa do 13 de Maio em Vitória da Conquista

Existe um longo hiato sobre a vida de Maria Rogaciana da Silva e a forma como acabou assumindo o protagonismo da organização das festas na cidade. As fontes reveladoras da data da primeira comemoração organizada por ela e com as motivações que a moveram não foram encontradas. Mas o que dizem os memorialistas e cronistas sobre tais questões? Que, após a tentativa frustrada de conseguir arrecadar fundos entre a população negra, formada principalmente por ex-escravizados, Rogaciana teria assumido a organização do evento, investindo as economias parcas que possuía e solicitando o auxílio de pessoas de posses como políticos, comerciantes e fazendeiros. Interessante sempre considerar que, apesar da participação de negros na fundação da vila, depois transformada em cidade, percebe-se uma associação entre questões econômicas e raciais, a ponto de pessoas de camadas sociais elevadas, a despeito de ancestralidade, não serem reconhecidas nem tampouco reconhecerem-se como negras.

Segundo *O Combate*, de 20 de maio de 1933, Maria Rogaciana teria iniciado as comemorações do 13 de Maio desde 1888.

Em Conquista, a estimada e popular snra. Maria Rogaciana da Silva tem costume de festejar, desde 88, a data do Decreto Magno da saudosa Princesa Isabel, pois que não tendo sido, embora, Rogaciana escrava, nesse martyrio estiveram aprisionados seus avós, paes e irmãos mais velhos (O COMBATE, 20 de maio de 1933, nº 32, p. 131).

Entrementes, no mesmo jornal, referente ao ano de 1943 a matéria intitulada *Festejado o dia 13 de Maio*, assim afirmou: “Como ha quinze anos vem fazendo, a snra Maria Rogaciana, contando com a cooperação de elementos do nosso meio social

promoveu uma bela festa em homenagem ao Grande Dia. [...]” (O COMBATE, 1943, p. 4).

Portanto, se, naquele momento, a realização das comemorações completava quinze anos, o início das festividades do 13 de Maio teria ocorrido em 1928. Apesar da ausência de fontes, o que dificulta estabelecer com precisão o começo da organização da efeméride, acredita-se que é provável que a festa tenha começado por volta desse período, uma vez que, como Maria Rogaciana da Silva nasceu em 1882, é impossível que esta com apenas seis anos de idade – (portanto em 1888) –, pudesse já organizar a festa da abolição na Imperial Vila da Vitória.

Nas fontes jornalísticas pesquisadas, a citação mais antiga encontrada que faz referência à Maria Rogaciana e ao papel exercido por ela como organizadora da Festa da abolição se refere ao ano de 1930, no jornal *A Notícia*⁶¹.

Aqui, em Conquista, vimos penosamente, passar a data faustuosa de 13 de Maio, na mais desoladora da indiferenças.

Houve, no entanto, uma exceção, que merece o registro e os encômios dos que batalham, na imprensa, pelo levantamento do nível do nosso fervor patriótico, que se acha caído.

Essa exceção é marcada pelo gesto da velha Maria Rogaciana da Silva, que numa patriótica afirmação dos seus sentimentos, todos os anos, organiza à altura das suas forças, um préstito, que é, na nossa cidade, a mais bela lição de civismo, que pode dar um espírito de poucas letras, aos mais iluminados que esquecem os seus deveres de cidadãos dum grande e glorioso paiz.

Fazendo assim, um comentário ligeiro, sobre a grande data que passou não podíamos deixar de citar o gesto e a pessoa da preta, que tão bem encarna o sentir de patriótica gratidão, aos que contribuíram para a feitura e sancção da Lei Aurea, cultuando-lhes a memoria.

Falaram, em homenagem à grande data, por ocasião da passeata cívica, os srs. Bruno Bacellar de Oliveira em frente à redação d’O Combate; Clovis Athayde, no Telegrapho Nacional; Laudionor Brasil, no Gremio “Castro Alves” e em frente à nossa redação, em nome d’ A Notícia, o talentoso jornalista dr. Raymundo Brito.

A noite desse dia, realizaram-se, no Paço Municipal, animadas danças, sendo servido às 11 horas, um esplendido chá, a todos os convivas (A NOTÍCIA, 21 de maio de 1930, nº 20, p. 2)

No fragmento jornalístico citado acima, aparecem alguns elementos discursivos importantes que devem ser analisados. Primeiro, na comemoração, destaca-se a crítica à suposta indiferença dos conquistenses diante da data do 13 de maio, mas exaltasse-se a

⁶¹ O jornal *A Notícia* foi fundado em 1920 por Alziro Prates. Em 1930, com o Movimento Outubrista, liderado por Getúlio Vargas, esse deixou de circular, pois seu diretor-proprietário, o Dr. Régis Pacheco, teve a posição de líder político abalada, como informa Tanajura (1992, p. 240).

iniciativa de Maria Rogaciana e o tom patriótico, cívico, considerado ideal, apropriado, civilizado, conferido ao festejo. Com relação à organizadora, essa foi designada como “um espírito de poucas letras”, o que indicaria que ela possuía pouca instrução. O fato de Rogaciana trabalhar na casa da professora Maria Leal pode ter contribuído para que tenha se alfabetizado, embora não se possa afirmar exatamente em que grau e isso poderia explicar também a alusão feita em diversos jornais ao fato de esta declamar pequenos poemas e realizar algumas falas durante as sessões comemorativas ao 13 de Maio.

A matéria afirmou que “não podia deixar de citar o gesto e a pessoa da preta, que tão bem encarna o sentir de patriótica gratidão⁶²”, ou seja, ressaltou-se a questão da cor negra de Rogaciana, elogiando-se o patriotismo e espírito de gratidão, elementos que a tornavam – conforme o jornal – portadora de atributos pertencentes a pessoas excepcionais, dignas de valor por saberem ocupar “civilizadamente” o lugar que a sociedade reservara a elas.

Em “Pele negra, máscaras brancas” Frantz Fanon (2008) destacou as relações entre racismo e colonialismo. Assim, em uma passagem, analisa como o negro recém-chegado à França, vindo da Martinica e que falava bem o francês, era alçado a uma condição considerada superior, por ser considerado portador de pré-requisitos que o capacitariam a adentrar no mundo dos brancos e na suposta civilização. Criticamente, Fanon analisa o fenômeno da linguagem e de como essa indicava para os antigos colonizadores, um novo olhar sobre o outro – no caso o homem considerado não branco: “Nada de mais sensacional do que um negro que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo branco” (FANON, 2008, p. 48).

Apesar das diferenças de contexto, tal passagem provoca reflexões sobre as representações construídas sobre Maria Rogaciana e as festas por ela organizadas. A descrição da comemoração pelo jornal exprimia as representações sobre Maria Rogaciana, o Treze de Maio e o papel dos negros e negras que correspondia aos anseios de intelectuais, fazendeiros, comerciantes, autoridades civis e religiosas da cidade, em conformidade com o projeto de república estabelecido após a abolição e a queda do império.

As festas de Maria Rogaciana, segundo as fontes impressas, eram descritas, reiteradamente, ano a ano, ressaltando-se características, linguagens, que legitimavam o

⁶² Idem.

discurso oficial acerca da abolição vista como um fato histórico, resultante da grandeza moral da princesa Isabel, sem a participação popular e negra, um dos marcos fundadores da nação brasileira. Nação construída pela união de todas as raças. Nesse sentido, “comemorar significa reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento avalizado como ato fundador. Seu objetivo principal é a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade” (DOMINGUES, 2011, p. 35).

Outra questão explicitada no discurso do jornal é a associação de Maria Rogaciana à imagem da “boa preta”, aquela que “conhecia o seu lugar” e incorporava comportamentos, práticas e visões de mundo associados a grupos sociais que, independentemente da origem multirracial que possuíam, pretendiam-se brancos. Talvez para essa mulher fosse também interessante corroborar essa imagem, o que a permitia adentrar em universos, de outra forma, interditados às mulheres negras e pobres.

“Saber o seu lugar” é uma dessas expressões capazes de traduzir regras de sociabilidade hierarquizadas que, sendo referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente. É construindo e conhecendo tais “lugares” que as pessoas estabelecem relações, reconhecem formas de pertencimento e estruturam disputas próprias ao jogo social (ALBUQUERQUE, 2009, p. 33).

Maria Rogaciana, quando o mês de maio se aproximava, peregrinava pelas ruas em busca de contribuições para as despesas da festa da abolição; era entre os comerciantes, fazendeiros e políticos abastados que angariava os fundos necessários ao evento. Destarte, eram eles que eram os convidados especiais das festividades.

As fontes jornalísticas enfatizam que a festa, realizada anualmente, era organizada da seguinte forma: Antes de o sol raiar, ocorria uma alvorada, marcada pela presença de foguetes e o som vibrante das filarmônicas. Ainda de manhã, era realizada uma missa na Igreja matriz, seguida de sessão solene no Paço municipal ou no Salão Paroquial com a participação das escolas, autoridades locais e pessoas das camadas mais ricas da sociedade e que hegemonizavam o poder instituído. Nessas ocasiões, Rogaciana recitava versos em homenagem à abolição. Depois, ocorria um cortejo cívico pelas ruas da cidade, composto por charolas com retratos da princesa Isabel, de Ruy Barbosa e outros abolicionistas; à noite, aconteciam bailes em lugares fechados da prefeitura, bares elegantes e Clube Social.

Seguiu-se a procissão cívica, notando-se charolas lindamente ornamentadas, com os retratos da Princesa Isabel, Ruy Barbosa e Castro Alves, conduzidas, por encantadoras senhorinhas.

Canções adequadas e vibrações harmoniosas da Lyra “Santa Cecília faziam-se ouvir, por entre vivas e foguetes do ar”.

A’ noite, após a passeata, que, igualmente à alvorada, esteve formosa, realizou-se um grande baile, no salão principal do “Guarany Bar” de que tomaram parte cavalheiros, senhoras e senhorinhas, na mais cordeal e feliz intimidade (O COMBATE, 20 de maio de 1933, nº 32, p. 1).

Assim, Maria Rogaciana tornou-se figura conhecida, era respeitada, prestigiada por autoridades políticas e religiosas. Nos bailes particulares que promovia, contava com a presença – sinal de reconhecimento social –, das famílias tradicionais da cidade. Frequentava as casas abastadas do centro, no entorno da Igreja matriz. Contudo, é importante frisar que, de forma peculiar, preservava a memória da abolição, enaltecendo a Lei Áurea e a princesa Isabel, por acreditar que sem essa, não ocorreria a libertação dos negros do cativeiro. A seu modo, evidenciava a data, ressaltava a lei, reavivava a memória local sobre o fato que a escravidão acabara, a despeito da exclusão e preconceito existentes.

O que é interessante observar é que, se por um lado, Rogó, respeitava as regras do jogo, as imposições dos códigos de postura, demonstrava o fervor católico, agradava a elite conquistense com quitandas constituídas de biscoitos finos, era vista como leal, fiel, obediente, por outro lado, essa mulher expressava por meio das celebrações das Festas do 13 de Maio, a seguinte ideia: essa festa é importante, a abolição tem que ser lembrada, comemorada, os negros e as negras existem, não são invisíveis, podem ser protagonistas.

Nas festas, Maria Rogaciana era a personagem central. Arrecadava fundos, organizava, definia quem carregaria os andores, encomendava o hino ao 13 de Maio, decidia quem seria ou não convidado para os bailes, vestia-se com esmero. Ela, ultrapassando todas as adversidades, derivadas do passado familiar escravista, uma migrante, sem laços parentais na cidade, já que veio, ao que tudo indica, muito jovem de Jussiapé, na Chapada Diamantina, para o Planalto da Conquista, teve que criar redes de apoio e solidariedade que lhe garantisse uma sobrevivência digna. A despeito de viver numa sociedade desigual, racializada, frequentava os salões, junto com a elite conquistense como anfitriã; promovia anualmente um evento importante; era reconhecida socialmente a ponto de, em muitos momentos, ultrapassar os estigmas de pertencer a uma família de ex-escravizados, ser negra, pobre, migrante, mulher, trabalhadora doméstica.

4.3 O culto à Isabel

Uma característica marcante do 13 de Maio de Maria Rogaciana era a homenagem a Ruy Barbosa e, principalmente, à Princesa Isabel. Ela devotava à Condessa D'Eu um verdadeiro culto, motivado pela gratidão que sentia por aquela a quem considerava a responsável pelo fim da escravidão. Tanajura (1992, p.154) relata que, após o préstito, Rogó chorava diante do retrato da princesa, antes de guardá-lo no baú em que ficavam seus pertences.

Petrônio José Domingues (2011, p. 33) chama a atenção para o fato de que:

[...] a princesa Isabel, era quem mais despertava a admiração dos libertos e seus descendentes [...]

Mais do que homenageada em quase todo Treze de Maio, a regente do Império foi sacralizada, e mesmo venerada, por ter sido considerada providencial para a liberdade dos escravos brasileiros [...]

Ao ser signatária da Lei Áurea, a princesa capitalizou para si a imagem de benemérita, redentora e 'santa'. Sua ligação orgânica com o debate institucional que culminou no fim da escravidão colocou-a em evidência na sociedade brasileira, garantindo-lhe índices de aprovação da opinião pública e cadeira cativa no panteão dos grandes vultos nacionais.

E, mais além, Domingues complementa:

Seguindo na esteira interpretativa de Schwarcz, Robert Daibert Júnior postula que, ao comemorarem a abolição saudando e enaltecendo a princesa Isabel, os negros estavam expressando sua concepção de realeza herdada do outro lado do Atlântico e ressemantizada na experiência diaspórica. Ao chegarem ao Brasil, os africanos não se desvencilharam de suas raízes. Passavam então a prestar obediência aos reis e príncipes portugueses e, após a independência, ao imperador do Brasil. A criação de monarquias africanas teria se vinculado a um processo de conquistas militares, a partir do qual o rei vencedor, por meio da coroação passiva de usurpador a rei de natureza divina, aceito como representante legítimo da comunidade vencida. Segundo Daibert Jr, foi esta a lógica que informava a percepção dos negros em relação à monarquia e seus representantes no Brasil (2011, p. 34).

Contudo, Domingues (2011), ao analisar a importância dada às celebrações do 13 de Maio, em São Paulo, no início da República, chama a atenção para o fato de que o culto à família imperial, especialmente à Isabel, por parte dos negros, não pode ser explicado exclusivamente por essas concepções herdadas da África com relação à realeza e tampouco pela assinatura da Lei Áurea em 1888, relacionando-se às frustrações diante

da política excludente praticada pelo regime recém instaurado, indiferente às expectativas de inserção social dos negros.

A intolerância dos primeiros governos republicanos frente às práticas culturais afrodiáspóricas, a ausência de políticas públicas voltadas para atacar as desigualdades raciais e particularmente, o descaso das autoridades do novo regime às carências da ‘população de cor’ não passavam despercebidos (DOMINGUES, 2011, p. 33).

O jornal *A Conquista*⁶³ apresenta, em 1911, uma nota intitulada *13 de Maio* em que o culto à Isabel aparece de forma nítida, atribuindo-se à princesa o papel de redentora da raça negra:

Vinte e três annos se escoaram nas mutações do tempo, que a enérgica acção do ministério João Alfredo assignalara, para gloria da nação brasileira exemplo immorredouro de civismo e filantropia, o feito glorioso da abolição dos escravos no Brazil, mostrando assim, ante a perspectiva dos outros povos que nos encaravam sob um ponto de vista antipático, o quanto palpitava na alma do paiz de altruísmo e amor pátrio. E o Imperio, a cuja frente se achava o vulto varonil e bello da princesa D. Izabel, a mais perfeita encarnação cívica e christã da nossa historia, ainda que prevendo a sua queda inevitável, traçava assim, numa fulguração sublime, entre flores e entre risos, o quadro soberbo da redempção de uma raça (A CONQUISTA, 14 de maio de 1911, nº 1. p. 3).

Na nota acima, fica evidente a exaltação à Princesa Isabel. A representação predominante dela, no período, entre brancos, mestiços e negros era a de heroína da abolição e redentora dos povos egressos do cativeiro. Com isso, mudava-se o foco da reflexão, retirando dos afrodescendentes o protagonismo na luta contra o regime servil. Apagavam-se a luta e a resistência negra, associando a abolição a uma dádiva da princesa. Assim, se reafirma qual o perfil que a República esperava de negros, mestiços e pobres, em geral: o não envolvimento em questões sociais e políticas, a passividade e a aceitação de decisões que deveriam vir de instâncias superiores, hierarquicamente determinadas.

No artigo publicado na *Revista Brasileira de História da ANPUH*, Petrônio José Domingues (2011, p. 34) faz a seguinte reflexão:

⁶³ O jornal *A Conquista* foi o primeiro jornal impresso da cidade. Teria circulado de 1910 a 1916, e – apesar de ter o subtítulo de *Hebdomário independente* – era vinculado ao Partido Republicano Conservador, liderado pelo Coronel José Fernandes de Oliveira – mais conhecido como Coronel Gugé, poderoso chefe político da cidade no início da República. Fonte: Tanajura (1992, p.239) e Viana (1982, p.727 a 728, volume 2)

Por intermédio da veneração à figura de Isabel, galvanizavam-se lealdades diversas em torno de uma mãe protetora. Equiparada a uma santa, a regente do Império era tida como a responsável pela vitória dos negros e pela incorporação dos diferentes segmentos no seio da nação. Sob seu manto (e em comunhão), brancos, negros e índios eram acolhidos. A edificação da nação se complementaria nesse glorioso momento de patriotismo.

Segundo Daibert Júnior (2004, *apud* DOMINGUES, 2011), estabelecia-se uma espécie de continuidade histórica, associando fatos como a Independência do Brasil e a Abolição da escravidão. Esses fatos e datas seriam os elementos fundadores da ideia de nação. Pode-se, em função das reflexões de Daibert Júnior, inferir que a fundação da nação seria complementada com a Proclamação da República. Assim, o 15 de Novembro seria representado também como um *continuum* e não como uma ruptura, necessário para que o país avançasse no processo civilizatório. “A obra iniciada em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro I, era agora completada pela princesa Isabel, em 13 de Maio de 1888. Ambos eram atos curadores e libertadores. Constituíam-se momentos importantes da formação da nação” (DAIBERT JÚNIOR, 2004, *apud* DOMINGUES, 2011, p. 34).

Na publicação abaixo, do jornal *A Palavra*, a abolição foi tratada como um ato de altruísmo da princesa, merecedora de gratidão e admiração pela libertação dos negros. Isabel seria a grande protagonista do 13 de Maio. A visão da liberdade como uma dádiva da herdeira dos Bragança era reafirmada, negando-se o protagonismo negro e, portanto, estabelecendo limites para as aspirações e projeções de cidadania dos ex-cativos e seus descendentes.

A nefasta escravidão e suas conseqüências de inhumanos e ferozes abusos, bestializavam-os maculando a boa fama de nossa pátria. Foi quando levantaram-se opiniões generosas em seu favor e em 1831 proibiu-se o trafico de africanos, em 1871 promulgou-se a aurea lei de Rio Branco, considerando livres os filhos das escravas; em 1885 foram libertos os sexagenários.

Revigorou-se a campanha, os nossos escriptores, jornalistas e poetas porfiavam em fazer-lhes justiça plenária.

Formaram-se quilombos protegidos; Ceará, Amazonas, congregações e particulares, antecipavam-se em liberta-los em massa; finalmente a 13 de Maio de 1888, sendo presidente do ministério o inolvidável João Alfredo, foi pela augusta Princesa Regente, D. Isabel, referendado o decreto que abolia in totó a escravidão no Brasil, e por este acto altruístico tornou-se ella credora da gratidão dos libertados, da pátria e da humanidade, passando como astro de primeira grandeza a fulgurar na constelação brilhante dos abolicionistas fixa no céu da immortalidade (A Palavra, 11 de maio de 1918, nº 45. p. 1).

Em 1920, também no jornal *A Palavra* encontravam-se referências à Princesa Isabel, enaltecendo o papel que esta teria exercido na abolição e em defesa de seu retorno ao Brasil. O culto à Isabel era realmente uma constante nas representações do início da República.

Há seis anos a princeza amada abdicou-se dos direitos da corôa perante o paiz que a viu nascer. Com a doce esperança de, assim, poder ter um logar no seio da família brasileira, direito este que com razão, não a podemos negar. Algum tempo depois de ter se desobrigado do direito da realeza, a filha idolatrada de d. Pedro 2º, fez requerer ao Supremo Tribunal do Paiz, ordem de habeas corpus, com que podesse usufruir dos direitos outorgados a todos os filhos do Brasil, de ter ingresso no território nacional. Esta ordem lhe foi negada, porem, d. Izabel não perdeu de todo as esperanças que tão meigamente lhe acariciam o coração (A PALAVRA, 28 de fevereiro de 1920, nº 34. p. 1).

No tocante às fontes orais, o relato de Clementino sobre as Festas da Abolição promovidas por Rogaciana, dá uma dimensão da importância do evento para a cidade e demonstra a força da Princesa Isabel nas representações do fim da escravidão:

[...] O dia 13 de Maio era feriado dado pela “véa” Rogaciana; fechava, muitas casas fechava. Á noite, “cê” ia. “Cê” chegava, ela “tava” [...], aqueles candeeiro aceso de festa, na casa dela. Festona mesmo! Mas só tinha branco, negro num ia! De preto, cê chegava lá, só enxergava ela, mais ninguém [...] Que ela quem tomava conta da santa da igreja; aí como ... fizeram, fizeram uma capelinha, depois começou a fazer essa, essa igreja que hoje é a, a catedral; lembro como agora! Isso tem muitos anos. Então, ela tinha aquela ... a festa dela; quem podia vim de longe, vinha, montado à cavalo, pra assistir essa festa dela, que num tinha carro [...]. (Entrevistado Clementino, 2022)

E Clementino continua a descrição da festa:

Fazia a festa dela assim: ela saía tipo a procissão, o povo acompanhando [...], ela, quem saía na frente com a bandeira dela. A bandeira explicando quem ela foi, o quê que ela “tava” assim, por que ela “tava” fazendo aquilo, agradecendo a Princesa Isabel; [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

A entrevista de Clementino, num dado momento, assume contornos inusitados, quando o depoente, explica de modo original as razões da suposta mágoa de Maria Rogaciana para com os demais negros, o que para ele seria a razão da não centralidade da participação dos outros homens e mulheres de origem afrodiáspórica e pertencentes às

camadas populares nas celebrações. É preciso destacar que o depoente, de memória impressionante, forneceu detalhes de ruas, costumes, nomes que, confrontados com outras fontes, confirmam suas vivências e conhecimentos relativos à história Conquistense. No entanto, não foi possível constatar se essa era uma interpretação pessoal ou uma narrativa que circulava na cidade em tempos remotos, quando as festas aconteciam. Não obstante, tal construção discursiva parte de fatos recorrentemente citados em todas as fontes: a devoção de Rogaciana para com a princesa Isabel e a falta de proximidade dessa com a população conquistense identificada como negra e não proprietária, constituída, principalmente, por ex-escravizados e seus descendentes.

[...] os negro era pra juntar tudo pra fazer um protesto, tipo um protesto, hoje é protesto, é greve, tinha que fazer aquele ajuntamento, aquela reunião, ninguém foi [...] Chamou! Chamou os negros, os negros ficaram com medo, ela foi sozinha (Entrevistado Clementino, 2022).

A narrativa do entrevistado é exposta de forma minuciosa, intercambiada por elementos reais e outros como tal imaginados, encadeados de forma a expressar uma racionalidade própria. Nela, relata-se ou inventa-se uma tradição que atribui à Maria Rogaciana da Silva o papel de uma das protagonistas da Abolição, ao, supostamente, junto com outras pessoas da cidade, ter tomado a iniciativa de procurar a Princesa Isabel, convencê-la da necessidade de acabar com a escravidão e com o sofrimento dos negros⁶⁴.

Foi quando a Princesa Isabel libertou, recebeu a carta que, que o pai dela era, era, meu Deus! Acho que era D. Pedro II. Era, D. Pedro II; então ele viajava pra Portugal, deixando muita coisa ali; ela era, como se ela fosse uma ... uma ... um vice prefeito, uma vice prefeita; aí se viesse alguma coisa de lá, ela assinava; quando ele, o pai chegava, palavra de rei não voltava atrás, o que ele tinha, o que ela fizesse, ele cumpria; então, com a ajuda de muita gente; a “véa” Rogaciana foi uma das que foi fazer pedido, ela aceitou. Fizeram uma carta pedindo socorro, como se fosse uma guerra que “tava” pra acabar, pra ela, se ela, podia assinar; ela chegou tocou a caneta! quando o pai chegou, pegou aquela carta, aí agora ele gritou a liberdade que, num tinha jeito! (Entrevistado Clementino, 2022).

Na visão de Clementino, fica evidente também uma imagem idealizada da Princesa Isabel ao afirmar que essa se sensibilizou com o pedido do grupo que a procurou,

⁶⁴ Em nenhuma outra fonte foi encontrada a informação acerca da possível ida de uma pequena comitiva conquistense, liderada por Maria Rogaciana da Silva, ao encontro da Princesa Isabel, com o intuito de convencê-la a acabar com a escravidão. Além disso, em 1888, Rogaciana, como já esclarecido, tinha apenas seis anos de idade, o que inviabiliza essa possibilidade.

do qual Rogaciana faria parte. Em contrapartida, o depoente associa a imagem de D. Pedro II a de um carrasco que só teria confirmado a validade da Lei Áurea por ser impossível àquela altura, voltar atrás e decretar a nulidade do ato da filha Isabel.

[...] quando o pai dela foi pra Portugal, deixava um bocado de papel, o, o que ela ... assinasse, quando ele chegasse, ele aprovava. Aí, ela achou que os negros tava sofrendo demais, ela assinou contra aquela lei; quando ele chegou que abriu, num pode mais ... não podia desmanchar! Cumpriu. Ai libertou, libertou os negros. Então, a, [...] Princesa Isabel como era branca, a “véa” Rogaciana era ... escrava, ela agradeceu ela pela qualidade e os negros quando ela chamou pra fazer uma, uma greve, numa comparação, ninguém quis! Ela ficou com raiva (Entrevistado Clementino, 2022).

Em outra passagem, a narrativa é reiterada:

[...] ela foi uma das tais que fez a carta, ajudou a fazer e levou pra Princesa Isabel. Então ela atendeu! Que ela chamou muitos pra ir e não quiseram ir, com medo dos patrão; pois ela foi; quando chegou lá contou a situação; ela levou pro pai dela, o pai dela tava em Portugal; ela aproveitou que se fosse o pai dela que tivesse aí, ele não assinava não, que ele era carrasco! [...] Era carrasco. Ela chegou, caneta! Quando ele chegou que pegou e agora? A partir de hoje [...] “nego” num tem mais isso. Assinou. É ... acabou a escravidão (Entrevistado Clementino, 2022).

O entrevistado atribui a verdadeira adoração que Rogaciana devotava à Princesa ao fato dela ter atendido ao pedido feito por ela e os demais integrantes do grupo, do qual seria integrante também uma mulher que, de acordo com Clementino, teria sido uma grande amiga de Rogó: Maria de Aleixo, proprietária de uma pensão, supostamente situada onde, hoje, é o Banco do Brasil, na Praça Barão do Rio Branco, centro de Vitória da Conquista⁶⁵.

[...] aquilo era um agradecimento que ela fazia apoiando a Princesa Isabel [...] os negro foram liberto por causa da princesa; [...] ela foi uma das tais que chegou junto pra denunciar a escravidão, que era demais! Ela ficou com dó, chegou lá contou, ela, foi ela, essa Maria de Aleixo e mais uma meia dúzia de, [...] negro que teve coragem, chegou lá, conversou com a Princesa Isabel e levou uma carta, de “forria”; se ela, como é que ela podia fazer com aquilo ali, já que o pai dela num “tava”, se ela podia resolver; ela chegou, botou em cima [...] assinou! No dia 13 de Maio de 1888. Foi quando ela deu liberdade ... ao povo (Entrevistado Clementino, 2022).

⁶⁵ Trata-se de um depoimento rico, complexo, que diante das limitações desse trabalho, exploramos só parcialmente, certamente outras pesquisas poderão usufruir de tantas informações, nuances, possibilidades de interpretação.

A narrativa construída ou relatada constitui matéria interessante de análise e o que parece mais relevante em seu discurso, acima da questão da verdade histórica, discussão tão cara à historiografia, é que ele reconhece a distinção social que Rogaciana possuía, algo incomum em se tratando de uma mulher negra e pobre e tenta, por iniciativa própria ou dando voz a uma narrativa que talvez circulasse na cidade – infelizmente essa é uma questão que as fontes reduzidas consultadas não permite esclarecer – construir uma explicação encadeada logicamente, assentada na visão que tinha da história, capaz de dar conta de responder às supostas razões das prerrogativas que essa mulher possuía na sociedade conquistense.

Só ela! Por que na [...] época da escrava, da escravatura, da Abolição dos negro, foi a única que chegou mais Maria de Aleixo e mais uns três ali ou quatro que teve coragem de conversar com a Princesa Isabel; eles foram onde tá ela ao vivo e à cores; ela viu a coragem dela e o sofrimento [...] dos negro, pois pegou, perguntou o que, que ela queria; ela disse: trouxe essa carta aqui, seu pai num tá, “cê” resolve; ela chegou, tocou a caneta assim. Pronto! Aí agora, pronto. Foi festa! Foi fogos! Só vendo, só vendo [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

Observa-se que o discurso do entrevistado Clementino frisa que essa teria conclamando os negros e negras da cidade para irem ao encontro da Princesa Isabel, entregar a ela uma carta relatando os horrores da escravidão e pedindo que intercedesse em prol dos escravizados e decretasse a Abolição, aproveitando o poder que provisoriamente detinha face à viagem do seu pai, o imperador D. Pedro II. Diante do chamamento feito por Rogó, os demais negros teriam recuado, negando-se a participar da comitiva.

A narrativa do depoente Clementino certamente foi a fonte mais desafiadora e intrigante surgida no processo da pesquisa. Nela, percebe-se além da riqueza de informações, a agudez de raciocínio do depoente, a percepção sobre as configurações sociais do período abordado na pesquisa, a despeito da pouca oportunidade de acesso ao conhecimento escolar que esse teve. E faz pensar no que diz Angelita Cunha Sousa acerca das representações considerando-se que essas acionam aspectos relacionados à memória individual e coletiva, à cultura histórica da época em que os fatos lembrados ocorreram, atravessada pelas influências do presente e pela imaginação.

As representações são construções sociais e é por meio delas que o homem confere significado à sua vida. As representações tomam a

forma de textos – orais ou escritos -, de gestos, imagens e sons, ganham materialidade em objetos ou traduzem-se em práticas sociais. Situadas no limiar entre o individual e o coletivo, elas ajudam a dar sentido às coisas e agregam informações no âmbito das lembranças individuais, da memória coletiva e na imaginação criativa daqueles que as produzem. (SOUSA, 2013, p. 112)

Decerto, a reflexão sobre as representações do entrevistado, acerca da Princesa Isabel, da Abolição, de Maria Rogaciana e das festas, entreabre muitas possibilidades analíticas e ajudam a compreender o período, a figura dessa mulher e as características das celebrações do 13 de Maio.

Indiscutivelmente, as festas da abolição de Maria Rogaciana, expressavam o culto isabelístico. Tal fato, presente nas fontes escritas e orais, reflete as representações dominantes que circulavam nas narrativas históricas tradicionais e a visão cristalizada entre muitos brasileiros e brasileiras, de origem afrodiáspórica ou não, que viviam naquele período, como também assegura a bibliografia consultada. Mas o que é surpreendente e desafiante é constatar a permanência de tal culto nas representações sobre a abolição, atualmente, como bem exemplifica, o depoimento do entrevistado Clementino. Por outro lado, também desperta a atenção no discurso do entrevistado, a importância histórica que esse atribui à Rogaciana, mulher negra, sem posses, descendente de escravizados. Ao longo do discurso, Clementino reitera o protagonismo negro e feminino dessa personagem nas lutas pela Abolição e isso, sem dúvida, também evidencia o reconhecimento da importância das mulheres negras na História de Vitória da Conquista e do Brasil. O depoimento de Clementino provoca muitas reflexões, possibilita múltiplas interpretações e faz pensar sobre o papel do ensino de história e, também, dos meios de comunicação de massa na construção, perpetuação e, por outro lado, no questionamento das representações que atravessam a sociedade.

4.4 O lugar dos negros e negras nas festas da Abolição

Qual a imagem recorrente sobre Rogaciana que se consolidou na memória de muitos conquistenses e que se encontra presente nas fontes consultadas? A de uma mulher negra, respeitada, prestigiada e que estabeleceu vínculos fortes de pertencimento social, junto às pessoas de posse, consideradas não negras e que comandavam a cidade. No relato dos cronistas e memorialistas que, dada a escassez de fontes, constituem o ponto de partida das pesquisas históricas no universo local, bem como nos depoimentos orais, o

fato que mais desperta a atenção na análise das comemorações da abolição no Planalto da Conquista é, indiscutivelmente, a existência do ponto de vista discursivo, de representações que destacam a restrita presença de negros e negras das camadas populares, em momentos privados das celebrações, ou seja, nas *soirées* que essa promovia no final dos festejos do Treze de Maio.

Na obra *História de Conquista*, Tanajura (1992, p. 153) escreveu sobre os bailes que encerravam as celebrações do Treze de Maio:

À noite, realizava-se um grande baile em homenagem à data cívica. Maria Rogaciana distribuía, antecipadamente, cartões de convites às autoridades e pessoas representativas da sociedade local. Não satisfeita, ficava à porta de entrada do Paço Municipal recebendo os convidados e impedindo os “penetras”, principalmente gente negra, de entrarem no recinto do baile, que, apesar de ser em homenagem à libertação dos escravos, era para “brancos”, os negros que ficassem de fora.

Tanajura (1992, p. 153) cita o depoente José Alexandre da Silva Leite que assim se refere ao baile: “[...] o baile era no Paço Municipal. Só entravam os seus convidados, Rogô ficava na porta, chamavejava, não deixava a cor negra entrar para participar da sua festa, e dizia: “Vocês não me ajudaram, também não gozam da minha festa”. O bilhete do sereno animado, muita gente apreciando o baile. Muitos da janela falavam: - “Olha o cabaré de branco com a faixa da princesa sobre o peito dançando no salão. A pariceira da Princesa está mesmo celigrisada. Rogaciana sempre dando vivas à Princesa Isabel [...]” (TANAJURA, 1992, p. 153).

No discurso de Viana (1982), encontram-se presentes os mesmos elementos de Tanajura (1992) e o principal aspecto sublinhado nas narrativas é a não presença de negros e pobres nos bailes em contraposição à presença de pessoas consideradas não negras e de prestígio social.

A apoteose da festa comemorativa do 13 de Maio era o grande baile que sempre foi realizado no “Paço Municipal”, (onde era a Prefeitura) sob sua direção. Distribuía cartões de convites especiais à todas as autoridades e às pessoas de maior representação social. Na porta de entrada do “Paço Municipal” ela ficava “de sentido” para que não houvesse o ingresso dos chamados “penetras”. Não deixava preto entrar ou tomar parte no baile, o que era paradoxal, dizendo que “ela era preta, porém não gostava de negro, que na maioria era mal educado [...]” (VIANA, 1982, p. 406, volume 1).

Contudo, apesar de evidenciar essas narrativas que atribuíam à Rogaciana um comportamento que resultava na restrição à participação de negros e negras pobres nos bailes, Tanajura (1992, p.153) faz uma afirmação importante que lança dúvidas sobre essas versões: “Mas, em verdade, este fato faz apenas parte da tradição. Maria Rogaciana da Silva não detestava seus irmãos de cor. Sofrera na carne o martírio da escravidão, vendo a sua mãe executar os trabalhos mais pesados e os seus irmãos mais velhos serem vendidos como escravos para São Paulo, a fim de trabalhar nas Matas do Café [...]”. (TANAJURA, 1992, p. 153). Ao que parece, o memorialista reconhece que os fatos históricos são reconstruídos por narrativas que, por vezes, atravessam o tempo e são divulgadas através da tradição oral, escrita, carregadas de representações que refletem diferentes interpretações, perspectivas e são misturadas com elementos reais e outros imaginados.

Entretanto, também as fontes jornalísticas consultadas, reforçam a versão de que a parte de gala da festa se destinava aos grupos sociais enriquecidos e que, apesar da ancestralidade afrodiáspórica, não eram identificados como negros.

Acerca disso, o jornalista Ciro Teles, em matéria publicada no jornal *O Conquistense*⁶⁶ em 1957, ao lamentar a morte de Rogaciana, ocorrida no ano anterior, oferece algumas informações que reafirmam a versão tradicional, de que Rogaciana teria pedido ajuda a outros negros para fazer a primeira festa – e não para ir ao encontro da princesa e convencê-la a assinar a lei Áurea como afirmou Clementino – pedido que os demais negros e negras da cidade não teriam atendido por motivos não esclarecidos pelas fontes.

Ela era o símbolo da Abolição em nossa cidade. Estou a vê-la, de chale ao ombro e pano amarrado à cabeça, cobrindo-lhe os cabelos crespos e grisalhos, uma lista na mão, de porta em porta, a pedir aos amigos, que eram muitos, uma contribuição em dinheiro, para que pudesse fazer face às despesas da festa comemorativa do grande acontecimento. E todos a ajudavam, menos os pretos, aos quais ela não recorria, de vez que não admitia a presença deles nos festejos que realizava, aborrecida porque se negaram a ajuda-la na primeira comemoração que fêz (O CONQUISTENSE, 1957, p. 3).

⁶⁶ Com base nas informações da Revista Histórica – 100 anos de Jornalismo (2011, p. 36-37) em Vitória da Conquista, o jornal *O Conquistense* circulou de 1956 a 1959 e expressava a visão política da UDN – União Democrática Nacional – liderada por nomes como Gerson Sales, Edvaldo Flores, Orlando Spínola, Ernestina Gusmão, dentre outros.

Em busca de elementos analíticos que embasem as reflexões teóricas e problematizem tais questões, sem a pretensão de estabelecer afirmações categóricas sobre tema tão controverso e diante das limitações das fontes existentes, recorreu-se à observação mais detida do único registro fotográfico existente da festa, correspondente ao cortejo do Treze de Maio que indica, embora esta seja em preto e branco e não muito nítida, a presença de algumas pessoas, que, fenotipicamente podem ser identificadas como negras.

Figura 05 – Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista, com Maria Rogaciana da Silva à frente



Fonte: Aníbal (1982, p. 406, volume 1).

Isso provocou interrogações e a busca de caminhos para interpretar os fatos com base nas evidências, a despeito da narrativa cristalizada na memória de antigos habitantes da cidade, nos textos escritos pelos memorialistas e do que dizem as fontes de modo geral. Embora os memorialistas refiram-se, especificamente, ao momento do baile, a representação dominante que se impôs sobre Maria Rogaciana generaliza a suposta não participação negra e popular no evento. O fragmento da narrativa abaixo, pertencente ao entrevistado Clementino, aponta alguns elementos para refletir sobre essa questão, ao referir-se aos participantes das celebrações:

Ali tinha gente como, como ... Dudu Fiança⁶⁷, era [...] capanga de dr. Régi⁶⁸. Todo ano, dava ela uma vaca. Dava! [...] Era ... que ele era um

⁶⁷ Segundo o memorialista Dilson Ribeiro de Oliveira (2005), no livro *Imperial Vila da Vitória*, Dudu Fiança era o apelido de Augusto Marçal de Carvalho. Ele foi vaqueiro do Cel. João Santos, pai de D. Enerina Santos, esposa do Dr. Régis Pacheco. Depois se tornaria homem de confiança do médico e líder político.

⁶⁸ O *Dr Régi* ao qual o entrevistado se refere era Régis Pacheco, médico, que veio para a cidade em 1920 ajudar no combate a uma epidemia de varíola que se espalhou na região; aqui fixou residência, tornou-se, fazendeiro, proprietário da fazenda Santa Marta, hoje assentamento Amaralina; político, foi vereador de conquista de 1934 a 1937; governou a cidade no período de 1938 a 1945; também foi deputado federal por

negão! É ... todo ano ele dava ela uma vaca, pra matar, pra fazer a festa; fora as outras, as outra coisas que ela ganhava por fora. Era festa! Hoje é 13 de Maio, é! Hoje é dia da festa da “véa” Rogaciana. Conquista “tava” fechada. Fechava, dava feriado. (Entrevistado Clementino, 2022)

Figura 06 - Foto de Dudu Fiança cedida pelo neto Manoel Messias Carvalho



Em outra passagem do relato, o nome de Dudu Fiança reaparece:

[...] O único negro aqui, aqui nessa região, que ele era um moreninho forte, bem escuro, da minha cor, que ela apoiava, era Dudu Fiança que era ... o segundo de Dr. Regi. Tomava conta da fazenda Santa Marta [...]. É só ele. Todo ano ele dava a ela uma vaca, pra matar e fazer a festa, era! Mas o resto, não (Entrevistado Clementino, 2022).

Um fator relevante a ser observado, com base nas análises das fontes: a participação de negros e negras no circuito do cortejo não poderia ser interdita por se tratar de vias públicas. Acerca disso, o entrevistado Vicente fez as considerações a seguir:

O [...] cortejo era público, logicamente, o cortejo era pelas ruas, pelo centro da cidade; participavam todos aqueles que queriam e logicamente era uma manifestação do ... que ela fazia com relação à libertação dos escravos, então aí os, negros participavam. Mas quando chegava na hora da ... festa cerimonial, a festa com a participação de

vários mandatos e governador da Bahia de 1951 a 1955. Mais informações, ver Viana (1982, p. 231-236, volume 1) e biografia de Régis Pacheco em <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 09 mar. 2022.

autoridades, no baile, ela não permitia a entrada de negros, ela ... posicionava, ela mesma ficava na porta, para não permitir a entrada de negros (Entrevistado Vicente, 2022).

Qual seja essa uma possível explicação, as fontes informam que a participação na linha de frente dos cortejos e o convite para as festas privadas que encerravam as comemorações era apanágio de pessoas que mesmo de origem afrodiaspórica, assim não eram identificados e faziam parte dos grupos economicamente privilegiados ou que não se enquadrando nesse perfil, mantinham como Rogaciana relações pessoais, de confiança. Essa é uma hipótese que explicaria a presença de negros como ao que tudo indica, parece ser o caso do citado Dudu Fiança também nos bailes.

Outra possibilidade apontada pelo entrevistado Clementino para explicar a presença, ao que parece, excepcional de negros das camadas sociais menos favorecidas nos bailes era dos membros do Tiro de Guerra designados para controlar a entrada dos convivas:

Também, só ia gente bacana! Na festa da “véa” Rogaciana; chegava lá, “tava” assim de soldado; o Tiro de guerra, o sargento ... era obrigado mandar; podia ser o sargento que fosse, que entrasse pra tomar conta daquele, daquele batalhão; todo ano, já sabia ... que os soldado tinha que ir lá, tudo fardado pra festa da “véa” Rogaciana. [...] Foi o finado Alonso Freitas. Foi. Ele entrou ... porque o Sargento Sales que pediu, que ele era soldado, negão e ... ela ... [...] deixou entrar, mas num ficou não! Que aqui tinha um soldado ... que ele era um, ele era um “negão” [...] ele era um, um descendente de, de ... como é que chama esse país, lá dos negros? Na África! Ele era um africano misto! Mas ela num deixava não. [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

Ao interpelar Clementino durante a entrevista se gostaria de ter ido à festa privada, ele responde de modo surpreendente. Não obstante, em muitos momentos, esse sorrir, brincar – é um homem alegre, conversador, experiente, com quase um século de história –, ele demora a admitir a tentativa de entrar no baile e só o fez no final da entrevista; na sua voz, percebe-se a mágoa, a decepção e o peso de ter vivenciado, ao longo da vida, situações de preconceito:

Um dia eu fui, mas não entrei não! [...] Foi eu e Joaquim; foi eu e Joaquim [...] e Raimundim; mas nós andava bonitão demais [...] E nós fomo pra festa de Maria Rogaciana. Hoje! Quando nós foi chegando lá ... Joaquim, você entra, vocês não! Eu mas Raimundim, nós era preto, num entra não, pra, senão a “véa” bota vocês pra fora! Aí nós ficamo

por ali, pra ficar assuntando o movimento de gente! De todo lugar (Entrevistado Clementino, 2022).

Em outra passagem, ele reafirma:

É ... a gente ia, mas ... num entrava não, que ... se fosse branco entrava, se não fosse ...[...] Aí algum soldado moreno ia, porque “tava”, era de obrigação ir; ela, ela, deixava, era do comando, mas, pra ele, ele ficar lá, sozinho, ele ficava não (Entrevistado Clementino, 2022).

Sob o impacto da narrativa de Clementino, pergunto se tinha muito preconceito em Vitória da Conquista no passado e ele deixa claro a percepção que tem sobre esse assunto:

Tinha. “Cê” vê que que até hoje é, é o preconceito ainda vive aí, como diz, desmancha de um lado, ajeita de outro. Mas ainda tem, [...] tem muita gente aqui que num gosta de negro não, gosta não. Esse povo preconceituoso que tem aqui em Conquista, aliás no [...] país todo (Entrevistado Clementino, 2022).

O entrevistado Francisco, também relata sobre Rogaciana e as festas, e em seu discurso ele refere-se à presença de pessoas identificadas socialmente como negras e pobres nas missas que eram realizadas na Igreja matriz, todo dia 13 de Maio, por se tratar de um espaço de sociabilidade aberto à população como um todo. Francisco, no entanto, aborda a representação preponderante na memória dos antigos habitantes da cidade, da restrição à participação negra e popular nos bailes:

[...] E ela fazia uma procissão...e preto não entrava na festa dela. [...] Tinha um vizinho aqui, que ele gostava de atentar ela e tentava entrar e botava pra fora, mas morreu, era Lula. [...] contava e ria (risos) [...]. Era uma coisa assim ... como se fosse uma festa ...sabe? Que tem porteiro pra entrar. Era assim. Entrava na Igreja. Na Igreja entrava que ela não podia barrar. Mas na casa dela e na festa, não!” (Entrevistado Francisco, 2022).

Francisco faz uma observação importante ao ressaltar que, além dos bailes de Rogaciana, os negros pertencentes às camadas empobrecidas não participavam de outras festas realizadas em determinados espaços sociais, mesmo em períodos posteriores, sendo tal ausência, ao que parece, uma nota típica na cena cultural da cidade:

“Assim como quando construiu o Clube Social ... negro não entrava também não. E a gente ia pra porta só pra perturbar.” E ao ser interrogado novamente sobre quem era barrado, o entrevistado Francisco prossegue: “Qualquer preto! não entrava não. E a gente ia pra

porta só pra perturbar o povo. [...] Negro não entra não, pode voltar! [...]” (Entrevistado Francisco, 2022).

O depoente Francisco, assim, narrou a exclusão que negros e negras pobres sofriam em outras festas que ocorriam em espaços fechados como o Clube Social de Vitória da Conquista, construído em meados da década de 1940. No seu discurso, usou uma expressão curiosa ao afirmar que ele e outros negros iam para entrada do Clube para “perturbar”. Esta última (no seu sentido de “pertubar a ordem”) tem uma ambiguidade: por um lado, reflete a visão das camadas sociais ricas e poderosas, demonstrando também seu incômodo diante dos negros e pobres. Por outro lado, estes últimos, de certa forma, ao “perturbarem”, criavam um tensionamento, e, talvez não seria exagerado inferir, uma forma de resistência, buscando saírem da invisibilidade, com suas tentativas de entrarem seja na prefeitura, nos bares selecionados para as festas ou no Clube Social.

A localização do Clube Social (lugar em que muitos bailes de Rogaciana também aconteciam) era na Praça Sá Barreto, na fronteira entre as Pedrinhas e o centro da cidade. Interessante que, assim como na questão territorial, o Clube era, simbolicamente, o limiar entre dois mundos: o dos Conquistenses e, também, dos migrantes enriquecidos, os quais, embora tivessem origens mestiças, não eram identificados socialmente como negros e o dos Conquistenses empobrecidos de origem afro-indígena. Os muros do Clube delimitavam não só as fronteiras de natureza geográfica, mas também as divisas sociais, como bem assinala Heloar Ribeiro (2018, p. 32)

Outro espaço de sociabilidade que já existia era o Clube Social Conquista, inaugurado em 1945, apontado por todos como o maior centro de encontros sociais e era onde ocorriam os principais eventos destinados à elite conquistense e pessoas de outras localidades. Somente os sócios e seus convidados podiam participar dos eventos e quem não era sócio ficava observando do lado de fora em um grande terreno que havia ao lado do clube, pois ter título ou ser convidado para esse ambiente conferia status a mais aos indivíduos [...].

Os relatos entremeados por risadas de alguns depoentes, fazem aventar a hipótese de que o riso podia ser uma estratégia psicológica para amenizar as dores causadas pelo racismo. Dessa forma, a violência da sociedade racializada pareceria um fardo mais leve e suportável para pessoas pobres de origem negra-indígena-mestiça que viviam na cidade. Nas entrevistas, recorria-se, muitas vezes, ao riso, possivelmente para escamotear a sensação de fragilidade e impotência perante essa sociedade e disfarçar as marcas que a

fixação de estereótipos, o preconceito e a exclusão social deixaram nos entrevistados Francisco e Clementino, ambos negros e pertencentes às camadas populares.

A reflexão teórica acerca da presença negra na festa de Rogaciana não constitui uma tarefa simples, visto que não há um corpo sólido de fontes que permita uma interpretação aprofundada sobre tais questões. O que existe são as representações difundidas pelas obras dos memorialistas e cronistas, que, certamente, misturam elementos reais com outros imaginados e que refletem os olhares desses e dos conquistenses que viveram no período abordado e foram repassadas às gerações seguintes. Em sociedades excludentes e racializadas, como a de Vitória da Conquista, uma mulher como Maria Rogaciana deveria causar espanto e provocar tentativas de enquadrá-la em representações divulgadas por meio de discursos que associavam sua imagem ao exotismo, e a comportamentos pitorescos, associados a estereótipos. Dessa forma, observa-se que, ao invés de expor a ferida do racismo reinante na sociedade, a construção da imagem de Rogaciana, atribui a ela a responsabilidade, na cidade, durante, as celebrações do 13 de Maio, por tal fenômeno estruturante da formação social e cultural brasileira.

Ao longo da pesquisa e escrita, em torno dessa questão esteve sempre presente a seguinte pergunta: *Até que ponto isso era uma realidade ou um discurso construído e propagandeado de modo a construir uma imagem exótica e estigmatizada de Rogaciana que teria como consequência, na atualidade, a deslegitimação de sua importância histórica e representatividade junto à população negra de Vitória da Conquista?*

A imagem de Rogaciana nas fontes aparece carregada de ambiguidades. Por um lado, essa é comumente descrita como alguém especial, uma mulher “única e inigualável” pela capacidade mobilizadora de organizar festas tão importantes e por ter alçado a um lugar social de destaque na sociedade e na cultura conquistense. Por outro, é representada como uma mulher negra distanciada dos outros habitantes da cidade de origem afrodescendente e pobre, a ponto de impedir a entrada destes nos bailes que promovia.

É preciso considerar que, mormente, nas sociedades racializadas como a do Brasil, que tomam como referência o homem branco e europeu, observa-se a existência de visões depreciativas, configurando como exóticos os povos não-brancos, particularmente as mulheres. No caso estudado, associa-se às atitudes de Rogó um caráter pitoresco e exótico, tentando, como já foi dito, vinculá-la, de forma descontextualizada, a um comportamento supostamente entreguista e traidor por meio de análises condenatórias, assentadas em pressupostos pretensamente morais, dissociados da conjuntura histórica

vivenciada por ela; isso acaba, muitas vezes, por descredenciá-la enquanto mulher negra que protagonizou a história conquistense.

As mulheres negras, historicamente, são aprisionadas em imagens estereotipadas, associadas, muitas vezes, ao exotismo, o que acaba por não expor os danos psicológicos, como os traumas, causados pelo racismo cotidiano que ainda insiste em afetá-las. Observa-se também que, em muitos casos, ao invés de serem ressaltados os impactos que a sociedade racializada exerceu sobre suas existências, essas mulheres são vistas como responsáveis pelos males que assolam tal sociedade, especialmente quando conquistam projeção social.

Diferentemente da visão idealizada de Rogaciana como a “boa preta” ou da mulher de atitudes questionáveis com relação aos demais negros, busca-se aqui situá-la num contexto específico e entender as estratégias de pertencimento social criadas por ela, conscientemente ou não. Da mesma forma, ao passo que se reconhece a inteligência e potencialidade de Rogó para construir ou usufruir de redes de apoio sociais, tampouco deve-se associar sua imagem à de uma heroína e sim à de uma mulher negra, a qual assim como outras do seu tempo lançou mãos dos recursos possíveis, muitas vezes aceitando, incorporando os estereótipos e, em outras, desafiando-os, para protagonizar sua história.

Também se compreende o estranhamento de muitos, em se tratando das Festas da Abolição, diante dessas representações de Rogaciana e a frustração que isso pode provocar em todos aqueles que lutam e sonham com uma sociedade não racista e depositam suas expectativas na imagem de “supermulheres negras”, empoderadas e que se tornaram símbolos das tradições e lutas dos afrodescendentes. Nesse sentido, é preciso observar, junto com Grada Kilomba (2019, p. 192), que a: “ideia da “supermulher de pele escura” [...], pode, por um lado, ser vista como uma estratégia política para superar as representações negativas das mulheres negras no mundo branco. Mas, por outro lado, aprisiona as mulheres negras numa imagem idealizada que não nos permite manifestar as profundas feridas do racismo [...]”.

Realmente, Maria Rogaciana da Silva não foi uma mulher que possa ser interpretada a partir de modelos idealizados. Na sua trajetória, em meio às lutas, negociações e ambiguidades, o dado mais latente é a presença das feridas causadas pelo racismo, relacionadas ao passado familiar marcado pela escravidão e pelo fato de viver em contextos históricos caracterizados pelos preconceitos de raça, classe e gênero. Acredita-se que, a História de Rogaciana, mais do que se restringir exclusivamente a ela, evidencia os desafios e as perspectivas das mulheres negras e pobres no pós-abolição.

Por conseguinte, sublinha-se à luz de tal história, a possibilidade de refletir sobre as representações hegemônicas as quais circulavam e ainda circulam em Vitória da Conquista e no Brasil acerca da abolição e do papel o qual negros e negras deveriam ter na República. Ademais, deve-se pensar nas acomodações e resistências de negras e negros ao se adequarem ou não às expectativas das camadas que dominavam economicamente, politicamente e culturalmente o país. Assim, subjaz a tudo isso, a discussão da força simbólica do racismo estrutural cujos efeitos atravessam a sociedade. Condenar ou absolver Rogaciana não é a intenção desta pesquisa, como não seria a de nenhuma produção acadêmica, mas sim apropriar-se da trajetória dela e das comemorações da abolição organizadas por ela, no ensino de História, para discutir os lugares que os afrodescendentes pobres ocupavam e ocupam nas festas, nos cargos administrativos, nas universidades, nas salas de aulas da educação básica, nos livros didáticos, na política, na cultura, enfim, na vida e na história.

A atitude de Maria Rogaciana de permitir ou não a participação de negros nos momentos privados da efeméride deve mesmo despertar questionamentos, mas se espera que estes não assumam um caráter de julgamento moral, inapropriado e simplificador das análises históricas. Cabe ao pesquisador, após a coleta dos dados, contextualizar as ideias, práticas e representações, com base nas conjunturas existentes no período, marcadas por processos de adaptações, negociações e conflitos.

O maior desafio teórico e metodológico, é olhar para essa mulher, considerando a trajetória por ela percorrida e os contextos históricos, dos quais fazia parte, caracterizados pela grande diferença social e racial, como faz Francisco, ao analisar o passado e o comportamento de Rogaciana:

[...] Num tinha esse negócio de preconceito, de racismo, de nada, [...] Hoje não, dá cadeia! Mas naquela época não!”. E o entrevistado prosseguiu: “[...] ela foi uma pessoa interessante, do jeito dela, né? Da época dela, que eu tenho certeza que, se fosse hoje, ela pensava diferente [...] (Entrevistado Francisco, 2022).

No discurso do depoente, fica evidenciada a percepção dos diferentes contextos históricos que separam o período em que Maria Rogaciana viveu e organizou a efeméride dos tempos atuais. Em que pese a persistência do racismo estrutural, ele chama atenção para o fato de que, no presente, existe um arcabouço legal que pode ser acionado em casos de racismo e que pode resultar em medidas como a supressão da liberdade daqueles que o praticarem. Além disso, é preciso considerar que as instituições voltadas para o ensino, como as universidades, as escolas básicas e os meios de comunicação de forma geral,

trazem, mesmo que timidamente ainda, essa discussão à tona e com isso promovem a circulação de outras visões e percepções sobre os negros e negras, a participação destes na história do Brasil e a importância da valorização da cultura de origem afrodiáspórica. Da mesma forma, apesar dos desafios que negros e negras ainda têm que enfrentar no sentido de romper com os limites, exclusões e estigmas impostos pela sociedade racializada, reconhece-se que ser negro, negra e pertencente às camadas populares no Brasil atual não implica nos mesmos desafios enfrentados nas primeiras décadas da República quando a memória da escravidão e as políticas de subalternização do povo negro eram ainda mais fortes. Entrementes, o que parece mais importante assinalar é a percepção do depoente no sentido de contextualizar Rogaciana em um determinado período histórico.

Vale frisar que, no Brasil do pós-abolição, era divulgada por meio das instituições culturais, educacionais e dos meios de comunicação a noção de que era preciso assimilar as formas de civilidade, as representações difundidas pelos grupos sociais que comandavam a nação. A decisão de incorporar os padrões oficiais era vista por muitos como condição para assegurar uma maior inserção social. Para tanto, os afrodescendentes das camadas populares tinham que provar, cotidianamente, a aceitação passiva, sem contestação, do projeto de poder que pretendia se impor como dominante.

Acima de uma visão conformista, legitimadora da perspectiva de branqueamento social e da definição simplista e preconceituosa de Maria Rogaciana enquanto “negra de alma branca”, é preciso considerar as estratégias construídas pelos negros e negras para garantir o direito de ocupar outros lugares sociais. Nesse ínterim, uma questão pertinente a ser avaliada é a diversidade de visões de liberdade e de práticas sociais que existiam entre os egressos da escravidão e seus descendentes, definidas pelas diferentes formas de se experimentar as identidades negras no pós-abolição.

Para serem aceitos socialmente, muitos negros e negras (como, talvez, seja o caso de Rogaciana), tinham, por vezes, de distanciar-se de comportamentos e práticas de luta e resistência, para não serem vistos como ameaçadores do *status quo*. Historicamente inserida na sociedade conquistense do período, é provável que, Maria Rogaciana, por meio da educação que recebeu e do convívio social que teve, tenha incorporado os códigos de civilidade considerados adequados à ordem pós-abolicionista e republicana. Possivelmente, estes foram vistos por ela como necessários para ocupar lugares sociais que, mesmo após a Lei Áurea, ainda eram interditadas aos negros e negras, independente de terem sido escravizados ou não, como é o caso de Rogó. Essa é uma hipótese que

poderia explicar, além da convivência com a família do padre e as camadas abastadas da cidade, em alguns momentos, seu distanciamento com relação aos outros negros, o embranquecimento da festa e a caracterização cívica do evento comemorativo. Tal comportamento e direcionamento dos festejos possibilitava a ela pertencer à outra comunidade, ter acesso a um lugar social diferente, em que a liberdade e a cidadania fossem mais reais e possíveis.

A representação, difundida pelas fontes, de Maria Rogaciana era de uma mulher negra que não aceitava a presença de outros negros pertencentes às camadas populares na parte privada do evento – os bailes que ocorreram nos primeiros anos das celebrações e, depois, com o avançar da idade da protagonista, foram substituídos por chás, reuniões festivas nas quais se reuniam uma espécie de “*petit comité de notáveis*”⁶⁹ da cidade. Tudo isso constitui um fator que torna a pesquisa e a reflexão sobre os fatos históricos uma tarefa complexa, carregada de tensões e dilemas. Essa história tensiona, incomoda e contribui para abalar certezas e modelos assentados na visão dualista pautada em binômios como bem X mal, certo X errado, heróis X vilões, mas, acredita-se que, por isso mesmo, deve ser trazida à luz por exemplificar a multiplicidade das experiências negras e femininas e o caráter complexo da humanidade que constitui e move os sujeitos históricos.

Antes de qualquer conclusão sobre a restrita presença de pessoas negras e pobres na parte privada dos eventos para o qual Rogaciana distribuía os convites, é necessário considerar algumas questões já evidenciadas anteriormente e que, serão retomadas mais detidamente na perspectiva de provocar reflexões: quem contribuía com recursos financeiros e ingredientes para a produção das comidas servidas nessas reuniões fechadas? Fazendeiros, autoridades religiosas, militares e civis, famílias tradicionais com os quais Rogó convivia. Destarte não parece um fato dissonante que Rogó, em se tratando de um evento privado, para o qual angariava recursos limitados, não estendesse o convite à toda a população conquistense da qual faziam parte negros e negras das camadas sociais mais vulneráveis.

⁶⁹ A expressão “*petit comité de notáveis*” foi usada no sentido de designar um pequeno grupo de pessoas detentoras de riqueza, cargos administrativos e religiosos e status que era visto e representado como sujeitos com distinção social.

Uma perspectiva que também não deve ser descartada⁷⁰: as festas anuais, comportavam vários eventos – missas, sessões cívicas, passeatas e bailes –, e, talvez, não seja improvável inferir a possibilidade de que cada um desses eventos que constituíam a totalidade das festas – e que, na verdade, constituíam comemorações dentro da comemoração - destinassem-se a um público em especial e atendessem a determinados horizontes de expectativas. Dessa forma, a parte pública, por exemplo, as passeatas, constituiriam performances, espetáculos que tomariam as ruas e seriam direcionados para toda a população da cidade. Ali, havia a presença de afrodescendentes pobres; já as soirrês que encerravam o evento, levando em conta todas as questões elencadas, destinariam-se às camadas proprietárias e consideradas não negras. Destarte, as comemorações poderiam ocorrer, buscando-se atender a variados públicos e objetivos, homenageando a data simbólica, tornando-a expressão do protagonismo feminino e negro, sem, no entanto, desrespeitar os códigos de postura municipais, as regras de convivência e as expressões culturais socialmente aceitas em Vitória da Conquista.

Outro elemento já assinalado é que, muitos eventos e espaços sociais fechados de Vitória da Conquista, a exemplo do Clube social, não eram frequentados por negros e pobres. As demais festas que ocorriam nesses ambientes, certamente, reproduziam as desigualdades, exclusões, vínculos de pertencimento, visões e práticas culturais existentes no cotidiano e que caracterizavam os contextos históricos da cidade durante o período estudado. Assim, é interessante refletir que as festas de Rogaciana poderiam reproduzir padrões aceitos socialmente nos contextos históricos analisados e que, no entanto, diferentemente, essas outras festas não foram alvos dos mesmos questionamentos que os bailes do 13 de maio organizados por Rogó. Talvez por se tratar das festas da Abolição, mas também é preciso considerar que o olhar que se costuma lançar sobre as mulheres negras, e suas experiências históricas, mormente, é mais severo, exigente e carregado de expectativas e representações pautadas no exotismo e em estigmas do que aquele que, comumente, direciona – se aos homens e pessoas, no geral, consideradas não negras e ricas.

Não se pretende aqui, desconsiderar as dores e o sentimento de exclusão daqueles que não eram convidados para os bailes, como bem externou o entrevistado Clementino. Certamente, não adentrar nestes reacendia velhas feridas da população considerada não

⁷⁰ Tal perspectiva foi aventada pela professora, doutora Rita de Cássia Mendes Pereira, durante a Banca de defesa. Por considerá-la pertinente e capaz de entreabrir novos olhares sobre as Festas da Abolição de Maria Rogaciana, julguei por bem, citá-la aqui, mesmo sem aprofundar esse debate.

branca, não proprietária e alijada dos canais tradicionais de poder da cidade e servia de base para a construção de várias representações, também pelos afrodescendentes, acerca das motivações e práticas sociais de Maria Rogaciana. Com esta pesquisa, busca-se, na verdade, analisar a personagem central e as Festas da Abolição dentro da moldura histórica a que pertenciam, considerando quais eram as configurações da cidade no período. Nesse aspecto, é importante sublinhar, por exemplo, que, até pouco tempo antes de Rogaciana morrer, o Código de posturas de 1954 proibia sambas e batucadas.

Entrementes, em meio à complexidade que é propor uma interpretação acerca dessa mulher, talvez não seja demasiado inferir que Rogaciana, ao migrar para o Planalto da Conquista, deixou para trás um universo caracterizado por vínculos territoriais, familiares e culturais. Portanto, para adaptar-se a essa outra vida, construiu novas relações e, aos poucos, é provável que tenha assimilado valores e construído estratégias que fortaleceram seu pertencimento à comunidade rica e considerada não negra da cidade. Nessa busca por pertencimento junto à comunidade privilegiada, pode-se conjecturar, que, Rogaciana queria preservar a memória do fim da escravidão e também é possível que tentasse ocupar um lugar não subalternizado, de destaque. Assim, recusava o lugar estigmatizado ocupado pelas trabalhadoras domésticas e negras e movia-se dentro do território da forma possível, como foi educada e dentro dos limites impostos pela sociedade racializada e excludente.

Ademais, é fundamental ressaltar que no período abordado que coincide com a fase inicial da República brasileira, a ideia da nação como uma comunidade que compartilhava valores, ideais de civilização e progresso também estava no centro do debate e era difundida em todo o território nacional, especialmente pelos meios de comunicação de massa. E as formações discursivas que fundamentavam o projeto hegemônico de nação, certamente, afetavam os habitantes do território, a exemplo de Maria Rogaciana da Silva, produzindo experiências e práticas sociais que, por sua vez, estruturavam outros discursos e representações.

4.5 A “comunidade imaginada”

Petrônio Domingues (2011, p. 32), ao estudar a importância do Treze de Maio em São Paulo para segmentos da população negra, afirma: “[...] a tertúlia de aniversário da Abolição adquiria, para os ‘pretos’ do Bexiga, um sentido nacionalista, para não dizer patriótico, de afirmação e reafirmação do sentimento (ou anseio) de pertencimento à

“comunidade imaginada”. Outrossim, Domingues (2011) utiliza o conceito estruturado por Benedict Anderson (2008). Mais adiante, o autor afirma: “Os libertos e seus descendentes desenvolveram (e negociaram) uma identidade racial em conexão à identidade nacional. Além de negros, eles eram brasileiros. E disso não abriam mão. Pelo contrário, difundiam seu patriotismo com orgulho, ávidos de que a ‘comunidade imaginada’ reconhecesse o seu valor e os incorporasse como o filho mais autêntico [...]”. (DOMINGUES, 2011, p. 40-41).

Na apresentação da obra *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson (2008), Lilia Schwarcz afirma que as nações, mais do que tradições inventadas, são imaginadas em função de desejos e projeções.

Anderson mostrou de que maneira a nação é – dentro de um espírito antropológico uma comunidade política imaginada; quase uma questão de parentesco ou religião. Nesse sentido, ela é tão limitada como soberana, na medida em que inventa ao mesmo tempo em que mascara. Não há, portanto, comunidades “verdadeiras”, pois qualquer uma é sempre imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. Na verdade, o que as distingue é o “estilo” como são imaginadas e os recursos de que lançam mão (SCHWARCZ, 2008, p. 11-12).

O estudioso Ruy Medeiros⁷¹ (2013, p. 23), ao discutir a questão da História local e da memória, também utiliza o conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008) ao avaliar que:

[...] a História, dos historiadores profissionais, objetiva legitimar e forjar identidades; num contexto menor, sobre si, o historiador local, não profissional, cumpre função semelhante e que não é de estranhar-se que “cultive a terra natal, ou a terra que os acolheu” fazendo – lhe a história da “pátria pequena”, da sociedade local à qual atribui diferença em relação a outra e o pertencimento das pessoas ao município, ao passado comum, aos desafios futuros. Portanto, o amor à terra pode significar identificação com suas camadas sociais dominantes e seus interesses, que buscam perpetuar-se pela “história”. Aqui é necessário lembrar que a terra natal (de “nascido”), a pátria (de pater, pai) e mesmo a nação (de nascere) são “comunidades imaginadas”, como foram designadas por Anderson [...] (MEDEIROS, 2008, p. 26).

⁷¹ Ruy Hermann Araújo Medeiros, Advogado, Professor e Doutor e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), além de pesquisador é uma figura muito conhecida em Vitória da Conquista, amante desta terra e de sua história. Possui em seu escritório um vasto acervo de jornais, artigos e outras fontes históricas originais que podem ser acessados por acadêmicos que desejam se aprofundar na memória e história do referido município.

O conceito de “comunidades imaginadas” foi também utilizado por Hobsbawm (2013, p. 26-27):

A nação moderna é uma “comunidade imaginada”, na útil frase de Benedict Anderson, e não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais.

Por conseguinte, adotando-se tal conceito como base para a análise, é possível concluir que, o fato de viver numa sociedade hierarquizada, marcada por profundas diferenças sociais e raciais, e que se mostrava hermética à admissão dos negros e negras em situações de igualdade, fazia com que muitos deles buscassem estratégias de admissão numa comunidade imaginada, em que as relações poderiam ser mais horizontalizadas, à qual eles sonhavam em pertencer. Segundo Schwarcz (2008, p. 12):

Por fim, nações são imaginadas como comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um “nós” coletivo, irmanando relações em tudo distintas.

As comunidades imaginadas instituiriam outros sistemas temporais, interpretando o passado e o momento de fundação sob uma perspectiva mítica. Nesse sentido, poderia se analisar a construção da imagem da Princesa Isabel, por exemplo. Em comunidades imaginadas, Anderson (2008) ressalta a correlação entre o imaginário nacionalista e o religioso, visto que as religiões também se consolidaram em função da difusão da ideia de comunidade.

Maria Rogaciana era católica fervorosa. Possivelmente, o fato de trabalhar desde jovem para um padre, tenha contribuído para tanto. As fontes demonstram, por exemplo, o engajamento dela, juntamente com outras mulheres da cidade, em atividades sociais, organizadas pelas associações católicas, como as feiras realizadas em benefício da Santa Casa de Misericórdia ou nos festejos do Sagrado Coração de Jesus. Esses eventos, segundo Tanajura (1992), contavam com a presença de barracas de comida, frutas, doces, do telégrafo e do café e se destinavam a angariar recursos para manter as instituições e os rituais simbólicos da Igreja Católica.

Em consonância com os princípios religiosos que seguia, Maria Rogaciana organizava o cortejo cívico de acordo com uma estética e forma de apresentação que lembravam muito uma peregrinação ou procissão religiosa, parecida com as penitências

que, como afirma Tanajura (1992), fazia em épocas de seca, fenômeno recorrente na região e que aumentava a pobreza, a mendicância e a migração de pessoas atingidas por tal flagelo para a cidade.

Ficaram famosas em Conquista as penitências que Maria Rogaciana da Silva fazia para implorar chuva, na época das grandes secas. Um grupo de rezadeiras, de homens, mulheres e meninos carregando pedras e latas d'água, tendo à frente a promotora, subia à serra até o pé do cruzeiro onde jogava água e depositava as pedras, implorando a Deus a misericórdia das chuvas. De volta do Cruzeiro, o cortejo percorria as principais ruas da cidade, rezando tão alto que chamava a atenção de todos (TANAJURA, 1992, p. 188).

O entrevistado Clementino relatou na entrevista o sofrimento da sua família que migrou da Chapada Diamantina, onde o pai trabalhava como capanga dos coronéis, para o Planalto da Conquista, fugindo da seca e em busca de uma vida melhor. Interessante que as origens do mesmo estão fincadas na Chapada Diamantina, de modo semelhante a Rogaciana, mas em um período posterior ao que ela nasceu. De qualquer sorte, tais similitudes demonstram os constantes trânsitos populacionais, econômicos e culturais que interligam, historicamente, Vitória da conquista, no sertão da Ressaca com outra região da Bahia - a Chapada Diamantina.

Aí, a gente ... naquele tempo ... eu ... lembro muito bem! Nós vinha da roça pra aqui, quando chegava aqui, meu Deus! Era um sofrimento pra cê alcançar qualquer coisa que tivesse necessidade. Minha filha! E aí, cê ia fazer o quê? Esperar por quem? Em 1939 levou três anos sem chovê, 37, 38 e 39, veio chovê no dia 12 de dezembro de 1940! Lembro como agora; deu uma chuva de tempestade no dia da fogueira, foi quando quebrou o açude de D. Zezé, no Quati dos Fumaça; se fosse agora, dizia o mundo tá pra acabar ... [...] Ai, vem meu pai, trabalhava mais Doca Medrado nas Lavra Diamantina. Que vê meu pai, eu perguntava ele: Ó pai (inaudível), cê foi capan ... ele: Não! Que isso menino! Conversando ... mas ele era, ele era capanga do “veí” Doca Medrado, de Horácio de Matos, naquela época ... de 1927, 28, 29, 30! [...] mas como a seca pegou, ele chamou o “véi” Doca e disse assim: Seu Doca, eu vou embora! [...] Vou me embora, tá sem chover. Que que eu vou fazer? Não, cê vai pra fazenda de América Gusmão; é minha amiga! [...] Nós chegou, meu pai chegou e nós foi pra lá. Minha fia, ó, quando nós chegou lá, seca! Foi quando Getúlio Vargas mandou abrir essa rodage de Salvador à Ilhéus. Na hora que chegava ali no Marçal⁷²,

⁷² A família do entrevistado migrou da Chapada Diamantina para uma fazenda na região de Vitória da Conquista, fugindo da seca, miséria e violência do coronelismo. Vieram morar na fazenda de América Gusmão, nas proximidades da Serra do Marçal. O nome de Serra do Marçal, segundo Tanajura (1992, p.26), pode estar ligado aos primeiros árabes que imigraram para a região e seria originária da expressão Al-meçl, que significa soro de leite, visto que essa colônia árabe se dedicava à criação de gado e à produção de

tinha mais de dois, de três mil homens trabalhando, [...] Nós, menino, trabalhando ali, abrindo a rodage; quando nós chegou lá, sem ter onde ... nós foi morar numa casa, da desnatadeira da “véa” América. [...] ficou eu, meu pai; minha mãe e minha irmã; minha fia! [...]. (Entrevistado Clementino, 2022)

E Clementino prossegue o relato referindo-se às penitências realizadas especialmente pelas mulheres católicas da cidade que, mobilizavam-se irmanadas na perspectiva de que diante das orações e sacrifícios, Deus – visto como o centro do poder que organizaria a natureza e a sociedade, acima dos homens –, se apiedaria dos cristãos e mandaria chuva. Um aspecto a ser observado no discurso do depoente é a descrença que externa das previsões do tempo realizadas pelos meteorologistas, estudiosos do clima e que ilustra a relação mútua de desconfiança perceptível entre o senso comum e o conhecimento científico.

Botava uma pedra na cabeça fazendo aquela procissão pedindo chuva. E vinha! Que o povo era simples, era inocente, então Deus mandava. Hoje não! Hoje é, é, é ... previsão num sei de quê, num sei de quê, num sei de quê e termina [...], nada! (Entrevistado Clementino, 2022).

Acerca das relações entre as visões e práticas religiosas e a formação das comunidades imaginadas, Anderson (2008, p. 94) afirma que “as peregrinações religiosas são, provavelmente, as jornadas mais comoventes e grandiosas da imaginação, mas elas tiveram, e ainda têm, equivalentes seculares modestos e limitados”. Com efeito, o autor (2008, p. 94-97) analisa que, na Europa, com a ascensão das Monarquias Absolutistas e depois dos Estados Imperiais, novos tipos de “peregrinações seculares” surgiram, carregadas de elementos simbólicos que remetiam às antigas, de caráter religioso, mas repaginadas pela ideologia dos Estados Nacionais.

Certamente, as passeatas do 13 de Maio de Maria Rogaciana, tinham muitas características de uma procissão religiosa: o cortejo pelas ruas semelhante a um percurso cerimonial; a “sacralização” da princesa Isabel no andor enfeitado; a presença de autoridades religiosas e da comunidade católica, indicam isso.

A análise da trajetória de Rogaciana nas festas da Abolição, faz lembrar, a todo instante, que os negros e as negras interpretavam de diferentes formas o processo de racialização e, também, reagiam e tentavam construir estratégias variadas de

queijo, requeijão e manteiga. Nessa Serra foi construído um trecho da rodovia que liga Vitória da Conquista ao Sul da Bahia.

sobrevivência face a ele. Outrossim, constitui uma visão simplista enxergar esse processo como fruto da imposição de um projeto idealizado pelas elites brancas e mestiças, sem analisar as releituras que esse passou, em contato com os povos de ancestralidade africana pertencentes aos estratos sociais mais vulneráveis. Maria Rogaciana, sem dúvida, expressava por meio das práticas que preconizava as incertezas do período e uma forma peculiar de encarar as relações sociais. Para ser admitida na comunidade dos “brancos”, é possível que tenha engendrado uma maneira específica de fundar uma tradição que, pela adesão aos códigos de postura, distanciamento dos elementos afrodiáspóricos, era vista como digna de uma cidade civilizada. Assim, identificava-se com essa “comunidade imaginada” na qual usufruía, da convivência e proteção dos “não negros” e ricos.

É possível conjecturar que, talvez, essa personagem histórica se movesse no território conquistense de maneira estratégica, como várias mulheres negras o fizeram ao longo da vida, desde os tempos da escravidão: Seja afirmando as raízes afrodescendentes como Dona Dió do Acarajé ou negociando, por vezes, a identidade racial, construindo relações sociais e redes de proteção com grupos detentores da riqueza e do poder instituído como pode ser o caso de Maria Rogaciana da Silva.

Em alguns momentos, a figura dessa mulher aparece em alguns discursos, associada ao “outro”, o que leva a crer que, apesar dos esforços para fazer parte da comunidade considerada branca ou mestiça, proprietária de Vitória da Conquista, era vista, eventualmente, como um elemento “estranho”, “anormal” admitido excepcionalmente num “ato de magnanimidade”, apenas por ser portadora de virtudes como a gratidão e o espírito cívico.

Ao se referir à questão de Rogaciana não permitir a participação dos negros e pobres em determinados momentos das festas, o jornalista Ciro Teles (1957) escreveu: “Êsse capricho sustentado péla velha e saudosa Rogaciana, durante muitos anos, era estranhável; mas se levarmos em conta que ela era um pouco anormal, tudo ficará justificado”.

Maria Rogaciana, ao que parece, segundo as fontes, acabou por não estabelecer vínculos estreitos com a comunidade negra, pertencente aos grupos sociais subalternizados da cidade. Tal distanciamento explica-se pela própria trajetória dessa mulher: a separação da família, se não destruiu – não se pode afirmar por falta de fontes –, a privou do apoio de redes de parentesco, levando – a ter que construir novas relações de sociabilidade com pessoas com as quais, com a migração para a Vila/cidade passara a

conviver – a família do padre e a camada mestiça e embranquecida, detentora da riqueza e controladora do poder instituído no território.

Os esforços realizados para assegurar o pertencimento à essa comunidade, podem tê-la levado a assimilar os códigos de postura e as representações oficiais, como estratégia para ser admitida efetivamente, ultrapassando os estigmas que certamente sofreu como mulher negra, migrante, trabalhadora doméstica e sem posses. Assim, no Treze de Maio assumia o topo da hierarquia na organização das festas. Era por meio daqueles eventos que obtinha visibilidade, aceitação, prestígio social.

No lugar da comunidade, baseada na ancestralidade africana e no passado escravo – no caso em questão, na convivência com familiares escravizados -, alguns negros preferiam ou mesmo eram forçados a se aproximar, por força das circunstâncias vividas, de outro tipo de comunidade, que lhes oportunizasse maiores perspectivas de ocupar lugares sociais diferentes e de poder usufruir de prerrogativas interditas aos negros dos grupos subalternizados. A esse respeito, Flávio Passos (2012, p. 100) afirmou que, em muitas situações, “[...] querer manter ou construir uma proximidade ou uma solidariedade entre os iguais, com os que também são estigmatizados, talvez signifique [...], não avançar, não evoluir, não progredir”.

Entender as diferenças encontradas nas festas da liberdade, em todo Brasil, serve para estimular a reflexão sobre como a visão essencializada se faz presente ainda hoje entre nós. Republicanos, monarquistas, católicos, povo de santo, habitantes do litoral e do sertão, dentre outros, não se enquadravam num único tipo de festa.

Os agentes dessa história foram polissêmicos, imprimindo múltiplos sentidos e distintos significados para as comemorações do aniversário da Abolição. De forma tática e versátil, eles utilizaram a data para produzir (e ressignificar) narrativas de ‘raça’ e ‘nação’, reverenciar os seus heróis, sensibilizar a opinião pública para os seus “flagelos” (do passado e do presente), inscrever (e reinscrever) fluidas identidades afrodiaspóricas, dar ressonância às suas retóricas de igualdade e, a um só tempo, se inserir proativamente na arena de disputa do projeto nacional. Se a emancipação não garantiu a cidadania plena para os egressos do cativeiro, ela passou a orientar as ações de muitos negros, conferindo sentido à sua vida cotidiana, aos seus mitos, ritos e ideais. Nessa perspectiva, a emancipação foi aprendida como um ideal a ser alcançado e o 13 de Maio representou uma data ímpar para a renovação desse ideal, com toda sua carga simbólica de fé e esperança na nação brasileira (DOMINGUES, 2011, p. 42).

Tais festas constituíam, na verdade, arenas, palco de disputas em que múltiplas representações, discursos sobre a abolição, as relações étnico-raciais, os projetos de nação, eram criados e utilizados. A dificuldade de refletir sobre isso se deve à implantação de projetos políticos uniformizantes que visavam apagar as diferentes formas de ser negro no Brasil, como se a questão da cor implicasse numa única identidade e maneira de enxergar a libertação dos negros, as possibilidades de exercício da cidadania e o próprio país. Na tentativa de capturar aspectos dessa diversidade, a análise de elementos como os lugares ocupados pelos corpos negros - especialmente os femininos - bem como as performances que esses exercem e a simbologia que carregam, despertam particular interesse.

CAPÍTULO 5: TERRITORIALIDADE, CORPOREIDADE E EMPODERAMENTO

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem.

Grada Kilomba, *Memórias da Plantação* – Episódios de racismo cotidiano, p.56

Nas páginas a seguir, procurou-se analisar a territorialidade ocupada por Maria Rogaciana e as festas do 13 de Maio, destacando-se também uma tentativa de refletir sobre as representações do corpo negro dessa mulher, bem como o poder que esse revestiu-se, com o passar dos anos à medida que a efeméride se consolidava no calendário festivo local. Objetiva-se, assim, discutir as relações entre ocupação do território, corpo e poder.

Para tanto, recorre-se à análise do pensamento Foucaultiano, empreendidas por Hall (2016, p. 91), que enfatiza a importância dada por esse teórico, ao corpo:

[...] O filósofo o coloca no centro das lutas entre as diferentes formações de poder/conhecimento. As técnicas de regulação são aplicadas ao corpo, e diversos aparatos e formações discursivas o dividem, classificam e inscrevem diferentemente em seus respectivos regimes de poder [...].

E Hall (2016), continua a análise sobre a visão de Foucault acerca do corpo:

Obviamente, esse “corpo” não é simplesmente o corpo natural que todos os seres humanos sempre possuíram. Ele é produzido dentro do discurso, de acordo com as diferentes formações discursivas [...] Isso é uma concepção radicalmente historicizada do corpo – uma espécie de superfície na qual diferentes regimes de poder/conhecimento escrevem seus sentidos e efeitos. Essa noção encara o corpo como “totalmente impresso pela história e pelo processo de desconstrução da história do [próprio] corpo (HALL, 2016, p. 92).

Nesse ínterim, Joaze Bernardino-Costa (2020), ao analisar as convergências entre o pensamento afrodiaspórico de intelectuais do Atlântico Negro, na perspectiva da decolonialidade, debruça-se sobre a visão do martinicano Frantz Fanon. Para esse, em reação à força cultural do colonialismo que geraria um sentimento de inferioridade nos

negros, levando-os a adotar uma máscara branca, a saída seria o negro assumir a negritude: “[...] decidi me afirmar como negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (FANON, 2008, p.108 *apud* BERNARDINO-COSTA, 2020, p. 264).

Assim Bernardino-Costa (2020) nas reflexões que faz acerca do pensamento de Fanon, destaca que para o intelectual martinicano, o corpo negro pode se transformar num território de resistência e elaboração de conhecimentos, ao romper com o olhar estereotipado da sociedade que tenta objetificá-lo. Para tanto, o corpo negro teria que assumir uma posição, localização no mundo pós-colonial, em contraposição à “lógica da branquitude que apresenta-se como universal, e não admite sua marca racial”. Destarte, num caminho contrário ao que Fanon analisa na obra “Pele negra, máscaras brancas” (2008), assentado na “autonegação da negritude como estratégia para ser aceito pelo olhar branco”, o percurso, agora, proposto pelo próprio intelectual negro, passaria pela “afirmação da negritude” (BERNARDINO-COSTA, 2020, p. 264).

Por fim, com base nas ideias de Lewis Gordon (1999), Bernardino-Costa (2020, p. 264-265) desperta a atenção para o fato de que “o corpo revela a posição nas relações de poder daquele que age, vê, fala, escuta, cheira e tateia. Sem uma corporificação, seríamos semelhantes a deuses. Com a corporificação, temos vidas particulares, historicamente contextualizadas”.

Ancorada, em tais pressupostos, que compreendem o corpo em sua dimensão historicamente situada e como expressão de relações de poder, podendo ser usado para legitimá-las ou confrontá-las, discutiremos ao longo das próximas páginas, algumas questões, especialmente no tocante à localização/posicionamento territorial do corpo de Maria Rogaciana da Silva e às configurações estéticas e comportamentais que esse, em alguns momentos das festas, assume.

5.1 Centro e territorialidade

Ao passo em que se delineavam, por parte da República brasileira, no período estudado, políticas que buscavam apagar o protagonismo dos negros e negras e invisibilizar os povos de origem afro-indígena e sem posses, havia, por outro lado, a resistência desses sujeitos históricos às imposições da sociedade racializada e excludente. Como já foi sublinhado, no Planalto da Conquista, expressões culturais como os ternos de reis, o carnaval – presentes especialmente nos bairros periféricos e na zona rural –,

representavam formas de resistência, indicando o desejo de manter vivos elementos da ancestralidade constitutiva e, nesse sentido, acabavam também por contribuir para a afirmação de identidades.

Com base nas análises de Certeau (2014), Fernanda Crespo (2016) reflete sobre a história do Brasil e a ideia de progresso, tão cara aos grupos que hegemonizavam o poder nas primeiras décadas da República. Tais reflexões levam a pensar sobre a importância de analisar o tensionamento social existente também nos espaços locais, a exemplo das vias públicas da cidade durante o carnaval, o reizado, no poço escuro e nas fontes de água da cidade – em que tentava-se estabelecer mecanismos de controle sobre o comportamento das lavadeiras e pessoas consideradas desocupadas –, e nas próprias festas do 13 de Maio. Tensões essas perceptíveis, de modo velado ou explícito nos discursos evidenciados pelas fontes escritas e orais consultadas.

Sobre os tensionamentos existentes no espaço urbano, típicos das sociedades marcadas pela desigualdade social e estruturadas em função do racismo e do patriarcalismo, a autora afirma:

[...] Nos interessa que a história do Brasil seja tratada não como uma série de grandes estruturas encadeadas cronologicamente e que passam ao largo de desejos e agências das pessoas que nelas se encaixariam plenamente ou não, sendo nesse caso consideradas marginais. Não pensamos a história da perspectiva de um urbanista que projeta uma cidade para atender ao “progresso” e não às pessoas; que se ocupa exaustivamente na construção de grandes avenidas [...] mas ignora os usos e a dinâmica delineada pelos que ali vivem. Nos interessa aqui, que a história do Brasil seja narrada não só a partir dos lugares, estabelecidos pelo poder hegemônico, mas também dos espaços, tensionados pelos agentes que se posicionam em desvantagem na disputa pelo poder (CRESPO, 2016, p. 176).

Ao assinalar as festas populares marcadas pela presença negra e elementos associados às africanidades, não se pode deixar de fazer um contraponto dessas com as comemorações organizadas por Rogaciana no Treze de Maio. As celebrações em questão, temática central desse estudo, ocupavam o centro da cidade desde o início do século XX. Aliás, é preciso lembrar que a própria Rogaciana residia no centro de Vitória da Conquista, em um casarão de propriedade da professora Maria Leal, educadora respeitada, responsável pela educação de várias gerações de conquistenses pertencentes às famílias representantes do tronco fundador. Do ponto de vista espacial, o centro era território ocupado cotidianamente por Rogaciana em função da condição de trabalho que exercia, mas não somente por isso, como espera-se ter evidenciado até agora, essa era

personagem conhecida por ali residir e frequentar a casa de famílias tradicionais que habitavam a antiga Rua Grande⁷³, como a de Henriqueta Prates; D. Zaza, filha do Coronel Gugé, famoso chefe político da cidade na República velha, dentre outras.

Acerca disso, a entrevistada Joana⁷⁴ afirmou: “Ela frequentava a casa de D. Henriqueta Prates, ela frequentava a casa de D. Zaza ... que hoje é até tombada [...]. Ela frequentava aquela [...] praça ali. Todo mundo era amigo dela” (Entrevistada Joana, 2022).

O entrevistado Vicente também é categórico ao explicitar a relação de Maria Rogaciana com o centro da cidade, sede do poder administrativo, político, religioso e social que acabou por se tornar um território em que essa circulava com desenvoltura, uma vez que, nele residia, tecia relações com os moradores e realizava as celebrações da Abolição. Ali encontrava brechas para se fazer notada, querida e parte integrante de uma “comunidade imaginada” juntamente com coronéis, padres, comerciantes, fazendeiros, mulheres das famílias tradicionais.

Então, nós temos aí essa figura emblemática, chamada de Maria Rogaciana da Silva e que ... tornou-se na sociedade Conquistense uma pessoa muito prestigiada. Ah ... ela morava no centro da cidade, ali mais ou menos ... ah ... numa casa que ficava a uns 20 metros onde hoje é a Câmara de Vereadores. A chamada Rua Grande, onde só morava os ricos de Conquista daquela época, era chamados – os coronéis. Então o padre [...], Muniz, Leal de Menezes morava ali e ali morou Rogaciana a vida toda. O padre Muniz faleceu e ela continuou ao lado da professora Maria Leal, tornou-se grande amiga de Maria Leal a quem ela se dedicou [...] e ficou morando nesse casarão, ao lado dos coronéis. Então, ela se sentia muito importante, por esse convívio com as famílias tradicionais, as famílias políticas, as famílias ricas de Vitória da Conquista e ... como era filha de escravo, ela se dedicou muito aos festejos do 13 de Maio, a data que logicamente festeja a ... libertação dos escravos. Aí que ela tinha uma afeição muito grande pela Princesa Isabel e todos os anos ela festejava essa data histórica com um desfile cívico, ela fazia um desfile, pelo centro da cidade, ela não, não deixava o centro [...]. O convívio dela estava com as famílias ricas, as famílias poderosas. Então ela fazia esse desfile cívico e pessoalmente ela ia de casa em casa dessas pessoas importantes, para fazer o convite do acompanhamento, pra participar desse cortejo cívico e levando a bandeira, do Brasil com uma bandeira também com o retrato da

⁷³ A Rua Grande começava na Igreja Matriz e se estendia de modo ininterrupto até os limites da atual agência do Banco do Brasil, no centro de Vitória da Conquista. Com o posterior desmembramento, essa deu origem à praça da República, depois chamada de Jardim das Borboletas e, por fim, às praças Tancredo Neves e à Barão do Rio Branco.

⁷⁴ A entrevistada Joana é uma professora aposentada, católica, participante ativa dos eventos religiosos, possui ampla rede de relações sociais, ex-moradora do centro da cidade, conheceu Rogaciana na infância. Além de participar do cortejo do Treze de Maio, a casa de sua avó, com quem morava, era frequentemente visitada por Rogó.

Princesa Isabel, ela percorria o centro da cidade, acompanhada com uma banda de música e as autoridades. (Entrevistado Vicente, 2022)

Figura 07 – Foto da Rua Grande, possivelmente de 1937, com a catedral ainda em construção no alto. Acima, no canto esquerdo, o Poço escuro. Atualmente corresponde às Praças Tancredo Neves e Praça Barão do Rio Branco



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista. Acervo fotográfico

A Rua Grande, era a artéria central da cidade, sinuosamente estruturada, acompanhava o traçado do Rio Verruga; abrigava a Igreja, os casarões baixos em estilo português, o Paço municipal, lojas, bancos, instituições culturais como os grêmios. Constituíam-se, portanto, como uma área identificada com os moradores mais antigos, pertencentes aos núcleos tradicionais:

Moravam na Rua Grande os chefes políticos, suas famílias e seus parentes, a 'fina flor' da sociedade da época, descendentes diretos do fundador da cidade, João Gonçalves da Costa [...] Morar no centro urbano mais antigo da cidade significou poder possuir uma boa propriedade, poder compartilhar do prestígio dos primeiros moradores e ser aceitos pelos 'iguais'. E esse sentimento perdurou até que novas fortunas, novos valores e novos símbolos de 'status' vieram a modificar as configurações econômicas sociais e urbanas do início do século. Pode-se afirmar que até a década de 50 perdurava a aspiração de muitos conquistenses à moradia no referido espaço urbano que se dividira, então, em duas praças: Praça Barão do Rio Branco e Praça da República, separadas, por uma quadra construída (CASSIMIRO, 1998, p. 28).

A presença de Rogaciana e a realização das festas no centro têm uma simbologia muito grande, por essa ocupar um território – a despeito de sua condição de trabalhadora doméstica, como foi explicitado anteriormente, Rogó circulava de forma muito à vontade naquele espaço e não encontrava obstáculos para entrar e sair dos casarões das famílias mandatárias e ali realizar os eventos comemorativos à abolição – representativo de grupos sociais que hegemonizavam o poder econômico, social, cultural e político. A presença de Rogaciana ali, carregando consigo a imagem de promotora de um dos eventos mais prestigiados na cidade, numa posição de não subalternidade, era uma exceção que chamava a atenção da comunidade e causava admiração, como expressam as fontes.

5.2 Corporeidade: busca de pertencimento comunitário e alteridade

Além dos diversos elementos já sublinhados, algo que provoca reflexões é o corpo de Maria Rogaciana enquanto objeto de estudo. Para tanto, busca-se, como referência teórica, com os devidos cuidados quanto aos diferentes contextos, as análises de Seigel e Gomes (2002) sobre as representações de uma mulher negra, provavelmente liberta, conhecida como Sabina das laranjas que tinha um tabuleiro em que vendia as frutas na porta da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro; em torno deste, os estudantes de medicina se reuniam, cotidianamente.

A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, assim refere-se à célebre quitandeira cujo nome oficial era Sabina da Cruz:

Para os médicos formados na faculdade desta corte nestes últimos vinte e tantos anos, a Sabina era uma verdadeira celebridade. Todos os dias portava-se à porta da escola com um tabuleiro de frutas, algumas facas, e uns banquinhos. Nos intervalos das aulas, os alunos chegavam-se a ela [...] ficavam como na Sé, uns sentados, e outros em pé, e regalavam-se a chupar laranjas e limas, ocupação mais agradável decerto que ver os precipitados da aula de química e as cloroformizações da de cirurgia (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 524-525).

Em 1889, a vendedora de frutas foi alvo da ação policial desencadeada pelo subdelegado da cidade que ordenou o confisco do tabuleiro. Isso gerou uma famosa passeata promovida pelos estudantes que usaram estandartes e coroas feitos de frutas e chuchus, em apoio à Sabina, ridicularizando a autoridade policial autora da ação e saudando a República. Em artigo, os estudiosos analisam o fato histórico e referem-se aos símbolos contidos no corpo de Sabina:

[...] Repleto de símbolos de marginalização (pobreza, pele negra que remetia à institucionalização da escravidão, ainda viva até período bastante recente, o fato de ser mulher, idade avançada), o corpo de Sabina era por si só uma eloquente afirmação de protesto, muito diferente dos jovens e saudáveis corpos dos estudantes de medicina (o que era lembrado por sua própria profissão), certamente mais brancos que Sabina e em sua maioria membros de restritos círculos das elites nacionais (SEIGEL; GOMES, 2002, p. 177).

As reflexões de Seigel e Gomes (2002), apesar das diferenças existentes entre as passeatas – a dos estudantes em apoio à Sabina, no Rio de Janeiro e as do Treze de Maio de Rogaciana, em Vitória da Conquista –, provocam questionamentos acerca das representações sobre os corpos negros, particularmente daquelas relacionadas ao corpo de Rogó, uma vez que, esse também carregava muitos símbolos de marginalização como a pele negra, a questão do gênero e nas últimas décadas do cortejo da abolição, a idade.

Diferentemente da passeata organizada em apoio à Sabina das laranjas, as passeatas do Treze de Maio de Rogaciana, não eram protestos a um ato considerado injusto cometido contra uma mulher negra e pobre e carregada de críticas ao Império; com efeito era uma celebração à Abolição em plena República. Todavia, o corpo de Rogaciana, negro, feminino, idoso, vestido com roupas que remetiam às tradições africanas à frente do cortejo, também, em certa medida, pode ser visto como uma afirmação de alteridade, constituía de alguma maneira uma provocação, gerava um tensionamento - decorrente da exposição da diferença - face aos corpos também mais embranquecidos do que o Rogó, presentes no evento e, em muitos casos, pertencentes aos integrantes da elite local.

Ademais é necessário considerar que, a presença de corpos, independente das origens, considerados brancos, morenos, privilegiados, elitizados nos cortejos e nas festas como um todo, dava legitimidade ao ato, assegurava o clima de ordem, disciplina, patriotismo, respeito às regras sociais, contrariamente à festas que fossem constituídas, majoritariamente, por ex-escravizados, pessoas de origem afro-indígena pertencentes às camadas populares, capoeiras, povo de santo.

Nas fontes consultadas, as características do corpo de Rogaciana são evidenciadas através de expressões associadas ao tom de pele e à questão etária como “a preta”, “a velha” ou são usadas condições sociais identificadas com os corpos negros como “a escrava Rogaciana”, de forma a demonstrar um apagamento da condição de mulher livre que possuía, por ter nascido após a Lei de 1871. E mais simbólico ainda é que se continua referindo-se a ela como “escrava”, independente de nunca tê-lo sido, mesmo no pós-

abolição e independente de todo o prestígio que angariou com as festas. Essas expressões, de maneira contumaz, aparecem vinculadas à imagem do corpo de Rogaciana. Com isso estabelecia-se uma fronteira, uma distância entre seu corpo e o dos participantes considerados não negros e proprietários das comemorações, e o dos próprios redatores das notas de jornais que a descreviam assim, em sua maioria membros da elite intelectual conquistense, oriundos de famílias tradicionais do lugar.

Sem dúvida, o corpo constitui um território essencial para se analisar questões ligadas à identidade racial. Vale ressaltar que o corpo também transmite ideias, discursos, daí a importância de analisar a relação que os indivíduos estabelecem com o corpo, a forma como esse é utilizado para expressar ideias, emoções, a imagem que através do corpo as pessoas querem projetar para os outros.

Quando se pensa nas relações entre corpos femininos negros e identidade racial, é interessante refletir sobre o que Petrônio Domingues (2011, p.40) com base nas reflexões de Paul Gilroy, afirmou:

“[...] na história da diáspora africana, a construção das identidades raciais é um processo sinuoso, heterogêneo, plural e dinâmico, de permanentes combinações e recombinações contingenciais. Longe de pura ou essencialista, a identidade negra diaspórica caracteriza-se pelo caráter híbrido, multifacetado e relacional.”

Com vistas a estimular a análise acerca das relações entre corpos negros femininos e identidade racial, é importante considerar as experiências históricas de várias mulheres. Petrônio Domingues (2012), destacou a trajetória de uma mulher negra, que viveu no pós-abolição, a professora Eufrosina Guimarães ou Zizinha, que tinha grande prestígio e influência cultural na cidade de Laranjeiras em Sergipe. O autor assim se refere a ela:

[...] sua vida não constituía “um todo, um conjunto coerente e orientado”, que podia e devia ser apreendido como “expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva”, de um “projeto original”, porém ela envidou-se por construir a imagem de uma pessoa “ilustrada” (cortês, refinada e paladina da moral e dos bons costumes) e, nessa posição, era desaconselhável aderir às práticas, aos símbolos, aos ritos e artefatos culturais afrodiaspóricos [...] (DOMINGUES, 2012, p. 273).

Domingues (2012, p.272) usa a seguinte expressão nas análises que realiza sobre a professora negra Zizinha “Sua identidade racial era plástica, mutante e negociada de modo contínuo [...]”. De forma semelhante, acredita-se que o aspecto mais desafiador,

possivelmente, a ser considerado com relação à Rogaciana é também a forma “flexível, intercambiada, negociada” com a qual essa expressa sua identidade racial. E seu corpo acaba por refletir isso, como será discutido adiante.

Guardadas as devidas diferenças entre os contextos e as histórias de vida de Zizinha e Rogó, é inevitável pensar em como a vida dessas mulheres foi atravessada por questões como raça, gênero e classe. Na análise de tais trajetórias, como bem ressalta Domingues (2012, p. 273), não se pode desconsiderar que os caminhos percorridos pelos sujeitos históricos são complexos e marcados pelas ambivalências, tensões, acomodações. Talvez, apenas a perspectiva da história tradicional, ancorada em visões heroificadas e mitológicas daqueles considerados “grandes personagens históricos” discorde de tal premissa.

Rogaciana, era uma mulher negra, imersa numa sociedade racializada do pós-abolição e nos caminhos que trilhou, expressou as contradições, negociações, dificuldades, possibilidades, da época que viveu. Com todas as implicações decorrentes de ser mulher, negra, pobre, migrante, no início da República, conseguiu romper o véu do anonimato, se projetar no tecido social conquistense e usufruir da proteção das camadas sociais privilegiadas. Para tanto, construiu para si, assim como Zizinha Guimarães em Sergipe – professora negra analisada por Domingues (2012) –, a imagem de uma mulher religiosa, trabalhadora, leal, confiável, de “bons costumes” que a fez ascender socialmente. Possivelmente, acreditava que a adesão a esses valores, traria reconhecimento social e geraria possibilidades, de outro modo, interditas a mulheres como ela. Daí, talvez, encontre-se outro motivo, além da educação que recebeu junto à família do padre, católica, branqueada, para a não-incorporação nas festas, de modo ostensivo, de elementos culturais identificados com as tradições afrodiáspóricas.

George Andrews (2007) analisa que, entre o final do século XIX e início do XX, enquanto prevalecia a ideologia do branqueamento, o samba as batucadas, a capoeira, as religiões de origem africana eram vistas como diametralmente opostas à ideia de civilização e progresso. Isso explicaria a preocupação, por parte dos dirigentes da nação, em apagar as manifestações populares de origem africana da cultura brasileira. Por conseguinte, a obliteração da cultura afro-latina encontrava eco até mesmo na classe média negra, uma vez que, para ultrapassar a fronteira social e a adentrar no universo da classe média era preciso incorporar os parâmetros civilizatórios europeus. Nesse sentido

[...] negros e mulatos prósperos lutavam para transpor o muro que separava o mundo da pobreza da classe trabalhadora daquele da

respeitabilidade da classe média [...]. Por isso, a admissão ao mundo da classe média requeria a completa rejeição dessa cultura e a adoção dos modelos de civilização e progresso. Os membros das classes alta e média brancas preocupavam-se constantemente com a subversão e a “contaminação” decorrentes da “africanização” de suas sociedades, mas em conformidade com o determinismo racial da época podiam sempre reivindicar uma espécie de imunidade hereditária contra a ameaça invasiva da negritude. Os afrodescendentes em ascensão não podiam fazer essa reivindicação. Em sociedades que encaravam a raça como um fato biológico, sua pele, seu cabelo, seus traços faciais significavam um vínculo ancestral direto com a cultura afro-latina. Para satisfazer as exigências de admissão na sociedade civilizada e na classe média nacional, sua rejeição dessa cultura tinha de ser ainda mais enfática que a de seus congêneres brancos (ANDREWS, 2007, p.155-159).

Qual fosse essa a perspectiva da classe média afrodescendente em ascensão tímida no Brasil do início da República, acredita-se que esse raciocínio também se aplicava àqueles sujeitos históricos de ancestralidade negra que mesmo não sendo pertencentes às classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros sonhavam com a ascensão social como, com base nas evidências, pode-se conjecturar, é possível que seja o caso de Maria Rogaciana da Silva em Vitória da Conquista. Como já exposto anteriormente, essa mulher negra e as celebrações que realizava podem ser diferentemente interpretadas à luz de múltiplas perspectivas que, inclusive, podem existir conjuntamente.

Outrossim, se, por um lado, as festas, em muitos aspectos, foram “embranquecidas”, por outro, do ponto de vista da corporeidade de Maria Rogaciana, a julgar pela única foto existente e pelos depoimentos colhidos, alguns elementos associados às africanidades se faziam notar.

Figura 08 – Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista, com Maria Rogaciana da Silva à frente



Fonte: Viana (1982, p. 406, volume 1).

Na Figura 08, fotografia já mencionada (Figura 05), mas exposta novamente para aprofundamento da análise, Maria Rogaciana da Silva aparece na rua lateral à Igreja matriz, à frente do cortejo da efeméride. Ao fundo e na lateral, estão os casarões antigos da cidade que ficam no entorno da então Praça da República, hoje chamada de Tancredo Neves. O séquito que a rodeia é formado por homens, mulheres e crianças, com roupas formais e elegantes. Percebe-se também a presença de instrumento musical, indicador de participação de filarmônica e de dois estandartes que apesar da imagem não explicitar, sabidamente, de acordo com os jornais, livros de memorialistas e depoimentos, homenageavam a Princesa Isabel e Rui Barbosa. Na foto, encontra-se um religioso de batina, próximo ao instrumento, que se tratava do Padre Palmeira⁷⁵, o que pode indicar que a foto tenha sido tirada nos anos 1940, período em que o religioso passa a residir em Vitória da Conquista, dirigindo o tradicional Ginásio do Padre, hoje Museu Padre Palmeira. Maria Rogaciana ocupava a frente, o centro do cortejo e era sem dúvida, a protagonista. A imagem a apresenta como uma mulher negra, de média a baixa estatura vestida com uma blusa de mangas cumpridas, acompanhada de saia longa com babados; nas mãos segura algo não claramente visível, provavelmente, como indicou Bruno Bacelar, papéis impressos com a letra do hino ao 13 de Maio e na cabeça um pano amarrado de uma forma que remete aos turbantes africanos.

Em depoimentos coletados para a pesquisa, os entrevistados afirmaram que, cotidianamente, Rogaciana vestia-se de modo diferente das demais pessoas que residiam no centro histórico da cidade. Segundo a professora aposentada Joana:

[...] eu me lembro muito das roupas, eu achava bonita, as roupas, aquelas roupas bem ... estampadas, com aquela blusa branca, com aquele [...] parecendo um xale assim de lado, amarrado. E eu achava muito bonito. E um chinelinho que eu achava lindo! O chinelinho. Era, assim, era um [...]Tipo esse mule, hoje. É o chinelinho era assim que ela usava; preto com fundo, na frente fechado e atrás aberto [...] (Entrevistada Joana, 2022).

Para o sapateiro Clementino, as roupas de Rogó também chamavam a atenção: “Era ... era ... cê num vê aquelas baiana de Salvador? Era daquele jeito a roupa dela. Era

⁷⁵ Luiz Soares Palmeira, o Padre Palmeira, foi o fundador, em 1940, do primeiro colégio ginásial da cidade - o Ginásio de Conquista. Além de reconhecido pelo papel destacado na educação conquistense, envolveu-se com a política e se elegeu vereador pela União Democrática Nacional. No período de 1959 a 1963 foi deputado estadual. Em 1963, tornou-se Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Faleceu em 1988. Fonte: Viana (1982, p.230-231, volume 1).

...[...] Branca! E ... com aquele “lenção” marrado na cabeça. Ela era uma “véa” charmosa!” (Entrevistado Clementino, 2022).

O jornalista e biógrafo de Maria Rogaciana, Bruno Bacelar, em uma crônica, descreve a indumentária usada por Rogó nas festividades do Treze de Maio: “A recordação do Treze de Maio, em Conquista, é suave e simpática, trazendo-nos a lembrança de Maria Rogaciana da Silva, de vestido branco, rendado, e torso novo na cabeça[...]”⁷⁶

O depoimento de Aurora apresenta algumas informações sobre Maria Rogaciana a quem conheceu quando criança, uma vez que a casa da professora Cota, em que essa morava ficava na mesma rua da casa do seu avô, o Coronel Zeferino Correia.

Conheci Rogaciana muito. Ela morava com a professora Maria Leal que tinha o apelido de Cota, professora Cota. E era vizinha do meu avô Zeferino, na rua Zeferino Correia. A casa era vizinha [...] Era uma mulata entendeu? Mas não era feia, era uma mulata até bonita [...] (Entrevistada Aurora, 2022).

Aurora, classifica Rogaciana como mulata, fazendo questão de complementar que não era “feia”. A forma como se expressa faz parecer que existiria uma associação entre “mulata” e “feióra”. Maria Rogaciana, no entanto, apesar de ser mulata, seria em suas palavras “até bonita”, ou seja, uma exceção. Não deixa de ser surpreendente, perceber-se, por meio da análise dos discursos, o quanto nosso olhar ainda é eivado pelos padrões estéticos hegemônicos, originários do período colonial e, portanto, com raiz no eurocentrismo e que expressam o regime de representações racializadas que ainda circula no Brasil.

A depoente Aurora também revela como as roupas de Rogaciana fugiam do padrão de moda considerado “normal” para os anos 1940, 1950. “[...] É ela era uma estatura média, não era alta não; vestia uns vestidos cumpridos, entendeu? Andava assim, andava de bata!” (Entrevistada Aurora, 2022). E a depoente, pertencente à tradicional família da cidade, prossegue lembrando as roupas usadas por Rogaciana, demarcando as diferenças que percebia: “Eram diferentes, diferentes das nossas roupas né? O tipo de roupa de ... as saias rodadas e com as batas, entendeu? Do tempo da escravidão, aquelas

⁷⁶ Jornal *O Sertanejo*, Crônica da semana – 13 de Maio de ontem, número 596, 15 de maio de 1976, p.2, Arquivo Municipal de Vitória da Conquista. O jornal semanário tinha como um dos colaboradores Bruno Bacelar, foi fundado em 1962 e era, de acordo com a Revista Histórica – 100 anos de Jornalismo em Vitória da Conquista (2011, p.46-47), apoiado pela UDN, liderada por Gerson Sales e Edvaldo Flores. Nas eleições de 1962, a UDN contrapunha-se à frente ampla de oposição, liderada por Pedral Sampaio e constituída pelo PSD, brizolistas e PCB. Assim, de acordo com a Revista Histórica, o jornal e a UDN seriam expressões políticas de grupos de direita, simpáticos ao Golpe de 1964.

roupas do tempo dos escravos” (Entrevistada Aurora, 2022). Aqui, fica claro uma espécie de fronteira social entre “as nossas roupas”, certamente, as usadas pelas moças de famílias ricas e que comandavam a cidade e que, possivelmente seguiam um estilo mais europeu e /ou americanizado de moda e as roupas usadas pelas mulheres descendentes de escravizados.

Nas entrevistas ficou bem nítida a percepção da diferença por parte dos depoentes. As roupas chamavam atenção por destoarem da moda dominante que seguia padrões europeus e depois, americanos. A roupa de Rogaciana pode ser vista, de acordo com os discursos, como uma espécie de bandeira que simbolicamente a diferenciava das demais mulheres com as quais convivia, oriundas em grande parte das famílias tradicionais. Essa demarcava uma fronteira, uma alteridade que, ao que parece, ela fazia questão de ostentar. O que isso pode indicar? Que apesar de, aparentemente, ter aderido ao universo social e cultural dos grupos mestiços, pretensamente embranquecidos que dominavam a cidade, Rogaciana identificava-se como negra? Em certa medida, pode-se afirmar que seu corpo era um território de afirmação da negritude? A roupa que cobria esse corpo negro pode realmente ser vista como um desejo de distinção?

Perguntas complexas e impossíveis de serem respondidas. Mas o que surpreende é a perspectiva de se pensar que Rogaciana, apesar de se identificar e esforçar por fazer parte de uma “comunidade imaginada”, rica, poderosa, embranquecida, não adere totalmente aos padrões e valores que identificam essa comunidade como a forma de se vestir inspirada naquilo que se considerava civilizado e evoluído. A roupa que usava inspirava-se, na indumentária de origem africana.

Interessante refletir sobre o discurso de Aurora quando ela diz que as “roupas dela eram diferentes das nossas”. Aqui é muito perceptível a ideia de que Rogaciana apesar de ser querida por muitos, prestigiada nas festas, admirada pela iniciativa não era vista por todos como uma igual. Uma mulher negra, pobre, migrante, trabalhadora doméstica, podia frequentar a alta sociedade conquistense, se continuasse a preencher os pré-requisitos: civismo, honestidade, gratidão, sociabilidade, mas constantemente era vista como alguém diferenciado, uma *outsider* incorporada à comunidade tradicional.

A professora Joana, fornece um relato detalhado da passeata de Rogaciana, uma vez que, além de Rogó frequentar a residência de sua avó, a depoente presenciou e chegou a participar do ato:

Oh, quando eu ... era pequena, eu devia ter assim ... 8 anos, mais ou menos [...], eu era da Cruzada Eucarística, a Cruzada Eucarística era um

grupo [...], de meninas que ia de 8 anos mais ou menos até mais ou menos uns 15, já ficando assim mocinha, aí saía da Cruzada, que era chamada, chamava Cruzada Eucarística. Era, era dirigida e comandada por D. Geraldina. D. Geraldina era uma senhora muito religiosa que morava ... do lado da catedral [...]; E aí, no dia 13 de Maio, dia do, da abolição, era uma festa “Para Rogaciana e de Rogaciana”! Era pra ela e dela, sabe? Por que? Como era a festa? A festa era assim: Ela, antes da festa, ela ia nas casas das pessoas amigas dela e pedia donativos pra fazer a festa. Você ... donativos ... podia ser ovos, manteiga, leite, o que ... assim esses donativos e dinheiro também; por que ela fazia uma senhora festa. [...] (Entrevistada Joana, 2022).

E o relato prossegue:

Ela: [...] Ela se vestia toda bonita; por que ela era ... ela não era, num sei se ela era filha ou neta de escravos ... mas ela já nasceu, já livre. E ela, ela morava com uma senhora que era professora, D. Maria Leal, que tem até um escola, Maria Leal, que era chamada ... é ... a ... os alunos assim, com carinho, chamava ... Cota, D. Cota ou tia Cota. Ela foi professora de minha mãe, Maria Leal. E aí ... ela fazia essa festa e a, a Cruzada ia; a Cruzada ia assim, na frente, toda arrumada, a Cruzada, todo mundo de roupinha branca, de ... sapatinho branco, uma boininha branca, uma fita amarela, a Cruzada. E a, a banda de música, a banda de música, a orquestra, a banda, era uma banda de música, mas música de saxofone, é, é, muito bonita, organizada, era a banda, num era da polícia militar não. Era a banda de... Manuel Cruz, que era um senhor que tinha banda, que morava perto do cemitério (Entrevistada Joana, 2022).

É preciso lembrar que como as Festas se estenderam por aproximadamente três décadas, várias bandas se sucederam à frente das comemorações. Na efeméride, inicialmente, era tocado o hino de Brasil e o hino ao Treze de Maio, composto pelo maestro Francisco Vasconcelos em homenagem à festa. O jornalista Bruno Bacelar descreve Maria Rogaciana no cortejo “com a mão cheia de impressos do seu ‘Hino ao Treze de Maio’, a distribuir entusiasticamente, para que todos a ajudassem a cantar na sua apoteose à Princesa Redentora” (O SERTANEJO, 1976, p.2).

E Bruno Bacelar cita a letra do que, ao que parece, seria o hino ao Treze de Maio:

Vê-la nesse dia era véla transfigurada, à frente do cortejo cívico por ela organizado, vibrando de entusiasmo, a dar vivas ao 13 de Maio e à Princesa Isabel, a Redentora, e cantava com o coro que a acompanhava, dando lhe aplausos: “Ao Brasil veio uma Santa, / Bondosa, consoladora, / Princesa que o mundo canta, / Isabel, a Redentora, / Sempre belo, sempre forte, / Do Brasil o Pavilhão / Paneja de Sul a Norte, / Sem manchas de escravidão” E o coro repetia: “ Treze de Maio, luzeiro / Da sagrada redenção, / É do povo brasileiro / Sol de amor e de perdão. (O SERTANEJO, 1976, p.2).

No relato a seguir, os detalhes da banda, dos estandartes que para a entrevistada mais pareciam andores de santo, afirmando as características das comemorações que, em vários aspectos, remetia às procissões de cunho religioso, o que é compreensível diante da educação religiosa recebida por Rogó ao longo da convivência como trabalhadora doméstica na casa do Padre e depois na casa da filha Maria Leal. Mas o que mais chama a atenção na entrevista é a afirmação de que ela dançava.

Era tipo uma filarmônica. Era uma banda de filarmônica. Então eles iam tocando e ela ... tinha como se fosse mesmo dois andores [...], 4 pessoas levava o retrato de Rui Barbosa e da Princesa Isabel; todos enfeitados, todos enfeitados. Aí botava lírio, ficava aquele perfume, todo mundo queria ficar ... perto daqueles, daqueles dois tipos “santos” entre aspas. (risos) E assim, ela ia dançando, ela ia dançando: taram tam tam tam tam, taram, tam, tam, tam, tam, tam, ela ia dançando (Entrevistada Joana, 2022).

E Joana prossegue:

É. Ela dançava. Ia tocando e ela ia dançando [...]. Ela ia dançando, lembro como hoje; descia ali aquela praça ... da igreja, do lado de cá; tinha a prefeitura, que a prefeitura hoje era, era ali naquele lado, ela vinha bem dançando. Bem alegre. Ela era alegre! Saía esse cortejo, saía do salão paroquial. Aquele salão que hoje é ..., é ... D. Vital. Saía dali (Entrevistada Joana, 2022).

Um aspecto relevante foi apontado pela entrevistada Joana e que pode talvez expressar o desejo de alteridade, a despeito da superfície de civismo e formalidade que as Festas do Treze de Maio, em muitos momentos, assumiam: Rogaciana dançava na rua, fato que causava surpresa aos moradores da cidade. Além de expressar-se corporalmente por meio da dança, Rogó, segundo a depoente ia além: não admitia que mais ninguém o fizesse.

Como protagonista da festa, Rogaciana, não abria mão da centralidade que, ao que parece, acreditava ter direito nos eventos. O corpo à frente do séquito, a primazia de expressar-se por meio da dança deveria ser dela. O castigo pela infração de um código de conduta do cortejo – dançar ao som da banda filarmônica – era explicitado, seja pelo olhar de reprovação; pelo apelo para que D. Geraldina controlasse as crianças rebeldes que ousavam dançar ou através de uma punição física – um “beliscão”. Afinal, como afirma

o depoimento: “A festa era para Rogaciana e de Rogaciana”. E a entrevistada e complementa: “Ela era a rainha da festa” (Entrevistada Joana, 2022).

[...]Agora, se ela visse uma pessoa dançar, se fosse branca, ela passava o rabo de olho ... pra pessoa entender que ela não queria que dançasse; mas se fosse uma pessoa preta, ela dava um beliscão.

[...] eu tinha uma amiga do, da Cruzada; quando a gente não ia na, de Cruzada, que ia de vestido comum, ela conhecia todo mundo; por que na Cruzada, ela falava com D. Geraldina que tava, [...] dançando e que num era pra dançar; mas de outra roupa, ela conhecia a gente, por que, era ali ... só na praça, né? Conhecia todo mundo ... aí, ela fazia assim.

[...] E ... era bem interessante. Eu ficava assim, achando engraçado; eu me lembro de, dessa menina Ruth. Gostava! Enquanto ela andava na, pra frente, lá ia Ruth. Ela ia sambando e Ruth tam, tam (Joana indica que Ruth aproveitava pra dançar). Ela (Maria Rogaciana) virava pra trás e ... (Joana faz um som, como se fosse um beliscão) aí! (Joana fala como se estivesse reproduzindo as palavras da amiga Ruth): foi não; foi não! [...] (Entrevistada Joana, 2022).

Ao passo que Rogaciana, de acordo com a depoente, dizia: “Foi você! cê não sabe que só eu que sambo?” (Entrevistada Joana, 2022). Tais elementos levam a pensar que, talvez, não seria demasiado afirmar, que a corporeidade de Rogaciana, em alguns aspectos, expressava, simbolicamente, uma linguagem diferente daquela que ela, provavelmente, externava verbalmente e fisicamente no cotidiano, ao se identificar com a comunidade rica e não negra que residia no centro da cidade. Primeiramente, como foi exposto, pelo tipo de vestimenta que utilizava; e por fim com a atitude de dançar e defender para si a primazia do ato. Como afirma Joana a mensagem simbólica que a corporeidade dela parecia passar era: Eu organizo a festa, só eu posso dançar, a festa é minha! Isso pode indicar que, além dela se ver como única participante com a prerrogativa da dança, tal comportamento representasse uma afirmação de alteridade, a despeito do esforço por se adequar aos códigos e padrões vistos como civilizados e para fazer parte da “comunidade imaginada”.

A assertiva de Joaze Bernardino Costa (2020, p. 265), com base no pensamento de Fanon, ancora a reflexão acerca da corporeidade de Rogó, em alguns aspectos:

Um corpo que age, vê, fala, escuta, cheira e tateia deixa de ser um habitante da zona do não ser; portanto, é um corpo capaz de desenvolver um olhar ao outro imperial e hegemônico e localizá-lo também nas relações de poder. Em outras palavras, como corolário da afirmação da corporeidade negra descobre-se que o rei está nu. O corpo branco já não se esconde atrás do véu do universalismo, da objetividade, mas se apresenta também como um corpo particular, que constrói um mundo e

o interpreta a partir de um ponto de vista interessado (BERNARDINO-COSTA, 2020, p. 265).

À análise dos autores, nesse caso particular, além de “um corpo que age, vê, fala, escuta, cheira e tateia” acrescentaria também: Um corpo que dança, que expressa e exige primazia no ato de dançar e que, assim, em alguma medida, refletia um certo tensionamento com os corpos mais embranquecidos que buscavam invisibilizar as origens negras e indígenas e eram rigidamente enquadrados no modelo de comportamento e de expressão corporal considerado civilizado e eurocentrado.

Certamente, como afirmou Domingues (2012, p.273) nenhuma trajetória histórica pode ser vista como um projeto coerente e planejado, o tempo todo, muito menos a de Maria Rogaciana, mulher carregada de ambivalências, contradições, negociações, conflitos: Ao mesmo tempo que comemorava a Abolição, não caracterizava as celebrações como festas negras; mesmo quando buscava consolidar um lugar junto à uma comunidade não identificada com as africanidades, usava uma indumentária que remetia às suas origens africanas, ou seja, ao passo que queria integrar-se à comunidade que supostamente imaginava ser a mais adequada, pode-se conjecturar que não abria mão de externar sua individualidade e alteridade, por meio da dança e vestimenta. Da mesma forma que na vida toda, mesmo não tendo sido escravizada, era associada a esse lugar social. Em meio à luta pela sobrevivência, reconhecimento social, teria adotado como estratégia, a negociação de sua identidade em alguns momentos e em outros, talvez não seja demasiado inferir, expressava a tentativa de afirmá-la. A vida, assim, foi costurada por meio de intercâmbios, de negociações, de acordo com a situação, os desafios, as brechas que percebia na sociedade, os limites e as possibilidades existentes no contexto em que se inseria.

5.3 Dos estereótipos

Historicamente, um dos grandes desafios encarados pelas mulheres negras em Vitória da Conquista e no Brasil é enfrentar os estigmas existentes na sociedade racializada, decorrentes da fixação de estereótipos. Quando se reflete acerca da temática étnico-racial, a questão da estereotipagem apresenta-se inevitavelmente, ancorada nas “oposições binárias dos estereótipos raciais: preto/branco, intelecto/emoção, natureza/cultura” (HALL, 2016, p. 184).

Hall, ao refletir sobre os estereótipos conclui que:

Estes se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. [...] a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença” [...] implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável. Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente (HALL, 2016, p. 191).

Outra característica dos estereótipos apontada por Hall: “a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder. Este geralmente é dirigido contra um grupo subordinado ou excluído [...]” (HALL, 2016, p. 192).

Para o autor, os estereótipos padronizam os sujeitos históricos e determinam regras para o pertencimento a uma “comunidade imaginada”:

A estereotipagem, [...] é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o ‘normal’ e o ‘pervertido’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o ‘pertencente’ e o que não pertence ou é o ‘Outro’, entre ‘pessoas de dentro’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders), entre nós e eles.

A estereotipagem facilita a ‘vinculação’, os laços, de todos nós que somos ‘normais’ com uma ‘comunidade imaginária’; e envia para o exílio simbólico todos Eles, ‘os Outros’, que são de alguma forma diferentes, ‘que estão fora dos limites’ (HALL, 2016, p. 192).

Rogaciana vivia em uma sociedade em que indivíduos pobres de origem afro-indígena eram muito estigmatizados. O peso dos estereótipos, certamente, era percebido, sentido, nas experiências que teve ao longo da trajetória que percorreu de Jussiape – em que presenciou a venda dos irmãos como escravizados para o Sul cafeeiro – até a chegada na vila/cidade. Portanto é provável que tenha construído estratégias para deixar de ser uma migrante, uma *outsider*. Não se pode esquecer que a trajetória dessa mulher é marcada por trânsitos e pela necessidade de adaptações: da Chapada para o Planalto da Conquista; das camadas populares para os casarões da elite; da família negra para a comunidade considerada não negra, proprietária e controladora do poder político local.

A personagem em questão, luta ao longo da vida e também através da organização da festa da Abolição, para ser vista, aceita, nessa “comunidade imaginada”. Nas festas, consagra e renova o poder simbólico que adquiriu no Planalto da Conquista. Ela, uma mulher negra, forasteira, sem recursos financeiros, encontra brechas na sociedade através de negociações, arranjos, da notoriedade obtida na cena cultural da cidade com as celebrações da efeméride.

Hall (2016, p. 193) considera que as práticas representacionais e a estereotipagem carregam consigo um tipo de poder simbólico que implica na definição e exclusão do “outro”. Seria uma expulsão ritualizada do que é considerado diferente, estranho, fora do padrão. Assim, as sociedades racializadas, são atravessadas por representações e estereótipos existentes nessas, em função da força do racismo estrutural que “marcam, classificam, excluem” os afrodescendentes que não se enquadram nas representações dominantes que definem os padrões de civilização e progresso. “[...] Muitas vezes, pensamos no poder em termos de restrição ou coerção física direta, contudo, também falamos, por exemplo, do poder na representação; poder de marcar, atribuir e classificar; do poder simbólico; do poder da expulsão ritualizada [...]” (HALL, 2016, p. 193).

A trajetória de Rogaciana e as configurações das festas do 13 de Maio, constituem temática intrigante e a pretensão de analisá-la mobiliza mais dúvidas do que certezas absolutas. As reflexões de Stuart Hall ao debruçar-se teoricamente sobre a questão da cultura, dos desafios que os negros e negras enfrentam nas sociedades racializadas, ajudam a pensar sobre as práticas sociais dessa mulher, especialmente, a forma como se relacionava, de acordo com as evidências apontadas nas fontes, com os símbolos culturais associados às africanidades e com as outras pessoas de origem afro-diaspóricas da cidade. O autor afirma a importância de despir-se da perspectiva essencializada que atribui aos membros de um mesmo grupo racial uma natureza e forma de agir únicas. Nesse sentido, esse alerta que tanto as ideias racistas ancoradas em explicações pseudocientíficas, quanto visões essencializadas tem como argumento central a questão genética:

[...] somos tentados a usar ‘negro’ como algo suficiente em si mesmo
 [...] somos tentados, ainda, a exibir esse significante como um
 dispositivo que pode purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs
 desgarrados, que estão desviando-se do que deveriam estar fazendo, e
 policiar as fronteiras – que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e
 posicionais – como se elas fossem genéticas. [...] E não será surpresa
 para vocês que eu considere que ‘negro’ [...] Não é categoria de essência
 [...] (HALL, 2013, p. 384).

As ideias de Hall (2013, p. 384) contribuem para analisar a trajetória de Rogaciana por que um dos aspectos que dificultam a reflexão teórica sobre ela e as especificidades do Treze de Maio Conquistense, é o olhar essencializado que ainda insistimos em ter sobre negros e negras, a ponto de querer enquadrar as suas vivências e mais ainda como se todas as estratégias de sobrevivência e resistência que construíram se encaixassem em padrões homogêneos. O autor assevera que “Não há como escapar de políticas de

representação”, e assim, faz pensar que, na sociedade racializada, brancos e não brancos são afetados pelas representações que nela circulam. E isso, sem dúvida, expressa-se nas visões, comportamentos, arranjos, recriações e posicionamentos adotados, em conformidade ou não com as representações hegemônicas.

Ainda segundo Hall (2013, p. 385):

Não é somente para apreciar as diferenças históricas e experienciais dentro de, e entre, comunidades, regiões, campo e cidade, nas culturas nacionais e entre as diáporas, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro. A questão não é simplesmente que, visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças [...]. Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós, o seu ponto de profunda identificação subjetiva [...] (HALL, 2013, p. 385).

A implantação da República, não se fez sem a utilização de representações e estereótipos em torno da questão da nacionalidade e do tipo de sociedade e cidadão visto como ideais. As festas do Treze de Maio expressavam aspectos do nacionalismo brasileiro e elementos que se vinculavam ao debate sobre a identidade nacional e o papel que as manifestações culturais identificadas aos afrodescendentes e os próprios negros e negras teriam no projeto de nação em construção. Nas palavras de Carvalho (2012, p. 60), o ideal de República hegemônico, adotado pelo Brasil, no início do século XX, priorizava o ideal de pátria, nação, em detrimento ao de cidadania. Isso, certamente, trouxe implicações sociais e políticas para os egressos da escravidão e seus descendentes.

[...] Os conceitos de cidadania e pátria referem-se a maneiras distintas de inserção em uma coletividade, a estilos diferentes de lealdade. Trata-se da distinção que os clássicos da sociologia colocaram em termos de dicotomias, mas que hoje é vista como lados da mesma moeda. [...] De modo geral, todas estas dicotomias fazem predominar em um pólo os elementos afetivos, familiares, comunitários, cooperativos, espontâneos; no outro, os aspectos racionais, instrumentais, artificiais, individualistas, conflitivos. A ideia de pátria coloca-se nitidamente no primeiro pólo, enquanto a de cidadania, em sua versão liberal, fica no segundo. Pátria – o próprio nome o diz – é família, é sentimento, é integração, é comunidade. Cidadania é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses. [...] (CARVALHO, 2012, p. 60).

E José Murilo de Carvalho, assinala mais adiante:

A ênfase excessiva em um dos pólos pode inviabilizar o outro. O foco exclusivo em nação e pátria pode ser instrumento para coibir a manifestação do conflito, a defesa dos interesses divergentes e, portanto, o desenvolvimento dos direitos políticos e da sociedade política. Por outro lado, a pura confrontação de interesses, o racionalismo contratual liberal sem o cimento de uma lealdade mais ampla também pode levar à desintegração social e à inviabilização do próprio pacto. [...] (CARVALHO, 2012, p. 61).

Diante disso, é preciso considerar na análise das configurações históricas assumidas pela sociedade e cultura locais, os projetos de nação que predominavam nesse período. Com efeito, o ideal de branqueamento estava muito presente na sociedade e cultura conquistenses no início do século XX, constituindo-se um elemento sublinhado de maneira direta ou indireta nas narrativas presentes nas fontes. Acerca dessa presença marcante no campo discursivo local, parece interessante observar o quanto tal ideal refletia uma visão que se tornou uma representação prevalente não somente em Vitória da Conquista, mas no Brasil e em toda a América Latina.

Para tanto a obra de George Andrews (2007), constitui importante referencial. O autor (2007, p.151-152) destaca que, no século XIX, a América Latina e o Brasil vivenciaram um crescimento acentuado nas exportações, fornecendo matérias – primas e gêneros agrícolas para a Europa ocidental e os Estados Unidos, mergulhados na Segunda Revolução Industrial e marcados pela intensificação dos processos de urbanização. Na região, as mudanças não se restringiram à esfera econômica, trazendo consigo também mudanças políticas. No caso brasileiro, em fins do século XIX, a abolição da escravatura e o interesse em exercer um papel mais ativo na formulação das políticas nacionais contribuiu para que parte dos fazendeiros, aliassem-se aos militares em prol da supressão da monarquia e da proclamação da República. Tal contexto igualmente caracterizou-se pela chegada na América Latina de novas ideias raciais legitimadas pela ciência europeia e norte-americana. Os intensos contatos econômicos, comerciais entre a América Latina, os Estados Unidos e a Europa, favoreceram não só os trânsitos de mercadorias e capitais como também à penetração de ideias baseadas no racismo científico e no conceito de branqueamento. Nesse contexto histórico, os grupos politicamente e economicamente dominantes da região tomaram para si o desafio de, supostamente, transformar nações atrasadas em Repúblicas identificadas com o progresso e a civilização. Para tanto, o Brasil, bem como a América Latina teriam que “embranquecer -se”.

Mas como obliterar a ascendência racial latino-americana e promover a modernização e civilização? Um primeiro passo seria o estímulo à imigração vista como estratégia para o branqueamento e a europeização das nações da América Latina. Mas Andrews (2007, p.152-154) afirma que esse branqueamento deveria ocorrer não apenas do ponto de vista racial e demográfico. Era necessário branquear as sociedades latino-americanas também do ponto de vista cultural e estético. Destarte observa-se a presença dessa visão nas reformas urbanísticas empreendidas nos grandes centros brasileiros, a exemplo da capital de antanho – o Rio de Janeiro. As reformas urbanísticas não eram meramente estéticas, pois atingiam diretamente as populações urbanas pobres, constituídas em grande número por afrodescendentes que, após a abolição, migraram da zona rural para a urbana. Civilizar era, na prática, retirar pobres e negros das áreas centrais e nobres das cidades brasileiras. Em Conquista, a preocupação com o ordenamento urbano – as feiras, a limpeza pública, a transmissão de doenças, a contenção à vadiagem, à mendicância, aos comportamentos considerados dissonantes das regras estabelecidas pela moral e bons costumes - insere-se nessa visão e atinge frontalmente pessoas pobres e de origem afro-indígena.

No Brasil, ocorreu em 1930, a ascensão de Vargas ao poder cujo governo se apoiou nos militares, nas classes médias urbanas e no operariado. Andrews (2007) destaca que não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, nesse período, floresceram movimentos populistas, com base nos trabalhadores. Com isso, o autor ressalta que houve uma identificação entre a negritude e esses movimentos populistas. No caso brasileiro, embora Vargas não lançasse mão em seus discursos de uma retórica assentada em elementos raciais, a política Varguista, baseada no desenvolvimento e modernização econômica e na promoção de reformas sociais atraía os afrodescendentes, acenando-lhes com perspectivas de melhores condições de vida e de trabalho.

George Andrews (2007) analisa que o populismo centrava seu discurso na perspectiva de possibilitar ao povo brasileiro mais igualdade de classe e racial, oportunizando aos grupos subalternizados, excluídos, uma maior participação social, econômica e política. Com vistas a acessar recursos como a educação – concebida como condição central para a ascensão social rumo à classe média -, muitos afrodescendentes migraram, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, com suas famílias, para os centros urbanos em busca de melhores perspectivas de trabalho e mobilidade social.

O que interessa particularmente ao presente trabalho é a análise da questão da identidade nacional forjada pelo populismo. Em *A América Afro-latina*, o autor (2007)

afirma que, uma vez abandonado o projeto de branqueamento que sucumbiu especialmente após a crise da década de 1930 com a crise econômica e dos governos oligárquicos, ocorreu uma redefinição por parte dos governantes, dos intelectuais brasileiros, da identidade nacional. Essa passou a ancorar-se na mistura de raças, ao contrário da fase anterior que buscava negá-la. O discurso, passou, agora, a fundamentar-se na retórica do igualitarismo, da inclusão, da democracia política e racial.

No Brasil, comandado pelo populismo de base trabalhista, o autor sublinha que:

em vez da brancura como o ideal nacional, o pensamento da democracia racial exaltava a morenidade. E isso aconteceu não apenas nos conceitos de identidade nacional, mas também de identidade cultural nacional. Durante os anos de exportação, as elites regionais procuraram esconder e reprimir a música, a religião e a dança afro-latinas, mas a cultura popular de base africana provou-se impossível de erradicar. Durante as décadas de 1920 e 1930, os latino-americanos começaram a reavaliar essa questão e a realizar uma transformação cultural tão significativa, à sua maneira, quanto a transformação política do populismo. De suas posições anteriormente marginais, reprimidas e vergonhosas, as formas culturais afro-latinas tornaram-se símbolos e expressões centrais da identidade nacional (ANDREWS, 2007, p. 201).

Em suma, segundo Andrews (2007) a ideologia da democracia racial elegeu como ideal nacional não a branquidão mas a morenidade. Essa visão atravessava o conceito de identidade nacional e a questão cultural. Assim, a religião, a dança e a música de origem afro-latina deixam de ocupar um lugar marginal e são alçados a símbolos principais da identidade nacional e tornam – se ícones da cultura popular brasileira. Esse papel foi potencializado por meios de comunicação de massa como o rádio que popularizou artistas e gêneros associados às origens mestiças brasileiras. Tais símbolos de unidade nacional difundiram-se na cultura popular e os governos populistas buscavam associar-se a esses símbolos, estabelecendo mecanismos de controle sobre eles. Se, por sua vez, isso implicou na apropriação da cultura popular afro-latina pelo estado populista de modo a fortalecê-lo politicamente, por outro, essa cooptação converteu a cultura negra em uma cultura “nacional” desracializada.

No contexto abordado pela pesquisa, que corresponde às décadas iniciais da República até meados dos anos 1950, pode-se conjecturar que, sem a adesão aos símbolos e valores das camadas sociais de destaque na cidade e sem incorporar os ideais de nação divulgados como civilizados e progressistas, é provável que as festas de Rogaciana não assumissem a proporção que tomaram e, dificilmente, se tornariam símbolos culturais.

Rogó representava, com suas práticas e comportamentos, na identidade que construiu para si, enquanto mulher, católica, descendente de africanos e nos contornos que dava às festas, um padrão de nacionalidade considerado ideal.

As festas da abolição de Rogaciana, assim como as narrativas referentes à elas, reproduziam alguns ideais como, por exemplo, o civismo e também estereótipos dos negros e negras que eram associados à nacionalidade. Por isso, percebe-se que, em alguns momentos, algumas fontes referem-se à organizadora das comemorações como um corpo negro, envelhecido, fragilizado, associado, em muitos aspectos, não apenas o corpóreo, mas também na conduta, nos valores que expressava, aos estereótipos contidos na imagem simbólica da “mãe preta”. Em alguns relatos orais, destaca-se que ela se vestia com saias rodadas, xales, panos amarrados lembrando turbantes africanos; por conseguinte, a indumentária que usava em alguns momentos é apontada pelos entrevistados como parecida com a das “baianas”. A esse respeito, Seigel e Gomes (2002) ressaltam que tipos simbólicos como as “baianas” as “mulatas” vão ocupar no início da República, um papel de destaque na nascente cultura de massas, especialmente no teatro de revista, nos carnavais, nas canções da música popular, passando a representar símbolos nacionais:

[...] estes tipos seriam por décadas exaltados como elementos centrais da nacionalidade brasileira. Aqui a malícia da associação entre corpo feminino e gêneros alimentares típicos, elemento recorrente na tipificação feminina afro-brasileira, se encontra formulada claramente [...] (SEIGEL; GOMES, 2002, p. 181).

Os autores afirmam que:

[...] o termo “baiana” não está necessariamente ligado a algum espaço geográfico específico, podendo estar [...] diretamente relacionado à mulata que tantas vezes seria exaltada como símbolo da nacionalidade em espaços como o teatro de revista e a música popular (com direito às tradicionais metáforas alimentares). Isto faz emergir o fato de que ambas as figuras poderiam ser definidas tanto por performances corporais quanto por critérios de procedência racial e/ ou geográfica (SEIGEL; GOMES, 2002, p. 184).

No início do século XX, segundo Seigel e Gomes (2002) veículos de comunicação de massa, a exemplo do Teatro de Revista, ancorados na perspectiva da harmonia racial, difundiam a visão:

[...] de que algo que seria inerente aos afro-descendentes (“a cultura e as tradições negras”) seria fonte da mais pura e inatacável autenticidade nacional. A cultura daí derivada [...] era identificada como a cultura mais genuinamente nacional. Importante ainda notar que esta exaltação da “cultura negra” como “nacional” se dava tendo como pano de fundo a ideia de que o Brasil seria marcado pela boa convivência entre as raças (SEIGEL; GOMES, 2002, p. 187).

Com efeito, para Seigel e Gomes (2002, P.188-189) a imagem do Brasil como paraíso das relações raciais teria se estruturado no contexto de questionamentos às teorias eurocêntricas do século XIX. Nesse sentido, construções simbólicas carregadas de estereótipos como o da mãe preta, ao mobilizarem uma imagem paternalista, pacífica, seriam constantemente usadas ao longo das primeiras décadas da República como elementos definidores da identidade nacional. O jornal conquistense, *A Palavra*, em 1918, demonstra isso:

[...] Fiéis e dedicadas, as negras tomavam os filhos das senhoras para os amamentar e ficavam-lhes querendo, como se seus propriamente fossem. Eu mesmo tive a minha “mãe preta” amorosa e dedicada, já não existe, e d’aqui rendo a sua humilde memoria o preto de minha gratidão [...] (A PALAVRA, 1918)⁷⁷.

Na referida matéria jornalística, o discurso foi construído de modo a exaltar características como a fidelidade e dedicação das mulheres negras que, amorosamente, serviam como mães pretas, numa clara associação essencializada entre a raça negra e características psicológicas, morais, intelectuais. Destarte, a representação da “mãe preta” além da proximidade com o pensamento freyriano, indicaria também de acordo com Seigel e Gomes (2002, p. 189) a busca de símbolos tradicionais para amenizar o clima de incerteza e insegurança diante das, ainda incipientes, mas progressivas, transformações pelas quais o Brasil passava com o avanço da industrialização, da urbanização, do trabalho assalariado, que afetavam as relações sociais, especialmente nas questões de gênero, raça e classe.

Tais símbolos nacionais, ao serem acionados, contribuíam para a consolidação da nação como “comunidade imaginada” e para demarcar os papéis a serem exercidos por mulheres, pobres e afrodescendentes. A simbologia nacional difundida de modo hegemônico, nesse período “[...] lembra de modo evidente ideias associadas a Gilberto

⁷⁷ Jornal *A palavra*, 11 de maio de 1918, nº 45, p.1. Arquivo Ruy Medeiros (grafia original mantida).

Freyre, mostrando que a versão do caráter nacional fundada na ideia de democracia racial estava na ordem do dia para muitas pessoas na década de 1920 [...]” (SEIGEL; GOMES, 2002, p. 189).

Os autores Seigel e Gomes (2002, p. 189-190) analisam que a ideia de democracia racial não era encampada apenas pelos setores sociais constituídos por não-negros, vinculados por laços sanguíneos e/ou identitários à antiga camada senhorial, se fazendo presente também entre os afro-brasileiros que atuavam por exemplo no Teatro de Revista, jornalistas, leitores de jornais, clérigos, intelectuais e carnavalescos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assim, a imagem da mulher afrodescendente foi incorporada por muitos como representante do nacionalismo e da identidade sociocultural brasileira.

Em *O Combate*, na matéria intitulada: *O 13 de Maio nesta cidade – Optima comemoração* –, lê-se a esse respeito, evidenciando a força da representação da “mãe preta” na cultura nacional e suas ramificações locais:

[...] O orador oficial, nosso talentoso e sempre apreciado colaborador, dr. Raymundo Britto, fez o encanto espiritual da numerosa assistência, lendo à sua belíssima e empolgante ORAÇÃO A’ MÃE PRETA, leitura que mereceu os mais veementes aplausos. [...] (O COMBATE, 1931, p. 4)

Nas páginas de *O Combate*, aparece uma matéria interessante intitulada “Ganhou a preta velha”, assinada por Garcia Resende, em que se conta a história não se sabe se real ou fictícia de uma mulher, designada como “preta velha” que, de acordo com o jornal, fora uma “humilde empregada”, por 12 anos de uma instituição estrangeira, mas que, devido a uma doença, teve que faltar por cinco dias ao trabalho. Ao voltar ao trabalho, curada da forte gripe, constatou que fora despedida. A matéria afirma:

Mas não estava perdida a sua causa. Tinha para quem apelar pleiteando o reconhecimento do seu direito. Muniu-se da documentação necessária e compareceu ao órgão competente do Ministério do Trabalho. [...] E fez-se justiça: a preta velha voltou a seu emprego com toda a dignidade, no qual ganhava honesta e laboriosamente a sua subsistência. Teve contra ela poderosos patrões, com prestígio e influência na nossa camada social. Mas a seu favor teve o Estado na pessoa daquele funcionário com uma exata compreensão dos seus deveres e das finalidades humanas e altruístas da nossa legislação trabalhista. [...] Episódios como esse concorrem diariamente nos redutos da Justiça do Trabalho, acertando que nossa democracia social tem vitalidade para fazer o Estado funcionar como curador do pobre, do humilde, do pequeno, daquele que só tem a protegê-lo a lei. Um regime que pód salvar uma velha preta da exploração e da deshumanidade dos seus patrões é uma força em ação permanente na pratica do bem e do justo. Está dentro da historia (O COMBATE, 1944, p. 1).

Após 1888, é perceptível, gradualmente, no Brasil uma mudança com relação a forma como o trabalho era visto. Este deixa de ser associado apenas a pessoas de origem africana, à escravidão, de representar uma condição humilhante, vergonhosa e passa a ser exaltado como símbolo de progresso. Tal visão atinge o ápice durante os anos 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A criação das primeiras leis trabalhistas no país, o surgimento da justiça do trabalho, eram representados como elementos indicativos de um novo tempo: de um Brasil progressista, liberal, destacado pela boa convivência entre as raças.

Destarte, observa-se na matéria do combate um exemplo também de como a questão racial passa a ser abordada no pós-abolição de modo a representar o país como um modelo de civilização progressista em que os horrores da exploração escravista foram soterrados de forma pacífica e substituídos por um tipo de relação de trabalho que concedia ao trabalhador, especialmente aos afrodescendentes, um novo *status*, em que esse desfrutaria de dignidade, respeito, amparo estatal e possibilidades de ascensão social.

Na esteira dessas reflexões, talvez não seja demasiado afirmar que, assim como Sabina da Cruz, mais conhecida como Sabina das laranjas, foi representada pelos jornais, no Teatro de Revista, nos meios de comunicação de massa de forma geral, por meio de estereótipos e se tornou, no Rio de Janeiro, um símbolo da harmonia racial brasileira, reunindo em sua figura elementos estruturantes da imagem que estava sendo construída do país, apesar do diferente contexto, Rogaciana e as festas que promovia, também, em larga medida, passaram a representar símbolos de comportamentos, posicionamentos aceitáveis para os negros na sociedade local, de acordo com o caráter que se pretendia imprimir ao projeto de nação que se estruturava, assentado numa idealizada convivência harmônica entre negros, índios e brancos.

Contudo, conforme indicam as fontes sobre Rogaciana, apesar dos estereótipos associados às mulheres negras, e de toda a simbologia contida nas representações que esses encerram em si, certamente, o que entende-se ser mais relevante sublinhar na trajetória dessa mulher, seria como ela conseguiu, em muitos aspectos, ir além deles, e, acima da “baiana”, da “mulata”, da “mãe preta”, projetar-se como uma mulher que protagonizou sua história e a da cidade.

5.4 A fundação de uma tradição e o protagonismo de Rogó

A trajetória de Maria Rogaciana destaca-se por ser um exemplo de protagonismo feminino em uma cidade, pequena, conservadora, com poderes instituídos hegemônicos por homens, ricos e embora mestiços, distanciados social e do ponto de vista identitário das raízes afro-indígenas. Ela conseguiu afirmar-se na arena social como protagonista, guardiã de uma tradição histórica que figurava no calendário local ao lado de datas comemorativas consideradas relevantes como o 7 de setembro e o 15 de Agosto – Festa da Padroeira. Uma mulher negra, descendente de escravizados, pobre, migrante era quem ditava o compasso da festa e exercia papel de destaque na cena cultural conquistense.

As palavras de Clementino evidenciam a afirmação:

Aí, quando ela foi ficando velha, que num aguentou mais. Mas ela, ela tinha uma “assistência” fora de série, tinha, desses grandão aí! Era ... Regi Pacheco; dono da loja Bom Jesus que era, que era Rodriguim! O “véi” Cicinato tinha uma loja ali na [...] na nove de novembro, ali, na quina, descendo, [...] tinha, uma loja ali chama-se a Santa branca [...] Aí “adonde” é que era é, essa Praça da Bandeira, “adonde” é esse Mercado de artesanato era um, era um “mulunduzão” [...]; agora, o que foi que eles fizeram ... no dia sete de setembro de 1930 eles ... altearam a bandeira, 7 de setembro, ali, fez [...] um poste e botou a bandeira lá em cima; quando era feriado municipal, suspendia a bandeira; quando tinha a festa da “véa” Rogaciana, tinha a bandeira dela, suspendia também [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

Sem dúvida tal distinção é surpreendente e mostra que mesmo inserida numa sociedade racializada e preconceituosa em que as mulheres negras e mestiças pobres eram invisibilizadas e condenadas a trabalhos penosos e mal remunerados como quebrar pedras, carregar água, trabalhar em casas de família, Rogaciana ocupou um espaço de destaque na sociedade local, fazendo-se respeitada e admirada por muitos que ocupavam lugares no topo da hierarquia social.

As fontes escritas e orais são incisivas ao afirmarem o papel relevante de Rogaciana na sociedade e cultura conquistense, em grande maioria, num tom predominantemente paternalista e romantizado. Tais discursos, analisados isoladamente, mesmo lidos de modo crítico, não são suficientes para revelar as múltiplas faces dessa mulher. É preciso confrontar o papel desempenhado na festa, com as relações sociais que ela estabeleceu na cidade e com as experiências que vivenciou como descendente de escravizados, das lutas que travou para sobreviver como doméstica, sozinha no Planalto

da Conquista, tendo que construir laços não-sanguíneos de pertencimento; isso pode indicar que se tratava de uma mulher que não era ingênua, visto que fôra, na vida, atravessada por situações duras e sofridas e que sabia a importância do suporte da comunidade não negra, rica e que hegemonizava o poder instituído localmente para sobreviver e ter respeito. Algo que chama a atenção nos arranjos de sobrevivência estruturados por Rogaciana é a habilidade em se utilizar das boas relações que forjou para sair de um lugar de invisibilidade.

Rogaciana possivelmente compreendia, a seu modo, o quão grandioso era o lugar que conseguira ocupar na cidade: era conhecida, requisitada pelas autoridades e famílias tradicionais, fundara uma tradição ao celebrar a efeméride e era inserida no núcleo católico, elitizado e considerado não-negro. Por um lado, a falta de laços que a aproximassem da comunidade local identificada como negra e sem posses – provavelmente, em decorrência, em grande parte, da história de vida dessa mulher, migrante, separada da família – , e, por outro lado, a proximidade com essa outra comunidade, a fez adentrar num universo em que se via numa posição de distinção social, o que contribuiu, certamente, para aprofundar o distanciamento com os demais afrodescendentes pertencentes aos estratos sociais menos elevados.

A esse respeito, Clementino revela as relações sociais que Rogaciana tinha com as autoridades policiais e religiosas, o prestígio que possuía e que a distinguiu dos demais negros e negras pobres da cidade. Nas palavras dele, Rogaciana, em meio a tantos silenciamentos, era uma mulher que “tinha voz alta”, que “falava”:

[...] Tinha também, teve, aqui, um pessoal, que aqui o comando daqui, quem mandava em Vitória da Conquista, quando veio [...] o capitão João Antônio. Era ele e mais ninguém, todo mundo tinha medo! Só Rogaciana que nunca teve medo dele [...] ela era muito forte, nesse negócio [...], de prestígio assim; falava, ela, ela tinha voz alta; ela falava! E ... ninguém era contra ela por causa do Padre Palmeira! (Entrevistado Clementino, 2022).

Em outra passagem, Clementino prossegue detalhando o perfil dos convidados do baile de Rogó. No trecho abaixo, evidencia-se nitidamente no discurso do depoente o peso da distinção social ao usar a expressão “gente grande” para designar os convidados da parte fechada da festa: O prefeito, o padre, o sargento, enfim as autoridades administrativas, religiosas e responsáveis pela segurança da cidade.

“[...] lembro como hoje, o ... Tiro de Guerra era quem acompanhava a procissão dela; acompanhava a procissão dela; agora cê chegava, ela

tava, quando era noite, fazia aquela fogueirona! Aí cê chegava perto, se fosse mas eu, já tinha guarda ali; Sargento Sales; Padre Palmeira já tava lá dentro; Toninho Pedreira que era o prefeito, gente grande! [...] (Entrevistado Clementino, 2022).

Uma questão que se fez presente ao longo da pesquisa foi acerca da participação de Maria Rogaciana na política local, visto que, tinha relações próximas com coronéis, prefeitos, autoridades civis e religiosas. As festas de Rogaciana tinham uma dimensão política pois, sem dúvida, por essa ser uma pessoa conhecida, estimada por muitos, participar das celebrações do 13 de Maio, apoiar o evento com recursos financeiros, ser convidado para os bailes, demonstrava prestígio e isso levava os políticos a fazerem questão de comparecerem às festividades. Nas palavras de Vicente:

Na época que Maria Rogaciana fazia essa movimentação cívica, ela fazia questão de que o prefeito da época, que foram vários que participaram dos movimentos, lhe acompanhassem. Assim foi, com Gerson Sales⁷⁸, que foi duas vezes prefeito de Vitória da Conquista; também com Régis Pacheco que foi prefeito de Conquista e chegou a governador do estado, ah, Edvaldo Flores⁷⁹ e o último prefeito a acompanhar esses festejos cívicos de Rogaciana foi José Pedral Sampaio⁸⁰. Então ... todos esses desfiles, era indispensável, ela não dispensava de jeito nenhum, a presença do prefeito, mas não só o prefeito, todas as autoridades participavam desse movimento de Maria Rogaciana. E, ao encerrar, esses festejos, ela fazia uma festa, um baile né? um baile dançante, uma festa na prefeitura, no largo da prefeitura e depois então passou a ser numa área privativa dentro da prefeitura, onde ela ficava na porta, recebendo os seus convidados e não permitia que nenhum negro entrasse na festa (Entrevistado Vicente, 2022).

E reiteradamente esse afirma:

[...] Tanto assim que, todos, num teve um prefeito de Conquista, no período em que Rogaciana ... viveu e fez essas manifestações cívicas, num teve um festejo em que o prefeito não estava presente; Régis Pacheco, prefeito de Conquista, chegou a ser governador de estado,

⁷⁸ Gerson Gusmão Sales iniciou a vida política como vereador pelo Partido Social Democrático — PSD, chefiado pelo Coronel Deraldo Mendes, em 1935. Foi prefeito de Vitória da Conquista, pela primeira vez, de 1951 a 1955. Nas eleições de 1958, candidato pela União Democrática Nacional – UDN, travou acirrada disputa com Pedral Sampaio que era apoiado pelo PSD, liderado pelo Dr Régis Pacheco; vitorioso, governou conquista novamente de 1959 a 1963. Ver Viana (1982, p. 246-248, volume 1).

⁷⁹ Edvaldo de Oliveira Flores: Trineto de D. Faustina, filha do conquistador João Gonçalves da Costa, exerceu o cargo de prefeito de 1955 a 1958. Em 1982, ocupou o cargo de vice-governador da Bahia. Ver Viana (1982, p. 236-237, volume 1).

⁸⁰ José Fernandes Pedral Sampaio governou a cidade de 1963 a maio de 1964, quando, devido ao Golpe Militar, foi preso e afastado do cargo. Elegeu-se para um outro mandato que estendeu-se de 1983 a 1987. Ocupou o cargo de secretário de estado no governo de Waldir Pires. Ainda governou Vitória da Conquista mais um período de 1988 a 1989. Descendente de João Gonçalves da Costa, é considerado um dos maiores líderes políticos da história da cidade. Para mais informações, Viana (1982, p. 268 -270, volume 1) e Tanajura (1992, p.82-83).

enquanto foi prefeito de Conquista, durante todo o período, todos os anos tava lá ao lado de Rogaciana, acompanhando. Gerson Sales, a segunda maior liderança política de Conquista, o primeiro foi Pedral, o segundo Gerson Sales, durante os seus ... oito anos de prefeito, que ele foi ... prefeito com dois mandatos, estava sem ...inclusive, Gerson Sales era de família evangélica! E o movimento de Rogaciana era apoiado pela Igreja Católica, mas Gerson Sales tava sempre participando dos movimentos. O Padre Palmeira ... que foi o grande educador de Conquista, o Padre Palmeira ... ele estava sempre nos movimentos de Rogaciana (Entrevistado Vicente, 2022).

No discurso dos entrevistados, parece inequívoco as relações estabelecidas entre Maria Rogaciana e os políticos da cidade. Ela recorria a eles para contribuir financeiramente para as celebrações, os convidava para as passeatas, as sessões comemorativas e os bailes ocorridos no longo período no qual as festividades aconteceram. A presença deles oficializava a festa e legitimava o pertencimento social da organizadora junto à “comunidade imaginada”. Entretanto, com o passar dos anos, as festas consolidaram-se como marcos no calendário festivo de Vitória da Conquista e da região. E aí é que se pode inferir que teria havido uma espécie de inversão na relação entre ela e os políticos: o prestígio de Maria Rogaciana atingiu um grau tão elevado que, com o tempo, os políticos é que irão recorrer a Rogó para aumentar a popularidade e angariar votos. Indício disso é a presença de políticos de diferentes partidos, religiões, nas festas do 13 de Maio.

Para além de um julgamento simplista que poderia tentar interpretar a proximidade de Rogó com a comunidade não negra e elitizada como uma mera questão de interesse, pensa-se, como já exposto, que não seria arriscado imaginar que ela utilizasse essa comunidade privilegiada que se esforçava para ser identificada como parte integrante, como estratégia para obter alguma distinção, sair da invisibilidade e da subalternidade. A convivência duradoura com pessoas que ocupavam cargos administrativos e os grupos detentores da riqueza, trouxe-lhe *status*. Isso aparece de forma contundente, especialmente nos relatos orais sobre Maria Rogaciana. E, por outro lado, a projeção que adquire torna-se tamanha que, com o tempo, como já exposto, são os políticos vinculados às famílias tradicionais, às religiões de matriz europeia, que vão se acercar dela para aumentar a popularidade e o prestígio.

Na cidade, no início da década de 1930, o movimento integralista⁸¹ alcançou grande expressão e foi abraçado por membros considerados de destaque da sociedade local. Acredita-se que o principal fator de atração que o movimento exercia sobre essas pessoas, era o conteúdo extremamente conservador e moralista que encontrava eco na própria formação ideológica das elites conquistenses.

Vale ressaltar que, no Planalto da Conquista, o integralismo contou também com adeptos de origem social menos proeminente, principalmente trabalhadores rurais e moradores da zona urbana pertencentes às classes mais baixas. Além de sediar um expressivo núcleo de integralistas, a cidade chegou a ter um prefeito que era considerado o chefe local dos “camisas verdes” – Joaquim Fróis que governou de 1937 a maio de 1938, quando em função das repercussões da Intentona Integralista⁸², foi afastado do poder.

Entre os integralistas conquistenses, havia uma considerável participação feminina e católica. Por isso, uma hipótese que buscou-se investigar junto às fontes, seria a de uma possível adesão de Maria Rogaciana à esse movimento. Essa hipótese foi aventada porque destacava-se como uma das lideranças mais conhecidas do Integralismo, o nome de Cândida Silveira, que junto com Maria Rogaciana, figurava entre as mulheres fortemente engajadas nos eventos religiosos da cidade.

Em uma feira realizada no dia do Natal em benefício da Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, aparecem referências à Cândida Silveira e Maria Rogaciana da Silva como responsáveis pelas barracas, juntamente com outras senhoras. O jornal traz o resultado da feira em que a barraca de Cândida Silveira arrecadou 550,00 e a de Rogaciana 182,90 e informa que, no total, juntamente com as demais, essas atingiram o percentual de 3.697,20 (O COMBATE, 22 de janeiro de 1947, nº 14, p. 1). Outro exemplar do jornal relata sobre uma feira livre realizada em benefício das festas do Sagrado Coração de Jesus. A matéria destaca a instalação de várias barracas em frente ao

⁸¹ O Integralismo constituiu um movimento liderado por Plínio Salgado, que defendia, sob a inspiração do fascismo italiano de Benito Mussolini, a implantação de um governo autoritário, a existência de um partido único, a censura aos meios de comunicação e a submissão do indivíduo aos interesses da nação. O discurso integralista assentava-se no nacionalismo exacerbado, na adoção do lema *Deus, Pátria E Família*. A ação integralista brasileira (AIB), fundada em 1934, despontou na arena política e tinha como principais opositores os comunistas; contava, predominantemente, com o apoio das camadas médias, do alto clero, forças armadas e empresários. O sigma – uma das letras do alfabeto grego – era o símbolo dos integralistas, também conhecidos como *camisas verdes*.

⁸² A Intentona Integralista ocorreu em 1938, durante a ditadura do Estado Novo, implantada por Getúlio Vargas, quando os camisas verdes tentaram invadir o Palácio da Guanabara. A tentativa de tomar o poder de assalto, no entanto, não foi bem sucedida, e Vargas desencadeou forte repressão aos adeptos do movimento.

Cine Teatro Conquista, e indica os nomes das “senhoras” e “senhoritas” encarregadas como Cândida Silveira encarregada da barraca que comercializava comida e Rogaciana da que vendia café (O COMBATE, 1947, p.2).

Na tentativa de elucidar os possíveis vínculos que poderiam ou não relacionar Maria Rogaciana da Silva ao grupo de mulheres conquistenses adeptas do integralismo, interpelou-se o entrevistado Vicente que destacou:

Olha, o, o Integralismo sempre esteve de braços dados, naquela época, com a Igreja Católica né? Então, o Integralismo era um movimento político é ... que tinha os seus alicerces no catolicismo e D. Cândida Silveira foi justamente quem fundou em Conquista, o Integralismo, não é? D. Cândida Silveira era irmã de Dr. Crescêncio Silveira, um dos médicos mais importantes da História de Conquista, um médico caridoso [...] sua irmã, Cândida Silveira, D. Candinha, que era casada com seu Cazu, Coronel Cazu e ... um dos homens mais importantes naquela época também em Conquista; D. Cândida era uma mulher que estava muito à frente da sua época! Naquele período ela ... não só tinha uma posição política definida e com grande liderança política, como foi o caso que ela criou, fundou o Integralismo aqui em Conquista, como ela recebeu e hospedou Plínio Salgado, o fundador do, do Integralismo no Brasil [...] (Entrevistado Vicente, 2022).

O Combate (1935) informa também dados que revelam a presença dos Integralistas em sessões cívicas do 13 de Maio e que corroboram a percepção da importância política das festas da Abolição organizadas por Maria Rogaciana.

A's 14 horas realizou-se a sessão cívica no Paço Municipal, onde compareceram as autoridades municipais funcionário exma. famílias e grande massa de povo [...] o orador oficial dr. Sebastião Ramos, íntegro Promotor da Comarca, que produziu uma formosa oração, memorando e enaltecendo as personalidades que realizaram a abolição. Falaram em seguida o dr' juiz de Direito e os snrs. Prof. Euclides Dantas e Ivan Freire, os quais foram muito aplaudidos, sendo o último orador, integralista convicto, não perdeu o ensejo para fazer a propaganda dos seus ideais (O COMBATE, 1935, p. 4).

Qual sejam os vínculos que aproximam Rogaciana do núcleo de mulheres católicas, como D. Candinha, identificadas como Integralistas e da presença de representantes da Sigma nos festejos, é preciso frisar que as fontes consultadas não evidenciam a sua participação⁸³. Entretanto, a presença nas festas de políticos ligados ao

⁸³ Apesar de não ter encontrado indícios, acredita-se que essa investigação merece ser aprofundada uma vez que muitas mulheres católicas conquistenses participaram do Integralismo e o acesso a outras fontes pode trazer informações importantes.

Partido Social Democrático – PSD como Régis Pacheco; à União Democrática Nacional – UDN, como o Padre Palmeira; ao Integralismo – AIB, representado por Ivan Freire e Cândida Silveira, de simpatizantes do comunismo como o poeta Camillo de Jesus Lima, ilustram o universo político efervescente existente nas décadas de 1930 e 1940 na cidade e em torno da figura dessa mulher e das festas do Treze de Maio.

Além da participação dos políticos representando partidos e movimentos políticos, nas sessões cívicas do Treze de Maio o nome de Getúlio Vargas era constantemente exaltado pelas autoridades responsáveis pelos discursos oficiais, como símbolo nacional:

[...] o orador oficial da mesma, nosso colaborador e confrade Arlindo Rodrigues⁸⁴, produziu uma belíssima peça oratória. Falou também o prof Euclides Dantas⁸⁵, diretor do internato. O seu discurso, sempre aplaudido pela assistência, foi um hino de fé ao regime e ao Dr. Getulio Vargas. [...]

Cantado o Hino Nacional, foi encerrada a sessão. Digna de nota era a vibração da assistência, quando alguns dos oradores referiam-se ao nome do grande Presidente Vargas.

Ao anoitecer, foi suspensa a sessão tendo lugar uma passeata. A’ noite, num edifício da Praça 15 de Novembro, realizou-se um animado baile que se prolongou até o amanhecer do dia 14 (O COMBATE, 1938, p. 4).

Certamente, a análise do papel político de Rogaciana, assentada nas fontes, comporta várias interpretações. É provável que, para muitos, essa pode ser vista como alguém que foi usada pelos homens que comandavam a cidade para conquistar o apoio dos eleitores. Sem dúvida, em alguma medida isso pode ter acontecido. Mas acredita-se que também deve ser considerado que ela também pode ter barganhado seu prestígio social como forma de legitimar os vínculos com tais grupos que hegemonizavam o poder político e econômico.

Ademais, é importante destacar que, a forma de agir de Maria Rogaciana não pode ser vista como um projeto racionalmente planejado para ocupar um lugar de destaque

⁸⁴ Arlindo Rodrigues, um dos oradores, governou o município de 1933 a 1936. Ver Tanajura (1992, p.80).

⁸⁵ Euclides Dantas (1888 – 1943) também era um orador presente nas sessões cívicas do 13 de Maio. Ele foi professor e intelectual renomado em Vitória da Conquista. Conhecido como professor “Tidinho”, fundou o Colégio Brasil e o Educandário Sertanejo e dirigiu o Colégio Marcelino Mendes. Também foi redator dos jornais *A Conquista*, *A Notícia* e *O Combate*. Além disso, destacou-se como escritor de livros, peças teatrais, poemas e é autor do Hino de Vitória da Conquista. Euclides Dantas perdeu a visão, e por isso no final da vida ditava as produções literárias que fazia. Para homenageá-lo, a Escola Normal, construída em 1952, após sua morte, recebeu o nome de Instituto de Educação Euclides Dantas. Ver Viana (p. 446-450, volume 2).

social. Ela, provavelmente comportava-se de acordo com as experiências que teve ao longo da vida; a educação que recebeu da família, do padre Muniz; a convivência com a professora Maria Leal e demais pessoas da elite conquistense; as vivências nas missas, procissões, novenas, comissões de organização de quermesses, festas da padroeira. A visão de mundo, da abolição, da nação, as relações sociais que construiu, partem dessas experiências. O que não apaga a habilidade de estabelecer alianças dessa mulher, a maleabilidade para adaptar-se às regras do jogo social, a inteligência de movimentar-se explorando as brechas da sociedade racializada e adquirir poder, apesar das barreiras impostas pelas questões de raça, gênero e classe. Tal leitura recoloca Rogaciana em outro lugar: não de “pobre vítima” das estruturas, “mulher negra, manipulada por homens envolvidos com a política e membros das tradicionais famílias conquistenses”. Destarte, ela pode ser reconhecida, com suas conquistas e contradições, enfim com sua humanidade, não de forma binária e maniqueísta – seja como heroína ou vilã –, mas como protagonista.

Com efeito, as celebrações eram organizadas dentro dos limites do permitido, e Rogaciana parece, a todo momento, tomar cuidados especiais para evitar qualquer tipo de contestação à República – tanto que, nas passeatas, o estandarte da Princesa Isabel vem acompanhado do estandarte de Rui Barbosa, ambos simbolizando respectivamente a Monarquia e a República –, de crítica à situação dos negros no pós-abolição, de reivindicação por direitos – o que talvez fosse expresso pela pouca participação de pessoas consideradas negras e pobres nos momentos privados dos eventos. Explicitamente, as comemorações não expressavam um caráter crítico, contestador, provocador. Entretanto, ao que parece, Rogó, amparada pela presença de pessoas que possuíam distinção social, realizava sim, anualmente, eventos de conteúdo político, em muitos aspectos não explicitado, mas a análise das festas leva a essa percepção. Com habilidade, ela trazia a luz um tema incômodo para conquistenses que, ou tinham pertencido à camada senhorial, ou eram descendentes dessa. E o fazia ancorando-se na presença desses grupos sociais, sem criticá-los, desafiá-los, mas deixando claro uma mensagem: a escravidão acabou, não podemos mais ser tratados, vendidos como escravizados, como aconteceu com membros da sua família. E mais, uma mulher negra, trabalhadora doméstica e não originária dos grupos economicamente dominantes, pode ser a dona da festa, ser a protagonista.

No caso em análise nesta pesquisa, o que surpreende é que os atos em si, as festas, se não foram organizadas por uma coletividade de negros e negras, tampouco foi um

grupo de origem elitizada que encabeçou a promoção desses eventos. Quem o fez foi uma mulher afrodescendente, trabalhadora doméstica que, certamente, até o fim da vida, teve que conviver com as feridas provocadas pelo preconceito racial, social e de gênero, mesmo com a notoriedade que conseguiu. Não se pode negar que as festas contavam uma versão da história brasileira, assentada, principalmente, no respeito e na gratidão a sujeitos históricos não negros e hierarquicamente considerados superiores – A princesa Isabel e Rui Barbosa – e que essa continha elementos simbólicos que legitimavam um ideal de nação assentado na ideia de democracia racial. Mas o que, ao que tudo indica, aconteceu no Planalto da Conquista, com as celebrações da Abolição foi a consolidação de um evento, uma festa tradicional idealizada por Rogaciana, mulher negra e pobre. Ela era a protagonista. O que sugere a força dessa mulher, o poder que arregimenta para si, a projeção social que alcança em detrimento a todas as adversidades que enfrentou diante do cruzamento de três questões importantes que atravessam sua existência: raça, gênero e classe.

5.5 A morte de Rogaciana foi uma festa?

E a morte de Rogaciana? Como foi descrita nas fontes? Configurou-se como um evento grandioso tal como as festas que promovia no 13 de Maio? O que simbolicamente representou o fim da vida dessa mulher para os Conquistenses? Diante de tantas perguntas, infelizmente, foram encontrados poucos indícios acerca da morte e do enterro⁸⁶.

A consulta às fontes jornalísticas informa que Maria Rogaciana da Silva morreu em 1956, aos setenta e quatro anos de idade. Após isso, o Treze de Maio deixou de ser comemorado em Vitória da Conquista. A festa perdeu aquela que era a principal protagonista. Os anos apagaram o papel de destaque que ela exerceu nas representações do Treze de Maio e na história da cidade. Entrementes, um fato a se destacar é que, nessa mesma data, em 1976, o prefeito Jadiel Matos batizou com seu nome uma escola localizada em um bairro popular da cidade, conhecido como Bateias⁸⁷.

⁸⁶ Tentou-se localizar no Cartório do 1º Ofício a Certidão de Óbito de Maria Rogaciana da Silva na esperança de descobrir algum dado importante, a exemplo da causa da morte, quem fez, providenciou o documento, mas, infelizmente, só se conseguiu a Certidão Negativa, que afirma não ter sido encontrado o assento de óbito.

⁸⁷ Tanajura (1992, p.82) informa que Jadiel Matos governou Vitória da Conquista no período de 1973 a 1977. Não encontramos nenhuma fonte histórica que apresentasse as motivações de tal escolha. Nos livros de atas da Câmara existentes no Arquivo Público Municipal, nada além de menções superficiais à criação

A iniciativa do ex-prefeito Jadiel Matos, no dia 13 de Maio, vinte anos depois do falecimento de Rogó, é um ato muito simbólico, que não pode ser menosprezado. A decisão de dar o nome a prédios e logradouros públicos demonstra uma intencionalidade política de eternizar uma memória. Quanto as razões que justificariam a decisão do prefeito Jadiel, em plena Ditadura Militar, de assim nominar a escola, essas podem ser de natureza diversa, com base em questões pessoais, políticas que, caso sejam localizadas as fontes, precisam ser abordadas com maior profundidade. Destarte, a escolha do nome de Rogaciana – cuja trajetória foi atravessada pelas políticas raciais e de gênero do período e exemplifica os conflitos e as negociações em torno da identidade local e nacional – ressalta a importância dessa mulher para Vitória da Conquista.

O jornal *O Combate* descreve o enterro como um evento humilde que em nada lembrava as comemorações que Rogaciana organizava, com grande presença de pessoas e discursos pomposos.

No dia 18 de novembro às 4 horas da tarde, morreu Maria Rogaciana da Silva. Sua morte não produziu bulha nem matinada. Seu enterro foi simples e com restrito acompanhamento. Isso não obstante, fechou-se com o desaparecimento da preta Rogaciana um dos capítulos mais vibrantes e mais belos da história do civismo em nossa terra. Durante dezenas e dezenas de anos, Rogaciana fez da celebração do 13 de Maio a razão de ser de sua vida. Foi uma lição ao indiferentismo ambiente, uma grande e nobre lição. De modo que hoje, o Executivo e o Legislativo Municipais estão na obrigação moral de, atendendo às exigências do povo de Conquista, dar o nome de Maria Rogaciana da Silva a uma das ruas da cidade. Manifestação modesta, mas justa e oportuna, a quem, como Rogaciana, foi mestra, entre nós, por décadas a fio, de reconhecimento e solidariedade. A mais humilde, pelo menos a mais humilde rua de Conquista, deve ter o nome de ouro da preta velha (O COMBATE, 1956, p. 5).

A descrição do sepultamento de Rogó aparece nos discursos de maneira controversa. Diferentemente do relato do jornal, Clementino narra o acontecimento sob outra perspectiva: “[...] Foi três dia, a cidade fechada; Três dia de luto; lembro como agora! Fechou a cidade, os comerciante fechou três dia, cada uma loja dessa aí, chegava, a loja era pouca, “cê” chegava, “tava” uma fita preta no porta, luto da “véa” Rogaciana” (Entrevistado Clementino, 2022).

Em outro depoimento, prestado por Joana, a morte de Rogaciana se mistura com a vida, simbolicamente representada pela infância, pelos pessegueiros – representando a

da escola. Provavelmente, o acesso ao discurso de inauguração e à entrevista a membros da família poderia esclarecer melhor tal questão.

natureza com seus ciclos de nascer, crescer, reproduzir e morrer. Sem dúvida, a alimentação ajuda a estruturar as identidades culturais de um povo e, ao mesmo tempo, constituem uma expressão dessas identidades. Os fatos históricos marcantes da história de vida dos seres humanos, são associados a imagens, cheiros, gostos. O relato a seguir expressa isso de forma contundente: Nele, a entrevistada lembra o dia do enterro de Rogaciana, ocorrido em 18 de Novembro de 1956 e que, segundo a entrevistada, repercutiu em toda a cidade. Embora não tenha ido ao enterro, esse acontecimento, na memória da entrevistada tem cheiro e gosto de pêssegos, colhidos no quintal da avó Fausta⁸⁸. Local, certamente, frequentado por Maria Rogaciana, nas visitas que fazia à família da entrevistada e que eram ansiosamente esperados pelas crianças por causa dos biscoitos que ela trazia para os moradores da casa.

Então minha avó não deixava a gente ver enterro, assim, não deixava a gente ver enterro de anjo; morria ... morria muita criança antes de 1 ano aqui em Conquista; morria demais! Aí de ... de difteria ... mesmo de ... aquele mal de 7 dias ... essas coisas assim que hoje não morre mais porque a higiene tá [...] bem né? Então minha avó não deixava a gente ver enterro de gente grande ... e, não vendo enterro de gente grande, quando Rogaciana morreu, também não deixou a gente ver.[...] Aí como a gente não foi pro enterro ... aí eu e meus irmãos e minhas primas e ... meu primo, nós ficamos no quintal, que a casa da minha avó tinha um quintal grande, e ... [...]; tinha uns pés de pêssego, mas num é esses pêssego amarelo não, aquele verde, grande. E a gente ficou subindo, subindo nos pés de pêssego, tinha quatro pés de pêssego e comendo pêssego, que tava maduro, comia maduro e os que tava meio verde, a gente comia com sal. E por não [...] mastigar direito, que a gente queria comer era muito e não mastigava direito, eu tive uma indigestão de pêssego, que tive febre, quase morro [...] Aí [...] os meninos falava: Oi, mas ninguém falava né? Isso tudo é pra vizinha, minha vó ... que ficava na maior preocupação quando um neto adoecia [...] aí ela ficou tão agoniada ... aí meu outro primo, todos, fala: isso tudo é pra vizinha Fausta vê! que num deixa a gente vê o enterro de Rogaciana. [...]
(Entrevistada Joana, 2022).

E a entrevistada prossegue discorrendo sobre as memórias do enterro:

[...] Foi ... na cidade toda! Foi um enterro grande; foi um enterro ... aí voltaram, contando as novidades do enterro; aí que a gente ficava ... e eu já com a barriga desse tamanho assim ... (risos) e contando as, as coisas, que tinha tanta gente; tinha dr. num sei quem; tinha num sei quem;[...] a cidade inteira, a sociedade, a alta sociedade, a baixa

⁸⁸ D. Fausta era a avó da entrevistada Joana. De acordo com ela, Rogaciana frequentava a casa da avó localizada na antiga Rua do Ceci, atualmente Rua Lisboa, no centro de Vitória da Conquista e sempre levava biscoitos nessas visitas.

sociedade (risos), todo mundo foi e a gente num, num teve nem direito de ver (risos) [...] É, o enterro dela parou a cidade! Eu tenho a impres ... não lhe digo com certeza não, mas parece que até o comércio fechou [...] É por que [...] cidade pequena, todo mundo conhece, quando tem um enterro assim, todo mundo quer ir pro enterro né? E aí, eu sei que foi o enterro, passou, passou na igreja ... eu sei que passou, ficou na casa de Cota e depois passou [...], a igreja, benzeu o corpo e foi pro ... pro enterro. [...] Na Saudade! Foi ... naquele Cemitério da Saudade (Entrevistada Joana, 2022).

As versões do sepultamento de Rogaciana mobilizam diferentes repertórios representacionais, e não se pode afirmar com convicção quais das narrativas refletem de modo mais aproximado o evento. É provável que os relatos indiquem a perspectiva de cada um dos que o descreveram: para o jornalista de *O Combate*, é possível que representasse a morte silenciosa de uma tradição histórica, de um espírito cívico e patriótico; veladamente percebe-se no discurso presente no jornal, uma crítica à suposta reação apática, fria, da sociedade diante da morte de Rogó e de tudo que ela representava; O discurso de *O Combate*, ao que parece, aproveita a oportunidade para realizar uma crítica de conteúdo político ao executivo e ao legislativo municipais, acusando-os de “indiferentismo”, e cobra-lhes a atribuição do nome da “preta velha” Rogaciana a alguma via pública. Com efeito, é preciso considerar que esse jornal era vinculado ao populismo da era Vargas e ao Partido Social Democrático e que, portanto, fazia oposição ao prefeito de então, Edvaldo Flores, da União Democrática Nacional, como afirma *A Revista Histórica – 100 Anos de Jornalismo* (2011, p. 37).

Também é possível que, de certa forma, expresse o sentimento de que com Rogaciana, uma época estava indo embora, simbolizada pela redução do culto aos mortos, aos rituais de enterro e aos cemitérios; naquele período histórico, muitas transformações ocorriam, sinalizando um outro tempo, uma outra cidade, solapando antigas tradições, apagando figuras consideradas ilustres da história local. Essa percepção poderia estar associada a um toque de nostalgia diante das mudanças pelas quais Vitória da Conquista e seus habitantes passavam em meados da década de 1950, afetados pela expansão urbana e comercial, a chegada de imigrantes de várias regiões do Nordeste, atraídos pelas potencialidades econômicas da cidade, atravessada pela BR-116, o que a conectava com várias regiões do país, dentre outros aspectos. Tudo isso gerava alterações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Em *História da Morte no Ocidente*, Ariés conclui que a partir do século XVI, os membros das sociedades ocidentais ressignificam cada vez mais a morte, que passa a ser

associada a uma espécie de “transgressão que arrebatava o homem de sua vida cotidiana, de sua sociedade racional, de seu trabalho monótono, para submetê-lo a um paroxismo e lançá-lo em um mundo irracional [...]” (ARIÉS, 2003, p. 65). Para Joana, conforme a realidade ou a imaginação de criança, o enterro de Rogó teria sido um momento grandioso, com grande acompanhamento de pessoas e importância social, que gostaria de ter presenciado, mas que diante da interdição da avó era lembrado por, junto com os primos, ter possibilitado realizar travessuras e transgredir regras familiares; Em certa medida, subjaz, na visão da entrevistada, a ideia da morte que remete à análise de Ariés, apesar dos diferentes contextos históricos, como uma subversão da ordem natural da cidade, um evento extraordinário, que alterou o seu cotidiano, da família e de Vitória da Conquista. A transgressão representada pela morte de Rogaciana, induziria a uma outra: Se fartarem com os pêssegos do quintal da avó Fausta.

Na versão de Clementino, homem negro e de origem popular, seu discurso retrata sempre uma tensão, uma dubiedade entre as dores que o atravessaram ao experienciar situações de exclusão, a exemplo da tentativa frustrada de adentrar no baile da Abolição e, por outro lado, o reconhecimento, diante da morte de uma mulher negra empoderada, que ele acredita ter tido um papel de destaque na assinatura da Lei Áurea, capaz de fechar o comércio e parar a cidade; alguém que conseguira um lugar de destaque incomum na sociedade racializada de então.

Em toda a história dessa mulher, as atitudes e vivências eram controversas e comportavam múltiplas interpretações. O falecimento de Rogaciana também encetou várias versões. O que não se pode negar é que, com ela, morreu uma tradição histórica, uma vez que, o Treze de Maio deixou de ser comemorado em Vitória da Conquista.

Nas análises das representações acerca da morte de Rogaciana, uma fonte jornalística despertou a atenção. O poeta, jornalista e intelectual conquistense Camillo de Jesus Lima⁸⁹, nas páginas de *A Batalha*⁹⁰ abordou a questão racial no Brasil pós-1888, expressando a influência do pensamento de Gilberto Freyre, presente na década de 1950. No jornal, analisa as diferenças entre a poesia negra norte-americana e a brasileira, devido

⁸⁹ Camillo de Jesus Lima nasceu na cidade baiana de Caetitê, no ano de 1912, era filho do Professor Fagundes, profissional respeitado e poliglota. Mudou-se para Vitória da Conquista ainda na infância. Escritor, poeta e jornalista, era redator de jornais como *O Combate*, *O Jornal de Conquista*, *O Conquistense*, *O Sertanejo*, e *A Tarde*, de Salvador. Intelectual conceituado, vinculado ao comunismo, em 1964, foi preso por alguns meses pela Ditadura Militar. Faleceu em 1975, tendo deixado uma vasta produção. Fonte: Revista Histórica – 100 Anos de jornalismo em Vitória da Conquista (2011, p. 30).

⁹⁰ O jornal *A Batalha* circulou de 1952 a 1965 e foi fundado pelo jornalista José da Silva Guimarães, segundo Tanajura (1992, p. 241) e a Revista Histórica – 100 Anos de jornalismo em Vitória da Conquista (2011, p. 40).

às especificidades por ele apontadas no tocante aos contextos históricos existentes entre os dois países. Na matéria, ao escrever o seguinte trecho, referindo-se a um poema de Manoel Bandeira⁹¹, Camillo exorta os leitores a atentarem-se para a forma como a personagem central, “Yrene preta”, a “Yrene bôa”, “vai entrando no céu, sem precisar de pedir licença.” Afinal, segundo ele: “o alvíssimo porteiro sabe que ela tem direitos adquiridos como qualquer branco”, ou seja, para Irene entrar no céu, era preciso que o “alvo São Pedro” a recebesse. Um céu onde, certamente, só cabiam arpas angelicais, nunca tambores africanos.

E, em seguida, Camillo de Jesus Lima, reproduz no jornal o famoso poema de Bandeira.

Irene preta.
 Irene bôa
 Irene sempre de bom humor.
 Imagino Irene entrando no céu:
 – Licença, meu branco!
 E, São Pe'dro bonachão;
 – Entra, Irene, você não precisa pedir licença ...⁹²

Na visão do autor da matéria, Camillo de Jesus Lima, não existiria uma poesia negra brasileira no contexto em que vivia, porque, diferentemente dos Estados Unidos não teria havido no Brasil uma separação entre raças; contrariamente a isso teria havido uma irmandade entre elas. Dessa forma, para Camillo, o poema de Bandeira seria lembrado por, através do uso simbólico da representação de Irene como a “boa preta”, bem-humorada, não conflituosa, humilde, reproduzir a visão do Brasil como um lugar de democracia racial.

Uma das maiores homenagens feitas pós-morte à Maria Rogaciana, foi a do poeta e jornalista Iris da Silveira⁹³ ao dedicar-lhe os versos transcritos a seguir e que

⁹¹ Em artigo, a professora doutora Maria Heloisa Martins Dias destaca que o Poema de Bandeira – Irene no Céu (1973, p. 125), composto de maneira sintética, não pode ser visto de modo simplificado como uma mitificação da imagem do negro visto como dotado de virtudes cristãs que lhe assegurariam um destino celestial. A autora chama a atenção para o recurso da ironia que, segundo ela, seria um “traço característico da poética de Bandeira”, o que leva à necessidade do olhar crítico sobre o poema. Ver artigo “Irene no Céu”: Poesia e Racismo, da autora Maria Heloisa Martins Dias na *Revista Fim do Mundo*, n°4, jan/abr 2021, p. 310-311.

⁹² Jornal *A Batalha* de 05 de outubro de 1952, n° 8, p.6, matéria escrita por Camillo de Jesus Lima, intitulada *A Poesia Negra no Brasil*, encontrado no arquivo particular de Ruy Medeiros. Nessa matéria Camillo cita o poema *Irene no Céu* de Manuel Bandeira encontrado na obra *Estrela da Manhã*, 1936.

⁹³ Iris Silveira (1912–1980), nasceu na cidade de Fortaleza, hoje Pedra Azul, localizada no norte de Minas Gerais, região próxima à Vitória da Conquista. Era filho do médico Crescêncio Silveira. Veio para Conquista em 1917. Aqui se tornou fiscal do estado, elegendando-se como vereador por duas vezes. Destacou-se como jornalista e escreveu colunas literárias nos jornais *O Sertanejo* e *O Jornal de Conquista*. Fonte: *Revista Histórica – 100 Anos de Jornalismo em Vitória da Conquista* (2011, p.41).

demonstram o prestígio adquirido por ela entre representantes da intelectualidade conquistense:

Lá se foi Rogaciana para o céu!
 Exclamavam todos, naquela tarde de 18 de novembro de 1956.
 Realmente.
 Maria Rogaciana da Silva, Rogaciana ou, simplesmente, Rogó
 Foi-se embora para o céu
 Aquela imagem da gratidão e da sinceridade humana deixou de existir
 entre nós
 Desta vez, a mão oniciente do Eterno assinou, para sempre, a sua
 libertação
 E lá se foi Rogaciana para o céu!
 A Princesa Isabel está jogando pétalas de estrelas na estrada azul do
 infinito, por onde está passando a alma de Rogaciana.
 Na tribuna daquela nuvem que os olhos humanos não podem distinguir,
 Castro Alves está recitando, para Rogaciana, o mais lindo dos seus
 poemas:
 – Ode à gratidão [...]
 Rui Barbosa ajeita as lentes de sua inteligência eterna, para fazer-lhe a
 oração das boas – vindas.
 E lá se foi Rogaciana para o céu! [...]
 Rogaciana, agora, está no céu! ...
 Rogaciana deixou de existir entre nós
 O que podíamos dizer de sua vida, neste vale de lágrimas, todos
 sabemos
 Resta-nos, apenas, mandar ao seu espírito iluminado, numa alegoria da
 saudade, três palavras:

13 de Maio!

(O CONQUISTENSE, 1956, p. 6)

É inevitável, ao ler o poema do poeta Íris da Silveira em homenagem póstuma à Maria Rogaciana⁹⁴, não estabelecer um diálogo entre os dois poemas citados. Provavelmente inspirado na Irene de Manoel Bandeira, personagem central do poema publicado em 1936, quando da morte de Rogaciana, Silveira, em 1956, recorre às mesmas representações. Todavia o faz, sem o recurso da ironia utilizado por Bandeira, para saudar a “boa preta” de Vitória da Conquista.

Indiscutivelmente nas representações de Maria Rogaciana da Silva, a presença dos estereótipos se impõe, como se percebe no poema de Íris da Silveira. Ademais, é preciso

⁹⁴ A Professora Doutora Regina Ribeiro, na banca de qualificação deste trabalho, chamou a atenção para a semelhança entre os dois poemas citados, respectivamente de Manoel Bandeira e de Íris da Silveira. Ao lê-los, fica explícita a influência de Bandeira sobre o poeta conquistense. Isso fez com que, ao revisar as fontes encontradas, percebesse a importância dessa matéria do jornal *A Batalha*. Meus agradecimentos à professora pela gentileza de compartilhar a percepção.

considerar que os estereótipos informam mais sobre a sociedade que os produziu do que acerca dos sujeitos alvo do processo de estereotipagem. Estes acabam deixando de ser vistos de modo real e passam a representar ideais, valores e aspirações coletivos, reiteradamente reavivados por meio dos discursos.

Outrossim, o poema de Iris da Silveira – provavelmente inspirado numa percepção não crítica de “Irene do céu” de Bandeira – consagra, celebra e tenta eternizar essa memória de Rogó, a da “boa preta”, que adentraria livremente o céu com as bênçãos da Princesa Isabel, Rui Barbosa e Castro Alves. Nesse sentido, é preciso considerar que, ressaltar outros aspectos de Maria Rogaciana como a força, a habilidade de adaptação e negociação, as contradições, os influxos da sociedade racializada sobre suas visões e práticas, o protagonismo, não seria tão interessante para o ideal de cidade e nação que se pretendia construir.

A trajetória dessa mulher negra nos festejos e a maneira como era vista se relacionam com o período em que viveu, revelando aspectos relevantes da história de Vitória da Conquista e do Brasil. Pesquisar e refletir sobre essa história serve de alerta para questionarmos a influência das representações hegemônicas que fazem parte da cultura de cada contexto histórico, o papel que exercem na estruturação das identidades locais e nacionais e a possibilidade de trânsitos, releituras, negociações que, por sua vez, podem interferir no processo de produção e circulação de novas representações.

A história de Rogaciana e das festas do Treze de Maio revelam que, a necessidade de descortinar a multiplicidade da experiência humana, das formas de ser, viver e representar a realidade social, constitui um dos grandes desafios impostos aos historiadores, seja na academia ou nas trincheiras da sala de aula das escolas públicas brasileiras. Certamente, tal perspectiva constitui um caminho frutífero para analisar a formação do pensamento histórico, objetivo principal do ensino e aprendizagem da História no espaço escolar.

6 O BAÚ DE MARIA ROGACIANA NO ENSINO DE HISTÓRIA

[...] É o semba do mundo calunga
 Batendo samba em meu peito
 Kawo Kabiecile Kawo
 Okê arô okê
 [...] Vou aprender a ler
 Pra ensinar meus camaradas
 Vou aprender a ler
 Pra ensinar meus camaradas

Canção: Yáyá Massemba, Maria Bethânia –
 Brasileirinho

As pesquisas e tentativas de construir caminhos interpretativos sobre a trajetória de Maria Rogaciana da Silva e as festas do 13 de Maio, partiram de um objetivo desafiador: abordar um tema vinculado à história local, que possibilitasse, promover, em sala de aula, a discussão étnico-racial. Tal perspectiva foi perseguida diante do desejo de debater essa questão com os alunos e alunas, dada a relevância do tema, tanto para a escola, quanto para a própria sociedade, em face às configurações extremamente racializadas que as caracterizam.

A educação exerce um papel importante na formação das identidades de raça, gênero, classe, dentre outras, daí a necessidade de refletir sobre questões que estruturam a História brasileira, como as étnico-raciais, visto que essas atravessam a realidade de alunos, professores e funcionários da escola, cuja existência, certamente, foi afetada de formas diversas por essas problemáticas.

A sociedade brasileira é pluriétnica e pluricultural. Alunos, professores e funcionários de estabelecimentos de ensino são, antes de mais nada, sujeitos sociais – homens e mulheres, crianças, adolescentes, jovens e adultos, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais, integrantes de distintos grupos sociais. São sujeitos com histórias de vida, representações, experiências, identidades, crenças, valores e costumes próprios que impregnam os ambientes educacionais por onde transitam com suas particularidades e semelhanças, compondo o contexto da diversidade (GOMES; SILVA, 2011, p. 18).

A escola vem se reconfigurando enquanto território de disputa de visões, representações em que os sujeitos que a compõem, os movimentos sociais, as políticas públicas, lutam entre si, negociam, produzindo rupturas, continuidades, rearranjos. Por isso, é importante a realização de discussões pelo campo da educação que levem em conta a diversidade, o respeito e a igualdade. Nesse sentido, a professora e pesquisadora Maria

Auxiliadora Schimdt destaca a importância de o ensino de História considerar a relevância da categoria *interculturalidade* nos debates, reflexões e práticas.

[...] a História deve ter como finalidade ensinar que nós todos fazemos parte do mundo, e que nossa dignidade e integridade são tecidas coletivamente, em espaços e tempos diversos, nas relações de solidariedade com outras pessoas do presente e do passado. Uma aprendizagem histórica que leve em consideração a categoria da interculturalidade abre possibilidades para a perspectiva da autoconciliação e da reconciliação com o outro no mundo, em sua diversidade, no presente e no passado [...] (SCHMIDT, 2016, p. 21- 22).

Assim, Schmidt e Welle afirmam a necessidade de, dada a relação entre interculturalidade e o conceito de cultura, romper com a visão tradicional de cultura como algo homogêneo, natural e ahistórico. A esse respeito, analisam o papel das escolas e da sociedade no sentido de questionar a prevalência de uma visão de cultura ancorada no conceito de *culturas nacionais*, predominantes nos países da América Latina entre os séculos XIX e século XX na qual:

[...] Percebe-se a cultura nacional como sinônimo da cultura como algo permanente, em certo sentido, não como algo social, mas como algo natural e, sobretudo, ahistórica. Forma uma comunidade imaginada que mantém sua homogeneidade a partir dos seus traços comuns, para além dos conflitos sociais, políticos e ideológicos internos a cada sociedade, uma comunidade imaginada que não tem consciência de seu próprio caráter de ser uma construção social ou simbólica (SCHMIDT-WELLE, 2011, p. 43).

A visão predominante, por muito tempo, no Brasil, era de um país portador de uma cultura homogênea, resultante da convivência harmônica entre brancos, negros e índios. Dessa forma, esse seria um país mestiço que construiu a identidade nacional de forma pacífica, destituída de conflitos, hierarquias e diferenças. A escola reproduzia tal visão ao invisibilizar a discriminação racial que impregnava a sociedade e a ela própria.

6.1 As narrativas mestras e os desafios contemporâneos

Outrossim, é preciso considerar que o ensino da História do Brasil, à medida em que esse foi se estruturando enquanto nação, organizou-se em torno de narrativas mestras. Essas tentavam impor uma visão monolítica e homogeneizadora da História e da nação, desconsiderando as diferentes formas de se viver e entender os processos históricos.

Narrativa Mestra (CARRETERO; VAN ALPHEN, 2014) é como são chamadas as narrativas normalmente anunciadas por um Estado – Nação que tem como fim criar um sentido ao passado, presente e futuro de determinada comunidade com vistas a promover a coesão de diversos grupos no interior de uma mesma ideologia, contribuindo para a perpetuação de grupos dominantes. O lugar de propagação é variado; nesse bojo estão as propagandas anunciadas em revistas, televisão, internet e demais meios de comunicação/informação, na propagação de totens nacionais como a bandeira, o hino, ou então celebrações de datas cívicas, mas, o que mais nos interessa, na escola, no ensino de História (KLÜPPEL; CERRI, 2008, p. 19).

Decerto, o ensino de História, no século XIX e no início do século XX apoiava-se em narrativas mestras que desconsideravam os diferentes grupos que formavam a História nacional (índios; negros; mulheres; pobres; homossexuais; nortistas e nordestinos; seguidores de religião de matriz africana...). Além disso, não se reconhecia a diversidade de visões, comportamentos e práticas existentes no interior desses grupos, ao não analisar, por exemplo, as diferentes formas de ser negro e se entender, vivenciar e lutar pelo direito à liberdade e à cidadania.

Segundo Bodo Von Borries (2016), o ensino de História, na contemporaneidade, não tem mais como foco a recorrência a uma história canônica, preocupada em legitimar a nação, representada como uma *comunidade imaginada* e sim instrumentalizar o pensamento histórico dos alunos no sentido de compreender criticamente o contexto em que vivem, atravessado por várias questões, a exemplo da racial, e orientar-se temporalmente, de modo a posicionar-se enquanto sujeito pensante e protagonista da História:

Portanto, o problema do ensino de História, na época [...] da globalização e [...] era pós-Nacional, não é um cânone de dados para conservar e transmitir para a próxima geração da sociedade e suas subculturas (“população” em vez de uma “nação” mítica como uma comunidade “inventada/imaginada”), mas uma maneira de construir competências de pensar historicamente diferentes contextos (como raça, língua, idade, sexo, religião, cultura, região, classe, poder, riqueza, profissão, consumo, estilo de vida, mentalidade) (VON BORRIES, 2016, p. 175).

Indiscutivelmente, os estudos da História no Brasil têm passado por um processo intenso de questionamentos e renovação que a tem revestido de um caráter mais crítico e preocupado em dar voz aos múltiplos sujeitos históricos, sob a influência das discussões acadêmicas protagonizadas especialmente pelo campo do ensino de História. Não obstante, é preciso investigar a influência das narrativas mestras, as configurações e

reconstruções que ocorrem no processo de ensino aprendizagem, que se expressam nas narrativas produzidas pelos alunos, e que evidenciam a sua consciência histórica.

Segundo Regina Maria de Oliveira Ribeiro (2012, p. 17):

Para Rüsen a narrativa histórica, além de uma forma de representação do cotidiano e das formas de relação das pessoas com o passado, é também um elemento constituinte do desenvolvimento dessa forma de cognição. Logo, tem-se a compreensão que a aprendizagem histórica não é o “simples” acúmulo de informações, dados e conceitos, mas envolve as operações e procedimentos de elaboração do conhecimento histórico, a articulação das dimensões temporais, cujo objetivo é orientar a vivência humana nos processos de constituição identitária pessoal (história de vida) e coletiva (memória coletiva/história nacional e global).

Além disso, acerca da consciência histórica, Ribeiro (2012) ressalta que é preciso considerar que essa é constituída não só nos processos de ensino-aprendizagem ambientados na escola, mas também é estruturada por experiências e reflexões advindas da Cultura Histórica, categoria importante no pensamento rüseniano.

A cultura histórica é um conceito transversal ao de pensamento histórico e de consciência histórica, pois enquanto o pensamento histórico se desenvolve como reflexão sobre o “tempo vivido”, situando o sujeito no tempo, na “linha do tempo”, a consciência histórica se aprimora por meio desse pensar e da capacidade dessa reflexão responder às demandas e interesses dos sujeitos. A consciência histórica se aporta sobre um acúmulo de experiências e reflexões individuais e coletivas. Nesse processo de reflexão-ação, perpassam os produtos da cultura histórica (memórias, tradições, monumentos, comportamentos, representações históricas diversas) como resultados da consciência histórica e, ao mesmo tempo, sua matéria-prima (RIBEIRO, 2012, p. 106).

Após tais reflexões, ao considerar o foco da presente pesquisa, cabe a interrogação: *De que forma os lugares ocupados por negros e negras no pós-abolição e as questões étnico-raciais aparecem nas narrativas dos alunos?* Certamente, nessas, estarão presentes elementos da história nacional, decorrentes dos processos de ensino desdobrados na sala de aula, bem como representações que fazem parte da cultura histórica. O foco de interesse dessa abordagem é dimensionar como o uso das fontes relativas à história local e dos recursos mobilizados pelo material didático sugerido podem contribuir para a reflexão crítica sobre as narrativas tradicionais e para o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos.

6.2 A discussão histórica do discurso racializado

Ao propor a reflexão sobre as questões étnico-raciais e a elaboração de materiais didáticos que contribuam para a construção de outras narrativas acerca delas, em sala de aula, é preciso considerar tal tema numa perspectiva histórica. Percebe-se que, desde o final do século XIX, quando a crise do escravismo já era perceptível, as representações construídas sobre o Brasil baseavam-se na questão da mestiçagem. As teorias raciais, em moda na Europa, propagaram-se no Brasil em meados dos anos 1870, década em que se aprovou a *Lei do Ventre Livre*, indício inquestionável da fragilização do regime de trabalho escravista. Tais teorias foram amplamente difundidas em instituições de caráter científico, voltadas para o ensino e a pesquisa no Brasil. O modelo europeu de conhecimento e civilidade fundamentava a lógica dos discursos, das representações e práticas, refletindo-se não somente nas instituições, como também nos jornais e na literatura.

Na obra *O Espetáculo das Raças*, Lilia Schwarcz (1993) destaca que, para além da definição biológica, é importante refletir sobre como o conceito de *raça* foi interpretado socialmente. Com efeito, a autora, ao longo das páginas, dedica-se a analisar a construção e utilização política e histórica do discurso racial, e, assim, trata tal conceito, não como algo natural, biologicamente determinado e sim como algo permanentemente negociado e sujeito a múltiplas configurações e adaptações.

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

Destarte, segundo Schwarcz (1993), o discurso racializado cabia perfeitamente na justificativa das diferenças sociais. Mas, paradoxalmente, essa argumentação, ao mesmo tempo em que poderia servir para perpetuar sistemas hierárquicos colocados em xeque com o fim da escravidão, conduzia a uma visão negativa da mestiçagem, o que prejudicava a construção do projeto de nação que estava sendo estruturado. Para resolver o problema, a saída encontrada era adaptar as teorias científicas em moda na Europa ao contexto específico nacional, marcado pela miscigenação.

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mas interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

A construção do discurso racial, no final do século XIX, com as implicações históricas e políticas a ele vinculadas e as mutações que esse passou nas décadas próximas à abolição constituem uma temática desafiante, mas fundamental, para se entender a estruturação do edifício republicano. Ao se falar em *raça*, é preciso considerar a problemática que envolve esse conceito e o seu uso.

De acordo com Kabengele Munanga (2003, p. 5):

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana.

Não se pode esquecer que, historicamente, os conceitos de *raça* e de *racismo* legitimaram o processo de dominação imperialista encetado pelos países europeus no século XIX. As potências imperialistas estabeleceram hierarquias entre os povos, valendo-se para tanto de argumentações científicas questionáveis, baseadas em pressupostos biológicos. Também foram apropriados por ideologias nacionalistas – como o Nazismo – para estruturar projetos políticos baseados no extermínio e no desejo de supremacia.

O estudioso Sílvio Almeida ressalta, como, ainda hoje, o discurso racializado é usado politicamente para, nas relações de poder, legitimar a hegemonia de alguns grupos sociais sobre outros:

Ainda que hoje seja um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de *raça* ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Portanto, é necessário observar que, sem dúvida, existe uma complexidade na utilização do conceito de raça. Mas, apesar de a Biologia ressaltar que o conceito citado não tem bases científicas, e desse ser usado politicamente para segregar e até eliminar determinados grupos, este ainda tem uma centralidade, hoje, constituindo uma realidade social e política. Contraditoriamente, é usado tanto por aqueles que defendem a visão de um país miscigenado – e que por isso seria, portanto, avesso ao racismo – quanto por aqueles que, por outro lado, utilizam-no para defender o fim do preconceito e da exclusão dos negros. Fato inegável a se considerar é que, ao longo do tempo, o conceito assumiu novas configurações, ajudando inclusive a estruturar identidades – sendo assim necessário incluí-lo no debate histórico, seja na academia ou na sala de aula.

As palavras de Maria Clementina Pereira Cunha (2009, p. 17), na apresentação da obra *O Jogo da dissimulação*, provocam reflexões:

Não nego que haja alguma utilidade em repicar incessantemente a denúncia da origem e dos malefícios da ideia de raça, mas é equivocada, por outro lado, negar sua crescente importância e significado para aqueles que, num longo e nada fácil processo de ressignificação, construíram a partir dela uma identidade.

No Brasil, do pós-abolição, o tema racial não aparecia explicitamente em leis e medidas adotadas por um Estado que afirmava seguir os modelos liberais assentados na igualdade civil – princípio teórico que deveria conduzir os povos à civilização. Não obstante, ele prevaleceu, principalmente, na esfera pessoal, expressando-se no cotidiano, manifestando-se no senso comum e sendo usado para legitimar as diferenças e hierarquias.

Apesar das origens multirraciais e de possuir um expressivo número de descendentes de africanos de origem afrodiáspórica, a sociedade brasileira foi estruturada, desde os tempos coloniais, com base no racismo. Uma das características primordiais para a análise da questão racial, no Brasil, segundo Nilma Lino Gomes (2007), é a ambiguidade, presente em práticas e discursos ao longo da história. Essa ambiguidade faz com que o racismo se manifeste de forma velada, sutil, num jogo de luz e sombra que, porém, não impede que seja pautado na violência e opressão.

Nesse contexto, inscreve-se o mito da *democracia racial* brasileira, sistematizado nos anos 1930, cuja força ideológica tornou-se tão marcante que assegurou presença constante nas representações sociais das décadas seguintes. A força de tal mito exigia e ainda exige do professor, cotidianamente, um trabalho contínuo de discussão acerca das

questões identitárias; o enfrentamento das dificuldades de autorreconhecimento dos alunos e o estímulo à reflexão de que não há democracia racial no país, nem igualdade. Para Nilma Lino Gomes (2007, p. 102), o mito da democracia racial:

[...] parte da formulação apriorística da existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais omitindo e desviando o foco da profunda desigualdade racial existente em nosso país e dos impactos do racismo na vida dos negros e negras brasileiros.

Decerto, discutir as relações étnico-raciais e as práticas discursivas que as estruturaram, ao longo da trajetória histórica brasileira, constitui-se como demanda urgente. Por conseguinte, percebe-se, cada vez mais, o interesse pela análise do discurso racializado não apenas com foco no período em que a escravidão vigorou enquanto instituição nacional. Os trabalhos sobre o período pós-abolição, a análise dos rearranjos engendrados por esse discurso, das possibilidades de utilização do conceito de raça como fator legitimador da desigualdade e do impacto que isso teve na luta dos povos de origem afrodiaspóricas constituem um campo que tem despertado crescente atenção. Diante do exposto, a pesquisa e o produto pedagógico enfocaram o período pós-abolição, na esperança de, por meio da utilização na história local, articulada à história nacional, com ênfase nos contextos existentes no período abordado e nos discursos produzidos sobre Maria Rogaciana e os festejos do 13 de Maio, estimular o debate em torno das questões étnico-raciais, temática estratégica para aqueles que sonham com uma sociedade com igualdade e cidadania plena para todos.

6.3 Problematização em torno do 13 de Maio

A análise das festas da Abolição em Vitória da Conquista, exige a reflexão sobre as representações construídas sobre o 13 de Maio de 1888 e os fatos a ele relacionados. De acordo com José Murilo de Carvalho (1988), em matéria da *Folha de São Paulo*, escrita por ocasião do centenário das comemorações, predominaria ainda uma visão binária, dicotômica sobre a Abolição. A primeira visão encararia o 13 de Maio como o dia da libertação, em que a princesa Isabel, a “redentora”, concedeu a liberdade aos negros; enquanto que, os defensores de outra perspectiva encaram essa data como uma “enganação”, visto que a abolição da escravidão não teria promovido o fim da opressão aos negros. Por conseguinte, foi construído um discurso que elege outra data como a

verdadeira representação da trajetória histórica de lutas negras - o 20 de Novembro -, considerado o dia da morte de Zumbi dos Palmares, que foi alçado à data comemorativa mais relevante para os afrodescendentes. Além dessas duas visões, José Murilo de Carvalho destaca a existência de uma terceira via que seria a ressignificação do 13 de Maio, que deixaria de ser considerado uma dádiva para ser visto como resultante da pressão popular, especialmente dos escravizados.

As datas históricas têm o sentido que cada geração, ou cada grupo social, lhes dá. O centenário da abolição da escravidão tem dado margem a um grande debate em torno do sentido do 13 de Maio. Há hoje vários 13 de Maio competindo por corações e mentes. Há o 13 de Maio tradicional, o da princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. Trata-se de espécie em extinção. Sobrevive em cartilhas escolares, na fala de homens de governo e, queiram ou não os militantes negros, em setores populares da população negra. No pólo oposto, há o 13 de Maio maldito, o 13 de Maio engodo, empulhação, golpe branco contra o avanço da população negra. E espécie em ascensão. Foi gerado e expande-se especialmente dentro dos movimentos negros. Para substituí-lo na mitologia social, constrói-se outra data histórica, o 20 de Novembro, morte de Zumbi. Enfim, há o 13 de Maio crítico, espécie também em ascensão. O valor positivo da data é mantido, mas sob luz diferente. A ênfase deixa de cair sobre a ação da princesa, ou do governo em geral, e se transfere para o movimento popular, aí incluída a reação dos próprios escravos. Em vez de doação real, a data é vista como conquista popular. Tal versão germina nos meios acadêmicos envolvidos na revisão da historiografia da escravidão (CARVALHO, 1988, p 8-9).

A pesquisa e o produto pedagógico, ao propor a reflexão teórica sobre as festas do 13 de Maio, como reflete Carvalho (1988), partem desse pressuposto de que a abolição comporta várias visões. Sem dúvida, acredita-se que é preciso a todo momento, especialmente, aproveitando a visibilidade surgida por ocasião dessa data comemorativa, usar tal marco temporal para denunciar o tratamento dado pelo país aos povos de ancestralidade africana no pós-abolição. Igualmente interessante é a valorização do 20 de Novembro como data emblemática para a História da luta e resistência negra no país. O que parece questionável é invisibilizar o 13 de Maio em sinal de não aceitação da visão tradicional que o considera como resultante de um ato benemérito da Princesa Isabel. É preciso, cada vez mais, trazer à luz outras visões acerca do 13 de Maio, ressaltando o papel determinante que os escravizados, os negros e negras tiveram para tornar a abolição possível. O 13 de Maio foi uma conquista histórica destes e esse protagonismo não pode ser apagado. Portanto, o 13 de Maio e o 20 de novembro configuram-se, igualmente, como oportunidades estratégicas para dar visibilidade a essas outras narrativas históricas

que partam da perspectiva negra para explicar a história da abolição e da participação dos povos afrodescendentes na construção desse país no pós-abolição.

Carvalho (1988) prossegue pontuando aspectos que, até hoje, são alvo de discussões e análises, mas que, indiscutivelmente, tem que ser considerados pelos estudiosos da temática:

A primeira versão deve ser deixada morrer em paz. A segunda estabelece oposição falsa entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro, ao caricaturar o primeiro e mitificar o segundo. A terceira abre perspectivas de debates que me parecem mais promissoras se o problema negro for visto, como creio deve ser, como problema nacional e não apenas como dizendo respeito a minoria oprimida. Mas na revisão do sentido da data é preciso ir além da estéril dicotomia doação/conquista. É preciso explorar outros sentidos que tornem o 13 de Maio mais inteligível e mais relevante para os dias de hoje (CARVALHO, 1988, p.8-9).

Por fim, o autor conclui:

[...] O 13 de Maio não deve ser descartado porque teve sentido positivo. Não pode, por exemplo, ser comparado com as proclamações da Independência e da República a que o povo assistiu bestializado. O 13 de Maio foi o coroamento da primeira mobilização nacional da opinião pública, mobilização a que aderiram escravos, libertos, estudantes, jornalistas, advogados, intelectuais, empregados públicos, setores do operariado. Como tal, sua importância não pode ser ignorada. Mas, [...] em termos de resultados a abolição aboliu muito pouco. [...] (CARVALHO, 1988, p.8-9).

Certamente, o caminho mais fecundo ao abordar um tema vinculado à essa data, é o da problematização, de forma a analisar os fatos históricos que a condicionaram e os desdobramentos da abolição na existência de negros e negras sobre múltiplos ângulos, considerando os diferentes contextos históricos e os distintos projetos de inserção social dos ex-escravizados e seus descendentes. Outrossim, dentro dessa linha de pensamento, em *O Jogo da dissimulação*, a autora Wlamyra Albuquerque (2009, p. 97) aponta para uma perspectiva interessante, ao afirmar que:

[...] a abolição será aqui abordada não como uma conquista da liberdade irrestrita, nem como uma completa fraude, mas como ocasião de tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania da população de cor, [...].

Essas reflexões estimulam a pensar no quanto as festas de Rogaciana, em homenagem à abolição, eram atravessadas por representações da Abolição, dos negros e

negras e do papel que deveriam exercer na nação brasileira no pós-1888. Por isso, o produto pedagógico proposto não poderia deixar de trazer essas representações para o centro do debate.

6.4 As festas da abolição como lugares de pedagogia

Um fator importante a ser considerado seria a análise das festas da abolição sob a dimensão educativa, na medida em que esta divulgava representações, narrativas sobre o 13 de Maio e a questão racial. Por conseguinte, acredita-se que não é despropositado considerar que, tais eventos além de difundir, também contribuíam para produzir discursos e práticas sociais. Com base em tal premissa, parece oportuno considerar o que diz Stephanie Anderson (2017)⁹⁵ ao destacar o pensamento de Ellsworth:

Em *Places of learning*, Ellsworth (2005) baseia-se em percepções de encontros interdisciplinares [...] para distinguir o que ele chama de lugares anômalos de aprendizagem – espaços arquitetônicos, obras de arte públicas, experiências particulares em museus, paisagens urbanas mediadas, apresentações teatrais, entre outros – de centros de aprendizagem tradicionais com metas e objetivos curriculares específicos (ou seja, escolas) (ANDERSON, 2017, p. 38).

Em seguida, Anderson, ainda citando Ellsworth continua:

[...] a força pedagógica desses lugares anômalos não reside apenas em seu conteúdo ou capacidade de representação, mas também através de seu “apelo a processos não cognitivos, não representacionais e eventos de mentes/cérebros/corpos, configurando o tempo e o espaço de maneiras que modulam a intensidade, ritmo, passagem pelo espaço, duração pelo tempo, experiência estética e expansão espacial e compreensão” (pp.137-138). O que Ellsworth está sugerindo, então, é que esses locais transmitem narrativas não apenas por meio de seus recursos representacionais pré-construídos, mas também por meio da experiência única não cognitiva, não representacional, estética ou espacial de cada um de seus visitantes. Assim, espaços arquitetônicos, mídia de notícias, experiências particulares em museus, arte pública, paisagens urbanas mediadas e performances teatrais têm o poder de eliciar “respostas somáticas afetivas” nos alunos ao “convidar a sensação de uma mente/cérebro/corpo simultaneamente em suspensão

⁹⁵ O Artigo de Stephanie Anderson (2017) foi apresentado a essa pesquisadora numa disciplina cursada na UFPR, oferecida pela professora Maria Auxiliadora Schmidt. A pedido dela, o colega doutorando Max Lanio Martins Pina fez uma tradução livre que foi usada nas discussões da turma e muito inspirou este trabalho.

e animação no intervalo de mudança da pessoa que foi para a pessoa que ainda não se tornou” (p.22). Por meio desses locais anômalos de aprendizagem, Ellsworth, portanto, explora a pedagogia como conhecimento em formação, ao invés do conhecimento como uma coisa feita (ANDERSON, 2017, p. 38).

Outro conceito estruturante nas reflexões da pesquisadora canadense Stephanie Anderson é o de *lugares de memória* de Pierre Nora. Segundo Anderson, ao refletir sobre a aprendizagem fora do sistema formal de educação:

Nora definiu esses lugares (*lieux*) como “qualquer entidade significativa, de natureza material ou imaterial, que por força da vontade humana ou do trabalho do tempo tornou-se um elemento simbólico do patrimônio memorial de qualquer comunidade” (1996, p. XVII). Seu lugar significava as várias maneiras pelas quais o passado pode ser lembrado e espacialmente constituído por meio de dois tipos de reinos históricos: (1) locais concretos (por exemplo, emblemas e/ou símbolos, edifícios, localidades, livros e pessoas), e (2) locais não materiais, espaços conceituais ou experiências (por exemplo, comemorações, celebrações, feriados nacionais e rituais) (ANDERSON, 2017, p. 5).

O terceiro conceito utilizado por Anderson e que se relaciona ao contexto canadense é o de característica da paisagem indígena, que, segundo Dwayne Donald (2009, 2011, 2012), seriam lugares de aprendizagem de cultura e identidade que auxiliam no processo de descolonização da educação. Assim, através da articulação do conceito de *lugares de memória* de Nora (1998); de *lugares anômalos* de aprendizagem de Ellsworth (2005) e de *características da paisagem indígena* de Donald (2009), Stephanie Anderson propõe o conceito de *lugares de pedagogia*.

Portanto, um caminho que parece interesse é o de analisar as festas do 13 de Maio, também à luz do conceito de *lugares de pedagogia*, explicitado pela estudiosa canadense Stephanie Anderson (2017), visto que essas divulgavam representações sobre os negros, modelos de comportamentos sociais e concepções de nação, liberdade e cidadania. Segundo a estudiosa, lugares de pedagogia podem ser vistos como:

[...] salas de aula, livros, monumentos, memórias, locais históricos nacionais, mídia de notícias, espaços arquitetônicos, paisagens urbanas arbitradas, características da paisagem indígena e performances públicas – estão ligados à consciência histórica [...] pelas maneiras pelas

quais comunicam uma relação entre o passado, presente e futuro por meio da narrativa. [...] (ANDERSON, 2017, p.7).

Assim, talvez não seja demasiado inferir que as comemorações do 13 de Maio, como afirma Anderson (2017), também comunicavam uma relação entre passado, presente e futuro, contribuindo para a formulação de narrativas sobre Maria Rogaciana, a abolição no Planalto da Conquista, a questão étnico-racial, articulando a história local e a nacional, o que, certamente, em alguma medida, repercutiu no processo de consciência histórica daqueles que as presenciavam. Daí que é possível aventar a hipótese que tais festividades se constituíam como *lugares de pedagogia* ao divulgar e também servir de cenário para a criação, reconstrução de narrativas locais e nacionais. Por conseguinte, parece um caminho profícuo usar essas festas da abolição nas análises e reflexões ambientadas no território escolar, hoje, na intenção de estabelecer relações entre passado, presente e perspectivas de futuro e, dessa forma, talvez, contribuir para a construção de outras realidades, menos desiguais e não pautadas no racismo.

6.5 Os elementos da aula histórica

O Ensino de História tem buscado caminhos pedagógicos para conduzir a prática docente. Nesse contexto, a Educação histórica, assim como as reflexões da Didática da História desenvolvidas pelo filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (2012), tem realizado estudos relevantes em busca da compreensão de como se dá o processo de produção de narrativas históricas pelos alunos, destacando o papel exercido pelas aulas de História e materiais didáticos no desenvolvimento da consciência histórica. Sem dúvida, essa é uma questão central que vem sendo debatida pelo campo da educação e que perpassa grande parte das produções teóricas acerca do ensino de História.

A Educação histórica, ancorada nas reflexões de Rüsen, enfatiza não apenas os conteúdos e sim os processos mentais que se desenrolam nas relações de ensino-aprendizagem. Daí a preocupação em investigar as ideias históricas de alunos e professores como forma de compreender e estimular os processos de aprendizagem.

Acredita-se que, para que a aprendizagem histórica ocorra de fato, é imprescindível que os alunos estejam munidos da percepção acerca das especificidades do conhecimento histórico. De acordo com Geysa Germinari (2011), um dos diferenciais

do campo conhecido como Educação Histórica é que essa ancora-se na própria ciência de referência – a História. Os pesquisadores desse viés compreendem que a História tem uma racionalidade específica que produz uma cognição própria. Outrossim, isso faz com que as pesquisas em Educação Histórica se diferenciem de outras que investigam o desenvolvimento cognitivo da aprendizagem, com base na Psicologia da Educação.

Para a Educação histórica, o conhecimento histórico deve estimular os estudantes a extrapolarem as fronteiras do senso comum, promover o desenvolvimento da subjetividade e a inserção ativa destes no mundo, possibilitando-lhes a orientação no tempo. Portanto, caberia à História instrumentalizar crianças e jovens para que desenvolvam estruturas cognitivas capazes de relacionar o conhecimento prévio que possuem, em decorrência da experiência no mundo, e o conhecimento histórico, de modo a permitir-lhes adquirir as condições necessárias para se orientar temporalmente.

Schmidt (2020), com base em Rüsen (2001), analisa que o processo de ensino-aprendizagem deve estimular o pensamento histórico ao ampliar, para todos os envolvidos, as possibilidades de orientação temporal do ponto de vista interno, em relação às questões da identidade histórica, contribuindo para a construção de identidades associada ao reconhecimento do outro e, externamente, apontando caminhos para a vida prática. O orientar-se no tempo mobiliza os conhecimentos prévios decorrentes das experiências que os sujeitos vivenciam na realidade e como esses se relacionam com o conhecimento histórico; expressando-se tanto do ponto de vista interno com relação à identidade histórica, quanto na vida prática do ponto de vista externo que seriam as ações, atitudes, participação social. Caberia, assim, ao professor/professora detectar as carências de orientação temporal, para, por meio de processo de aprendizagem, possibilitar aos estudantes, desenvolver condições para supri-las.

Ao refletir sobre as relações entre a aprendizagem histórica e as estruturas identitárias, a pesquisadora Regina Ribeiro destaca que:

[...] a aprendizagem histórica possibilita ao sujeito afirmar a si próprio na medida em que este apreende a dimensão temporal de sua identidade, tornando-se senhor de si e de seu tempo. Nesse processo, o sujeito compreende a emergência de seus interesses e necessidades numa perspectiva temporal que envolve passado, presente e futuro, torna-se capaz de relacionar com diferentes alteridades (espaciais e temporais), de descobrir o estranho no familiar, de recusar a naturalização do cotidiano e de flexibilizar as próprias posições sobre bases racionais. O aprendizado histórico, constitui o processo da formação histórica, caracterizando-se por tornar subjetivo algo que objetivo (o

conhecimento histórico), ao mesmo tempo que o sujeito confrontado com essa experiência, se objetiva nele⁹⁶. Tal processo ocorre na relação entre o desenvolvimento cognitivo e a formação da consciência histórica como um fenômeno da vida (RIBEIRO, 2012, p. 104-105).

Ribeiro (2012), partindo da perspectiva rüseniana, chama a atenção para o fato de que a formação histórica ocorre também além dos muros da escola, visto que as memórias e os meios de comunicação também contribuem para a orientação. Segundo a estudiosa, para Rüsen a categoria cultura histórica exerceria um papel importante na formação da consciência histórica. A cultura histórica seria constituída por comportamentos, tradições, memória coletiva, conhecimentos, construídos, ou reproduzidas pelos grupos sociais.

Qual seja essa a perspectiva da Didática da História, pesquisas realizadas no Brasil no campo da Educação histórica também têm demonstrado essa preocupação de não se circunscrever apenas aos ambientes e saberes escolares e procurando aportes em várias fontes como a mídia, os contextos específicos de vida dos indivíduos, dentre outros.

Interessou, nesse aspecto, na presente pesquisa, refletir como as celebrações do Treze de Maio, a trajetória de Maria Rogaciana e as questões étnico-raciais foram abordados por diferentes atores e veículos que produziam as narrativas; sobre as interpretações presentes nas afirmações históricas da época; as relações entre as ideias históricas expostas nas fontes e as experiências dos indivíduos que viviam naquela sociedade, ao longo do período abordado; a intersecção dessas narrativas com o conhecimento histórico científico sobre o tema e a forma como as narrativas sobre aqueles contextos específicos contribuem para a análise do presente e a construção de perspectivas para o futuro.

Por isso, adotar como pressuposto a premissa de que alunos e professores aprendem História não somente nas escolas e instituições acadêmicas; conhecer, refletir sobre os sujeitos, discursos e interpretações do passado existentes nas narrativas construídas fora desses universos tradicionais de ensino; dialogar com essas fontes e analisar as mudanças e permanências daqueles discursos na sociedade e no ensino de história escolar e como isso ajuda a orientar no presente e a perspectivar o futuro, parece ser um desafio gigantesco, mas muito rico em possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem de História.

⁹⁶ Cf. Ribeiro (2012, p. 105): esses processos de subjetivação/objetivação na aprendizagem histórica são objeto de diferentes pesquisas, principalmente na linha denominada Educação Histórica.

Durante o processo de pesquisa nos arquivos, ao entrar em contato com as fontes, nas entrevistas, muitas interrogações surgiram, como, por exemplo: *Que tipo de representações sobre as festas da abolição, os negros e Maria Rogaciana eram difundidas por essas fontes? Em que medida as narrativas construídas sobre esse tema eram apropriadas e reconstruídas pelos Conquistenses que viveram nos contextos históricos abordados? Qual a influência das representações do Treze de Maio na formação da consciência histórica e como isso se desdobrava no ensino de história do período?*

Não é possível, com a pesquisa realizada e a proposição do produto pedagógico, responder a todos esses questionamentos, dada a exiguidade de fontes; impossibilidade de cruzamento com a documentação escolar referente ao período, dentre outras questões que extrapolam os limites desse trabalho. O que pretendemos com a Caixa Histórica/Baú é a problematização das representações referentes às celebrações do Treze de Maio e às experiências de vida de Rogaciana como artifício para o aprofundamento do debate sobre as relações étnico-raciais em uma perspectiva temporal que busca relacionar passado, presente e perspectivas de futuro.

Marcelo Fronza (2020), com base na matriz sistematizada por Maria Auxiliadora Schmidt (2015), em uma proposta de adaptação da matriz disciplinar de Jörn Rüsen (2001) destaca que, além da orientação temporal, outro elemento importante na aula histórica seria o estabelecimento de critérios de seleção e investigação de conceitos substantivos e de segunda ordem, definidos em decorrência das dificuldades de orientação temporal dos estudantes. Com efeito, uma preocupação da Educação Histórica refere-se a análise das ideias substantivas, o que requer um debruçar-se reflexivo sobre os conceitos históricos mais gerais como, por exemplo, Proclamação da República; Nacionalismo; Abolição e também aqueles que se relacionam a contextos temporalmente e espacialmente específicos como no estudo em questão, as comemorações do Treze de Maio em Vitória da Conquista. Entrementes, a Educação Histórica enfatiza a importância dos conceitos de segunda ordem que se afinam com os fundamentos da filosofia e teoria da História, extrapolando a dimensão meramente factual e valorizando as questões que mobilizem o raciocínio e a lógica da História.

A aula histórica também propõe a exploração metodológica das potencialidades das fontes. Germinari (2011) pontua que a Educação Histórica defende o uso e a interpretação de diferentes fontes históricas (documentos escritos, depoimentos orais, fotografias ...); as fontes devem servir de base para a construção ou negação de hipóteses;

refletir sobre aquilo que representa o “nós” e, portanto, nos identifica em contraste com o “outro” que representa a alteridade, em diferentes contextos espaciais e temporais.

As fontes encontradas sobre as Festas da abolição na cidade, o papel de Rogaciana, as representações sobre os negros e negras no pós-abolição, serão usadas em uma perspectiva teórico-metodológica que parte de questões importantes para o ensino, tais como o respeito à alteridade, à diversidade identitária, às diferentes visões de mundo e práticas sociais, enfatizando as relações dessas questões com os processos de constituição da consciência histórica. Tais fontes, bem como as atividades pedagógicas estruturadas serão disponibilizadas no Baú. Pretende-se utilizá-lo adaptado ao contexto da aula histórica, inspirado nos princípios teórico e metodológicos da Educação Histórica.

Através do trabalho com as fontes em sala de aula, a aula histórica mobiliza também o conceito de evidência, visto como competência essencial do pensamento histórico, que possibilita ao aluno, a construção de interpretações.

A história positivista tinha como alicerce a objetividade das fontes, as quais seriam portadoras do passado, dispensando especulações sobre as condições como este passado se põe diante do historiador. Nesta perspectiva, cabia à ciência da história a função de descrição das fontes. O conceito de evidência histórica emerge a partir do processo de mudança de paradigmas na própria ciência da história no século XX, momento em que se colocou em cheque a relação entre o historiador e seu objeto de pesquisa: o passado humano. Assim, a relação com a reconstrução do passado se modifica da descrição para a problematização, e a relação entre o historiador e o passado mediado pelas fontes passa a ser pensada a partir da ideia de evidência (BERTOLINI, MIRANDA, SANTOS, 2020, p. 75).

A interpretação das evidências encontradas nas fontes, constitui uma importante dimensão da aprendizagem histórica que permite tornar as experiências e conhecimentos do passado, elementos compreensíveis. Na Educação histórica, a dimensão interpretativa deixa de ser uma prerrogativa exclusiva do livro didático, da academia, do professor, do aluno, vistos como “representantes da verdade” e passa a abarcar a visão de que o conhecimento comporta várias interpretações que podem interagir, aproximar-se, repelir-se, de acordo com as argumentações. No caso em questão, os estudantes são provocados a perceber, por exemplo, que o comportamento e as atitudes de Maria Rogaciana comportam várias interpretações, com base nas evidências sobre ela, que podem ser discutidas, argumentadas.

Ao se construir interpretações acerca do passado, a aprendizagem histórica deve estimular o estabelecimento de uma relação dialógica entre passado, presente e as perspectivas do futuro. Tudo isso contribui para que os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, situem-se no tempo, desenvolvam o autoconhecimento e uma visão mais ampla do mundo e das relações que o constituem, especialmente, nessa abordagem, no tocante às questões étnico-raciais, na perspectiva de potencializar o combate ao racismo.

No processo interpretativo dos fatos do passado, caudatário de uma concepção humanista, um conceito relevante é o de empatia:

[...] A possibilidade de um diálogo vivo entre as dimensões temporais e, portanto, entre os sujeitos do passado e os jovens contemporâneos é uma das finalidades de uma aula histórica fundamentada numa didática humanista da História [...] (FRONZA, 2020, p 49).

Em meio às análises que realiza sobre a empatia histórica, Geysa Germinari (2020) chama a atenção para a questão que a empatia estabelece vínculos entre as motivações, os contextos históricos e as ações dos sujeitos históricos que viveram no passado. Assim, esse conceito auxiliaria na busca de compreensão acerca das perspectivas que orientam as ações humanas em determinados contextos. No entanto, a empatia, adverte o estudioso, não deve ser associada à aceitação ou legitimação de ideias e ações práticas dos sujeitos históricos ou à capacidade, impossível do ponto de vista histórico, de sentir o mesmo que eles.

No ensino de História, Schmidt e Cainelli (2009) destacam a relevância da literacia histórica, apontada como processo de alfabetização histórica significativa no qual as informações seriam substituídas por conhecimentos e os indivíduos iriam se municiando de ideias históricas mais sofisticadas, expressas nas narrativas.

O conceito de literacia histórica entende que a finalidade do ensino de História é levar à população os conteúdos, os temas, os métodos, os procedimentos e as técnicas que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico, ressaltando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente. Isso pressupõe saber como dialogar com outras pessoas de outras épocas e lugares, procurando conhecer como elas viveram, o que fizeram, por que fizeram, quais eram suas lutas e seus problemas, bem como pode ajudar a encontrar respostas para nossas dúvidas, problemas, dificuldades e, também, a realizar os sonhos (SCHMIDT; CAINELLI, 2009. p. 66-67).

Para concretizar a literacia histórica, os processos educativos desdobrados em sala de aula devem estimular os estudantes a pensarem historicamente de maneira cada vez mais complexa, de modo a instrumentalizá-los a construir narrativas do passado, com base no presente, que permitam-lhes orientar-se, hoje. Quando se fala em orientação, nunca é demais lembrar que, para a Educação histórica, com base nos estudos de Rüsen, essa relaciona-se com a forma como as pessoas constroem sua identidade. Tal questão é vital para fundamentar os papéis que os sujeitos históricos, individualmente e coletivamente exercerão nas lutas e desafios da atualidade.

Um outro importante fator fundamental da aula histórica são as narrativas, uma vez que expressam a consciência histórica dos alunos. As narrativas devem comportar, segundo Fronza (2020), a categoria histórica da multiperspectividade estimulando o confronto de interpretações e a multiplicidade de visões produzidas pelos sujeitos históricos de forma a contribuir para a orientação temporal dos estudantes.

Indiscutivelmente, a História tem travado uma luta contínua contra os resquícios positivistas que vez por outra a assombram e que a concebem como uma narrativa única e verdadeira. Na atualidade, percebe-se a preocupação em dar outras abordagens à história ancoradas numa visão multiperspectivada que admite várias interpretações. Decerto, nesse sentido, destacam-se estudos fundamentados na Educação histórica e que visam contribuir para que os estudantes desenvolvam ideias históricas cada vez mais complexas, tornem-se produtores de conhecimento e construam interpretações do passado em relação dialógica com o presente.

Schmidt e Cainelli (2009) avaliam que entre a História e a narrativa existe uma relação intrínseca e também afirmam que, a narrativa, na perspectiva da Educação Histórica, não se configura como as “grandes narrativas” heroicas do passado. Aqui, refere-se às explicações, argumentações, interpretações ancoradas na análise dos fatos históricos protagonizados por sujeitos que os promoveram, inseridos em contextos específicos. Destarte, isso leva a uma ressignificação do presente que permite a orientação temporal e essa, por sua vez, interfere nas ações e intervenções que os sujeitos exercem na sociedade e no tempo em que vivem.

Aprender História pressupõe o estabelecimento de uma relação com o passado. O desafio das aulas de História é romper com a visão que enxerga o passado como algo morto, de forma dissociada do presente. Além da escola, é preciso considerar que o conhecimento histórico também é difundido especialmente pelos meios de comunicação.

Contudo, observa-se que, de maneira contumaz, esses são permeados por olhares preconceituosos, estereotipados e expressam interesses específicos de determinados grupos sociais. Daí a importância da aprendizagem histórica articulada ao desenvolvimento do pensamento histórico por meio do exercício da pesquisa histórica, uso de fontes, percepção de evidência histórica, empatia, significância. Com isso a preocupação transcende a simples questão de dominar o conhecimento referente aos fatos históricos para centrar-se nos processos que levam ao desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente.

E, por fim, a aula histórica deve propor a avaliação contínua, calcada na metacognição definida por Fronza (2020) como “o que os sujeitos sabem acerca do que eles aprenderam”, no intuito de detectar o desenvolvimento da aprendizagem histórica, comunicada através das narrativas elaboradas.

No fazer cotidiano da sala de aula, o pouco tempo, as pressões para cumprir os conteúdos previstos, as avaliações integradas em que os professores de uma mesma série têm que fazer uma avaliação única, fazem com que, corriqueiramente, muitas vezes, os professores não estabeleçam como foco os processos que levam ao conhecimento e acabem por priorizar, em alguns momentos, os conteúdos. Entretanto, considerando-se a relevância de tais processos, é preciso que as aulas de história sejam planejadas e postas em prática dando-lhes a devida centralidade. Para tanto, a aprendizagem desenvolvida no ambiente escolar, deve tomar como ponto de partida, os conhecimentos prévios, as experiências que alunos e alunas possuem e que atravessam a forma como aprendem história e influenciam a capacidade deles de adquirir novos conhecimentos.

Ao levar em conta as experiências e conhecimentos dos alunos e alunas, tem que se considerar as representações que esses incorporaram e/ou construíram sobre o mundo, a família, a economia, as questões de poder, étnico-raciais. Por isso, a necessidade de discussão dessas representações que foram condicionadas social e culturalmente e que, por sua vez, também estruturam as formações sociais e culturais. Nessa perspectiva, produzimos uma proposta pedagógica fincada na pesquisa histórica da trajetória de Maria Rogaciana e das festas do Treze de Maio que essa promovia.

6.6 A escolha do produto pedagógico

Ao investigar a história de Maria Rogaciana e das festas do 13 de Maio, constata-se que essa não está em memoriais e museus, encontra-se esquecida em jornais antigos, documentos raros, em arquivos públicos e particulares. Por que não, então, construir um espaço reflexivo e propositivo em um *Baú* de forma a relacionar a história dessa mulher e das festas da abolição às questões que perpassam o debate étnico-racial? Por conseguinte, o *Baú* foi um artefato construído em função das experiências vivenciadas na sala de aula, centrado na história da cidade, o que, possivelmente, despertará a curiosidade e o interesse dos alunos; a confecção utilizou materiais de baixo custo, acessíveis aos professores das escolas públicas; de fácil manipulação e transporte; tem um caráter artesanal, diferentemente de produtos em série fabricados fora do contexto escolar e que têm, geralmente, um caráter uniformizante. Ademais, acredita-se que intervenções didáticas que utilizem, além das fontes, a arte, a fotografia, a música, a literatura, podem contribuir para o ensino de História, visto que o caminho da sensibilidade, às vezes, atinge mais as juventudes e promove aprendizagens mais profundas que aquelas centradas apenas na dimensão racional. O *Baú*, espera-se, também contribuirá para despertar a percepção da importância da autoria e das possibilidades de assumir o protagonismo na fabricação de instrumentos didáticos, bem como na proposição de atividades pedagógicas.

Mas, por que um *Baú*? Os memorialistas relatam que Rogaciana tinha uma arca em que guardava a foto da Princesa Isabel. Todo ano, após a festa colocaria ali a imagem, carregada de simbolismos. Daí surgiu a ideia de construir um produto pedagógico com esse formato. Tal ideia incorre no risco de imaginar que esse seria um receptáculo com uma função armazenadora, associando-o a uma concepção de aprendizado histórico anacrônica, fundamentada no acúmulo de conhecimentos, fontes, atividades, destituindo o processo de um caráter vivo e baseado em pressupostos teórico metodológicos atuais. Diferentemente dessa ideia, o que o *Baú* propõe é o estímulo ao desenvolvimento do pensamento histórico. Este não se destina a entesourar vestígios empoeirados do passado e sim ampliar, por meio da discussão da temática, as relações entre passado, presente e as perspectivas de futuro.

O *Baú* foi projetado para estimular a sensibilidade, a reflexão dos alunos e alunas por meio do compartilhamento de atividades, objetos, elementos artesanais, lúdicos, transcendentais que buscam contribuir com o ensino e a aprendizagem da História. As

pesquisas, a análise dos fatos e dos personagens históricos, permitem a troca colaborativa entre alunos e professores e, principalmente, a construção de narrativas cujos elementos podem ser discutidos, problematizados.

Na criação do *Baú de Maria Rogaciana*, além da escolha das fontes, de elementos lúdicos, simbólicos, relacionados à história das celebrações do 13 de Maio, certamente, a dificuldade maior foi a elaboração das atividades pedagógicas voltadas para os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Histórica e desenvolvidos por meio de uma abordagem capaz de problematizar as relações étnico-raciais. Entrementes, apesar de reconhecer o desafio, o intento foi perseguido face ao reconhecimento da importância da elaboração de materiais diferenciados, capazes de despertar interesse, questionamentos e estimular o desenvolvimento do pensamento histórico.

Com vistas a aplicar os princípios teórico-metodológicos da Educação Histórica, uma preocupação referente a fontes utilizadas nas atividades é que as mesmas reflitam olhares, interpretações variadas que lancem novos olhares sobre as festas da Abolição, Maria Rogaciana, e a posição ocupada por negros e negras no pós-1888. Segundo Schmidt (2020), ao terem contato com diferentes discursos, narrativas, presentes nas fontes, os alunos poderão perceber a necessidade de dar voz a diferentes sujeitos históricos, atentando-se para a questão de quês argumentos estão sendo usados nos discursos e para quem aquela argumentação se dirige.

De modo geral, as atividades pedagógicas do Baú têm como centralidade, destacar as festas do 13 de maio, a trajetória de Maria Rogaciana, as relações raciais em Vitória da Conquista e, especialmente, procuram dar grande ênfase à reflexão acerca das condições de vida, luta e resistência das mulheres negras no Brasil no pós-abolição estabelecendo também diálogos com outras mulheres negras do mundo que se destacaram ao longo da luta histórica contra o racismo. Ao estudar as experiências de mulheres negras, como Rogaciana, na história, torna-se necessário analisar as vivências dessas mulheres sem perder de vista que essas inseriam-se em um tempo diferente do tempo presente. Mas só se pode compreender essa diferença do passado, à luz das experiências do presente, a exemplo da luta contra o racismo, o sexismo, a desigualdade.

Qual seja a perspectiva de usar o *Baú* de Rogaciana, como elemento integrante de uma aula histórica, as fontes sobre o tema, foram escolhidas na expectativa de que sirvam como base para a produção de narrativas históricas, pelos alunos e alunas. Entre as fontes selecionadas, estão algumas reportagens jornalísticas sobre Rogaciana e as festas da abolição, citadas no corpo do texto que serão problematizadas e confrontadas, por

exemplo, com outras histórias de vida de mulheres negras conquistenses, brasileiras que tiveram papel importante na abolição e no período posterior à ela, contribuindo para o combate ao racismo e para a valorização dos afrodescendentes; também excertos de textos integrantes da dissertação, considerados apropriados para a discussão com os/as estudantes, e textos de outros autores, com destaque para as autoras negras como Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie que, certamente, contribuem reflexivamente para a discussão étnico-racial.

No *Baú*, constam também fontes imagéticas que pretendem provocar e enriquecer as discussões. Além da análise das fontes, as atividades propõem aos alunos e alunas a realização de entrevistas, debates, produções textuais de natureza variada e em diferentes formatos discursivos, como ensaios, jornais, poemas, além de intervenções artísticas que expressem a consciência histórica sobre as representações existentes nas festividades do Treze de Maio e a inserção social dos negros e negras no pós-abolição.

Para compor o repositório do *Baú* de Rogaciana – produto pedagógico sugerido aqui –, as atividades foram planejadas em função do tema desenvolvido nesse trabalho e buscam estimular o potencial cognitivo dos estudantes, ampliar o uso dos conceitos de segunda ordem e contribuir para a reflexão crítica sobre as narrativas tradicionais relativas aos lugares sociais ocupados pelos negros, particularmente pelas mulheres negras, na sociedade conquistense e brasileira; as relações étnico - raciais no pós-1888 e o papel das representações na construção da nação brasileira.

As propostas elaboradas levaram em consideração as reflexões de Gómez Carrasco; Vivas Moreno; Miralles Martínez (2019) ao analisarem as atividades presentes nos livros didáticos do Ensino Secundário da Espanha nos quais os autores detectaram a presença dos chamados conceitos de *Primeira ordem*, de caráter mais cronológico e factual, que mobilizam o conhecimento das datas relacionadas aos processos históricos e o conhecimento de fatos concretos do passado. Os pesquisadores identificaram também, em menor grau, nas atividades, os conceitos de *Segunda ordem*, relacionados às habilidades do pensamento histórico como aqueles que implicam em: analisar a relevância histórica de personagens históricos ou fatos; reconhecer que o conhecimento histórico é construído com base no estudo das evidências encontradas nas fontes e que essas possibilitam a realização de inferências e ancoram as interpretações; refletir sobre os complexos processos de mudanças e continuidades da história; problematizar as múltiplas causas e consequências dos fatos históricos do passado e seus desdobramentos no presente; identificar as diferentes perspectivas históricas dos agentes históricos

inseridos em contextos específicos e considerar a dimensão ética na análise das ações dos sujeitos históricos do passado, levando em conta o contexto em que estavam inseridos e também avaliando como a exploração e as desigualdades do passado afetam ou não as configurações do presente. Os estudiosos partem do princípio de que: “atividades criativas, ensaios onde os estudantes são solicitados a discutir, perguntas que sondam de forma mais complexa em textos e imagens, aumentam a demanda cognitiva dos exercícios”⁹⁷ (GOMÉZ CARRASCO; VIVAS MORENO; MIRALLES MARTÍNEZ, 2019, p. 225).

Sem dúvida, as atividades que professores e professoras levam para sala de aula, devem refletir a preocupação em potencializar a capacidade cognitiva dos discentes, possibilitando-lhes ultrapassar o conhecimento meramente factual e contribuindo para o desenvolvimento das habilidades do pensamento histórico. Essas reflexões conduziram as atividades disponibilizadas no produto pedagógico que foram pensadas e estruturadas na perspectiva de mobilizar os conceitos de segunda ordem e demonstrar as potencialidades do espaço escolar como território produtor de saberes e estimulador da consciência histórica.

⁹⁷ Tradução livre feita pela doutoranda Lorena Marques Dagostin Buchtik, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná e revisão feita pelo doutorando Raphael de França, do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Prof. ^a Dr.^a Maria Auxiliadora Schmidt para uso na disciplina de Educação Histórica I em 2020.

6.7 Enfim, o Baú com atividades para a aula histórica

Figura 09 – Arte produzida a meu pedido com base na única fotografia existente de Rogaciana, associada a um baú com uma foto da Princesa Isabel; uma ampulheta; foto das mulheres negras do Beco de Dola, sambando nas ruas de Vitória da Conquista, na atualidade. No Baú as palavras em destaque são: *Ensino de História – Vitória da Conquista – Relações étnico-raciais – Pós-abolição – Festa do Treze de Maio.*



Figura 10 – O Baú de Maria Rogaciana



Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.

O Baú – produto pedagógico sugerido por este trabalho – foi confeccionado em MDF, com as medidas de 1,10m de largura por 1 metro de altura. Entretanto esse poderia ter sido construído com outros materiais como papelão; caixas reaproveitadas, de modo acessível a qualquer professor/professora que queira adaptá-lo a outras temáticas. Recebeu uma pintura envelhecida e adesivos com imagens da cidade, correspondentes à Igreja matriz, hoje, catedral de Nossa Senhora das Vitórias; prefeitura – antigo Paço Municipal; ruas antigas; tipos populares; redação e o jornal *O Combate*; foto da passeata do 13 de Maio de Rogaciana no centro. O intuito foi promover uma experiência, mesmo que timidamente, imersiva no universo pesquisado estabelecendo uma vinculação por meio das imagens entre o tempo de Rogaciana e a presença negra que resiste na atualidade, representada nos adesivos dos cantadores de reis negros e das mulheres do Beco de Dola, sambando na rua.

Figura 11 – Exposição do Interior do Baú



Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.

Figura 12 – Baú aberto com materiais criados para integrá-lo.



Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.

Os elementos que compõem o acervo do Baú foram produzidos artesanalmente pelas mãos hábeis e criativas de Luane, as sugestões da sua irmã Áurea, mulheres negras da comunidade quilombola Lagoa de Melquíades. Nos momentos em que Luane vinha da Lagoa, na zona rural, para Vitória da Conquista, nos reuníamos para produzir e acabávamos por conversar sobre Maria Rogaciana, as festas do 13 de Maio e os desafios enfrentados pelas mulheres negras e trabalhadoras domésticas, ofício que as irmãs também exercem. Os materiais usados foram retalhos de tecido, feltro, caixas de papelão, fitas, brinquedos infantis, peças artesanais de barro e madeira em miniaturas que remetiam ao tema. Na costura disso tudo, muitas ideias, trocas, reverência à ancestralidade e vontade de construir uma forma de contar essa história, articulando-a às demandas do tempo presente e com ênfase nas lutas e desafios das Mulheres Negras.

Dentre os elementos que compõem o acervo do Baú está um Teatro de Bonecos. A idealização e construção do teatro visa utilizá-lo em sala de aula como linguagem para narrar e problematizar, na medida do possível, a trajetória de Maria Rogaciana e aspectos relacionados à celebrações do 13 de Maio. Waldeci Ferreira Chagas (2010) afirma que:

analisamos o teatro de bonecos como linguagem possível na sala de aula e um recurso ou metodologia que pode auxiliar no processo de reinvenção da história e cultura afro-brasileira. Trata-se, portanto, de uma linguagem popular que em algum momento compôs o cotidiano dos (as) professores (as), e faz parte do universo cultural das classes populares, público com quem se trabalha na escola pública.

O Baú também contém uma maquete representando as mulheres de origem afro-indígena que trabalhavam no Poço Escuro como lavadeiras de roupas e outra que faz uma alusão às tradições alimentares do Planalto da Conquista, presentes nas comidas oferecidas por Maria Rogaciana por ocasião das festas da abolição. Além disso, o Baú apresenta simulacros de Estandartes, confeccionados com bandejas descartáveis, usadas em festas; flores de cartolina colorida dupla face; fitas; franjas, e o principal: a imagem de negros e negras que contribuíram para a Abolição e também daqueles cuja luta e resistência seja na política, literatura, poesia, música, culinária contribuíram e contribuem no presente, para a luta e resistência do povo negro em Vitória da Conquista, na Bahia e no Brasil.

O Baú é constituído por um Caderno com treze propostas de atividades (ver anexo) destinadas aos estudantes do Ensino Médio, uma vez que nessa fase os jovens são potencialmente interessados no debate sobre os temas do presente, o que possibilita de forma mais direta a análise dos desafios enfrentados pela população negra brasileira no pós-abolição. No entanto, cada professor ou professora de História tem total liberdade para utilizá-la em outro nível de ensino, pois, apesar do Baú destinar-se ao Ensino Médio, esse pode ser usado com adaptações das atividades propostas no EJA – Educação de Jovens e adultos e também no Ensino Fundamental. Os elementos produzidos partiram de uma perspectiva lúdica que, a despeito da idade, série e curso dos alunos e alunas, acredita-se que mobilizarão memórias, sensações, percepções, reflexões.

As propostas do Caderno são sugestões resultantes do pensar pedagógico provocado pelo trato com o tema, das discussões realizadas no ProfHistória, dos estudos empreendidos e das experiências vivenciadas ao longo do exercício profissional como professora da rede estadual do estado da Bahia. À medida em que as propostas serão apresentadas no Caderno, os elementos constitutivos do Baú, serão expostos de acordo com a vinculação que tem com as atividades sugeridas. A ideia é que, ao serem aplicadas, sejam adaptadas à realidade de cada professor, professora, escola, de acordo com as especificidades daqueles, daquelas que, porventura, resolvam utilizá-las, reestruturá-las em função das demandas suscitadas pela prática docente. As atividades propostas têm a intenção de provocar a reflexão e o desenvolvimento do pensamento histórico dos jovens e mobilizá-los a pensar os problemas étnico raciais do tempo presente!

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS:**ENTREVISTAS: (NOMES COM PSEUDÔNIMOS)**

Joana: Entrevista realizada em 17 de Abril de 2022

Aurora: Entrevista realizada em 19 de Abril de 2022

Francisco – Entrevista realizada em 20 de Abril de 2022

Clementino: Entrevista realizada em 25 de Abril de 2022

CARTORIAL E LEGISLATIVA:

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. Certidão de Inteiro Teor de Maria Rogaciana da Silva. Cartório de Registro civil de pessoas naturais do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista do estado da Bahia, em 21 de novembro de 2021

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. Capítulo X – Da moralidade e do sossego público. Arquivo Público Municipal: Código de posturas municipais, artigo 98, página 20, de 1954.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA. Livro de Registro de leis e resoluções do Conselho Municipal (1893 – 1931) – Código de Posturas, artigo 26, página 42 de 19 de Abril de 1896

VITÓRIA DA CONQUISTA. Livro de Decretos-Leis municipais de 16-01-1940 a 21-08-1945, Decreto-Lei Nº 20

JORNALÍSTICAS:

- **Arquivo particular Ruy Medeiros**

A BATALHA de 05 de Outubro de 1952, número 8, páginas 5 e 6 – Poesia Negra norte – americana

A CONQUISTA, 14 de Maio de 1911, número 11, página 3 – 13 de Maio

A CONQUISTA, 08 de Julho de 1911, número 9, página 1 e 2 (continuação) - Policiamento

A NOTÍCIA de 20 de Maio de 1929, número 18, páginas 1 e 4 – O 13 de Maio nesta cidade

A NOTÍCIA de 21 de Maio de 1930, número 20, página 4 – 13 de Maio

A PALAVRA de 11 de Maio de 1918, número 45, página 1 – O negro e o 13 de Maio escrito por Raymundo Meira Magalhães

A PALAVRA de 17 de Maio de 1918, número 46, página 1 – A Commemoração do 13 de Maio em Conquista

A PALAVRA, 09 de maio de 1919, número 31. p. 2 – Festa Cívico-Religiosa

A PALAVRA Palavra de 28 de Fevereiro de 1920, número 34, página 1 – Fagueiras Esperanças

A VANGUARDA de 15 de Maio de 1927, número 9, página 1 – A Abolição, escrito por Newton Lima

A VANGUARDA de 15 de Maio de 1927, número 9, página 1 – A Abolição, escrito por Newton Lima

AVANTE de 27 de Maio de 1933

O COMBATE de 16 de Maio de 1931, número 33, página 4 – O 13 de Maio nesta cidade: Optima commemoração

O COMBATE de 20 de Maio de 1933, número 32, página 1 – O 13 de Maio: Conquista Commemora

O COMBATE 15 de Maio de 1938, número 38, página 4: 13 de Maio – Uma bela festa Cívica

O COMBATE, Maio de 1939 – Sociedade beneficente das classes escrito por Juventino D. D’Almeida e Silva

O COMBATE, 30 de Outubro de 1951, número 8, página 1 e 4 (Continuação) – Ecos e comentários: O preto lazarento das feiras livres escrito por Ary Évilo

O COMBATE de 31 de janeiro de 1952, número 15, p. 1 – A vadiagem diminui

O COMBATE de 25 de Novembro de 1956, número 81, página 5 – Rogaciana

O CONQUISTENSE de 24 de Novembro de 1956, número 48, página 6 – Poema póstumo em homenagem à Rogaciana escrito por Íris da Silveira

O CONQUISTENSE de 18 de Maio de 1957, número 72, página 3 – Rogaciana escrito por Ciro Teles

O FIFÓ de 14 de dezembro de 1977 – Depoimento de Leôncio Basbaum

- **Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista**

A NOTÍCIA, de 02 de Fevereiro de 1923, número 149, página 2 – Creadinha

A NOTÍCIA, de 02 de Fevereiro de 1923, número 149, página 2 – Deviam assinar termo de bem viver escrito por Catão

O COMBATE, de 19 de Maio de 1935, número 34, página 4 – O 13 de Maio foi festejado em nosso meio

O COMBATE, 16 de maio de 1937, nº 34. p. 1 – 13 de Maio

O COMBATE de 14 de Maio de 1943, número 23, página 4 – Festejado o dia 13 de maio

O COMBATE de 21 de Julho de 1944, número 30, página 1 – Ganhou a preta velha escrito por Garcia Resende

O COMBATE de 22 de Janeiro de 1947, número 14, página 1 – Resultado da Feira realizada no dia 25 de Dezembro em benefício da Santa Casa de Misericórdia

O COMBATE de 11 de Junho de 1947, número 26, página 2 – Feira livre em benefício das Festas do Sagrado coração de Jesus

O SERTANEJO de 15 de Maio de 1976, número 596, página 2 – Crônica da semana – CCXLIX: 13 de maio de ontem, escrita por Bruno Bacelar

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E LIVROS

AGUIAR, Itamar Pereira. *Do Púlpito ao baguiço: Religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca*. 327f. Dissertação (Doutorado em Ciências sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

AMADO, João; CRUSOÉ, Nilma; VAZ-REBELO, Piedade. (Coord.). *Investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Coordenação editorial imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Stephanie. The stories nations tell: Sites of pedagogy, historical consciousness, and national narratives. *Canadian journal of Education/Revue canadienne de l'éducation*, v. 40, n. 1, p. 1-38, 2017.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-latina: 1800-2000*. Tradução de Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ARIÉS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. Tradução de Priscila Viana de Siqueira.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MADONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura negra e identidades).

BERTOLONI, João da Silva; MIRANDA, Thiago de Carvalho; SANTOS, Fábio Aparecido dos. Evidência. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. *Competências do pensamento histórico*. Curitiba: W. A. Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica, Volume 2).

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: Algumas reflexões. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder* Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A abolição aboliu o quê?* Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de Maio 1988. Caderno Folhetim, p. 8-9.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CASSIMIRO, Ana Palmira B. Santos. A casa de Henriqueta Prates: um pouco da sua história. In: FONSECA, Humberto J. et al. *História e Cotidiano no Planalto de Conquista*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1998, p.22-56 (Série Memória Conquistense, 3).

CHAGAS, Waldeci Ferreira. O teatro de bonecos; uma metodologia de inserção da história das populações negras na sala de aula. *Revista África e Africanidades* – Ano 2 n. 8, fev. 2010.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CRESPO, Fernanda Nascimento. Laudelina de Campos Mello: Histórias de vida e demandas do presente no Ensino de História. *Revista Cantareira*. Universidade Federal Fluminense UFF; edição 24/jan – jun, p.162 a 177, 2016.

DIAS, Maria Heloísa Martins. “Irene no céu”: Poesia e racismo. *Revista Fim do mundo*, nº 4, Jan/abr 2021, p.307 a 313.

DOMINGUES, Petrônio José. A “redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História da ANPUH*, São Paulo v. 31. p. 19-48, dez. 2011.

DOMINGUES, Petrônio José. Zizinha Guimarães: entre a História e a memória. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo negro, 2012.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular Coedição Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Luís. *Revista Histórica Taberna da História – 100 Anos de Jornalismo em Conquista*. Vitória da Conquista: Graficalog. 2011.

FERNANDES, Luís. *Revista Histórica Taberna da História – história da educação em Conquista*. Vitória da Conquista: Graficalog. 2013.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros; ROCHA, Altamar Amaral; AGUIAR, Iara Silva. As vilas do município de Vitória da Conquista: uma análise das redes. *VII Congresso brasileiro de geógrafos: A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos*, 10 a 16 de agosto de 2014. Vitória - Espírito Santo.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos libertos na Bahia (1870-1910)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRONZA, Marcelo. Relação entre Pensamento Histórico e vida prática. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. *Competências do pensamento histórico*. Curitiba: W. A. Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica, Volume 2).

GERMINARI, Geyso. Educação Histórica: A constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 42, p.54-70, jun2011 – ISSN: 1676 – 2584.

GERMINARI, Geyso. Empatia Histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. *Competências do pensamento histórico*. Curitiba: W. A. Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica, Volume 2).

GOMES CARRASCO, Cosme J.; VIVAS MORENO, Verônica; MIRALLES MARTÍNEZ, Pedro. Competencias históricas y narrativas europeas/nacionales em los libros de texto. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.49, n. 172, p. 210-234, abr/jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145406>

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Enciclopédia Negra*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras – educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. IV Encontro anual da associação brasileira de pós-graduação e pesquisa nas ciências “Temas e problemas da população negra no Brasil”. *Revista Ciências Sociais hoje*. Anpocs, 1984, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBBSAWM, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

hooks, bell. *Olhares Negros: raça e Representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Tradução de Stephanie Borges.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho – trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa, século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2^a ed (Coleção Nordestina, volume 98, 2017).

JODELET, D. Représentations sociales: um domaine em expansion. In: JODELET, D (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ – Faculdade de Educação, dez.1993.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLÜPPEL, Giuvane de Souza; CERRI, Luis Fernando. Entre Consciência Histórica e Narrativa Mestra: A identidade na narrativa de jovens graduandos em História da cidade de Ponta Grossa, Paraná. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas do Ensino*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 16-39, jul./dez., 2018.

MATA, Iacy. *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

MEDEIROS, Ruy H.A. *História local e memória: limites e validade*. Campinas: Librum Editora, 2013.

MIGUEL, Antonieta. *Vida material e Cotidiano: a Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *3º Seminário nacional de relações raciais e educação – PENESB-RJ*, 2003.

NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o “negro”*: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista - BA (1870/1930). 2008. 178f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Washington Santos. Maria Jacaré, Joaquim Curandeiro e o samba na casa de Pedro Fumaça: elementos do universo cultural da população negra no sertão baiano (1850-1888). *Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico*. 27-29 de novembro de 2006 (p. 251-278).

NOGUEIRA, Martha B. *Mulher negra e empoderamento: Trajetória e memórias de dona Dió do Acarajé na cidade de Vitória da Conquista*. 175f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e contemporaneidade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2016.

NOVAES, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)*. 188f. Dissertação (Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

OLIVEIRA, Dilson Ribeiro de. *Imperial Vila da Vitória*. Vitória da Conquista: Brasil artes gráficas, 2005.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (Quase) extermínio aos dias atuais*. Salvador: Sagga Editora, 2020.

ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia artes gráficas, 1982.

PASSOS, Flávio José dos. *Beco de vó Dola: Territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista*. 295f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais com concentração em Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

RIBEIRO, Heloar Vasconcelos. *Blogueiras de moda e moças de família: a construção de referências de moda em Vitória da Conquista*. 95f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagens e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. *Tudo isso antes do século XXI: estruturas e significados em narrativas da História do Brasil por estudantes do Ensino Fundamental*. 2012. 321f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e Paradgimas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTOS, Ocerlan Ferreira; NASCIMENTO, Washington Santos. Dimensões da vida escrava na Imperial Vila da Vitória nos últimos anos da escravidão (1870-1888). Vitória da Conquista. *Revista Politeia: História e Sociedade*. Volume 10, nº1, p. 107-130, 2010.

SANTOS, Ocerlan Ferreira. *Memórias da escravidão e das mestiçagens no Sertão da Bahia do século XIX*. 212f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Interculturalidade, Humanismo e Educação Histórica: formação da consciência histórica é mais do que literacia histórica? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo. *Consciência Histórica e interculturalidade: investigações em educação histórica*. Curitiba: W. A. Editores, 2016. p. 21-33.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Por que Pensamento Histórico? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. *Competências do pensamento histórico*. Curitiba: W. A. Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica, Volume 2).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. 2ed. São Paulo: Scipione, 2009. Coleção Pensamento e ação na sala de aula.

- SCHWARCZ, Lilia. Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 9-17.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEIGEL, Micol; GOMES, Tiago de Melo. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. Vol. 22; nº 43, p. 171-193. São Paulo, 2002.
- SILVA, Alberto Bonfim. Presenças e invisibilidades dos Afro-brasileiros em Vitória da Conquista (Brasil). *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.19, nº 02, p.138-147, jul./dez, 2017.
- SOUSA, Angelita Cunha da Silva. *A rua do Maga Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista – BA (1950-1971)*. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras; Cultura, educação e linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013.
- SOUZA, Belarmino de Jesus. Peduros e Meletes: disputas do poder local no Sertão da Bahia. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005.
- TANAJURA, Mozart. *História de Conquista – crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas, 1992.
- VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista, v. 1, 1982.
- VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista, v. 2, 1982.
- VON BORRIES, Bodo. Competência do pensamento histórico: domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico? *Educar em Revista*, Curitiba, v. 60, n. 1, abr/jun. 2016, p. 171-196.

ANEXOS

CADERNO DE ATIVIDADES DO BAÚ DE MARIA ROGACIANA



Produto pedagógico para aulas de História no Ensino Médio
Elaborado por Giovana Alves Marques

Apresentação:

Caros Professores e Professoras:

O presente Caderno de Atividades foi elaborado como produto pedagógico que integra a dissertação intitulada: O Baú de Maria Rogaciana na Aula de História – Trajetória de uma mulher negra e representações das Festas do Treze de Maio em Vitória da Conquista/BA (1888-1956), defendida por mim em novembro de 2022, no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória -, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dantas Pina

Ao destinar-se aos professores e às professoras, o ProfHistória toma como pressuposto a premissa de que é necessário desdobrar as reflexões teórico-metodológicas realizadas pelos profissionais da Educação - vinculados ao programa do Mestrado - em propostas de ação pedagógica concretas que possam ser aplicadas, em sala de aula, com alunos e alunas da Educação Básica.

Portanto, esta obra tem como objetivo propor aos docentes algumas atividades para as aulas sobre o assunto em foco, com inteira liberdade para adaptações, de acordo com as necessidades da prática pedagógica e com o contexto no qual se inserem. Com o propósito de ampliar as possibilidades de uso desse material, as atividades propostas não se restringem à temática da trajetória de Maria Rogaciana e à Festa do Treze de Maio no Planalto da Conquista. É na verdade um convite para abordar com os/as estudantes, a temática étnico-racial especialmente sob a perspectiva das mulheres negras. Desse modo, o Caderno ultrapassa os limites territoriais e temporais implicados nessa História.

A centralidade das propostas está na busca pela discussão acerca da condição das mulheres negras no Pós-abolição, assim como Maria Rogaciana da Silva, em Vitória da Conquista, na Bahia, no Brasil, por meio do estabelecimento de uma relação dialógica entre o passado, presente e perspectivas de futuro.

As atividades têm como aporte reportagens jornalísticas, imagens, excertos da dissertação da qual o Caderno faz parte, poemas, letras de músicas, enfim, vários textos que abordam a temática étnico - racial, notadamente escritos por mulheres intelectuais negras como Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo e Grada Kilomba. O uso de várias fontes expressa a preocupação em permitir a alunos e alunas o contato com discursos atravessados por diferentes perspectivas, municiando-os a compreender que a História é construída com base em múltiplas interpretações acerca das evidências localizadas nas fontes.

Para além do tema da pesquisa realizada, em suas configurações factuais e temporais, as propostas perseguem o intento de estimular o desenvolvimento das habilidades do pensamento histórico, da capacidade de pensar historicamente e de contribuir para a interpretação do passado considerando os desafios do tempo presente e as possibilidades de construir um futuro no qual as desigualdades de raça, gênero e classe não sejam estruturantes.

A iniciativa de elaborar o Caderno é uma proposição assentada sobre pressupostos defendidos pelo campo de pesquisa e reflexão teórica que fundamenta este trabalho - a

Educação Histórica. Dentre eles, o de que os materiais didáticos disponibilizados nas aulas devem contribuir para a construção de leituras históricas do mundo ancoradas nos processos de ensino-aprendizagem transcorridos nas escolas, mas também em outros lugares sociais e pedagógicos como arquivos, festas comemorativas, tradições, literatura, jornais...

A opção por abordar, na pesquisa e no produto pedagógico, temática relativa às questões étnico-raciais parte da percepção da urgência de problematizá-las em sala de aula dada a necessidade que a juventude tem de refletir acerca de questões tão necessárias para os processos de construção identitária alicerçados no reconhecimento e respeito ao outro. E, quem sabe, assim possibilitar caminhos para a vida prática assentados na valorização da luta e resistência à violência concreta e simbólica imposta pela sociedade racializada.

Por conseguinte, as propostas de atividades foram divididas em três eixos que, entretanto, se intersectam, conectam-se por se tratarem de aspectos relativos à mesma temática. São eles: Visões sobre a Abolição e o Protagonismo negro; Mulheres negras na História: Invisibilidade, racismo, estereótipos e resistência e Representações sobre Maria Rogaciana, a Festa do Treze de Maio e as questões étnico-raciais.

As atividades contidas no Caderno podem ser adaptadas, aplicadas na íntegra ou selecionadas, de forma sequenciada ou não, em bloco, no formato de projeto, oficina ou intercaladas ao longo das unidades. Espera-se que possam, de algum modo, contribuir para os processos refletivos e de construção da Consciência histórica, desdobrados em sala de aula e com a produção de outras narrativas pelos estudantes e professores em que as mulheres negras como Maria Rogaciana saiam da invisibilidade e possam ser evidenciadas e reconhecidas como sujeitos da História.

Boa leitura e que esse material possa, de alguma forma, inspirá-los na abordagem das questões raciais, com foco na luta antirracista nas trincheiras da sala de aula!

Sumário:

1ª Parte: Visões sobre a Abolição e o Protagonismo negro

Proposta 1: Abolições

Proposta 2: Estandartes da Resistência negra

2ª Parte: Mulheres negras na História: Invisibilidades, racismo, estereótipos e resistência

Proposta 3: A voz das mulheres

Proposta 4: Invisibilidade, racismo e estereótipos

Proposta 5: Por uma sala de aula cujas portas, janelas e mentes estejam abertas para a História das mulheres negras

Proposta 6: Uma cidade construída por mulheres

3ª Parte: Representações sobre Maria Rogaciana, a Festa do Treze de Maio e as questões étnico-raciais

Proposta 7: Um rolê no arquivo

Proposta 8: Análise de fontes

Proposta 9: Maria Rogaciana e a Festa da Abolição em cena

Proposta 10: Os gostos e sabores da História

Proposta 11: Receitas do tempo de Rogó

Proposta 12: Visões sobre a morte de Maria Rogaciana

Proposta 13: Black is Beautiful

1ª Parte:
**Visões sobre a Abolição
e o Protagonismo negro**

PROPOSTA 1: ABOLIÇÕES

A atividade a seguir mobiliza conceitos de caráter cronológico, conceitual/factual; entretanto, essa conduz, prioritariamente, à reflexão sobre conceitos vinculados às habilidades do pensamento histórico, como a visão de que a História é uma interpretação das fontes/evidências; a relevância histórica do 13 de Maio; as causas e consequências da Abolição; as mudanças e continuidades da sociedade brasileira no pós-1888; as perspectivas históricas dos povos do passado que viveram naquele contexto histórico em contraste com a dos povos da atualidade e a dimensão ética que perpassa a análise e a construção de inferências acerca das implicações históricas do passado escravista sobre as relações étnico-raciais estruturadas no país no tempo presente.

Objetivo: Analisar a importância histórica do 13 de maio, destacando as diferentes perspectivas dos povos do passado, inseridos em contextos históricos específicos, sobre a abolição, em contraste com os que vivem no presente e estabelecendo relações entre o passado escravista e as relações étnico-raciais existentes no Brasil contemporâneo.

1º Passo: Os alunos e as alunas serão convidados a ler o texto do historiador José Murilo de Carvalho.

A ABOLIÇÃO ABOLIU O QUÊ?

José Murilo de Carvalho

As datas históricas têm o sentido que cada geração, ou cada grupo social, lhes dá. O centenário da abolição da escravidão tem dado margem a um grande debate em torno do sentido do 13 de Maio. Há hoje vários 13 de Maio competindo por corações e mentes. Há o 13 de Maio tradicional, o da princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. Trata-se de espécie em extinção. Sobrevive em cartilhas escolares, na fala de homens de governo e, queiram ou não os militantes negros, em setores populares da população negra. No pólo oposto, há o 13 de Maio maldito, o 13 de Maio engodo, empulhação, golpe branco contra o avanço da população negra. E espécie em ascensão. Foi gerado e expande-se especialmente dentro dos movimentos negros. Para substituí-lo na mitologia social, constrói-se outra data histórica, o 20 de Novembro, morte de Zumbi. Enfim, há o 13 de Maio crítico, espécie também em ascensão. O valor positivo da data é mantido mas sob luz diferente. A ênfase deixa de cair sobre a ação da princesa, ou do governo em geral, e se transfere para o movimento popular, aí incluída a reação dos próprios escravos. Em vez de doação real, a data é vista como conquista popular. Tal versão germina nos meios acadêmicos envolvidos na revisão da historiografia da escravidão.

Contrastes

A primeira versão deve ser deixada morrer em paz. A segunda estabelece oposição falsa entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro, ao caricaturar o primeiro e mitificar o segundo. A terceira abre perspectivas de debates que me parecem mais promissoras se o problema negro for visto, como creio deve ser, como problema nacional e não apenas como dizendo respeito a minoria oprimida. Mas na revisão do sentido da data é preciso ir além da estéril dicotomia doação/conquista. É preciso explorar outros sentidos que tornem o 13 de Maio mais inteligível e mais relevante para os dias de hoje. [...]

Longa escada

Em tal sociedade hierarquizada, a igualdade decretada pela lei tinha escassa consequência. Havia hierarquias de vária natureza e as pessoas sabiam, com ou sem a lei, onde se deviam colocar e onde deviam colocar os outros. Havia hierarquia de condição social (livre/escravo), de sexo (homem/mulher), de cor (branco/mulato/negro), de educação (bacharel/alfabetizado/analfabeto), de classe (proprietário/não – proprietário). A passagem da condição de livre não era um salto para a cidadania. Era apenas pequeno passo numa longa escada hierárquica.

A escada ia desde o mais baixo possível dos degraus, o de uma mulher negra, de escravo negro que era, por sua vez, escravo de outro escravo negro, até o mais alto, o do grande proprietário, formado nas academias de direito, membro da elite política. Entre os dois extremos, grande variedade de posições intermediárias. Ao romper a linha da escravidão, o liberto tinha pela frente as barreiras da cor, da educação, da propriedade. A liberta tinha ainda a barreira do sexo. Libertar-se, então, era apenas vencer a primeira barreira, subir o primeiro degrau da longa escada social. O ex-escravo das fazendas via-se integrando o vasto proletariado rural, analfabeto, expropriado, sujeito aos senhores de terra. O ex-escravo urbano engrossava as fileiras do proletariado das cidades, também em sua maioria analfabeto e alheio a um sistema político que não lhe dava espaço, no qual ele era visto como um bestializado. Daí que a abolição aboliu muito pouco. A casa grande dos poderosos e a senzala dos pobres continuaram a marcar a vida do país.

[...]

Indiferença

[...] Nos últimos anos da escravidão foi sem dúvida intenso o movimento de revolta e de fuga de escravos patrocinado pelos abolicionistas das cidades. Mas não havia por trás deste movimento estrutura organizacional que pudesse dar sequência à abolição que, segundo Rebouças, era apenas o passo inicial.

A Igreja Católica não abria espaço para a organização negra, em parte por ser centralizada e controlada por brancos, em parte por ter sido sempre conivente com a escravidão. [...] Restava aos negros, como elemento de organização, a prática dos cultos africanos [...]. Esta prática serviu para preservar valores negros e para incutir senso de identidade nos ex-escravos. [...]

Do Estado naturalmente nada se podia esperar. A Coroa certamente teve ação positiva no sentido de apressar a abolição. Mas para a elite política em geral a abolição era um fim em si, era a eliminação de um estigma incômodo perante o mundo ocidental. A pessoa do escravo ou do liberto importava pouco, se importava alguma coisa. Nada se fez em benefício dos libertos, apesar dos apelos de abolicionistas como Rebouças no sentido de se lhes dar terra e educação. O maior debate após a abolição foi sobre a indenização dos ex-senhores e não sobre a assistência aos ex-escravos. A República, mais próxima do darwinismo social do que do paternalismo monárquico, só agravou o abandono dos

libertos. Novamente atuavam aí valores sociais. Não se promoveu a educação dos libertos porque, entre outras coisas, a educação popular não era um valor social. Não era reivindicada nem mesmo pelos que dela se viam privados. Hoje, um século decorrido, os negros mal começam a franquear as portas da universidade.

O 13 de Maio não deve ser descartado porque teve sentido positivo. Não pode, por exemplo, ser comparado com as proclamações da Independência e da República a que o povo assistiu bestializado. O 13 de Maio foi o coroamento da primeira mobilização nacional da opinião pública, mobilização a que aderiram escravos, libertos, estudantes, jornalistas, advogados, intelectuais, empregados públicos, setores do operariado. Como tal, sua importância não pode ser ignorada. Mas, como vimos, em termos de resultados a abolição aboliu muito pouco. A distância que separava o ex-escravo da condição de cidadão era enorme, como continua enorme até hoje a distância que separava a população negra da mesma condição.

José Bonifácio, em sua justamente famosa representação à Assembleia Constituinte de 1823, chamou a escravidão de cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação. A abolição veio demonstrar que o cancro é mais profundo, que a metástase atinge o corpo inteiro da nação. Ele tem a ver com os valores hierárquicos e sua carga de preconceitos que estruturam nossa sociedade, bloqueiam a mobilidade, impedem a construção de uma nação democrática. A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas mais diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, deve ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século 19, não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.

(CARVALHO, 1988, p. 8-9)

2º Passo: Agora, responderão, em dupla, às questões que serão, posteriormente, debatidas em sala de aula

Questões sugeridas:

- 1- O texto, escrito em 1988, por ocasião do centenário da Abolição, utiliza a palavra “escravos”. Atualmente os historiadores têm preferido usar a expressão “escravizados”/“escravizadas”. Qual seria a motivação dessa mudança?
- 2- A Abolição foi um fato histórico que permite uma única interpretação ou múltiplas? Justifiquem.
- 3- Com base na leitura do texto, em que se fundamentam as interpretações construídas pelos historiadores?
- 4- Qual a diferença da interpretação de um fato histórico por um historiador e uma pessoa que não tem a formação em História?
- 5- De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, quais as principais interpretações sobre o fato ocorrido no dia 13 de Maio de 1888?
- 6- As interpretações sobre um fato histórico, como discutido no texto, expressam interesses econômicos, políticos, ou são isentas de interesses, visões de mundo?

- 7- Dentre as interpretações expressas no texto de Carvalho, qual vocês acham mais coerente de acordo com os conhecimentos históricos que possuem? Justifiquem sua escolha.
- 8- Expliquem a afirmação do autor a seguir com relação à situação dos escravizados e seus descendentes no pós-abolição: “A passagem da condição de livre não era um salto para a cidadania. Era apenas pequeno passo numa longa escada hierárquica.”
- 9- Vocês concordam com o autor que a “abolição aboliu muito pouco”? Expliquem.
- 10- De acordo com o texto, a preservação das religiões de matriz africana e da cultura de origem afro-brasileira contribuíram para estimular o sentimento de identidade entre negros e negras. Vocês concordam ou não? Argumentem.
- 11- Que diferença o autor aponta entre o 13 de Maio (Abolição) e outras datas representativas de fatos considerados marcantes na história brasileira?
- 12- Comentem a frase do texto: “A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação.”

3º Passo: O/a professor/professora convida os/as estudantes a observarem a letra da música abaixo, a assistirem ao vídeo com a música e as imagens e a responderem à questão sugerida:

14 de Maio

Jorge Portugal e Lazzo Matumbi

No dia 14 de maio, eu saí por aí
 Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
 Levando a senzala na alma, eu subi a favela
 Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci
 Zanzei zonzo em todas as zonas da grande agonia
 Um dia com fome, no outro sem o que comer
 Sem nome, sem identidade, sem fotografia
 O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver
 No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
 Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
 Nenhuma lição, não havia lugar na escola
 Pensaram que poderiam me fazer perder
 Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta
 Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
 A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
 Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu
 Será que deu pra entender a mensagem?
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Agora que você me vê
 Repare como é belo
 Êh, nosso povo lindo

Repare que é o maior prazer
Bom pra mim, bom pra você
Estou de olho aberto
Olha moço, fique esperto
Que eu não sou menino

(Fonte:

https://www.youtube.com/watch?v=D2eruBvSWhs&ab_channel=ThiagoGarcia.

Acesso em 29 de Maio de 2022).

Questão para discussão:

- Essa música de Jorge Portugal e Lazzo Matumbi dialoga com o texto de José Murilo de Carvalho? Argumentem.

4º Passo: A sala será dividida em 4 grupos que devem criar um *Flash Mob* (apresentação curta de dança, em grupo) cheio de expressão corporal, linguagem teatral e criatividade com a música. A ideia é pôr a mente e o corpo para dançar, imaginar e criar!

PROPOSTA 2: ESTANDARTES DA RESISTÊNCIA NEGRA

Nas Festas do Treze de Maio, organizadas em Conquista no período compreendido entre as primeiras décadas do século XX, até meados dos anos 1950, eram realizadas passeatas pelas ruas da cidade, com a presença de estandartes em homenagem especialmente à Princesa Isabel e a Ruy Barbosa. Assim a atividade propõe uma reflexão sobre as lutas pela Abolição e o protagonismo negro nesse processo cujos desdobramentos se dão até a atualidade.

Objetivo: Evidenciar a importância de negros e negras na construção do Brasil, ressaltando as diferentes perspectivas e formas de resistência engendradas pelos afrodescendentes nas lutas pela abolição e na busca por combater o preconceito, o racismo e ocupar outros lugares sociais no pós-1888, a despeito do processo de invisibilização e exclusão a que esses, historicamente, têm sido submetidos.

1º Passo: No baú, há alguns estandartes com a imagem de negros e negras que, ao longo do período escravista, configuram-se como nomes representativos de pessoas que contribuíram para a abolição e também de agentes históricos que, no pós-1888, destacaram-se na luta e resistência negra contra o racismo e a exclusão social. O/a professor/professora dividirá a classe em equipes e distribuirá entre os estudantes os estandartes costumizados contidos no baú e que podem ser facilmente substituídos por outras imagens, adaptando-se às possibilidades e perspectivas de cada professor/professora.

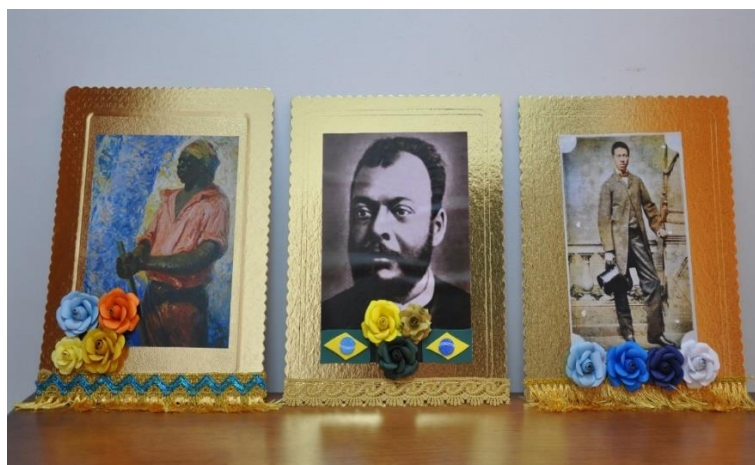
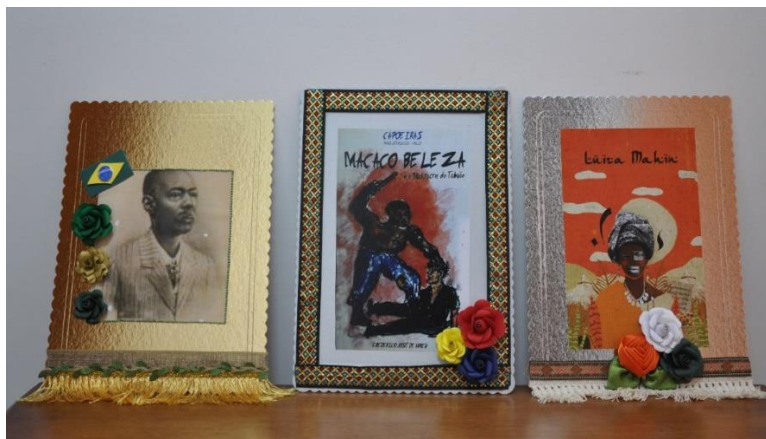


Imagem 1: Estandartes de Zumbi dos Palmares e dos abolicionistas José do Patrocínio e André Rebouças.
Fotografia de Jairo de Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.⁹⁸

⁹⁸ Imagens:



Estandartes dos abolicionistas baianos Manoel Querino e Macaco Beleza e de Luísa Mahin⁹⁹.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.



Estandartes da Princesa Isabel, do abolicionista Luiz Gama e Ruy Barbosa¹⁰⁰.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. Pintura Zumbi (1927), pintura de Antônio Parreiras (1860 – 1937) / Acervo do Museu Antonio Parreiras, Niterói. Disponível em:

<<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=3578>>. Acesso em 08 out.2022.

ACADEMIA. Imagem de José do Patrocínio. Disponível em:

<<https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>> Acesso em 08 out.2022.

MAAV. Imagem do engenheiro André Rebouças. *In: Os Grandes Projetos de Engenharia de André Rebouças*. Disponível em: <<https://www.maavblog.com/2022/01/os-grandes-projetos-de-engenharia-de.html>> Acesso em 08 out.2022.

⁹⁹ Imagens:

DICIONÁRIO DE ARTE NA BAHIA. Retrato de Manuel Querino constante do livro: “Artistas Bahianos (indicações biográficas)”. Disponível em:<

<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/manuel-querino-manoel-raymundo-querino/>>.

Acesso em 08 out.2022.

ABREU, Frederico José de. Capa do Livro Macaco Beleza e o massacre do Taboão. Disponível em:<

http://mapadacapoeira.com.br/descricaoPontos.aspx?fk_ponto=17>. Acesso em 08 out.2022.

AZMINA, Revista. Imagem Luísa Mahin. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/heroinas-negras-do-brasil/>>. Acesso em 08 out.2022.

¹⁰⁰ Imagens: WIKIMEDIA COMMONS. Foto da Princesa Isabel. *In: Category: Isabel, Princess Imperial of Brazil*. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category: Isabel_Princess_Imperial_of_Brazil?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Isabel_Princess_Imperial_of_Brazil?uselang=pt-br)>. Acesso em: 06 out.2022.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Foto do abolicionista Luís Gama. *In: Artigo: Luís Gama*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Gama>. Acesso em:06 out.2022.

Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022



Imagem 4: Estandartes das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo e da vendedora de acarajés conquistense, D. Dió¹⁰¹.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.



Imagem 5: Estandartes da vereadora e ativista política Marielle Franco; Do compositor e cantor Mangueirense – Cartola e de Gilberto Gil¹⁰².

BAURU TV. Foto de Rui Barbosa. In: Ruy Barbosa – Jurista, Escritor e Político Brasileiro Disponível em: <<https://baurutv.com/2016/11/09/ruy-barbosa-jurista-escritor-e-politico-brasileiro-2/>>. Acesso em: 06 out.2022.

¹⁰¹ Imagens:

CORREIO DO CIDADÃO. Foto de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: <<https://www.correiodocidadao.com.br/curta/dia-internacional-da-mulher-escritos-de-carolina-maria-de-jesus-em-destaque/>>. Acesso em 08 out.2022.

EVARISTO, Conceição. Fotografia, in: Beco das palavras: 2018. Disponível em: <<https://becodaspalavras.com/2018/03/13/desafio-literario-janeiro-2018-conceicao-evaristo/>>. Acesso em: 06 out.2022.

BLOG DO ANDERSON. Foto de Dona Dió do acarajé. 2017. Disponível em: <<https://www.blogdoanderson.com/2017/06/19/voz-do-muro-dona-dio-e-homenageada-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em 08 out.2022.

¹⁰² Imagens:

ECO A UOL. Foto Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/05/28/como-marielle-virou-inspiracao-e-sinonimo-de-luta-por-direitos-humanos.htm>>. Acesso em 08 out.2022.

2º Passo: Decorrido algum tempo, os membros das equipes irão apresentar os estandartes que receberam aos demais colegas, podendo até realizar um pequeno cortejo pela sala com os estandartes erguidos, esclarecendo se conhecem aquelas personalidades históricas ou não; caso saibam falarão sobre elas/eles e se não identificarem os estandartes deverão usar a imaginação e apresentar as impressões que a fonte imagética provoca (identificar personalidade, idade, trabalho, lugar social ocupado, visões de mundo, perspectivas ...). Há também a possibilidade de um/a aluno/aluna de outra equipe conhecer a figura histórica retratada, sendo permitido a intervenção, o diálogo com os demais estudantes.

3º Passo: Após todas as equipes realizarem a tarefa, o/a professor/professora confirma/informa os nomes representados nos estandartes e pede à classe que realize uma pesquisa, em casa ou na própria escola, se porventura houver a possibilidade de os estudantes acessarem celulares, computadores, chromebooks, ...

4º Passo: Na aula seguinte, abre-se a discussão acerca da relevância histórica dos negros e das negras representados, destacando as causas e consequências de suas lutas e contribuições históricas; as mudanças e continuidades dos desafios impostos ao povo negro na história do Brasil; as diferenças entre as perspectivas históricas das pessoas do passado e as de hoje; as implicações da trajetória de resistência dos afrodescendentes nas configurações da sociedade atual. É importante lembrá-los que a luta antirracista se faz cotidianamente, utilizando-se de várias estratégias, por pessoas comuns, geralmente anônimas que, na maioria das vezes, não aparecem nos livros, jornais, como, por exemplo, líderes comunitários, capoeiras, mães de santo, feirantes, pessoas da família, professores/professoras, baianas de acarajé, trabalhadoras domésticas ...

5º Passo: Para concluir a atividade o professor/a professora distribui materiais aos estudantes: fitas, retalhos, papel, tintas, para que criem um estandarte em homenagem à luta e resistência negra. Podem utilizar desenhos, pinturas, grafites, poemas...

SETOR 1. Foto de Cartola. 2020. Disponível em: <https://setor1.band.uol.com.br/como-dona-zica-e-um-motorista-atrasado-ajudaram-a-criar-classica-capa-de-cartola/Cartola> . Acesso em 08 out.2022.

POPLINE . Foto de Gilberto Gil. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/show-inedito-de-gilberto-gil-com-orquestra-e-lancado-no-youtube/>>. Acesso em 08 out.2022.

2ª Parte:
As mulheres negras
na História:
Invisibilidades, racismo,
estereótipos e resistência

PROPOSTA 3: A VOZ DAS MULHERES

Com o aporte das fontes escritas (excerto do romance e o poema, ambos da escritora negra Conceição Evaristo) os alunos são estimulados a fazer a leitura, a interpretação crítica sobre o material disponibilizado, observando as causas e consequências do passado escravista e da abolição para as mulheres negras; as mudanças e continuidades presentes nas experiências de vida dessas mulheres; a relevância de conhecermos, refletirmos e retirarmos da invisibilidade tais trajetórias históricas. Por conseguinte, a atividade ressalta a importância de analisarmos historicamente, na perspectiva da dimensão ética, as implicações de questões de raça, gênero e classe nas vidas das mulheres negras e pertencentes às camadas sociais mais baixas.

Objetivo: Reconhecer a importância de romper com o silenciamento imposto às mulheres negras e pobres na História do país tanto no passado escravista quanto no pós-abolição, destacando as mudanças e continuidades presentes nas experiências de vida dessas mulheres, cujas existências foram atravessadas pela intersecção das categorias raça, gênero e classe.

1º Passo: Pedir aos estudantes que leiam o fragmento do romance *Ponciá Vicêncio*

Trecho do romance *Ponciá Vicêncio* – Conceição Evaristo

Quando os filhos de Ponciá Vicêncio, sete, nasceram e morreram, nas primeiras perdas ela sofreu muito. Depois, com o correr do tempo, a cada gravidez, a cada parto, ela chegava mesmo a desejar que a criança não sobrevivesse. Valeria a pena pôr um filho no mundo? Lembrava-se de sua infância pobre, muito pobre na roça e temia a repetição de uma mesma vida para os seus filhos. O pai trabalhava tanto. A mãe pelejava com as vasilhas de barro e tinham apenas uma casa de pau a pique coberta de capim, para abrigar a pobreza em que viviam. E esta era a condição de muitos. Molambos cobriam o corpo das crianças que até bem grandinhas andavam nuas. Entretanto, assim que as meninas cresciam um pouco, as mães providenciavam panos para tapar-lhes o sexo e os seios. Crescera na pobreza. Os pais, os avós, os bisavós sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíram da roça, fugiam para a cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Umas sobras de roupa e de alimento para compensar um salário que não bastava. Um homem sisudo, cansado, mais do que ela talvez, e desesperançado de outra forma de vida. Foi bom os filhos terem morrido. Nascer, crescer, viver para quê? [...] De que valera o padecimento de todos aqueles que ficaram para trás? De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem o ideal quilombola? De que valera o desespero de Vô Vicêncio? Ele, num ato

de coragem-covardia, se rebelara, matara uns dos seus e quisera se matar também. O que adiantara? A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida.

(EVARISTO, 2018, p. 66-67).

2º Passo: Solicitar aos alunos e alunas que respondam às questões:

- 1- Ponciá Vicêncio, personagem do livro de uma das grandes escritoras negras da atualidade, Conceição Evaristo, afirma no início do texto que sofreu muito com a perda dos primeiros filhos. Como você descreveria essa mulher?
- 2- No texto, a relação entre as diferentes gerações da família Vicêncio parece ser mais caracterizada pelas mudanças ou permanências? Cite elementos para fundamentar sua opinião.
- 3- O texto, segundo sua percepção, diz respeito ao período da escravidão ou do pós-abolição? Justifique a resposta.
- 4- Por que Ponciá Vicêncio sentia-se escravizada?
- 5- Na sua opinião, as mulheres negras no Brasil pós-abolição encontraram muitas oportunidades de inserção social? A questão racial e de gênero, juntamente com a condição econômica, interferem de que forma nessa inserção?

3º Passo: Os/As estudantes são convidados a lerem o poema “Vozes – Mulheres” e a responderem às questões, que serão, posteriormente, discutidas com toda a sala de aula.

Vozes-Mulheres

Conceição Evaristo

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos

com rimas de sangue
e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2021, p. 24-25)

1- O poema “Vozes – mulheres”, também de Conceição Evaristo, aborda a mesma temática do texto *Ponciá Vicêncio*? O que você destacaria que existe em comum e quais as diferenças entre o poema e o texto?

2- Você conhecia a escritora negra Conceição Evaristo? Pesquise sobre ela, escolha um poema ou fragmento de texto e traga para ler para a turma e discutirmos na próxima aula.

3- Em Vitória da Conquista, existe algum monumento histórico, nome de rua que homenageia alguma mulher negra? Problematize essa questão.

4º Passo: Mobilizar os/as alunos/alunas para que se reúnam em grupos, imaginem um projeto bem criativo e simbólico e depois construam um monumento histórico (estátua, escultura, instalação artística ...), usando materiais reciclados da sua casa, da escola, encontrados na natureza (papelão, caixas, latas, plástico, galhos de árvores caídos, pedras, madeira, barro, papel reciclado ...) dedicado às mulheres negras brasileiras. A intenção é criar, na escola, um espaço destinado a homenageá-las. Tal atividade parte do pressuposto de que é importante que a escola e o ensino de História ressignifiquem os espaços públicos e discutam sobre a construção dos monumentos, a escolha dos temas e pessoas homenageadas e a forma como as mulheres negras são representadas nesses. Diante disso, os estudantes deverão, no final, elaborar um relatório com:

- a) A imagem do monumento;
- b) Um nome/título para ele;
- c) Os materiais usados;
- d) A forma como escolheram representar as mulheres negras na atividade;
- e) A presença ou não de monumentos em homenagem a elas nos espaços públicos da cidade.
- f) A justificativa/explicação sobre a importância de retratar mulheres negras nos monumentos.

Proposta 4: Invisibilidade, racismo e estereótipos¹⁰³

Esta atividade parte da premissa de que no Brasil, historicamente, a história de negros, negras, indígenas foi, por muito tempo, invisibilizada. Isso se deve ao predomínio da visão colonial que valorizava tudo que se referia à Europa e cujos resquícios ainda se fazem presente entre muitos brasileiros e brasileiras. Enquanto, devido ao eurocentrismo, a Europa era exaltada, os elementos associados à ancestralidade indígena e negra eram alvo de preconceitos e apagados da história.

Tal visão vem sendo alvo de críticas e iniciativas por parte da academia e das escolas no sentido de mudar a forma de interpretar e narrar a História do Brasil. Assim, por meio da atividade, o/a aluno/aluna é instado/a a refletir, ancorado/a nas experiências de vida que possuem, nas informações que são difundidas nos meios de comunicação, nos textos disponibilizados a respeito das questões étnico-raciais, o racismo e o impacto deste sobre a definição das identidades, bem como as consequências dos estereótipos especialmente para os afrodescendentes. A proposta estimula a análise sobre o apagamento de diversos grupos sociais da história e ressalta a importância do reconhecimento da relevância histórica de negros, índios, mulheres e da história dar visibilidade aos múltiplos sujeitos e grupos sociais. Por conseguinte, conceitos como relevância histórica, mudança e continuidade, causas e consequências, perspectiva histórica e dimensão ética são mobilizados ao longo da leitura e execução da atividade.

Objetivo: Discutir a necessidade da História do Brasil e do mundo, trazer à tona os múltiplos agentes sociais que as constroem, com destaque para as trajetórias de negros e negras que quando não são apagados dos livros, currículos escolares, das propagandas e meios de comunicação, da memória social, tornam-se alvo de visões e representações estereotipadas que dificultam os processos de identificação com a ancestralidade africana e de luta contra o racismo.

1º Passo: Essa atividade visa a discutir sobre a importância de se conhecer outras histórias para desconstruir estereótipos e ampliar o olhar dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em direção à diversidade e ao respeito. Para começar, deve-se propor aos estudantes que leiam e reflitam sobre o texto a seguir da intelectual negra nigeriana Chimamanda Adichie que aborda o apagamento, a invisibilização do outro, processo tão violento e presente na sociedade e cultura que faz com que muitas pessoas não consigam se reconhecer. Nele, a autora relata a importância que teve em sua vida a descoberta da literatura africana e faz pensar que todas as pessoas querem se ver representadas nos livros, na moda, na arte, na literatura, na história.

¹⁰³ A proposta apresentada a seguir inspirou-se no capítulo 6 do Livro Didático # Meu Futuro – Projeto de vida, dos autores Erlei Sassi Jr. e Fernanda Martins Sassi. Ensino Médio, vol. único, São Paulo: Ed. FTD, 2020, p. 108 a 113.

TEXTO: O perigo de uma História única

Chimamanda Adichie

“SOU UMA CONTADORA DE HISTÓRIAS. Gostaria de contar a vocês algumas histórias pessoais sobre o que gosto de chamar de “o perigo da história única”. Passei a infância num campus universitário no leste da Nigéria. Minha mãe diz que comecei a ler aos dois anos de idade, embora eu ache que quatro deva estar mais próximo da verdade. Eu me tornei leitora cedo, e o que lia eram livros infantis britânicos e americanos. Também me tornei escritora cedo. Quando comecei a escrever, lá pelos sete anos de idade — textos escritos a lápis com ilustrações feitas com giz de cera que minha pobre mãe era obrigada a ler —, escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído. Escrevia sobre isso apesar de eu morar na Nigéria. Eu nunca tinha saído do meu país.

Lá, não tinha neve, comíamos mangas e nunca falávamos do tempo, porque não havia necessidade. [...] O que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância. Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de ser encontrados quanto os estrangeiros, mas, por causa de escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, minha percepção da literatura passou por uma mudança. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia. Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriam mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros.

Sou de uma família nigeriana convencional, de classe média. Meu pai era professor universitário e minha mãe era administradora. Tínhamos, como era comum, empregados domésticos que moravam em nossa casa e que, em geral, vinham de vilarejos rurais próximos. No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhame, arroz e nossas roupas velhas para eles. Quando eu não comia todo o meu jantar, ela dizia: “Coma tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não têm nada?”. E eu sentia uma pena enorme deles. Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha

ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles.

Anos depois, pensei nisso quando saí da Nigéria para fazer faculdade nos Estados Unidos. Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se podia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia como usar um fogão. O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais. Devo dizer que, antes de ir para os Estados Unidos, eu não me reconhecia conscientemente como africana. Mas, naquele país, sempre que a África era mencionada, as pessoas se voltavam para mim. Não importava que eu não soubesse nada sobre lugares como a Namíbia. Passei a aceitar essa identidade e, de muitas formas, agora penso em mim como africana, embora ainda fique bastante irritada quando dizem que a África é um país. O exemplo mais recente disso foi num voo da Virgin, maravilhoso em todos os outros aspectos, que peguei em Lagos dois dias atrás, durante o qual falaram de obras de caridade feitas “na Índia, na África e em outros países”.

Depois que passei alguns anos nos Estados Unidos como africana, comecei a entender a reação da minha colega de quarto em relação a mim. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e se tudo o que eu soubesse sobre a África viesse das imagens populares, também ia achar que se tratava de um lugar com paisagens maravilhosas, animais lindos e pessoas incompreensíveis travando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de aids, incapazes de falar por si mesmas e esperando para serem salvas por um estrangeiro branco e bondoso. Veria os africanos da mesma maneira como eu via a família de Fide quando era criança. Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. Aqui está uma citação de um mercador de Londres chamado John Lok, que velejou para a África ocidental em 1561 e fez um relato fascinante de sua viagem. Após se referir aos africanos negros como “animais que não têm casa”, ele escreveu: “Também é um povo sem cabeça, com a boca e os olhos no peito”. Rio toda vez que leio isso. É preciso admirar a imaginação de John Lok. Mas o importante sobre o que ele escreveu é que representa o início de uma tradição de contar histórias sobre a África no Ocidente: uma tradição da África subsaariana como um lugar negativo, de diferenças, de escuridão, de pessoas que, nas palavras do maravilhoso poeta Rudyard Kipling, são “metade demônio, metade criança”. Assim, comecei a me dar conta de que minha colega de quarto americana devia ter passado a vida inteira vendo e ouvindo versões diferentes dessa história única, assim como um professor universitário que certa vez me disse que meu romance não era “autenticamente africano”. Eu estava bastante disposta a admitir que havia diversas coisas erradas com o romance e que ele fracassava em vários aspectos, mas não chegara a imaginar que fracassava em alcançar algo chamado “autenticidade africana”. Na verdade, eu não sabia o que era autenticidade africana. O professor me disse que meus personagens pareciam demais com ele próprio, um homem instruído de classe

média: eles dirigiam carros, não estavam passando fome; portanto, não eram autenticamente africanos.

Mas preciso acrescentar depressa que sou tão culpada quanto essas pessoas na questão da história única. Alguns anos atrás, fui visitar o México. Na época, o clima político nos Estados Unidos, de onde eu vinha, estava tenso, e debatia-se muito a imigração. Como costuma acontecer nos Estados Unidos, imigração tinha se tornado sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa. Eu me lembro de sair para passear no meu primeiro dia em Guadalajara e ver as pessoas indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo. Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma só coisa na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo. É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente. [...]

Há pouco tempo dei uma palestra numa universidade e um aluno me disse que era uma grande pena que os homens nigerianos fossem agressivos como o personagem do pai no meu romance. Eu disse a ele que tinha acabado de ler um livro chamado O psicopata americano e que achava que era uma grande pena que os jovens americanos fossem assassinos em série. Bem, obviamente eu disse isso num leve ataque de irritação. Mas jamais teria me ocorrido pensar que, só porque li um romance no qual o personagem era um assassino em série, ele de alguma maneira representava todos os americanos. Não digo isso porque me considero uma pessoa melhor do que esse aluno, mas porque, graças ao poder econômico e cultural dos Estados Unidos, tive acesso a muitas histórias sobre esse país. Já tinha lido Tyler, Updike, Steinbeck e Gaitskill. Não tinha uma história única dos Estados Unidos. Quando descobri, alguns anos atrás, que se esperava que os escritores tivessem tido infâncias muito infelizes para ser bem-sucedidos, comecei a pensar em como inventar coisas horríveis que meus pais poderiam ter feito comigo. Mas a verdade é que tive uma infância muito feliz, cheia de riso e amor, numa família muito próxima. Também tive avós que morreram em campos de refugiados. Meu primo Polle morreu porque não recebeu tratamento médico adequado. Um dos meus melhores amigos, Okoloma, morreu num acidente de avião porque nossos caminhões de bombeiros não tinham água. Minha infância transcorreu durante governos militares que desvalorizavam a educação, de modo que às vezes meus pais não recebiam seus salários. Então, quando

eu era criança, vi a geleia desaparecer da mesa do café, depois a margarina, depois o pão ficou caro demais, depois o leite foi racionado. Acima de tudo, uma espécie de medo político normalizado invadiu nossa vida. Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. É claro que a África é um continente repleto de catástrofes. Existem algumas enormes, como os estupros aterradores no Congo, e outras deprimentes, como o fato de que 5 mil pessoas se candidatam a uma vaga de emprego na Nigéria. Mas existem outras histórias que não são sobre catástrofes, e é muito importante, igualmente importante, falar sobre elas. Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. E se, antes da minha viagem ao México, eu tivesse acompanhado o debate sobre a imigração de ambos os lados, tanto o americano quanto o mexicano? E se minha mãe tivesse dito para nós que a família de Fide era pobre e trabalhadora? E se tivéssemos uma rede de televisão africana que transmitisse histórias africanas diversas para o mundo todo, naquilo que o escritor nigeriano Chinua Achebe chama de “um equilíbrio de histórias?”. E se minha colega de quarto soubesse do meu editor nigeriano, Muhtar Bakare, um homem extraordinário que largou seu emprego num banco para abrir uma editora? O senso comum dizia que os nigerianos não liam literatura. Ele discordava. Sentia que as pessoas que sabiam ler leriam se a literatura estivesse disponível e acessível para elas. Pouco tempo depois de Bakare publicar meu primeiro romance, fui a uma emissora de TV em Lagos para uma entrevista. Uma mulher que trabalhava lá me abordou e disse: “Gostei muito do seu romance, mas não gostei do fim. Você precisa escrever uma continuação, e é isto que vai acontecer...” — então começou a me dizer o que escrever. Fiquei não só encantada, mas muito comovida. Lá estava aquela mulher, parte da massa de nigerianos que supostamente não é leitora. Ela não só tinha lido o livro como tinha se apropriado dele e se sentido à vontade para me dizer o que escrever na continuação. E se a minha colega de quarto soubesse da minha amiga Funmi Iyanda, uma mulher destemida que apresenta um programa de TV em Lagos e está decidida a contar as histórias que preferimos esquecer? E se ela soubesse do procedimento cardíaco que foi feito no hospital de Lagos na semana passada? E se soubesse da música nigeriana contemporânea, com pessoas talentosas cantando em inglês e pidgin, em igbo, iorubá e ijo, misturando influências que vão de Jay-Z a Fela, de Bob Marley até seus avós? E se a minha colega soubesse da advogada que recentemente foi aos tribunais da Nigéria contestar uma lei ridícula que exigia que as mulheres tivessem o consentimento do marido para renovar o passaporte? E se soubesse de Nollywood, cheia de pessoas inovadoras fazendo filmes apesar de grandes dificuldades técnicas, filmes tão populares que realmente são o melhor exemplo de nigerianos consumindo o que produzem? E se minha colega soubesse da mulher maravilhosamente ambiciosa que trança meus cabelos e que acabou de abrir seu próprio negócio para vender apliques? E dos milhões de outros nigerianos que empreendem e às vezes fracassam, mas continuam a acalentar ambições? Sempre que estou no meu país, sou confrontada com as fontes de irritação comuns à maioria dos nigerianos: nossa infraestrutura falida, nosso governo falido. Mas também com a incrível resiliência de um povo que prospera apesar do governo, e não graças a ele.

Dou oficinas de escrita em Lagos todo verão, e para mim é maravilhoso ver quantas pessoas se inscrevem, quantas estão ansiosas para escrever, para contar histórias. Meu editor nigeriano e eu acabamos de fundar uma organização sem fins lucrativos chamada Farafina Trust e temos grandes sonhos: construir bibliotecas, reformar as que já existem e doar livros para escolas públicas que não têm acervo, além de organizar diversas oficinas de leitura e escrita para as pessoas que estão ansiosas para contar nossas muitas histórias. As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. A escritora americana Alice Walker escreveu sobre seus parentes do sul que haviam se mudado para o norte quando apresentou a eles um livro sobre a vida que haviam deixado para trás: “ficaram sentados, lendo eles próprios o livro, me ouvindo ler o livro, e uma espécie de paraíso foi reavido”. Eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. Obrigada”.

(ADICHIE, 2019)

2º Passo: Os alunos e as alunas responderão às questões sugeridas que deverão, após isso, serem debatidas.

- 1- O texto “O perigo de uma História única”, se aplica à realidade brasileira? Explique.
 - 2- É comum ver índios, mulheres, negros e negras, pessoas com necessidades especiais, moradores dos bairros mais populares representados na cultura, na história nacional? Justifique.
 - 3- Além da questão da não representação, existe a representação estereotipada. Nas análises que realiza sobre os estereótipos, o sociólogo Stuart Hall afirma que, “Estes se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. [...]” (Stuart Hall. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, Apicuri, 2016, p.191).
- O que você entendeu sobre os estereótipos?
- 4- O racismo cria e difunde estereótipos? Em caso afirmativo, dê exemplos!
 - 5- Leia com atenção: “Ao pensarmos em um grupo marginalizado, podemos sentir emoções diversas, como vergonha de pertencer a esse grupo; medo de ser identificado como parte do grupo e por isso ser prejudicado ou sofrer algum tipo de violência; raiva pela injustiça de ser julgado, antes de qualquer interação, pela identidade social.
As reações a essas emoções podem ser as mais diversas: mobilizar-se e reivindicar reconhecimento e respeito; ser conivente; fingir indiferença; negar a situação. Uma das possíveis consequências disso, seja qual for a nossa reação, é passarmos a esconder valores, crenças, disfarçar características, não aceitar os nossos traços

físicos e as histórias de nossos ancestrais. E, assim, acabamos alterando a nossa identidade.”

(SASSI JR.; SASSI, 2020, P. 110)

Agora responda!

- a) Para sentirem-se incluídos na sociedade racializada, muitos negros e negras são levados a não se identificarem com a ancestralidade africana. Concorde com essa afirmação? Justifique sua resposta.
- b) Na sociedade, é comum ouvirem-se comentários estereotipados, referentes aos negros e especialmente às mulheres negras. O discurso estereotipado é usado como forma de manter a opressão, a exploração e a invisibilização sobre esses sujeitos históricos? Explique.
- c) Dê exemplos de imagens estereotipadas de negros e negras na TV, no cinema, nas propagandas da atualidade. Analise esses estereótipos e as consequências desses para os afrodescendentes.
- d) Devemos nos comprometer com a luta para desconstruir os preconceitos e os estereótipos que nos formaram culturalmente e circulam na sociedade? Explique.
- e) Você se lembra de algum ato de racismo que tenha sofrido ou testemunhado? Caso sinta-se à vontade, relate qual foi a sua reação.

3º Passo: Solicitar aos estudantes que redijam um texto curto, pode também ser um poema, um desenho, cuja temática seja centrada na valorização das múltiplas histórias e no respeito aos diversos sujeitos que as constroem.

PROPOSTA 5: Por uma sala de aula cujas portas, janelas e mentes estejam abertas para a História das mulheres negras¹⁰⁴

Sequência Didática – Ensino de História

Tema: História de mulheres negras no Pós – abolição

Nível de ensino ao qual se destina a sequência: Ensino Médio

Objetivo: Analisar a história das mulheres negras de modo a permitir que alunos e alunas tenham acesso à essa temática, visto que, a despeito do apagamento das mesmas tanto na sociedade quanto nos livros e demais materiais didáticos usados nas salas de aula da Educação básica, essas foram e são agentes históricos e como tal devem ser incluídas nos currículos escolares.

Justificativa: As mulheres, especialmente as negras, ainda se configuram como sujeitos invisibilizados nos livros didáticos, materiais escolares e nos conteúdos e atividades desenvolvidos em sala de aula. Destarte, ao propor essa sequência didática, espera-se contribuir para levar ao território escolar, estudos, debates, reflexões acerca da participação feminina e negra na História. Essa proposta parte da perspectiva de, segundo a Lei 11.645/08 que determina o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, bem como a indígena, contribuir para que a escola se distancie da tradição eurocêntrica e possa assumir o seu papel na produção e difusão de novos olhares sobre a realidade brasileira, centrados nas raízes afro-indígenas.

Conceitos mobilizados: Invisibilidade; apagamento; protagonismo histórico; racismo; machismo; estereótipos; identidade; diversidade e memória; feminismo negro

Materiais: Livros didáticos, textos e imagens

A presente sequência didática proposta é constituída por três atividades cuja duração será determinada de acordo com a realidade das turmas nas quais essas serão realizadas. Esta se estrutura em torno da questão do reconhecimento da relevância histórica das mulheres

¹⁰⁴ Esta proposta se baseou na sequência didática proposta em 2015, pelas professoras Antônia Terra Calasans Fernandes e Caroline Passarini Sousa na disciplina de Ensino de História da Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. O título da aula que inspirou a proposta a seguir é “A história de mulheres negras brasileiras na sala de aula, ressignificando nossa história”. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Sequência Didática: A história de mulheres negras brasileiras na sala de aula, ressignificando nossa história. Disciplina de Ensino de História, Profa. Antonia Terra Calazans Fernandes Caroline Passarini Sousa N°USP: 8030951 São Paulo 2015.

negras, em que pese o apagamento que as mesmas foram alvo na história brasileira. As mulheres destacadas na atividade viveram em lugares diferentes e em contextos históricos também distintos. Com isso, pode-se oportunizar com base, a princípio, na imaginação e depois nas fontes e evidências, um mosaico de experiências femininas negras no Brasil republicano, atravessadas por mudanças e continuidades de lutas, conquistas, estratégias de inserção social, o que potencializará a reflexão e discussão no espaço escolar, bem como a produção de outras narrativas pelos estudantes.

Espera-se, assim, discutir as perspectivas históricas dos sujeitos históricos que viviam no – pós-abolição, em sociedades caracterizadas pela forte racialização e exclusão que atingia, particularmente, as mulheres negras, bem como as similitudes e diferenças entre estas e as configurações da sociedade brasileira atual. Dessa forma, a atividade provoca a análise das causas e consequências do preconceito e dificuldades de inserção social das mulheres negras no país, ao longo da república, e também mobiliza o conceito de dimensão ética ao promover a reflexão sobre os desafios enfrentados por essas nos dias atuais.

1º Passo:

INTRODUÇÃO: Para iniciar, sugere-se um círculo de conversas preliminares com alunos e alunas acerca da participação feminina e negra na História. Procura-se, com isso, estabelecer um diálogo leve, extraído dos estudantes os conhecimentos e as visões, que os mesmos têm sobre o tema. À medida que estes forem participando da aula, o/a professor/a deverá anotar no quadro os nomes das mulheres negras que aparecerem na conversa. É importante explorar o discurso dos alunos, questionando-os a respeito do porquê da lembrança/memória daquela mulher, o que sabem sobre ela, sua importância histórica. Caso tenham dificuldade de lembrar personalidades históricas femininas, isso também deve ser problematizado.

A seguir, o/a professor/a, ancorados/as nos livros didáticos, convidará os alunos/alunas para a biblioteca (caso exista), ou levará os livros para a sala de aula. Depois, pedirá aos alunos para pesquisarem as mulheres negras que são citadas nos livros, com base em um roteiro previamente preparado. O roteiro abaixo é apenas uma sugestão que pode transformar-se a depender da proposta do/a professor/professora; do lugar que a escola ocupa; da comunidade que a circunda e da intervenção dos alunos e alunas.

Sugestão de roteiro:

- 1- No livro aparecem muitas mulheres negras?
- 2- Como essas mulheres negras são representadas (aparência, roupas, trabalho, papéis sociais, costumes, comportamentos, ...)?
- 3- Todas as mulheres negras são retratadas da mesma forma? Existem elementos comuns entre estas e/ou elementos que as diferenciam? Aponte alguns desses elementos.
- 4- No contexto em que viviam, como eram vistas segundo os livros? (Destaque exemplos). Essas seguiam um padrão tradicional, comumente associado às mulheres negras ou romperam com tais padrões?

Depois da coleta de dados, deve-se abrir a discussão com a sala sobre os resultados encontrados, obedecendo a ordem das perguntas e confrontando as respostas dos estudantes. O(a) professor(a) deve centrar o debate na questão da existência ou não da diversidade nas representações femininas negras no livro didático aguçando a percepção dos discentes para tal fator, com foco na busca da contribuição histórica das mulheres negras pertencentes às camadas sociais menos privilegiadas. E, caso o livro não retrate isso, problematizar o porquê desse apagamento da presença feminina, negra e pobre.

2º Passo:

A sala de aula deverá ser dividida em 7 grupos. Cada um deles receberá uma das imagens referente a uma mulher negra (sem o nome, links e fontes que as identificam). Os/as alunos/alunas deverão construir livremente uma narrativa, baseada em conhecimentos prévios, nas impressões que as fotos suscitam sobre a trajetória dessas mulheres, mesmo quando não a conheçam, destacando sua vida, trabalho, lutas, sonhos e realizações. É importante esclarecer para os estudantes que estes não precisam olhar o celular, fazer algum tipo de pesquisa por se tratar de uma espécie de “raio X” do que sabem, da percepção que possuem, da capacidade de imaginação que carregam consigo e por se tratar de uma fase inicial da atividade. Ao longo do processo de criação, o/a professor/professora deverá circular pela sala, questionando, provocando, instigando-os a detalhar, refletir sobre as narrativas que estão criando e o porquê da escolha de determinados elementos em detrimento de outros.

Na sequência aparecem sugestões de imagens femininas correspondentes, respectivamente, à cantora Elza Soares; à escritora Maria Firmina dos Reis; à organizadora da festa da abolição em Vitória da Conquista Maria Rogaciana da Silva; à ativista pelos direitos das empregadas domésticas Laudelina de Campos Melo; à

conquistense Dona Dió do acarajé; à escritora Carolina Maria de Jesus e à ativista política Marielle Franco; É importante frisar que os docentes podem substituí-las por outras relacionadas à história local, ou que acharem mais apropriadas de acordo com o contexto em que exercem o seu ofício.

Imagem 1



<https://istoe.com.br/deus-e-mulher-o-adeus-a-elza-soares/> acesso em 21/05/2022

Imagem 2



<http://www.iea.usp.br/revista/maria-firmina-dos-reis/view> - acesso 21/05/2022

Imagem 3



(Fonte: VIANA, 1982, p. 406, Vol.1)

Imagem 4

(Fonte: <https://www.geledes.org.br/laudelina-campos-de-melo-heroina-negra-que-lutou-para-garantir-direitos-as-domesticas-no-brasil/> acesso 21/05/2022)

Imagem 5

(Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de Vitória Da Conquista. Fundo: Desfile Carnavalesco. Vitória da Conquista – Bahia. Sem Identificação do Fotógrafo. Acessado Internet 08/04/2022.

Imagem 6



(Fonte: <https://bemglo.com/diario-de-bitita-empoderada-carolina/> acesso 21/05/2022)

Imagem 7



(Fonte: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/tag/marielle-franco/> acesso 21/05/2022).

Depois da construção das narrativas pelos alunos e alunas, os grupos deverão compartilhar os textos produzidos, por meio da leitura, pois é importante que todos e todas vejam as imagens das mulheres negras e a forma como foram representadas nos textos pelos grupos.

Ao passo que todos e todas forem lendo, o/a professor/professora deve analisar as narrativas construídas, buscando perceber o que os estudantes pensam sobre as mulheres negras abordadas na atividade. Essa fase constitui mais um momento de escuta, em que dados serão levantados para uma posterior problematização. O/a professor/professora não se pronuncia muito, limitando-se mais a ouvir e anotar elementos que serão destacados a posteriori.

No final da aula, o/a professor/professora falará, confirmará os nomes de todas as mulheres representadas nas imagens e pedirá aos estudantes, como atividade para casa, uma pesquisa sobre a trajetória de vida destas.

3º Passo

Na aula seguinte, será realizada a leitura conjunta de um texto com o objetivo de estimular a análise sobre o silêncio da historiografia oficial sobre as mulheres negras no pós-abolição. A seguir apresenta-se como sugestão um texto que faz uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras na Alemanha contemporânea, com base na obra *Memórias da Plantação* da escritora Grada Kilomba. Apesar de abordar a realidade de outro país, acredita-se que as reflexões da autora ajudam a pensar nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras brasileiras no período imediatamente posterior à abolição até a atualidade.

Como proposta sugere-se que, no decorrer da leitura, ou após, seja realizado um debate, diálogo, discussão, para comparar as narrativas que os alunos/alunas construíram com a pesquisa bibliográfica que fizeram, ancorando-se também na discussão no texto base. É necessário que o professor/professora chame a atenção para as semelhanças e diferenças e dialogue com os alunos e alunas acerca das impressões, visões, preconceitos, estereótipos que porventura aparecem nas representações dessas mulheres e que podem ter sido reproduzidos nas narrativas; sobre os motivos que levaram ao pouco conhecimento, ao apagamento das trajetórias femininas negras no ensino de História processado nas salas de aula.

Texto Base: A escritora negra Grada Kilomba e a obra *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*¹⁰⁵

A obra *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*, da escritora afro-portuguesa Grada Kilomba, é fruto dos estudos desenvolvidos pela mesma durante seu doutorado, realizado em Berlim e constitui um importante instrumento de reflexão acerca da condição da mulher negra no mundo.

O livro tem, como objeto de análise, questões como memória, raça, gênero, pós-colonialismo e parte de experiências vivenciadas pela própria autora e por outras mulheres negras na Alemanha. Constitui uma relevante contribuição para a discussão antirracista, ao evidenciar os olhares de parte da sociedade sobre os negros e negras e os lugares sociais que esses deveriam ou não ocupar. Em alguns trechos, por exemplo, a

¹⁰⁵ No texto base, fiz uma análise sintética da obra de Grada Kilomba recorrendo a várias citações da autora que julguei apropriadas para a discussão com os/as estudantes, nessa atividade.

intelectual negra destaca o espanto de muitos alemães com a presença de corpos negros no território acadêmico ou dominando o idioma deles.

Nesse sentido, Grada Kilomba ressalta os efeitos do racismo, com ênfase nos desafios enfrentados cotidianamente pelas mulheres negras. Para ultrapassá-los, um potente instrumento de visibilidade seria a escrita, capaz de contribuir para a superação do apagamento de sujeitos históricos, como, no caso estudado, das mulheres negras. A escrita teria o papel de trazer à luz outras narrativas, permitindo que múltiplas vozes sejam ouvidas. Kilomba, no livro, utiliza a linguagem artística, literária para expressar ideias e sentimentos que atravessam a existência dessas mulheres. Assim, em um trecho, cita o fragmento do poema abaixo, um dos preferidos da autora:

“Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
Em todos seus dialetos,
Tem sido calada por muito tempo”
(Jabob Sam-La Rose, Poetry, Sable: the Literature Magazine for Writers, Winter 2002, p.60, apud KILOMBA, 2020, p. 27).

Segundo Grada Kilomba, esse poema reflete a história de silenciamento imposto a negros e negras:

“[...] Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes. Tudo isso parece estar escrito lá. Ao mesmo tempo, este não é apenas um poema sobre a perda causada pelo colonialismo. É também um poema sobre resistência, sobre uma fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa história escondida. [...] (KILOMBA, 2020, p. 27)

E a autora prossegue, refletindo que, historicamente, desde o surgimento do sistema colonial europeu, com a escravidão, as mulheres negras não eram vistas como sujeitos e sim como objetos responsáveis pelo trabalho, limpeza, satisfação das vontades dos senhores. Eram as “outras”, distintas dos padrões brancos, europeizados, considerados civilizados, sem voz e possibilidade de contar sua história e expor suas visões e perspectivas:

[...] Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou. (KILOMBA, 2020, p. 27-28)

Para Kilomba (2020), o título do livro, aqui analisado, recorre ao passado para explicar o presente, visto que existiria um diálogo contínuo entre esses, expresso no racismo

cotidiano. A autora esclarece que a palavra “Plantação”, presente no título da obra escrita por ela, diz respeito a um sistema de exploração desenvolvido principalmente nas colônias americanas dominadas pelas metrópoles europeias, cujos pilares eram: o latifúndio, a monocultura, a exportação e o trabalho escravizado.

[...] A combinação dessas duas palavras, “plantação” e “memórias”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado como a/o “Outra/o” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia. (KILOMBA, 2020, p. 29-30)

Essa memória ainda viva, dos tempos da plantação – uma referência ao período colonial e ao sistema que escravizava os povos negros - teria sobrevivido tão fortemente nas sociedades racistas que, inevitavelmente, seria revisitada, reativada no cotidiano das pessoas. Tal memória persistiria, com tamanha intensidade que, para muitos, a presença, por exemplo, de mulheres negras nas academias científicas, nos espaços de poder, causaria, ainda hoje, grande espanto.

[...] No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “um casa”, corpos que sempre pertencem. (KILOMBA, 2020, p. 56)

Como ilustração dessa questão, a autora lembra do tempo em que, concluiu os estudos em Lisboa:

[...] ao longo de vários anos, em grande isolamento, fui a única estudante negra em todo o departamento de psicologia clínica e psicanálise. Nos hospitais onde trabalhei, durante e após os meus estudos, era comum ser confundida com a senhora da limpeza, e por vezes os pacientes recusavam-se a ser vistas por mim ou a entrar na mesma sala e ficar a sós comigo [...] (KILOMBA, 2020, p. 11)

No depoimento a seguir, Grada Kilomba relata uma situação vivenciada por ela e que exemplifica a visão da mulher negra subalternizada, associada a lugares sociais que guardam familiaridade com o escravismo como o ocupado pelas trabalhadoras domésticas.

“Você gostaria de limpar nossa casa?”

Grada Kilomba

“Quando tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido uma ideia. Ele, sua esposa e dois filhos, de aproximadamente, 18 e 21 anos, estavam indo viajar de férias. Haviam alugado uma casa no sul de Portugal, em algum lugar no Algarve, e ele estava pensando que eu poderia ir com eles. O médico então propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. “Não é muito”, disse ele, “alguns shorts, talvez uma camiseta e claro, nossas roupas íntimas!”. Entre essas tarefas, ele explicou, eu teria tempo suficiente para mim. Eu poderia ir à praia “e fazer o que você quiser”, insistiu. Ele tinha máscaras africanas decorando o outro lado do consultório, eu devo ter olhado para elas. “Elas são de Guiné-Bissau!”, disse ele. “Eu trabalhei lá... como médico”. Olhei para ele, calada. Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Mas me lembro de sair do consultório em um estado de vertigem e de vomitar, após ter me distanciado de lá algumas ruas, antes de chegar em casa. Estava diante de algo irracional.” (KILOMBA, 2020, p. 93)

Observa-se que, nessa situação, Grada Kilomba, ainda garota, é tratada como uma trabalhadora doméstica em potencial, pelo fato de ser negra. Além da questão racial, percebe-se também o preconceito de gênero. O racismo alimenta-se de estereótipos construídos com base nessa dupla opressão que atinge de maneira agressiva as mulheres negras.

As entrevistas que constituem o livro denunciam o preconceito existente com relação a elementos identificados com a negritude no tocante à cor da pele, o tipo de cabelo e explicitam a presença de visões estereotipadas sobre os povos de origem africana.

Na citação abaixo, é destacado um fragmento do livro *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*, com a análise do relato da depoente Alicia, entrevistada por Kilomba, em que se evidencia a visão acerca de características associadas à negritude, que prevalece entre muitos nas sociedades racializadas. Nesse caso, o alvo das críticas recaiu sobre o cabelo da entrevistada, uma vez que tais sociedades, como no caso estudado da Alemanha, pressionam para que haja o apagamento dos sinais que não são identificados com a branquitude.

“POLÍTICAS DO CABELO”

Grada Kilomba

“Uma vez tive um namorado (branco) – na época eu usava tranças – um dia eu as desfiz e pentei meus cabelos, cabelos muito lindos, black natural (tocando seu cabelo). E quando ele me viu, ele começou a me insultar, dizendo: “Por que você fez isso, você quer ficar feia? ... Olha pra você, olha pro seu cabelo, você tá parecendo uma ovelha!” Isso foi muito duro pra mim ... Ele não podia me aceitar ... ele não podia me aceitar com meu cabelo natural. Até hoje é assim: muitas mulheres negras estão preocupadas com seus cabelos ... elas alisam seus cabelos ... Uma vez, uma mulher me disse: “Bem, eu adoraria que meu cabelo caísse, mas ele fica pra cima, assim como o da Alicia!” Era óbvio que ela estava falando que nossos cabelos não são bons. Isso é o que dizem para ela todos os dias. Até mesmo top models negras como a Naomi Campbell têm de alisar o cabelo, você nunca vê como é o cabelo natural dela. Isso não é uma loucura? Nunca vimos o cabelo africano dela! É difícil ... porque quando você está com seu cabelo natural as pessoas te xingam. Me xingaram na rua muitas vezes, tipo: “Você sabe o que é um pente?! Ah, bem – vinda à selva! (cantando). Por que você não cuida do seu cabelo?” Eu me pergunto o que é que incomoda tanto nos nossos cabelos ...

Nessa parte de seu depoimento, Alicia fala sobre cabelo, consciência política e racismo cotidiano e sua internalização. Ela fala de um namorado branco que um dia a ofendeu por ela ter mostrado seu cabelo natural. As palavras do namorado expõem uma combinação de vergonha e repugnância em direção a Alicia, mas, sobretudo, elas reencenam uma associação colonial.

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante de consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo – pergunte a Angela Davis.

O estilo de cabelo de Alicia pode, assim, ser visto como uma declaração política de consciência racial através do qual ela redefine padrões dominantes de beleza. As ofensas, no entanto, são respostas de desaprovação a tal redefinição e revelam a ansiedade branca sobre perder o controle sobre a/o colonizada/o. De certa forma, as ofensas alertam Alicia de que ela está se tornando muito negra ao mostrar muitos sinais de negritude. Elas podem também significar que ela está mostrando sinais de independência e descolonização em relação às normas brancas, um fato perturbador para o público branco: “Por que você fez

isso? Olha para você, olha para seu cabelo”, dizem para ela. “Ele não podia me aceitar com meu cabelo natural.”

Tornar-se muito negra é, ao mesmo tempo, associado à ideia de regredir à primitividade: “Você sabe o que é um pente?! Ah, bem-vinda à selva!”, como cantaram para Alicia. Existe, portanto, uma relação entre a consciência racial e a descolonização do corpo negro, bem como entre as ofensas racistas e o controle do corpo negro. Para evitar tais insultos violentos, diz Alicia, muitas mulheres negras se veem forçadas a desracializar o sinal mais significativo da racialização: As mulheres negras alisam seus cabelos ...porque quando você está com seu cabelo natural as pessoas te xingam.” Mas esse processo de ter de fabricar sinais de branquitude, tais como cabelos alisados, e encontrar padrões brancos de beleza, a fim de evitar a humilhação pública, é bastante violento. Também violenta é essa metamorfose imediata de pessoa em animal: “Você parece uma ovelha!”. (KILOMBA, 2020, p. 125-128)

Dessa forma, a autora, destaca que o racismo não é uma questão biológica, como a própria ciência já evidenciou e sim discursiva e se vale de palavras, comentários depreciativos, imagens, padrões de beleza, associações violentas que acabam por relacionar a negritude com primitivismo, inferioridade, relegando negros e negras a um lugar considerado menos importante na História, silenciando suas vozes e apagando suas experiências e contribuições. Para essa intelectual negra, o discurso racista apela para a lembrança da “plantação” que corresponde “[...] a lembrança de uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor, uma história que é animada através do que chamo de episódios de racismo cotidiano. [...]” (KILOMBA, 2020, p.213) E esta conclui que “[...] O passado, portanto, coexiste com o presente, e a memória da escravização é parte do presente [...]” (KILOMBA, 2020, p.181)

Indiscutivelmente, as análises realizadas por Grada Kilomba, nessa obra fundamental, explicitam o racismo existente na Alemanha e nos levam a refletir como este ainda se faz presente em várias sociedades e culturas pelo mundo afora, a exemplo da brasileira. Para enfrentar o racismo, essa intelectual negra defende que é importante conhecer a história, a biografia, as experiências, os conhecimentos produzidos por negros e negras. Isso, para Kilomba, impede que o sujeito negro estabeleça identificação apenas com a branquitude. A identificação positiva com a negritude ajuda no autorreconhecimento, contribui para romper com a visão colonial e o negro e a negra passam a existir não mais como o “diferente”, o “outro”, e sim como o “eu”. Nas palavras da autora: “[...]Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autores/es e autoridade da nossa própria realidade. Assim [...] tornamo-nos sujeito.” (KILOMBA, 2020, p.237-238)

4º Passo:

Por fim, solicitar às 7 equipes compostas pelos alunos/alunas para montarem um painel com imagens, charges, poemas, textos com a biografia dessas mulheres negras, destacando a relevância delas para a História de Vitória da Conquista, do Brasil e do mundo.

PROPOSTA 6: UMA CIDADE CONSTRUÍDA POR MULHERES

Esta proposta tem como base a leitura e análise do texto (excerto de parte de um dos capítulos da dissertação), com o objetivo de evidenciar os papéis sociais ocupados pelas mulheres pobres e afrodescendentes, em Vitória da Conquista e no Brasil, destacando sua relevância histórica, as mudanças e continuidades existentes no pós-abolição; as causas e consequências do preconceito e da subalternização de grande maioria dessas mulheres; as perspectivas históricas das primeiras décadas da República com relação às questões étnico-raciais, de gênero e de classe e a dimensão ética que atravessa a análise da trajetória das mulheres negras e não pertencentes às camadas economicamente privilegiadas. Por meio da construção das narrativas, no final da proposta, observar-se-á como e se esses conceitos de segunda ordem (relacionados às habilidades do pensamento histórico) aparecem na escrita dos textos.

Objetivo: Analisar o papel das mulheres de origem afrodiaspórica e pertencentes às camadas não privilegiadas da sociedade na construção da História da cidade e do país, evidenciando as formas de sobrevivência e resistência que estas criaram no pós-abolição, a despeito da exploração, exclusão e políticas de subalternização que as atingiam.

1º Passo: Realizar a leitura e discussão do texto com alunos e alunas

Reflexões sobre questões de gênero, raça e classe no Planalto da Conquista nas primeiras décadas da República

Giovana Alves Marques

Ao abordar a história de mulheres negras no Brasil, não se pode deixar de considerar a relação entre raça e gênero. No entanto, é necessário fundamentar essa análise, trazida à tona pelos estudos feministas, na diversidade de experiências dessas mulheres ao longo

da história, refletindo sobre as estratégias de vida e sobrevivência criadas pelas mesmas para resistir às opressões que as atingiam. É inegável que as mulheres, particularmente as negras, enfrentam vários tipos de tentativas de dominação, mas também é uma visão simplista querer analisar as vivências das mulheres descendentes da diáspora, em um modelo que as enxerga de forma homogênea, como se fossem todas iguais e meramente subordinadas às imposições da sociedade racializada.

A autora Cláudia Pons Cardoso ressalta a importância da ampliação e do aprofundamento de estudos no Brasil que levem em consideração as relações entre raça e gênero, diante do caráter fortemente racista e machista da sociedade brasileira, o que faz com que o protagonismo feminino e negro seja apagado da história.

[...] as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista. (CARDOSO, 2008, p. 3)

Assim, analisar, no pós-1888, a trajetória das mulheres que viviam no território em que, hoje, se encontra Vitória da Conquista, é também tratar sobre relações entre gênero, raça e classe em um contexto local, histórico, cultural e social específico e propor a análise dessas experiências de mulheres sob a ótica da diversidade, considerando os diferentes embates e estratégias que as atravessam. Por isso, como bem afirma Cláudia Pons Cardoso (2008, p. 6), “[...] Pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir destes embates e estratégias de sobrevivência na diáspora nas sociedades pós-coloniais racializadas.”

Um dos cenários em que mulheres descendentes da diáspora se encontravam, no início da República, era o Poço escuro. Este constitui importante área verde, encravada no território em torno do qual surge a vila, depois cidade de Vitória da Conquista. Assim chamado, segundo a tradição, devido à vegetação fechada que o cercava e fazia com que houvesse pouca luz do sol. Este constitui, apesar do processo de devastação que vem sofrendo ao longo das décadas, uma espécie de pulmão verde da cidade e teve um papel relevante no abastecimento da população indígena, e depois da conquista do território pelos portugueses liderados por João Gonçalves da Costa e da miscigenação ocorrida entre índios, negros e brancos, da população mestiça que vivia no Planalto da Conquista.

“O Poço Escuro, como o batizaram os primeiros povoadores, está estritamente, ligado à fundação do Arraial da Conquista e do seu desenvolvimento Vila-Cidade. Sua importância vem, mesmo, de remota data, quando os índios, atraídos pela perenidade da fonte, estabeleceram-se em aldeias nas suas imediações, onde hoje se acha edificada a cidade. Os moradores das ruas mais próximas nele se abasteciam de água potável, continuando a fazê-lo até a década de 70, quando foi implantado em Conquista o serviço de água encanada. Em linguagem conotativa pode-se dizer que a cidade descia e subia todas as manhãs no afã de se abastecer do precioso líquido.” (TANAJURA, 1992, p. 25)

O Poço está, portanto, indiscutivelmente, ligado à história de Vitória da Conquista. Era das águas escuras do mesmo que índios e depois as lavadeiras, carregadores de água,

tiravam a sobrevivência e garantiam a manutenção das casas, pensões, lojas que foram se expandindo de acordo com o crescimento urbano da vila - Cidade, ao longo dos séculos XIX e meados do XX.

Mesmo depois da Imperial Vila da Vitória ter se elevado à cidade, no fim do século passado, a fonte do Poço escuro continuou sendo o manancial preferido pela população para satisfazer suas necessidades diárias do precioso líquido. Aguadeiros com latas na cabeça, ou conduzindo jumentos com carotes, e lavadeiras davam a nota típica da paisagem urbana da época, numa cidade do interior [...]” (TANAJURA, 1992, p. 170)

Em depoimento, Francisco¹⁰⁶ afirma que na cidade, antigamente:

[...] Chovia muito! Tinha o Poço escuro. Esse poço escuro aí é muito importante, porque ele quem bancava a cidade de água. As pessoas que num tinha poço ... em casa, sobrevivia da água; tinha aquelas, muito daquelas senhoras [...], que bancava a cidade carregando água na cabeça. Pegava no poço escuro. Aqui, onde é, num tinha o viaduto aí? Aí tinha um cidadão que tinha uma granja: seu Edvaldo. A esposa dele é uma, é uma professora muito famosa aqui, D. Guiomar. Ele tinha uma granja aí e água dava assim, 5 metros. Ele tinha umas carroças ... Até eu já trabalhei botando água na rua ... pra ele, numa carroça [...] Ele tinha uns burros e tinha um, assim, tipo esses carro pipa [...] Só que pequeno pra botar nos animais, nas carroças e a gente saía entregando água nas casa. (Entrevistado Francisco, 2022)

A seguir, Francisco, prossegue o relato:

[...] O poço escuro era imenso! Era escuro igual o nome: poço escuro! Que cê num entrou, mas se cê entrar lá, no poço escuro tinha que ser com lanterna [...] Muito grande, muito grande. Depois foi abrindo, abrindo, ficou uma barragem aí onde é um ... tipo um parquinho, ali era uma barragem; desativou e diminuiu o poço escuro, só tem aquela coisa lá; Mas se fosse [...] a nascente do rio Verruga¹⁰⁷ [...]. (Entrevistado Francisco, 2022)

Quando perguntado sobre as lavadeiras do Poço Escuro, Francisco lembra: “Lavava, muita roupa! Muita, muita roupa; o pessoal, essas mulheres mais fraca, aí elas

¹⁰⁶ O entrevistado Francisco, é um homem de origens negro-mestiças; estudou pouco e sobrevive estofando sofás. Mora nas imediações do poço escuro, é católico praticante e conhece muitas pessoas que pertencem à paróquia de Nossa Senhora das Vitórias. Além disso, conviveu com personagens populares que construíram a história da cidade.

¹⁰⁷ O rio Verruga nasce no Poço Escuro e corta a cidade. Até meados de 1970, corria livremente pelas ruas da cidade. Depois foi canalizado em galerias subterrâneas. Na atualidade, tanto o rio quanto a reserva ambiental do Poço Escuro vêm sendo alvos de intenso processo de degradação.

lavavam roupa aí. Todo mundo, cê vê mulher com bacia, outras com gamela de roupa, lavando roupa aí.” (Entrevistado Francisco, 2022)



Imagem: Maquete representando as lavadeiras e carregadoras de água do Poço escuro.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022

As lavadeiras eram mulheres do povo, negras, mestiças que sofriam o preconceito racial e social. Sobreviviam lavando roupas no poço escuro cujas águas escuras eram o local de trabalho e onde eram tecidos laços de sociabilidade. Após serem lavadas, as roupas eram secas ao vento, depois passadas, engomadas e entregues às famílias. Dessa forma, o Poço Escuro constituía um território em que muitas mulheres trabalhavam, lavavam as roupas, abasteciam a cidade com latas d’água na cabeça, estabeleciam relações sociais e experimentavam a vida dura como mulheres de origem indígena, negra, mestiça e pobre. Mas era também em ambientes como o Poço Escuro que tais mulheres colocavam em prática estratégias de sobrevivência, costuravam laços de solidariedade e compartilhavam visões de mundo.

Ao pesquisar acerca das relações étnico-raciais em Vitória da Conquista no Pós-Abolição, tendo como foco central a história de Maria Rogaciana e das celebrações do 13 de maio, uma interrogação se fez presente em todo o processo de pesquisa: Qual o lugar que a sociedade Conquistense reservava às mulheres negras, mestiças que viviam aqui? O trabalho doméstico era uma esfera em que o preconceito racial era muito forte e configurava-se como um campo que aproximava Rogaciana de muitas mulheres de origem afro-diaspórica que viviam no Planalto da Conquista e no Brasil.

Não obstante, o aumento das pesquisas sobre a presença do negro em Vitória da Conquista, há um vazio quando a temática é trabalho doméstico. Não apenas por ser exercido por mulheres, em sua maioria, adolescentes e jovens negras, vindas da zona rural, com seus estudos comprometidos, mas pelas próprias condições de trabalho, salários e as relações sociais, raciais e de gênero, envolvidas, o trabalho doméstico caracteriza-se ‘como um prolongamento ou permanência das atividades desenvolvidas por estas no período da escravidão’ (CRUZ, 2007, P.142). O trabalho doméstico, no Brasil, constituiu-se enquanto uma extensão do trabalho escravo, tendo as mulheres negras continuado em seus antigos lugares, antes ‘casa grande’, agora ‘casa dos grandes’.

Predominantemente assumido por mulheres negras que ficam com toda sorte de responsabilidades dentro da casa dos patrões: de cozinheira, arrumadeiras, lavadeiras, amas, as que efetivamente criavam os filhos dos patrões. A maioria vinda da zona rural do município ou de outras regiões, submetidas a longas jornadas de trabalho, à baixa remuneração, à marginalidade legal, à não representação nas assembleias legislativas, à impossibilidade de conciliar trabalho com estudos, à ausência de organismos reivindicatórios como sindicatos ou associações. (PASSOS, 2012, p. 179)

O processo de exploração do qual essas mulheres, em grande parte, negras, passaram a fazer parte no pós-abolição, na verdade, pode ser entendido como uma espécie de continuidade da escravidão, uma vez que, tais mulheres ainda muito jovens ou até mesmo na infância, eram submetidas a trabalho árduo, sem direitos trabalhistas. A exploração era disfarçada sob a alegação da existência de vínculos pessoais, afetivos, de natureza quase familiar, supostamente construídos segundo o argumento costumeiro de que o trabalho doméstico ofereceria condições específicas como: alojamento e alimentação às trabalhadoras. Isso servia de justificativa, em muitos casos, para ações e práticas preconceituosas e violentas dos membros das famílias para com as trabalhadoras domésticas de acordo com tradições cristalizadas no período da escravidão.

Quando se reflete sobre as permanências das relações escravistas no trabalho doméstico, torna-se inevitável lembrar a luta de mulheres negras como Laudelina de Campos Melo que nasceu poucos anos após o fim da escravidão e desde criança presenciou atos de discriminação na sociedade no período pós-escravidão.

Nascida em 1904 na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, a vida da pequena Nina, neta de escravizados, fora embalada pelas opressões de um projeto de país que não contava com a sua presença. Desenvolvia-se a chamada Primeira República, inicialmente sob o comando das espadas dos militares e posteriormente sob o cabresto da aristocracia rural brasileira e com ela a elaboração de projetos nacionais que sustentavam o Brasil como uma nação branca em seu cerne e os africanos e seus descendentes, recém-libertos, como elementos estrangeiros a essa nação. Influenciados pelos motes da eugenia - teoria científica que adapta o darwinismo à esfera do social - alguns destes

projetos previam solucionar os problemas da sociedade brasileira eliminando as “raças inferiores”, ou seja, planejavam o triunfo do embranquecimento para a regeneração de um Brasil que consideravam “atrasado” na perspectiva positivista de progresso. Assim, a cidadania, intrínseca a qualquer república de fato, não fora pensada para esses sujeitos.” (CRESPO, 2016, p. 163)

Em depoimento, Laudelina¹⁰⁸ expõe a situação enfrentada pelas mulheres negras no trabalho doméstico em São Paulo, estado em que, posteriormente, veio morar e onde tornou-se ativista na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas; seu discurso demonstra a percepção inequívoca dos vínculos que ligavam esse tipo de trabalho com a escravidão, ainda vivos na sociedade brasileira em fins do século XX.

A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalhavam 23 (vinte e três) anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando e tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos. (PINTO, 1993, p. 14, apud: CARDOSO, 2008, p.5)

Em São Paulo, Laudelina De Campos tornou-se pioneira no Brasil na luta por direitos trabalhistas e pela organização sindical das trabalhadoras que exerciam esse tipo de ofício.

Enquanto mulheres brancas, de grupos sociais privilegiados, conquistavam gradativamente os espaços públicos e um mercado de trabalho ocupado quase que exclusivamente pelos homens brancos até então, mulheres negras como Laudelina já eram íntimas das ruas e não foram absorvidas por um mercado de trabalho formal. Como um legado dos tempos de escravidão - quando eram muito comuns as cenas de mulheres negras vendendo quitutes nas ruas, trabalhando como lavadeiras ou prestando serviços domésticos de toda sorte - no pós-abolição, delas já se esperava a presença nos espaços públicos e a prestação de serviços, porém a elas eram oferecidas as oportunidades de menor prestígio, menor remuneração e que não contavam com nenhum tipo garantias ou direitos. (CRESPO, 2016, p. 163-164)

Fernanda Crespo destaca a importância estrutural de aspectos como Raça – gênero – Classe, no Brasil do Pós-1888, na definição do lugar social a ser ocupado pelas mulheres negras pobres como Laudelina de Campos Mello, dentre outras tantas no Brasil, a exemplo de Maria Rogaciana da Silva em Vitória da Conquista. No entanto, como bem chama a atenção a autora, é preciso ressaltar que apesar do peso das estruturas e, considerando a especificidade dos contextos em que viviam, as mulheres negras adotaram diferentes estratégias de sobrevivência, luta, resistência, negociações, adaptação ou não às normas estabelecidas pela sociedade. E, nessa tentativa de diálogo, estabelecida na

¹⁰⁸ Depoimento de Laudelina à Elisabete Aparecida Pinto. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993. 493f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 1993, 2v. citado por Cardoso (2008, p. 5).

presente pesquisa, a análise da trajetória de Laudelina em alguns momentos remete à de Rogaciana, bem como a de outras mulheres negras no pós-abolição; apesar das particularidades e diferentes experiências de vida, havia algo que as aproximava – o trabalho doméstico como forma principal de ganhar a vida.

Certamente, dentre os locais ocupados por essas mulheres além do trabalho doméstico, estava o de lavadeiras de roupas no Poço Escuro, de vendedoras de comidas nas feiras e ruas da cidade, quebradeiras de pedras na Serra do Periperi. O estudioso Flávio Passos analisa a trajetória de mulheres negras na rua das Pedrinhas, tendo como foco a família de Vó Dola, matriarca de numerosa parentela, vinculada à fundação do bairro em meados dos anos 1940. Este constituía importante território negro, mestiço e pobre da cidade e que abrigava também muitos seguidores das religiões de matriz africana e indígena. Segundo Passos, o bairro das Pedrinhas teve:

[...] nas primeiras décadas da sua ocupação a presença forte de mais de 30 mulheres negras à frente do trabalho de quebrar e vender pedras, de carregar água para o comércio e as casa do centro, de cortar lenha, de lavar roupas de ganho, de acolher a vida pelas mãos como parteiras, de criar filhos e netos e de preservar as tradições religiosas de matrizes africanas. (PASSOS, 2012, p. 21)

O trabalho do estudioso Flávio Passos (2012), destaca-se por dar visibilidade à história, aos valores, representações, experiências, vínculos de pertencimento das mulheres do Beco de Dola que, na verdade, além de constituírem-se como guardiãs do conhecimento, dos saberes, da religiosidade africana, ressignificaram suas visões de mundo, práticas sociais e experiências em busca da sobrevivência e da possibilidade de ocupar outros papéis sociais, diferentes daqueles que a República brasileira queria reduzi-las. Essas mulheres, como afirma o autor, “se inserem em um universo de inúmeras mulheres negras, conquistenses, baianas, brasileiras e da diáspora africana” (p. 24)

Ao evidenciar a luta pela sobrevivência das mulheres do Beco de Vó Dola, Passos (2012) reflete sobre o abandono do qual o bairro foi vítima ao longo da história pelos poderes públicos e o cotidiano de exclusão e violência sofrido por seus moradores, predominantemente de origem afro-indígena; a violência, notadamente protagonizada pelas forças policiais as quais constituem o braço armado do município e do estado, atingindo, na atualidade, especialmente a população jovem e, por outro lado, o domínio do território por traficantes que impõem regras, intimidam os moradores e tentam apagar a liderança das mulheres negras, ligadas as religiões de matriz africana as quais fundaram o bairro e que, em atitude de resistência, lutaram e lutam para preservar a cultura ancestral.

O bairro negro que ‘carregou Vitória da Conquista nas costas’ durante décadas abastecendo a feira, os hotéis e as casa mais ricas com água potável; suprindo a construção civil com a denominada localmente de ‘pedra concreto’; carregando trouxas de roupa para serem lavadas no quarador do Poço Escuro e passadas a ferro de brasa nas casas das mulheres; o bairro que possuía mais de uma

dezena de parteiras que trouxeram ao mundo – ‘pegaram’, no dizer delas – centenas de novas vidas; o bairro que abrigou mais de 15 mães de santo; o bairro de onde saíam as maiores agremiações dos antigos carnavais da cidade; hoje tem em troca, em recompensa, a morte anunciada e legitimada e o descaso do poder público em não desenvolver políticas que mudem essa realidade de pobreza e morte. (PASSOS, 2012, p. 28)

As mulheres negras das Pedrinhas, em Vitória da Conquista, assim como no restante do Brasil, no pós-abolição, tiveram que enfrentar a luta contra o racismo e a desigualdade em uma sociedade que adotou o discurso republicano de igualdade jurídica, mas que, na realidade, criava todo tipo de obstáculos à ascensão social de negros e negras e mais ainda, estabelecia mecanismos simbólicos para condená-las a posições de subalternidade.

O século XX faz reeditar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira como empregada doméstica ou babá, novamente garantindo à mulher branca e ao homem branco uma ascensão social. As mulheres negras carregaram este país com toda sorte de trabalhos braçais e as Pedrinhas é o exemplo vivo dessa realidade, conseguindo ser um espaço de segregação e visibilidade do quanto restou à população negra enquanto meios de sobrevivência num contexto de desigualdades e racismo.

[...] vindo para a cidade, assumiam toda sorte de trabalhos sem condições mínimas de dignidade, salubridade, salário ou carteira assinada. Trabalhos que iam da cozinha à quebra de pedras; do carregar água para o centro da cidade e passar trouxas de roupas em ferros a brasa; de buscar lenha no mato para vender a trabalhar em casa de família em jornadas pesadas tendo de deixar as grandes casas da classe média, ostentadamente brilhantes. [...] (PASSOS, 2012, p. 205-206)

Assim, o preconceito e racismo se faziam presentes, atingindo especialmente os moradores de bairros e ruas consideradas periféricas, áreas geográficas ocupadas pela população negra e mestiça pobre, como no caso da Rua das Pedrinhas. No trecho abaixo, o entrevistado Francisco reflete sobre isso e mostra o quanto se sentia incomodado com essas visões e esses comportamentos existentes na cidade.

[...] Inté hoje eu tenho pena desse pessoal que morava na rua das pedrinhas. Uma senhora, uma mulher, doméstica, que ela saísse procurando emprego e falasse que morava na rua das pedrinhas, ninguém dava emprego. Os meninos descia com as galinhotas pra carregar feira, o pessoal: “evém os relentos, evém os relentos!”, todo mundo corria com medo. (Entrevistado Francisco, 2022)

Ao ser interrogado se ele considerava Vitória da Conquista uma cidade racista, preconceituosa, Francisco afirma que o racismo prevalecia no passado e que este ainda impregna a estrutura brasileira; não obstante, o entrevistado acredita que hoje, há mais espaço para reagir e não se silenciar diante disso:

[...]Eu acho que não, porque depende da época né? Por que a gente tem o que a gente assiste, o que a gente foi criado, o que a gente vê, entendeu? E naquele tempo, era todo mundo [...] que se, por exemplo, hoje, se uma pessoa ... me ofende ...é uma pessoa que me ofendeu, é fácil de mim reagir. Mas se é várias pessoas [...], eu fico quieto. É o que acontecia na época. (Entrevistado Francisco, 2022)

O racismo estrutural se manifesta de modo variado, tornado-se, particularmente explícito no campo religioso. Flávio Passos (2012) cita uma entrevista realizada com a coordenadora da comunidade católica da Rua das Pedrinhas, Dona Vera, em que ela relata a violência da repressão empreendida contra as casas de santo do bairro, apesar da existência de diversos barracões de candomblé:

“E tinha Zita também. Sim, tinha Zita sim. Construía os barracões. E quando a polícia chegava e derrubava tudo. E muitas vezes, a polícia chegava e derrubava. E diziam que tinha que ter autorização. E chegavam e derrubavam. Eu vi sim. [...] e eles entravam batendo nas mulheres, batendo na gente ali. [...] teve muitas vezes que eles já acabaram com os candomblés já.” (PASSOS, 2012, P.223-224)

O preconceito contra as mulheres pobres negras e mestiças que pertenciam às camadas populares era muito presente no discurso oficial, nos jornais antigos e na leitura de muitos estudiosos da história local, reproduzindo uma visão que associava essas mulheres a práticas de má conduta, atitudes não civilizadas e que não se enquadravam na visão de progresso que a República definiu como ideal, como percebemos na citação do Relatório do Conselho Municipal.

“Reinavam entre estas e outras pessoas que se deslocavam para a fonte, muitas desavenças, deboches, vícios e até ‘imoralidade crescente e escândalos sem limites’, segundo revelou um relatório dos Conselheiros, que condenava a forma de abastecimento de água da cidade, um atentado ao decoro público’. (A PALAVRA, 1918, apud TANAJURA, 1992, p. 170).

A citação a seguir reafirma a visão depreciativa com relação às mulheres das camadas populares, de origem africana ou mestiça que permanece viva no discurso de intelectuais de destaque na cultura conquistense mesmo nas décadas finais do século XX:

“Na mesma época, na rua da Vargem, existiam muitas cacimbas, onde lavadeiras apanhavam água para lavar roupa, que se estendiam num gramado situado nas proximidades. O costume de lavagem de roupa no local chegou até 1940. Aí, predominava, também, muita libertinagem por parte de lavadeiras seminuas e desocupados.” (TANAJURA, 1992, P.170)

A visão negativa sobre as mulheres está presente em processos de infração aos Códigos de Posturas municipais analisados por Ivo (2017, p. 103), referentes ao século XIX e que

proibiam os sambas e batuques. Além da população não-católica e negra, esses eventos contavam com a presença de mulheres solteiras, grupos sob constante suspeição e alvo das tentativas de controle social por parte das autoridades.

Com relação às mulheres que, seja por fatores ligados à cor, à religião, à classe social, ao trabalho que executavam para sobreviver, não se enquadravam no modelo de mulher estabelecido pela República como ideal: branca, submissa à ordem patriarcal (dominada pelos homens), percebe-se na organização do espaço urbano e nos deslocamentos constantes a que eram submetidas, tentativas dos poderes instituídos e da própria sociedade de invisibilizá-las; Sobre isso, o depoimento do entrevistado Clementino¹⁰⁹, a seguir é muito ilustrativo:

“[...] era assim: a rua, das mulher de ... de vida livre, primeiro que tinha aqui é, foi a rua dos Cachorro. É, é aqui ... pra baixo do Alecrim é ... e de ... depois mudou – rua do Cobertor, que é a rua Triunfo hoje. É ... aí ... no governo de ... foi de Antoninho Pereira mesmo! Tirou essas mulheres daí, botou que é na ... que é a rua, chamava-se rua da Moranga, [...] É ... aí levaram essas mulher pra lá; ficou lá um tempão; quando foi no governo de Gerson Sales ... eles tirou, ele tirou elas de lá e botou elas aí, na rua do Maga – sapo, hoje, num é rua do Maga – sapo é, é ... é D. Pedro II. É ... D. Pedro II. [...]

[...] Quando era dia de sábado, elas só tinha direito de ir na feira, depois de duas horas da tarde, que as famílias já tinha ido. Era, era, era um, era um preconceito, um desfazer demais! E ... então, naquele tempo, só ... quem tinha vez, parece que era gente [...] era mulher casada. Moço! Quando desocupava a feira, elas entrava lá na “carrera” pra comprar aqueles restinho de feira. E caía fora, num ficava. [...]” (Entrevistado Clementino, 2022).

A trajetória das mulheres negras e mestiças pobres em Vitória da Conquista e no Brasil, ao longo do tempo, tanto na escravidão como no período posterior, do pós-abolição, caracterizou-se por condutas e atitudes de resistência. A teimosia em sobreviver numa sociedade excludente levava tais mulheres a quebrar pedras, carregar água na cabeça, cortar lenha, executar trabalhos penosos como o doméstico e, ao mesmo tempo, a criar formas de solidariedade, a exemplo de momentos como os partos em que mulheres de origem afro-indígena-mestiça e pobres, que não dispunham de recursos para pagar consultas a médicos se ajudavam, assegurando a vida das mães e o nascimento dos filhos das vizinhas, amigas, parentes, companheiras de ofício. Enfim, nascer, trabalhar, preservar a ancestralidade, bater os tambores e rezar com as folhas do Poço Escuro para tirar mau olhado eram atos de resistência e formas de mostrar que elas existiam.

¹⁰⁹ O entrevistado Clementino é um sr nonagenário, negro, sapateiro aposentado e rezador. Ainda menino migrou, juntamente com a família, da Chapada Diamantina para a zona rural e depois para a zona urbana de Vitória da Conquista. Homem pertencente às camadas sociais mais vulneráveis, conhece muitas pessoas e presenciou fatos da cidade. Devido às dificuldades relacionadas às questões econômicas e sociais que enfrentou ao longo da vida, estudou pouco. Possui excelente memória, grande inteligência, capacidade de comunicação e vigor físico. Visita frequentemente a feira, o centro da cidade e as fazendas e sítios dos arredores.

2º Passo: Após o texto ser lido e discutido com os estudantes, o/a professor/professora solicitará a alunos/alunas que, em duplas, com o celular, entrevistem (sem o uso da imagem) para a próxima aula, uma mulher negra da família, da escola, da comunidade que vivem. Para apoiar as entrevistas, é interessante que seja elaborado, coletivamente, sob a orientação do/da docente, com subsídio nas discussões travadas em sala de aula, um roteiro. É importante frisar que este será apenas um elemento norteador, possuindo um caráter flexível, pois pode ser adaptado ao longo do processo, a depender do fluxo e da dinâmica da entrevista.

Proposta de roteiro para entrevista:

- Nome:
- Idade:
- Como você se identifica com relação a seu pertencimento racial?
- Qual a sua profissão? Gostaria de ter seguido outra?
- Você conhece mulheres negras que tiveram um papel de destaque na História de Vitória da Conquista, do Brasil, do mundo? Cite os nomes e o que sabe sobre elas.
- Caso não se lembre, por que você acha que é difícil lembrar-se delas?
- Em sua opinião, de que modo as mulheres negras participaram e participam da História de Vitória da Conquista e do Brasil?

3º Passo: Na aula seguinte, apresentar para os/as estudantes uma reportagem televisiva atual, sobre trabalho doméstico exercido por mulher negra em condições análogas à escravidão na Bahia¹¹⁰.

Encerrada a exibição, o/a professor/professora abre a discussão sobre as entrevistas com os estudantes, pedindo-lhes que leiam as respostas, relatem como foi o processo, o que acharam relevante na atividade, ao passo que os instiga a relacionar a discussão do trabalho feminino negro fundamentada nas entrevistas com a realidade abordada na reportagem da TV e com o texto base. Essa atividade problematiza as mudanças e continuidades que caracterizam a trajetória histórica de mulheres negras em Vitória da Conquista e no Brasil.

4º Passo: Os alunos/alunas deverão construir um texto de 10 a 15 linhas, ancorado no texto base, nas entrevistas realizadas, na matéria jornalística exibida pela Rede Bahia de televisão, nas discussões ocorridas em sala de aula, com o tema: As mulheres negras no Planalto da Conquista no Pós-abolição.

¹¹⁰ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/28/resgatada-apos-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba-se-assusta-apos-tocar-em-mao-de-reporter-receio-de-pegar-na-sua-mao-branca.ghtml>

3ª Parte:
Representações sobre
Maria Rogaciana,
a Festa do 13 de Maio
e as questões étnico-raciais

PROPOSTA 7: UM ROLÊ NO ARQUIVO

A visita ao Arquivo possibilita aos estudantes o contato com as fontes e um mosaico reduzido do ofício do historiador, possibilitando-lhes refletir acerca da forma como o conhecimento histórico é construído. Desse modo, a atividade estimula a compreensão de conceitos como evidências, inferências e como de dá o processo de elaboração de explicações históricas.

Objetivo: Refletir, por meio visita ao arquivo público, sobre como o conhecimento histórico é construído através da leitura e análise das evidências encontradas nas fontes e que possibilitam a construção de múltiplas interpretações da trajetória de Maria Rogaciana, das festas do 13 de maio na cidade, das representações sobre os negros e negras, das questões étnico-raciais e, de modo geral, dos sujeitos e fatos do passado em diferentes contextos territoriais e temporais.

1º Passo: Previamente, fazer com os/as estudantes, um levantamento de informações acerca dos principais jornais existentes na Vila-cidade no período abordado pela pesquisa (1888-1956). Os/as estudantes podem ser divididos em equipes por décadas/períodos históricos para facilitar a pesquisa e o trabalho. Recomenda-se, aqui, o estudo, em sala de aula do texto da Revista Histórica 100 Anos de Jornalismo em Vitória da Conquista, de Luís Fernandes (2011) que apresenta uma breve análise dos periódicos que circulavam localmente. Isso é interessante por evidenciar o viés político, ideológico dos jornais, bem como os grupos sociais a que esses vinculavam-se, mesmo que de maneira sintética.

2º Passo: Sob a orientação do/da professor/professora é importante, após isso, realizar, com os estudantes, uma roda de conversa pautada na reflexão de que os discursos dos jornais representavam pontos de vista, interpretações realizadas pelos jornalistas, redatores, veículos de informação e não eram, portanto, verdades absolutas. Os periódicos e a imprensa local refletiam interesses econômicos, políticos e ideológicos e, assim, os conteúdos, informações, opiniões, propagandas constituíam discursos que expressavam a visão de quem os produziu; o lugar social que os autores e reprodutores dos discursos ocupavam; a maneira como falavam; as escolhas por temas e a definição de quem seria citado ou não nesses discursos; desse modo, é necessário discutir o porquê disso ocorrer e a quem o discurso se destinava. É fundamental trazer também essa discussão para o presente.

3º Passo: É necessária a elaboração, antes da visita ao arquivo, em sala de aula, de uma ficha/tabela de coleta de dados, com os/as alunos/alunas, contendo os itens que serão pesquisados nos periódicos antigos, devidamente explicados pelo professor/professora. Nessa ficha/tabela os/as estudantes anotarão as características principais dos jornais a exemplo de: Título do periódico; número do jornal; periodicidade; data; formato; número de páginas; nome do diretor/editor; onde foi impresso; preço; tiragem; colunistas; temas centrais abordados nos jornais consultados (destacar se naquele jornal aparece informações sobre Maria Rogaciana e as Festas do Treze de Maio); costumes; tradições; notícias culturais; grupos que exerciam o poder econômico e político local; informações regionais, nacionais, internacionais; correspondência (coluna de leitores), biografias, registros de morte¹¹¹.

Sugestão de ficha de coleta de dados que o professor/professora, poderá adaptar de acordo com o que achar conveniente:

Ficha de Coleta de Dados

Nome do Jornal:
Nº do Jornal:
Periodicidade:
Data:
Formato:
Nº de páginas:
Nome do diretor/Editor:
Local de impressão:
Preço:
Tiragem:
Nome dos colunistas:
Temas centrais abordados:
Matérias sobre Maria Rogaciana e o 13 de Maio (Resumo): Transcrever em anexo
Matérias que se refiram às questões étnico-raciais:
Aspectos culturais: costumes, tradições
Grupos que hegemonizavam o poder político e econômico:
Informações locais:
Informações regionais:
Informações nacionais:

¹¹¹ Esses itens foram sugeridos no texto de MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História**. Patrimônio e história local. Lisboa: Texto Editora, 1994. Adaptado por SCHMIDT; CAINELLI. **Ensinar História**, 2 ed., São Paulo: Scipione, 2009. Coleção Pensamento e Ação na sala de aula, p.146-147.

Correspondência (Coluna de leitores):
Biografias:
Registros de morte:

4º Passo: O professor/professora, levará os alunos para visitar o Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (A visita deverá ser previamente agendada e a proposta explicada aos funcionários do Arquivo), para que os/as estudantes pesquisem a Sessão de periódicos de forma a observar também aspectos como a organização dos jornais, os cuidados e regras para consultá-los e preservá-los, garantindo a integridade da fonte. A seguir, os alunos/alunas, em dupla, irão analisar dois jornais diferentes (Exemplo: O Combate e A Notícia), e registrar os dados na ficha/tabela.

Caso nos jornais pesquisados, seja encontrada alguma reportagem sobre Maria Rogaciana e as Comemorações do Treze de Maio, pedir aos alunos para, se for autorizado pelo arquivo, fotografarem, sem o flash, para depois a registrarem por escrito. Se não encontrarem, procurarem outra que, de alguma forma, remeta à discussão das relações étnico-raciais e de como os afrodescendentes eram representados em Vitória da Conquista e no Brasil. E se nada for encontrado, discutir com os alunos, as alunas, a invisibilidade dos negros e negras e das questões relacionadas à temática racial nas páginas dos jornais.

5º Passo: Encerrada a visita, em sala de aula, abrir a discussão sobre o resultado das pesquisas, o contato com as fontes e as evidências encontradas, com o objetivo de estimular a troca de experiências e impressões entre os estudantes, a construção de interpretações, a visão crítica, a elaboração de argumentações históricas.

6º Passo: Propor aos estudantes a criação de um jornal que aborde temas importantes para a discussão das questões étnico-raciais: Abolição/ 13 de Maio; Dia da Consciência Negra; racismo, preconceito; alguma matéria que encontraram na ida ao arquivo e que gostariam de reproduzir, citar, acompanhada de uma análise; poemas; charges; crônicas; biografias de negros e negras de Vitória da Conquista, da Bahia e do Brasil; entrevistas com personalidades negras.

PROPOSTA 8: ANÁLISE DE FONTES

Esta atividade propõe a análise de algumas fontes jornalísticas e de documentos escritos, destacados na dissertação, como o redigido pela Câmara da Imperial Vila da Vitória, com vistas a permitir aos estudantes dimensionar o caráter interpretativo do conhecimento histórico que é construído através de inferências, suscitadas pelas evidências presentes nas fontes. Embora mobilize conceitos relacionados a elementos cronológicos e conceituais/factuais, a atividade permite também a discussão da mudança e continuidade, por exemplo nos padrões de linguagem; nas visões acerca de quem seriam os protagonistas da abolição; nas relações de trabalho; nos mecanismos de controle sociais; considerando-se a perspectiva histórica dos povos e sociedades do passado, mergulhados no contexto específico do pós-1888. Espera-se que a análise realizada pelos alunos e alunas dessas fontes possa confrontar as diferentes visões sobre o 13 de Maio, ressaltando sua relevância histórica não como evento estanque e sim como fato histórico integrante de um processo de lutas e resistências iniciado no período escravista e que, de outras maneiras, continua até hoje.

Objetivo: Discutir o caráter interpretativo do conhecimento histórico cuja matéria-prima são as evidências presentes nas fontes que refletem determinados padrões de linguagem, discursos, visões sobre temas como a abolição e os lugares a serem ocupados pelos egressos da escravidão e seus descendentes, perspectivas de agentes sociais historicamente situados, relações de trabalho e mecanismos de controle social, lutas e resistências dos afrodescendentes no pós-abolição.

Os alunos em equipes deverão analisar o conteúdo dos documentos históricos e excertos da dissertação e, em seguida, responder às questões sugeridas. Para concluir, o/a professor/professora provocará os alunos para a discussão/debate.

1º Passo: Leitura e análise da Fonte 1

Fonte 1:

13 de Maio

Passou-se como todos os anos, entre festas e entusiasmos, a gloriosa data do 13 de Maio.

Quanto de orgulho e civismo não sentimos, recordando as figuras brilhantes de José do Patrocínio, João Alfredo, Luiz Gama, Satiro Dias, da Princesa Imperial D. Isabel e de outros, de tantos outros grandes homens que trabalharam para expurgar para sempre, de nosso caro Brasil, a hedionda, a ignominiosa escravidão, m a r t i r i o sem dó e sem compaixão dos nossos irmãos prêtos.

E' por isso que Conquista a nossa querida terra, tendo á frente a estimada e popular

M a r i a Rogaciana da Silva, decendente de pais cativos, comemora todo ano, com brilhantismo, a magna data da abolição.

A sessão.

No prédio do “Educandário Sertanejo”, presidida pelo dr. Dan Moreira Lobão. Juiz de Direito da comarca, teve lugar a sessão civica, onde se fizeram ouvir, com palavras vibrantes, os snrs. Euclides Dantas, Eratostenes Menêzes, Clovis Lima e a snra. Maria Rogaciana da Silva, sob aplausos constantes do auditório.

Terminada a sessão realizou-se a passista cívica, composta de grande numero de senhoras, cavaleiros e senhorinhas, cantando lindas canções e hinos patrióticos.

A' noite

O vasto salão do Guarani Bar adredemente engalanado, abriu as suas portas para o f e r e c e r – n o s um belo e delicioso baile prolongado até altas horas da noite.

O gesto nobre dessa mulher que conserva no coração o civismo e a gratidão, não esquecendo o grande dia, e verdadeiramente a promotora todos os anos das festas ao 13 de maio, merece do povo conquistense auxílio e aplausos. Na nossa historia o 13 de maio resplende como estrela de primeira grandeza, marco que foi, vitorioso, de uma das mais belas campanhas liberais no Brasil. Merece, pois, aplausos, francos aplausos e mil parabéns o gesto patriótico da snra. Maria Rogaciana da Silva, a quem enviamos os nossos sinceros parabens.

(AVANTE, 1933, p. 4)

- Para nortear o diálogo sobre a Fonte 1, sugerem-se algumas questões, a exemplo de:
 - 1- Qual a data e o tema central da fonte 1?
 - 2- É a linguagem usada, é diferente da atual? Que palavras desconhecidas poderiam destacar? (O/a professor/professora pode fazer um glossário no quadro anotando as palavras e discutindo, explicando o significado com os estudantes)
 - 3- O que se comemora na data 13 de Maio?
 - 4- Você considera essa uma data importante? Por quê?
 - 5- Alguém da classe pode falar um pouco sobre o processo abolicionista no Brasil? (É interessante que essa aula ocorra antes do conteúdo Abolição ter sido trabalhado ou que os alunos tenham tido acesso a ele, por meio do livro didático)

e/ou outros recursos. Dessa forma pode-se ter uma ideia acerca dos conhecimentos prévios dos/das estudantes).

- 6- De acordo com a fonte, quem foram os protagonistas da Abolição? Você concorda?
- 7- Segundo a fonte, quem foi Maria Rogaciana? Você já ouviu falar dela?
- 8- Como a fonte descreve a festa em comemoração ao 13 de Maio na cidade?

2º Passo: Agora, o/a professor/professora pede aos alunos/alunas que leiam a fonte 2 e depois respondam às questões propostas.

Fonte 2:

O 13 de Maio nesta Cidade

“[...] Felizmente não passou despercebido em nosso meio a data comemorativa da extinção da escravatura no Brasil.

A gratidão e o entusiasmo de Maria Rogaciana fizeram com que não obstante o indiferentismo das nossas associações e escolas locais, o 13 de Maio tivesse uma comemoração feliz, como passamos a baixo, a relatar.

A ALVORADA

Pela madrugada, aos estouros dos foguetes, repiques de sino, musica e cantos, a população desta cidade foi despertada.

Garbosas senhorinhas, acompanhadas de bela orchestra, aos toques de alvorada, cantaram hymnos e canções patrióticas em homenagem a grande data brasileira.

O PRESTITO

A’ tarde do mesmo dia numeroso grupo de senhorinhas e cavalheiros, conduzindo duas belíssimas charolas, percorreu varias ruas desta cidade aclamado e admirado pela população.

Em frente do prestito, envolta no pendão auri – verde, a senhorinha Aurea Dias, trajada simbolicamente de Republica, fulgia ao repercutir dos vivas e das aclamações da mocidade republicana. Ao lado da Republica, a senhorinha Carmem Froes, linda e magnificente, trajava as cores symbolicas da nossa Bahia gloriosa.

OS ORADORES

Durante o trajecto do préstito, falaram, no Gremio “Castro Alves”, num improviso de referência aos esplendores do 13 de Maio, o sr. Bruno Bacellar, e da janella da sua residência, o dr. Mario Monteiro, que numa breve alocução saudou a mocidade

conquistense, fazendo em seguida um ligeiro exordio sobre a magna data. Foram muito aplaudidos os oradores.

- fim -

Após percorrer varias ruas da cidade, o préstito recolheu ao Paço Municipal, ás 18 horas.

O BAILE

A' noite, no Paço Municipal realizou-se animado baile que terminou ás 4 horas da manhã seguinte, debaixo do maior arrojo e grande harmonia. Foi uma nota chic e interessante dos festejos cívicos da tarde o lindo baile da noite.

AS CHAROLAS

As charolas que figuraram no prestito, artisticamente ornamentadas pela exma, sra. d. Maria Dias, estavam dignas de se ver. Em uma figurava entre flores, o retrato da princesa Izabel, a Redemptora, e na outra sob um laço de cores auri – verdes, o retrato do cons. Ruy Barbosa, destacando-se como homenagem aos luctadores pela causa dos captivos.

PONTO FINAL

E' dolorosa a missão do jornalista, e mais dolorosa se torna, quando forçado pelos acontecimentos, a sua pena tem que traçar uma censura mesmo sendo justa.

Luminosa e bella é a missão do jornalista quando traceja um conceito que é um hymno de louvor á justiça e ao valor. Eis – nos nos dois extremos, ouvindo os ditames da consciência, e altivos como soldados que nos ufanamos de ser da collectividade, lavrando um tento conforme nos dita o coração, exaltando o pequeno e censurando os grandes.

Não podemos deixar e não cançamos de bater palmas, palmas de entusiasmo, palmas de coração, ao gesto bello dessa mulher do povo, dessa mulher que não se sente desmerecida em dizer de onde veio – filha da escravidão nefasta – e cuja alma é um relicário de amor e gratidão que a levou a empregar energia superior a suas forças para comemorar o glorioso 13 de Maio.

O gesto de Maria Rogaciana de Jesus, é digno de aplausos.

Agora o dever espinhoso, a missão pesada.

Por que as escolas não tomaram parte nos festejos cívicos de 13 de Maio?

Por que o povo na sua totalidade não tomou parte também?

Falta de civismo, esta sim, è a verdade.

E não nos queiram mal por isso...

(A NOTÍCIA, 1929, p.1 e 4 (continuação)).

- Para nortear o diálogo sobre a Fonte 2, sugerem-se algumas questões, a exemplo de:
 - 1- Qual a data e o tema da fonte 2?
 - 2- Que palavras desconhecidas ou diferentes podemos acrescentar no nosso glossário?
 - 3- Segundo a fonte 2, como era a festa da Abolição de Maria Rogaciana? (Passos, horários, tipo de música, participantes destacados, homenagens simbólicas, ...)?
 - 4- A representação de Maria Rogaciana, nessa fonte, é igual ou diferente da primeira? Demonstre com exemplos das fontes.
 - 5- O que quer dizer a frase sobre Rogaciana: “filha da escravidão nefasta”?
 - 6- Nessa matéria jornalística, o autor, faz alguma crítica? Em caso afirmativo, qual e o que isso significaria para ele?

3º Passo: Os alunos lerão, nesse momento, a fonte 3.

Fonte 3: Visões da Abolição (Excerto da dissertação)

O historiador Washington Nascimento (2008) destaca um documento que informa sobre a reação da Câmara de vereadores da Imperial Vila da Vitória ao tomar conhecimento da abolição da escravidão:

C. M desta Imperial Vila da Vitória tem a distinta honra de, em sessão ordinária, acusar o recebimento da circular de V. Ex^a, de 14 de maio último, comunicando haver S. A., a Princesa Imperial Regente sancionado, a 13 do referido mês a lei que extinguiu a escravidão no Império. Esta comarca, pois, esperando reunir em sessão, folga hoje em congratular-se com V. Ex^a e com o país inteiro, por nos vermos, assim livres de uma instituição legada por nossos maiores, a qual detestava-no, é certo, ante os povos cultos; mas sente profundamente ver por nossos legisladores violado o preceito do § 22 artigo 179 do nosso pacto fundamental, na parte em que, garantindo o direito de propriedade em toda a sua plenitude, estatue prévia indenização nos casos excepcionais em que o bem público, legalmente verificado, exigir que se fira tal direito. E mais lamentável se torna aquela violação, porque veio dar em nossa lavoura o golpe mais profundo que até aqui tem ela recebido; e em que quadra (?). Exemplos sem numero: quando em luta com a barateza e nenhuma procura dos seus produtos, a mingua de recursos para aperfeiçoar-se ou variar de cultura, vendo cada dia escassear os braços afeitos ao trabalho, pedia, a lavoura em pungentes brados aos poderes públicos que o amparassem e a livrasse de tal ruína! De maneira que grande número de lavradores, vendo-se abandonados dos seus trabalhadores, sem meios de angariarem gente nova e disciplinada.¹¹²

¹¹² Ofício 1875 – Seção Colonial e Provincial Presidência da Província, Série Judiciário (Juízes Vitória) período 1874-1889, maço 2648 (1875) (NASCIMENTO, 2008, p.62- 63).

E, na sequência, o documento prossegue:

Lamenta igualmente esta comarca que a lei de 13 de Maio, não acompanhada de medidas previdentes que reprimisse o ócio e a vagabundagem, de perniciosas e terríveis conseqüências, para que não se desse o triste e singular espetáculo que presenciemos atualmente de em chusma percorressem os ex-escravos, homens e mulheres as vilas e povoados, tendo por única ocupação licita dizerem cada momento – agora somos livres – ao passo que incitados pela fome que os estortega, mergulham-se na prostituição para exercer a gatunice, prenuncio este de roubos qualificados e assassinatos cruéis. (NASCIMENTO, 2008, p. 63).

- Para nortear o diálogo sobre a Fonte 3, sugerem-se algumas questões, a exemplo de:

- 1- Vocês já ouviram falar da Imperial Vila da Vitória? Onde fica na atualidade?
- 2- Qual a data e o tema central desse documento?
- 3- O documento demonstra que visão da abolição?
- 4- De acordo com o documento, o que dizia o & 22 artigo 179 da constituição brasileira do Império?
- 5- Segundo a fonte o que representou a abolição para a lavoura e os fazendeiros? Por quê?
- 6- Quando o documento afirma que os fazendeiros precisavam de “gente nova e disciplinada”, o que isso quer dizer?
- 7- Por que o documento ressalta que era preciso reprimir o “ócio e a vagabundagem”? O que tal afirmação pode significar?

4º Passo: Os alunos farão a leitura da fonte 4, correspondente a outro fragmento de texto da dissertação, com citações acerca das tentativas de controle e disciplinamento social.

Fonte 4 – Texto: Trabalho, controle e repressão policial (Excerto da dissertação)

Uma questão que incomodava os antigos senhores e autoridades baianas, no pós-abolição, era a negação do trabalho. Em muitos casos, tal rejeição a se submeter a relações de trabalho próximas às que exerciam antes da abolição configurava-se como atos de resistência, a despeito das visões pejorativas que tal comportamento suscitava. Sobre isso, Florestan Fernandes (2017, p. 79-80) afirma:

O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes [...] repudiavam o trabalho “livre”, que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas. Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tomarem “vagabundos”, “boêmios”, “parasitas de suas companheiras”, “ladrões”, etc. [...].

Havia, por parte de alguns representantes políticos, ex-senhores de escravizados e autoridades policiais, o temor de que a população pobre e negra, escapasse do controle, uma vez decretado o fim da escravidão. Esse tema foi tratado por Iacy Mata (2002), em dissertação de mestrado, ao centrar as análises na relação entre ex-senhores, polícia e libertos na Bahia no pós-abolição. Nesse trabalho, a autora discorre sobre o papel da polícia no controle e disciplinamento social, impondo a “ordem” tão importante para as camadas proprietárias assustadas com o novo contexto surgido com a Lei Áurea.

A despeito das dificuldades enfrentadas pelo corpo não se abriu mão da repressão ao liberto, tomando-se várias medidas que buscavam manter o ex-cativo num lugar de sujeição. Uma das alternativas mais buscadas pelos delegados foi a chamada prisão correccional ou para averiguação, que consistia em manter o indivíduo na cadeia por alguns dias, sem que contra ele fosse feito qualquer procedimento legal. Não houve uma mudança significativa na estatística criminal por causa disso. Esse tipo de prisão era uma espécie de lição que se impunha a acusados de vadiagem, desordem e furtos, crimes considerados de menor monta para os quais dificilmente se abria um processo judicial. Detidos por dias ou semanas, os acusados depois eram liberados sem qualquer formalidade¹¹³ (p. 75).

A preocupação com a segurança tornou-se maior no período imediatamente posterior à abolição. O governo provincial buscou fortalecer os mecanismos de controle e impor normas disciplinares à população egressa da escravidão, deixando claros os lugares sociais que deveriam ser ocupados por essas pessoas. As ações do corpo policial, os códigos de postura e a política de higienização das ruas adotados evidenciavam tal fato. Em reação a isso, os libertos tiveram que criar mecanismos de sobrevivência e inserção social. [...].

Iacy Mata (2002) cita um documento importante que faz referências à Imperial Vila da Vitória, antigo nome de Vitória da Conquista, no momento próximo à abolição, e que explicita as preocupações com a “vadiagem”.

¹¹³ Cf. MATA (2002): BROWN, Alexandra Kelly. “On the vanguarda of the civilization”: Slavery, the Police and Conflicts between Public and Private Power in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888. Dissertação (Doutorado). The University of Texas at Austin, 1998, p. 71.

A reivindicação de que se reforçasse o destacamento da Imperial Vila da Vitória, feita pelo subdelegado ao chefe de Polícia, em 7 de junho de 1888, fora sem dúvida motivada pela presença de libertos que, segundo a autoridade policial, dirigiam-se aquela localidade e viviam a vagar pelas ruas, “sem emprego algum honesto, a não ser sambas, roubos, ferimentos, etc¹¹⁴.” (MATA, 2002, p. 60).

As queixas contra o número reduzido de policiais nas regiões interioranas da Bahia, como Conquista, eram recorrentes nos jornais do início do século XX, deixando explícita a preocupação com a propriedade privada e com a ordem.

[...] Os destacamentos policiais com número reduzido de praças, são impotentes para uma ofensiva vantajosa.

Povoações prósperas, arraiaes populosos permanecem muitas vezes sem um só soldado de polícia para garantia da propriedade particular, quando já deveríamos ter destacamentos [...].

Uma cidade como esta, populosa e sede de um município extensíssimo, ponto convergente de outros municípios igualmente populosos, e, muitas vezes mais infelizes do que o nosso, anarchizados, já deveria ter uma concentração de forças com todas as prerrogativas da disciplina militar prontas para se desdobrarem em destacamentos capazes de manter ileso a paz, o direito e a propriedade [...]. (A CONQUISTA, 1911, p. 1-2).

- Para nortear o diálogo sobre a Fonte 4, sugerem-se algumas questões, a exemplo de:
 - 1- Na visão do autor, Florestan Fernandes, o que causaria a recusa de muitos negros em trabalhar no pós-abolição? Seria uma simples questão de preguiça e vagabundagem?
 - 2- Quem tinha medo de que a população pobre e afrodescendente saísse de seu controle, de acordo o texto? Por quê?
 - 3- Qual o papel do corpo policial, de acordo a historiadora Iacy Mata?
 - 4- O que você entende por código de posturas municipais?
 - 5- E o que seria a política de higienização das ruas?
 - 6- Qual você acha que seria o lugar que a sociedade brasileira reservou para os escravizados e seus descendentes?
 - 7- Percebe-se nos documentos citados, de acordo a análise do fragmento de texto acima, no pós-abolição, a presença na sociedade de uma visão estereotipada do povo negro? Justifique.

¹¹⁴ APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3002.

5º Passo: Os estudantes lerão a fonte 5.

Fonte 5: A seguir, destaca-se, uma nota importante, encontrada nas páginas de *O Combate*, um dos jornais mais antigos e importantes do Planalto da Conquista.

Não somos daqueles que acham injusto o ato do governo que cortou o feriado de 13 de Maio. Não devia mesmo ser feriado o dia que marca o início da nossa escravidão econômica, provinda indiscutivelmente, da abolição da escravatura quando nem os escravos, nem o Brasil estavam preparados para recebê-la. Não somos apologistas da escravidão, nódoa que, por tanto tempo, enegreceu a civilização de alguns povos. Sentimo-nos revoltados quando à mente nos vêm aquelas histórias de martírio, crueldade e humilhação que tiveram por palcos as senzalas e os eitos [...].

[...] Mas a abolição da escravatura no Brasil obedeceu apenas aos impulsos dos corações de alguns poetas e idealistas que, por isto mesmo, deviam ser péssimos economistas e financeiros ainda piores. [...]

Abolida a escravidão quando as maiores fortunas do Brasil estavam empregadas em escravos; sem uma lei que reprimisse a vagabundagem; sem uma lei que tornasse o trabalho obrigatório; sem o necessário preparo mental do escravo; abolida a escravidão, - repetimos, - pelo modo como foi abolida, deu-se a queda da monarquia, e, o que foi peor, a nossa escravidão econômica.

As leis do Ventre-livre e dos Sexagenários, dentro de vinte anos, realizariam o que o intempestivo das idéas abolicionistas realizou. Com mais vantagens. Com mais proveito. Com menos perigo.

E' por tudo isto que nós que odeiamos a 'escravidão; que amamos a liberdade acima de tudo, achamos que o governo fez bem em cortar o feriado do 13 de Maio. Porque o 13 de Maio não é uma data que marca uma epopéa histórica. E uma data que marca o início da nossa derrocada econômica. (O COMBATE, 1937, p. 1).

- Para nortear o diálogo sobre a Fonte 5, sugerem-se algumas questões, a exemplo de:
 - 1- Qual a data e o tema da fonte?
 - 2- Que tipo de argumento, o autor utiliza?
 - 3- O discurso do autor da matéria (Observe a data) é diferente ou igual ao da Câmara de vereadores da Imperial Vila da Vitória em 1888 (Fonte 3)? Como você interpreta isso?

6º Passo: Propor aos estudantes que escolham uma das fontes que compõem a atividade e produzam um texto acerca dela.

PROPOSTA 9: MARIA ROGACIANA E AS FESTAS DA ABOLIÇÃO EM CENA

A atividade propõe uma dramatização, em que, de acordo com as fontes/evidências, os estudantes utilizarão o conhecimento factual sobre Rogaciana e as festas da abolição, mas também poderão analisar as causas e consequências das políticas de exclusão e subalternização do povo negro no pós-abolição, por meio de reflexões que considerem a perspectiva histórica que estava subjacente aos valores, representações, visões de mundo e comportamentos dos agentes históricos do passado, de acordo com o contexto em que estavam inseridos. Os alunos e alunas, na narrativa escrita para ser usada na cena teatral, são também provocados a fazer considerações éticas referentes às influências dos fatos ocorridos no passado sobre as configurações da sociedade atual.

Objetivo: Ler, interpretar e reconstruir, através da linguagem teatral, recortes da trajetória de Maria Rogaciana e das festas do 13 de maio, ressaltando as perspectivas dos agentes sociais do passado historicamente localizados em determinados contextos e analisando as implicações das políticas de exclusão e subalternização dos afrodescendentes nas primeiras décadas do pós-abolição sobre as configurações racializadas da sociedade brasileira no presente.

1º Passo: Inicialmente, os estudantes farão a leitura do texto: Rogaciana e as festas do 13 de Maio no Planalto da Conquista. O texto foi elaborado com base nas informações e reflexões provenientes da pesquisa realizada e utiliza-se de uma linguagem considerada apropriada aos alunos e alunas do Ensino Médio.

Texto: Rogaciana e as festas do 13 de maio no Planalto da Conquista

Giovana Alves Marques



Figura 1 – Foto de Maria Rogaciana da Silva
Fonte: Viana (1982, p. 405, volume 1).

Em uma pequena cidade chamada Jussiape, nasceu Maria Rogaciana da Silva no dia 23 de março de 1882, sendo a décima quinta filha de Felipe José dos Santos e Agnastáca da Silva Gomes e, por parte do pai, neta de africanos. Essa cidade constituiu-se, originalmente, de um povoado surgido em torno da antiga Fazenda do Gado, localizando-se na Chapada Diamantina. O fato de esta ser uma região rica em minérios e pedras preciosas, certamente, contribuiu para que ali tivesse uma grande quantidade de negros e negras submetidos à condição de escravizados.

As famílias escravizadas no Brasil sofreram todo tipo de dificuldade como as péssimas condições de vida, trabalho, dos castigos, humilhações. Mas, possivelmente, um dos maiores desafios enfrentados pelos povos descendentes da Diáspora africana foi/é o racismo. Este penetrou de tal forma a estrutura econômica, social, cultural brasileira que fez com que os negros e negras, no período escravista e no pós-1888, tivessem que, além da luta pela sobrevivência, liberdade, cidadania, combater o preconceito e a discriminação decorrentes do Racismo estrutural.

Maria Rogaciana teria migrado para o Planalto da Conquista, em fins do século XIX. Ao chegar aqui, na época da vila ou na já cidade, não se pode afirmar, devido à ausência das fontes, a mesma encontrou uma povoação pequena, com poucas casas e uma população diminuta. A economia da região era baseada na pecuária, na agricultura e no comércio. As melhores terras estavam sob domínio de poucas famílias, na maioria, descendentes dos conquistadores portugueses que, no século XVIII, guerrearam contra os povos indígenas Ymborés, Kamakãs (também conhecidos como Mongoíós) e Pataxós que aqui viviam e conseguiram controlar a região.

Em fins do século XIX, o Brasil passava por um período de transição entre o Império e a República; o trabalho escravo e o assalariado. Em 13 de maio de 1888, depois de muita luta, morte, exploração, resistência, o país aboliu a escravidão. Por muito tempo, esse fato tão importante que marcou a história do Brasil foi considerado um “ato de bondade e de humanidade”, praticado pela Princesa Isabel, filha do imperador D. Pedro II e herdeira do trono. A história tradicional atribuía à Isabel o papel de “heroína” exclusiva da abolição que era vista como decorrente de uma ação individual da mesma.

No entanto, cada vez mais, essa história tem sido questionada. Sem dúvida, o papel da Princesa Isabel, ao assinar a Lei Áurea, foi um marco importante na história. Porém, é preciso ressaltar que por quase quatrocentos anos os negros e negras brasileiros protagonizaram, de várias formas, as lutas pela abolição. Essa resistência foi longa, difícil e custou a vida, a juventude, os sonhos de muitas pessoas submetidas à escravidão. Portanto, é preciso reconhecer que, do ponto de vista interno, sem a pressão dessas vidas negras que foram sacrificadas nos canaviais, cafezais, senzalas, casas das famílias senhoriais, vilas e cidades do Brasil Colônia e Império, e o avanço das ideias abolicionistas, a permanência dessa cruel instituição chamada escravidão não teria se tornado insustentável.

Por meio da luta de negros e negras do passado como Zumbi dos Palmares, Dandara, Luiz Gama, Luiza Mahin, Tereza de Benguela, dentre tantas outras e outros,

sujeitos anônimos, cujo nome não foi alvo, ainda, de estudos históricos, a abolição tornou-se um fato possível. E não se pode esquecer que na atualidade prossegue a luta e resistência para que a abolição se complete com o fim do racismo, da desigualdade e exclusão. Em face a isso tudo, o dia 13 de maio de 1888 – data da abolição – é o dia de celebrar, não somente a Princesa Isabel, mas, principalmente, o povo negro, cujo protagonismo nesse processo foi apagado da história.

Você já pensou sobre isso? Por que, ainda hoje, indígenas, mulheres, pobres e negros são pouco estudados e conhecidos pelos brasileiros e brasileiras?

Como já foi destacado, não se sabe exatamente quando Maria Rogaciana – conhecida pelo apelido de Rogó -, chegou aqui, mas ela viveu a maior parte da sua vida, em Conquista, durante a República – proclamada em 1889. No início da República, as famílias ricas, proprietárias de terras, gado, lojas, residiam em casarões no entorno da antiga Igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória. Com certeza, você já observou, ao andar no centro da cidade, algumas dessas construções históricas que sobreviveram ao tempo. Por outro lado, as pessoas pobres, em grande maioria, descendentes dos índios e negros que viviam nesse território, em aldeias e quilombos, antes da chegada dos conquistadores portugueses, moravam em pequenas e precárias residências nas regiões mais distantes do centro. Para sobreviver, trabalhavam como carregadores de água do Poço Escuro para abastecer as casas das famílias de melhor condição econômica, as pensões e lojas; lavando roupas; quebrando pedras na Serra do Periperi para vender para a construção civil; como vendedores ambulantes de quitutes nas ruas; empregadas domésticas, dentre outros trabalhos duros e mal remunerados.

Maria Rogaciana teria migrado para a vila/cidade para trabalhar na casa do Padre José Muniz Cabral Leal de Menezes. Por conta disso, conviveu pouco com seus parentes que ficaram na Chapada Diamantina e, aqui, acabou por ter como referência a família do padre. Ficou surpreso/a com tal informação? Antigamente, alguns padres constituíam família e mesmo isso sendo de conhecimento público, muitas pessoas viam tal fato com naturalidade. O padre Muniz vivia em companhia de uma mulher que, segundo as fontes, era identificada como uma “mulher de cor” e com ela teve filhos e filhas. Uma delas, Maria Leal de Menezes, foi a primeira professora formada da cidade. Quando o padre morreu em 1905, Rogó ficou morando com a professora. Na casa em que essas Marias viviam – Rogaciana e Leal – funcionou, por um tempo, a escola da professora Cota – apelido de Maria Leal -, profissional respeitada que educou várias gerações de conquistenses.

As duas Marias tinham aspectos em comum: eram mulheres, de origem negro-mestiça, católicas por conta da educação que receberam do padre, participavam de novenas, quermesses, trabalhos sociais, moravam juntas num casarão localizado próximo à Câmara de vereadores e frequentavam as casas das famílias tradicionais, descendentes dos conquistadores e que viviam no centro histórico da cidade. Entretanto, não se pode deixar de evidenciar que, Maria Rogaciana, diferentemente de Maria Leal tinha origem social numa família de escravizados, foi designada como “escrava” por muitos até o fim da vida, não tinha posses e trabalhava como doméstica – submetida, por isso, às relações de exploração que tal trabalho implicava no pós-abolição - e, não tendo, portanto, as mesmas oportunidades e privilégios que a renomada professora.

Rogaciana era uma mulher negra, migrante, sem posses, trabalhadora doméstica. Mas acabou ocupando um lugar de destaque na sociedade e cultura local, ao organizar as festas em homenagem à abolição da escravidão. Todo ano, ela promovia as comemorações no dia 13 de maio. Os registros mais antigos encontrados dessas festas indicam que essas podem ter começado, na cidade, por volta do ano de 1928, ou até mesmo como afirma o historiador Washington Nascimento (2008) no início da década de 1920. Assim, Rogó, quando maio chegava, com um pano amarrado na cabeça, um xale nos ombros, percorria as casas, lojas, prefeitura, câmara de vereadores, em busca de contribuições para realizar as festas.

Com o passar dos anos, as comemorações do 13 de maio de Rogaciana tornaram-se uma tradição no calendário festivo municipal e as pessoas vinham de bairros distantes, até da zona rural a cavalo, para assistir às festas. As celebrações começavam no amanhecer com fogos cortando o céu; depois tinha uma missa solene na Igreja matriz. A seguir, ocorria uma sessão cívica no Salão paroquial ou na Câmara de vereadores em que as autoridades, professores, estudantes, intelectuais da cidade faziam discursos exaltando a importância da data para a nação brasileira. Os discursos falavam em patriotismo, grandeza nacional, harmonia entre as três raças que formaram o país: índios, portugueses e negros. Predominantemente percebia-se a presença do mito da democracia racial. Você sabe o que significa isso? Que a intensa mistura (miscigenação) entre as raças teria tornado o Brasil, um lugar especial, sem conflitos, tensões, de boa convivência entre todos, independentemente da cor da pele, da ancestralidade. Com isso, parecia que não havia desigualdade entre negros e não-negros no país e que todos teriam os mesmos direitos e oportunidades. Por que os estudiosos chamam tal ideia de mito? Pelo fato de que a realidade brasileira mostra que isso não é verdade, devido ao preconceito,

discriminação e poucas oportunidades com que negros e negras se deparam, cotidianamente, no Brasil.

Por fim, acontecia uma passeata pelas ruas do centro, com estandartes enfeitados com flores, fitas, homenageando a Princesa Isabel, Rui Barbosa e alguns abolicionistas. A passeata era acompanhada por uma banda que tocava o hino nacional, o hino ao 13 de maio, composto pelo maestro Vasconcelos, a pedido de Rogaciana em tributo ao fim da escravidão e também outras músicas da época. No cortejo pelas ruas, ela ia à frente, acompanhada pelo padre, prefeito, membros das famílias tradicionais, fazendeiros, comerciantes, políticos em geral, estudantes.



Figura 3 – Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista, com Maria Rogaciana da Silva à frente

FONTE: Viana (1982, p. 406, volume 1).

O povo ia para rua assistir ao desfile de Maria Rogaciana. Segundo as fontes, Rogó era a protagonista da festa; posicionava-se à frente, toda de branco com saias de babados e rendas e, na cabeça, um pano amarrado que lembrava um turbante. E o que é mais surpreendente: ela gostava de dançar e não aceitava que ninguém mais o fizesse. Só ela podia, como se dizia na época, sambar!

O dia 13 de maio era o dia de Rogaciana. Ela, uma mulher negra, pobre, migrante, era a protagonista de uma festa de destaque, juntamente com o 7 de setembro – Independência do Brasil – e o 15 de agosto – Dia da padroeira. Assim, Rogó foi conquistando fama e reconhecimento social e saindo da invisibilidade que atingia a maioria das mulheres negras e pobres como ela. Todos queriam ir para as festas da abolição: os políticos queriam ficar ao seu lado para conseguir votos; as moças das famílias ricas queriam carregar os estandartes; os intelectuais e jornalistas queriam discursar nas solenidades. E, para arrematar as festas, aconteciam bailes de gala em

lugares fechados como o paço municipal, em que todos queriam entrar. Neles, havia muita comida: biscoitos como Joaquim Teodoro, bolachinhas de goma, dentre outros, quitutes tradicionais na cidade e que eram a especialidade de Rogaciana; assados deliciosos; doces de compota de laranja-da-terra, limão e muitas outras iguarias.

Mas você deve estar se perguntando: quem era convidado para os bailes que, com o avançar da idade da promotora, foram substituídos por chás e reuniões festivas mais rápidas e menos trabalhosas? Rogaciana organizava as festas sozinha? Sim, pelo que dizem as fontes, as celebrações eram decorrentes da iniciativa da mesma, com o apoio especialmente de pessoas ricas e que tinham cargos de poder na cidade. Quando chegava a hora de distribuir os convites, Rogó os entregava para essas pessoas de posse e prestígio social. Grande parte dos conquistenses convidados era de origem negro-mestiça, mas que não se reconheciam como tal. À medida que o tempo passou e estes foram consolidando a riqueza e o poder, muitos deles apagaram a ancestralidade indígena e negra e viam-se e eram vistos como “embranquecidos”, “amorenados”.

No Brasil, mesmo no pós-abolição, o lugar que a sociedade associava ao negro, por conta do racismo estrutural era o da subalternidade, da pobreza, da exclusão, da má remuneração, da não visibilidade. Muitos moradores ricos da cidade distanciaram-se das origens e passaram a identificar-se com o ideal de branquitude. Percebe-se que, no início da República, tudo no país que lembrasse as raízes negro-indígenas era desvalorizado, inferiorizado. Enquanto isso, tudo que lembrava ou era associado à Europa era enaltecido e visto como “evoluído”, “progressista” e “civilizado”.

As fontes informam que, nos bailes de Rogaciana, assim como em outros eventos fechados frequentados pelas camadas ricas e controladoras do poder instituído na cidade, os negros e negras pertencentes às camadas sociais mais baixas, ex-escravizados ou descendentes dos mesmos, não eram convidados a frequentar os salões em que esses aconteciam (como as comemorações duraram, aproximadamente, 30 anos, os lugares da festa privada foram variados: o Paço municipal; bares como o Guarany e o Taco d’ouro; o Clube social, dentre outros). A restrita participação de negros e negras das camadas populares que, a princípio, deveriam ser os convidados especiais desses eventos, afinal a abolição foi fruto da luta, resistência e afetou decisivamente a existência desses, parece algo surpreendente para nós, que vivemos no Brasil atual. Porém, quando analisamos as festas, considerando a moldura histórica da época, passamos a ter elementos para interpretar as atitudes de Maria Rogaciana, com base nos contextos em que essa mulher vivia. Não se pode perder de vista que ela era uma migrante que veio, na juventude, morar

na vila/cidade, trabalhar como doméstica na casa do padre. Aqui, não possuía vínculos familiares, era uma terra estranha e a mesma teve que adaptar-se. Foi educada de acordo com as tradições católicas, o costume das pessoas ricas e empoderadas do lugar, estruturados numa visão eurocêntrica que via tudo que tinha origem na Europa como superior aos das demais regiões do mundo e que, portanto, deveria servir como parâmetro para definir o que seria “civilizado”, “evoluído”, “superior”. Ela frequentava os casarões do centro, conversava, observava o jeito de viver, o comportamento dos membros das famílias tradicionais que, como foi destacado anteriormente, não queriam ser identificadas com a negritude, visto que, no Brasil do início da República, ser negro era associado à escravidão, pobreza, inferioridade e subalternidade. Dessa forma, essas famílias disfarçavam suas origens e queriam ser vistas como não-negras, apesar das raízes afro-indígenas que possuíam.

Um exemplo disso, eram os códigos de postura municipais. Mas o que era isso? Eram uma espécie de ordenamento, um conjunto de regras que os moradores da cidade tinham que seguir. Qualquer infração a eles poderia resultar em multas e até em prisões. Pois bem, o Código de posturas de Vitória em Conquista, do ano de 1954¹¹⁵, no capítulo X referente às questões “da moralidade e do sossego público”, no artigo 98, determinava que era “expressamente proibido sob pena de multa ou prisão” [...]. “II- Promover batuques, sambas, candomblés e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licenças das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares.”

Diante disso, não é de se estranhar que Rogaciana organizasse festas distanciadas dos elementos associados à África e aos afro-brasileiros, sem batuques, capoeira, elementos do candomblé. Naquela época, uma festa ideal, considerada adequada para as autoridades que administravam a cidade e as pessoas dos grupos sociais mais ricos, deveria ser inspirada nas festas religiosas de matriz europeia, como as procissões católicas (não podemos esquecer que Rogó era católica fervorosa), sem referências à África, às batucadas. Certamente, seria considerado algo perigoso, impróprio para os padrões considerados civilizados, do período abordado, caracterizar as celebrações do 13 de maio, como festas africanizadas.

E também devemos lembrar que Maria Rogaciana passou a conviver, ao chegar ao Planalto da Conquista, com a comunidade rica, católica, considerada não-negra. Foram

¹¹⁵ Código de posturas municipais de 1954, p.20, encontrado no Arquivo Público Municipal.

essas as influências, a educação, visão de mundo religiosa, patriótica, cívica, europeizada, a que teve acesso. Ela não tinha vínculos fortes com negros e negras das camadas sociais mais baixas, seus costumes e tradições. A vida toda lutaria para ser aceita como igual, para fortalecer os laços de pertencimento junto à comunidade com que convivia, detentora da riqueza e do poder de mando em Vitória da Conquista.

Ao considerar tal contexto, passamos a ter elementos para formular explicações históricas mais embasadas sobre o comportamento de Maria Rogaciana e as configurações das festas do 13 de maio que promovia. Tudo isso não impede que nos entristeçamos ao perceber como o racismo era e é forte na cidade e no Brasil; como a visão colonial ancorada no eurocentrismo se fez marcante; como a crença de que a negritude e tudo que a ela se relacionava deveria ser desvalorizado impregnava a sociedade e a cultura.

Percebe-se que Maria Rogaciana tornou-se, aos poucos, uma pessoa famosa, conhecida, respeitada. Padres, prefeitos, comandantes do Tiro de guerra, famílias antigas e endinheiradas, todos prestigiavam os eventos. Ser convidado para os bailes, para discursar nas cerimônias cívicas, carregar as bandeiras e os estandartes eram formas de distinção social, de prestígio. Assim, é provável que, se por um lado, muitos negros e negras, possivelmente ficavam magoados por não serem convidados para os momentos privados da festa, como os bailes e sentissem, cotidianamente, na pele e na alma, os estigmas da negritude e da pobreza, por outro lado, muitos admiravam o poder e a projeção social que Rogaciana adquiriu. Esta tornou-se a protagonista das celebrações, criou uma tradição importante para a cultura da cidade; ocupou um lugar que para outros negros e negras parecia inatingível.

Maria Rogaciana da Silva morreu no dia 18 de Novembro de 1956, aos 74 anos de idade. Muitos anos depois, em 13 de Maio de 1976, o então prefeito de Vitória da Conquista, Jadiel Matos, inaugurou uma Escola municipal, no bairro Bateias, com o nome dela. Com isso, a memória de Rogó, atravessou os anos e, hoje, é lembrada, especialmente, por estudantes, professores, comunidade que, de várias formas, relacionam-se com aquela instituição de ensino, bem como pelas pessoas mais idosas que a conheceram e por pesquisadores que se dedicam a estudar a história da cidade.

Indiscutivelmente, Maria Rogaciana da Silva era uma figura polêmica, contraditória e cheia de ambiguidades. No entanto, marcou a história de Vitória da Conquista e mostrou que mulheres negras e pobres também são sujeitos que protagonizam lutas, dores, amores, festas e a História. Estudar a trajetória dessa personagem histórica e

das comemorações da abolição ajuda a compreender os desafios que homens e mulheres negras enfrentaram e enfrentam no pós-abolição, vivendo numa cidade empenhada em distanciar-se das raízes indígenas e africanas e em adotar padrões estéticos, comportamentais, sociais, não identificados com essas origens. A reflexão teórica sobre essa mulher negra, a despeito das lacunas existentes, provocadas pela existência de poucas fontes, desperta o interesse em ampliar nosso olhar para a história de Vitória da Conquista e do Brasil, direcionando-o às vivências das mulheres negras, por tanto tempo apagadas pela historiografia oficial. E, assim, talvez, isso possa abrir caminho para despertar o interesse por outras experiências de protagonismo feminino negro na construção da História da cidade e do país.

2º Passo: Os estudantes serão divididos em equipes. Cada uma delas, ancoradas no texto, exercitarão a compreensão, a interpretação, a criatividade, a imaginação, construindo uma cena teatral em que contarão a história de vida de Maria Rogaciana da Silva, destacando as comemorações do 13 de Maio e utilizando os personagens do teatro de bonecos, existentes no Baú.



Imagem: Teatro de Bonecos feito de caixa de papelão e tecido.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022



Imagem: Teatro com bonecos de feltro e pano.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022



Imagem: Teatro e dos bonecos.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.



Imagem: Bonecos representando, respectivamente, Homens e Mulheres negros; Maria Rogaciana; Padre; Sargento do Tiro de Guerra/Forças policiais; Prefeito/Autoridades administrativas da cidade; Fazendeiro/comerciante; Professora Maria Leal.
Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022

PROPOSTA 10: OS GOSTOS E SABORES DA HISTÓRIA

A atividade consiste na leitura, seguida da escrita de um texto, sobre a importância histórica, cultural dos alimentos, o que exige que os estudantes façam inferências, relacionando as memórias alimentares que possuem e aspectos sociais e históricos que atravessam a cultura alimentar. Outrossim, esta atividade leva os estudantes a buscarem explicações históricas para as mudanças e continuidades das tradições alimentares da região; as causas e consequências da adoção de determinados hábitos e costumes para a cultura, a economia, a história do Planalto da Conquista e as perspectivas históricas que incidem sobre a adoção ou não de determinadas práticas alimentares.

Objetivo: Estabelecer relações entre as mudanças e permanências, causas e consequências da adoção de determinados hábitos e costumes alimentares para a economia, cultura e história da região com foco na reflexão acerca das influências afro-indígenas sobre a alimentação e nas representações existentes sobre a produção, circulação e consumo de tais alimentos.

1º Passo: Leitura do texto 1**Texto 1: Os biscoitos de Maria Rogaciana, memórias e tradições alimentares que contam a história do Planalto da Conquista**

O Planalto da Conquista, localizado na região popularmente conhecida como Sertão da Ressaca, ao longo da história, desenvolveu práticas e hábitos alimentares - baseados em carne, mandioca, frutas e legumes - derivados da fusão de elementos originários da cultura indígena, africana e portuguesa, mas que, aqui, adquiriram características próprias e ajudaram a estruturar a identidade cultural da região.

Os biscoitos são uma tradição antiga em Vitória da Conquista que resiste aos tempos e aos processos decorrentes do avanço industrial que implicam costumeiramente em mudanças em hábitos alimentares. A produção de biscoitos tem como base a mandioca, raiz muito cultivada no Brasil, presente na alimentação dos primeiros habitantes do Planalto da Conquista: os índios Ymborés, Kamakãs (também conhecidos como Mongoiós) e os Pataxós.

A produção de biscoitos em Vitória da Conquista é antiga, sua existência corresponde a aproximadamente um século. Fruto de gerações, a produção da goma e da farinha de mandioca antecedeu a produção dos biscoitos por diversas famílias na região. A mandioca é uma raiz nacional cultivada em todos os Estados do Brasil. De acordo com dados do IBGE (2016) o Estado da Bahia é o terceiro maior produtor de mandioca no país, atrás do Pará e Paraná. A fécula da mandioca, produto essencial para a produção de biscoitos, pode ser adquirida em casas de farinha e também em indústrias. Amido e fécula são as bases dos biscoitos caseiros. O polvilho azedo, nome comercial da fécula e o polvilho doce dão origem a uma série de biscoitos. (NOVAES; QUEIROZ, 2017, s/p)

Dessa forma, pode-se afirmar que os biscoitos caseiros representam uma tradição cultural dos moradores do Planalto da Conquista, que acaba por estruturar-se em torno de elementos importantes da história local tais como: o cultivo da mandioca, vinculado aos povos indígenas que primordialmente habitavam a região; as famílias tradicionais descendentes dos conquistadores portugueses que trouxeram de além-mar receitas de bolos, biscoitos, doces, e os famosos quitutes que as mulheres negras, chamadas de ganho, vendiam em tabuleiros nas ruas das vilas e cidades brasileiras no período da escravidão.

Os biscoitos e bolos estão presentes nas mesas do interior do Brasil desde o período colonial. Em regiões do Brasil, como Minas Gerais, estado fronteiriço com o Sudoeste baiano, território em que Vitória da Conquista se encontra, as famosas quitandas são uma tradição local. Segundo o livro *Quitandas de Minas*:

Palavra de origem africana (do dialeto quimbundo), Kitanda significa o tabuleiro em que se expõem as mercadorias diversas (gêneros alimentícios) de vendedores ambulantes ou em feiras livres.

No interior do Brasil é também o pequeno estabelecimento comercial onde se vendem ovos, frutas, verduras, cereais, material de limpeza e pequenos objetos da lida doméstica.

Em Minas Gerais, além da definição acima, aplicou-se às comedorias ligeiras, em sua maioria de origem africana [...]

Na cozinha mineira quitanda quer dizer tudo aquilo que é servido com o café, exceto o pão: bolos, fatias, biscoitos, sequilhos, broas, sonhos [...] (SENRA e SENRA, 2021, p 5).

A comercialização de comidas pelas ruas da vila/cidade, onde hoje encontra-se o território denominado Vitória da Conquista, dentre elas, as citadas quitandas, é algo que remonta tempos muito antigos. A historiadora Idelma Novais (2008, p. 118), ao analisar o Código de Posturas de 1842, ressalta que este regulamentava o comércio ambulante de gêneros alimentícios; a venda de todos os gêneros de consumo diário realizava-se na Praça da Matriz e era proibido que as quitandeiras da vila se juntassem e vendessem seus produtos fora desse local determinado pelas autoridades da Câmara Municipal. Poderiam, entretanto, comercializar em suas próprias casas e se locomoverem nas ruas, sem, contudo, atrapalhar o trânsito. Os gêneros comestíveis, vendidos nos tabuleiros das quitandeiras, como doces e outras comidas prontas, só poderiam ser comercializadas nos dias de feiras, que eram aos sábados e domingos de cada semana.

A venda de alimentos em tabuleiros e panos estendidos nas feiras e ruas, especialmente por mulheres negras, revelam as influências africanas na culinária da região. Sobre esse aspecto, o memorialista Mozart Tanajura destaca uma mulher chamada

“Sabina do ouro, uma descendente de escravo. Seu nome completo era Sabina Maria de Jesus, como estava na certidão de nascimento. Sabina do ouro foi o povo que lhe deu. Nasceu de um fato como todo apelido. Este fato foi o seguinte: estando empregada em casa de um árabe, desapareceu deste uma peça de ouro, que foi roubada por alguém. Em Sabina, que era honesta, recaiu a culpa. Foi levada à polícia, mas nada foi apurado. Deste dia em diante, ficou impressionada, dizendo que era rainha e como rainha deveria ser respeitada. O povo passou, então a chama-lhe Sabina Rainha do Ouro. Passava a maior parte do tempo nas casas de pessoas ricas como serviçal, mas tinha sua casinha na rua que ficou conhecida como Beco Sabina do Ouro ou Beco da Rainha. Era boa quituteira. Aos sábados, vendia na feira da Rua Grande os seus produtos: arroz de leite, canjica, doces de leite e de coco, que eram expostos em cima de uma toalha branca, estendida sobre a pedra. [...]” (TANAJURA, 1992, p. 167)

Do pós-abolição até os dias atuais, as tradições alimentares foram se renovando, adquirindo outras roupagens, acompanhando as mudanças históricas da região. Mas, entre as quitandas mais associadas à cultura do Planalto da Conquista, indiscutivelmente, uma das mais lembradas é a produção de biscoitos caseiros que, apesar das transformações,

ainda apresenta uma base predominantemente tradicional, familiar, artesanal. Tradição, resistência, patrimônio cultural, tantas são as possibilidades de análise sobre a importância regional dos biscoitos, quanto variados são os gostos e sabores dos mesmos.

Segundo Mírian Novaes e Greiziane Queiroz:

“Atividades [...] como a fabricação de biscoitos no município de Vitória da Conquista continuam sobrevivendo às mudanças pelas quais passaram as indústrias alimentícias ao decorrer dos anos. A tradição familiar de consumo de biscoito no lanche, café da manhã ou até mesmo eventos assegurou a (re) existência do produto.” (NOVAES; QUEIROZ, 2017)

A produção de biscoitos iniciou-se estruturada em bases familiares, poucos equipamentos e assentada no conhecimento empírico; atualmente, apesar de ainda, majoritariamente, preservar o caráter artesanal e familiar, ao longo do tempo, tal produção passou a contar, em alguns casos, também com unidades que possuem uma estrutura mais ampla que chega a empregar grande número de trabalhadores.

Outra característica a se observar é que os biscoitos além de integrar a mesa dos conquistenses no dia – a - dia, também se fazem presentes em datas importantes que regulam a vida e a história dos habitantes do Planalto, a exemplo do São João.

“A produção de biscoitos em Vitória da Conquista é tradicionalmente familiar, o que começou há décadas com os avôs permanece até os dias atuais. Trabalham nessa atividade: Pais, filhos, irmãos, genros, noras, entre outros. Inicialmente produziam a goma e a farinha de mandioca, posteriormente, essas famílias dedicaram-se a fabricação artesanal dos biscoitos. A carga horária de trabalho diária corresponde em média a 9:00h (nove horas) de segunda a sexta. A jornada de trabalho aumenta em dois períodos do ano: Em junho, mês dos festejos de São João, e em dezembro, mês dos festejos do Natal e Ano Novo.” (NOVAES; QUEIROZ, 2017)

Em se tratando de um alimento servido nas mesas dos Conquistenses e que também fazia parte do cardápio das festas mais importantes da cidade, a exemplo do São João, do Natal e Ano Novo, certamente, os biscoitos não podiam faltar nas festas do 13 de Maio de Maria Rogaciana.

Segundo a entrevistada Aurora (2022), Maria Rogaciana fazia muitos biscoitos para a festa do 13 de maio; cerca de 15 dias eram dedicados à feitura dessas quitandas. Quando perguntada sobre que tipos de biscoitos eram feitos por Rogaciana, esta afirmou que eram biscoitos finos, muito bem feitos, tais como o famoso Joaquim Teodoro, bolachinhas de goma, sequilhos.



Imagem 11: Maquete representando a mesa com as quitandas produzidas por Maria Rogaciana.

Fotografia de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.

A entrevistada Joana também faz um relato detalhado sobre as iguarias servidas nas festas do 13 de Maio de Rogaciana, que tinham como base matérias-primas locais como a goma, os ovos de galinhas criadas no terreiro das casas, o leite, as frutas da terra.

“Os bolos de milho [...] num tinha assim, é, assim, esses bolos confeitados, não. Bolos confeitados mesmo foi..., eu já era, devia ter aí seus 13 pra 14 anos [...] Agora, eram bolos gostosos! Agora, os doces eram compotas. Doce de laranja da terra, que é divino; doce de, de laranja da terra, doce de mamão, limãozinho, doce de limãozinho. Eram esses doces assim de compotas. Tem um doce também maravilhoso, chama sonho, que é de requeijão frito e depois da, na calda, que delícia. [...]” (Entrevistada Joana, 2022)

E Joana prossegue:

“Fazia muito biscoito é ..., biscoito de goma, avoador, porque era tudo bem gostoso porque [...], o ovo era caipira, era ovo de quintal, não era nem caipira, era de quintal. Todo mundo criava galinha nos quintais. Os quintais eram enormes, todo mundo criava suas galinhas. É ... é, a manteiga era pura, né? O leite puro, as gomas bem tiradas ...” (Entrevistada Joana, 2022)

Além de fornecer elementos importantes acerca da dieta alimentar típica das primeiras décadas da República, bem como dos costumes e tradições culinárias regionais, Joana também relembra que, no dia seguinte às comemorações que aconteciam, às vezes, na casa da professora Cota (Maria Leal), com quem morava, Maria Rogaciana saía no dia 14 de maio, bem cedo, com um balaio com as sobras das festas da abolição, distribuindo às pessoas que contribuíam para as celebrações.

“[...] aquelas autoridades quando terminava a festa iam pra casa de Cota e tinha um lanche. O lanche daquela época num é como é hoje. É ... pastel, era bolo, era, era, bolachinhas de doce, era biscoitinho, aí tinha aquele lanche. As pessoas! Aí todo mundo ficava alegre, porque as pessoas que ela pediu, no outro dia de manhã, cedo, ela ia de casa

em casa, com aquele balaiozinho, todo bonito, arrumado, cheio de bolo, cheio de coisa pra ... dar pra o café da manhã.” (Entrevista Joana, 2022)

Sem dúvida, a alimentação ajuda a estruturar as identidades culturais de um povo e ao mesmo tempo, constituem uma expressão dessas identidades. Os fatos históricos marcantes da história de vida dos seres humanos são associados a imagens, cheiros, gostos. Para a entrevistada, a lembrança de Rogaciana tem o cheiro de biscoitos deliciosos assados em forno de lenha. Provavelmente se perguntarmos aos conquistenses, hoje, que perfume e gosto tem Vitória da Conquista, ouviremos como resposta: de café com biscoito -, apreciados em todas as camadas sociais, com formatos, sabores, cores diferentes assim como o povo que construiu e constrói a história do Planalto da Conquista.

2º Passo: Leitura do texto 2

Texto 2: Slow food: uma filosofia de vida

Para o movimento *slow food* comer bem e com prazer é fundamental para viver. A forma como nos alimentamos tem profunda influência no que nos rodeia – na paisagem, na biodiversidade da terra e nas suas tradições. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Para um cidadão consumidor, é impossível ignorar as fortes relações entre prato e planeta. Além disso, melhorar a qualidade da nossa alimentação e arranjar tempo para saborear devagar são formas simples de tornar o nosso cotidiano mais prazeroso. Essa é a filosofia do *slow food*, que tem como símbolo um caracol.

Fundado na Itália por Carlo Petrini em 1986, o *Slow Food* se tornou uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989, como resposta: aos efeitos padronizantes do fast food, ao ritmo frenético da vida atual imposto pela nova sociedade do trabalho; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos, e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo. Atualmente o movimento conta com mais de 8000 membros e tem escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, e apoiadores em 122 países. [...] (SANTOS, 2010, 2012, p. 38-39).

3º Passo: Após a leitura, discutir os textos com os/as alunos/alunas.

Sugestão de questões:

- a) No texto 1, quais são as tradições alimentares do Planalto da Conquista, destacadas?
- b) Essas tradições, refletem a influência de que povos?
- c) O que seriam as quitandas?

- d) Quais as características da produção de biscoitos em Vitória da Conquista?
- e) Qual a relação entre a alimentação e a cultura da região?
- f) Que tipo de quitandas eram servidas nas Festas da abolição de Maria Rogaciana?
- g) De acordo com as fontes orais, como era o processo de produção desses alimentos por Maria Rogaciana?
- h) Comente a frase: A alimentação ajuda a estruturar as identidades culturais de um povo e, também, ao mesmo tempo, constitui uma expressão dessas identidades.
- i) No texto 2, o que você entendeu sobre o movimento *Slow food*?
- j) Como o movimento enxerga a questão do meio ambiente; das pessoas envolvidas no processo de produção dos alimentos; do tempo para produzi-los; das tradições culinárias; do direito e do prazer de comer?
- k) Em que medida pode-se estabelecer uma relação entre o texto 1 e o 2?
- l) Historicamente, tanto no tempo de Rogaciana como hoje, as pessoas das camadas sociais mais vulneráveis no Brasil e no mundo sempre passaram por situações de insegurança alimentar. Reflitam sobre isso.

4º Passo: Pedir aos alunos/alunas que relembrem uma comida afetiva que faz parte da sua história pessoal, familiar e que tem raiz na cultura africana. Também podem analisar alguma comida de origem africana que não faça necessariamente parte das práticas culinárias da família como, por exemplo, o acarajé, mas que está inserido na cultura local e solicitar que escrevam um pequeno texto sobre a comida, as memórias que tal alimento traz para eles/elas, as relações desse alimento com a ancestralidade negra de Vitória da Conquista e do Brasil e as representações existentes sobre tal alimento.

PROPOSTA 11: RECEITAS DO TEMPO DE ROGÓ

A atividade estimula os estudantes a pensar na importância histórica da alimentação e nas experiências que vivenciam no cotidiano, refletindo sobre as razões da preponderância de alguns padrões alimentares sobre outros e sobre os aspectos culturais, econômicos, sociais e culturais que perpassam a alimentação.

Ao estabelecer uma comparação entre o passado e o presente, os estudantes são provocados a inferirem sobre as permanências e transformações ocorridas nos diferentes contextos históricos. Outra questão que a atividade propõe é a discussão das causas e consequências das continuidades e/ou das mudanças alimentares.

Os/as alunos/alunas também são instados a refletirem acerca dos estereótipos que também se fazem presentes na alimentação, nas escolhas, nos preparos, nas relações de trabalho e consumo e nas implicações destes sobre a vida dos sujeitos que vivem em sociedades e contextos históricos específicos.

Objetivo: Analisar aspectos culturais, econômicos e sociais que envolvem a alimentação, ressaltando a presença de estereótipos nas escolhas, nos preparos, bem como nas relações de trabalho e consumo que envolvem a alimentação em diferentes contextos históricos.

1º Passo: Inicialmente, o/a professor/professora pede aos alunos/alunas para lerem o Caderno de “Receitas do Tempo de Rogó”.

Biscoitos de nata

1 xícara de nata
 1 xícara de açúcar
 1 colher (sopa) de manteiga
 1 xícaras de polvilho doce
 1 ovo
 1 pitada de sal

Misturar tudo muito bem, fazer bolinhas, achatando-as com um garfo. Assar em tabuleiro untado, em forno médio. Depois de assado, passar no açúcar refinado.

(SENRA; SENRA, 2021, p. 29)

Sequilhos da D. Cota (do caderno da Dinha Leite, datada de 17/09/1933)

1 kg de farinha de trigo
 ½ de açúcar
 1 colher (sopa) mal cheia de bicarbonato de sódio
 Um pouco de gordura
 ½ xícara de leite
 Sal

Dissolver o bicarbonato de sódio no leite com um pouco de sal. Juntar os demais ingredientes e amassar. A massa deve ficar durinha para cortar. Depois de cortada, colocar em tabuleiro untado e assar em forno regular.

(SENRA; SENRA, 2021, p. 44)

BOLO DE MILHO

6 espigas grandes de milho verde
 2 xícaras de leite
 2 colheres (sopa) de manteiga derretida
 2 xícaras de açúcar
 4 ovos
 1 colher (chá) de canela
 1 colher (sobremesa) de fermento em pó

Cortar as espigas e moer os grãos, aos poucos, no liquidificador, com um pouco de leite. Passar pela peneira. Juntar os ovos, o açúcar, a canela e a manteiga, batendo até ficar uma mistura homogênea. Acrescentar o fermento. Colocar num tabuleiro untado e levar ao forno por aproximadamente 40 minutos.

(SENRA; SENRA, 2021, p. 76)

Brevidade (do caderno da Vovó Naná)

½ Kg de açúcar refinado
 ½ Kg de araruta ou polvilho doce
 6 ovos

Algumas lembranças de cheiros e sabores nos enchem de saudades. Essa receita mexe com meus sentidos: me vejo criança, com boca cheia d'água, e minha avó tirando essas brevidades do forno: - Cuidado, espera esfriar. Está muito quente – ela dizia.

Bater primeiro as claras, depois juntar as gemas, bater mais. Juntar o açúcar e, por último, a araruta. Continuar batendo até formar bolhas. Colocar em forminhas untadas e levar ao forno médio.

(SENRA; SENRA, 2021, p. 86)

Cuscuz

2 kg de fubá
 3 colheres (sopa) de polvilho doce

1 pitada de sal

½ colher (sopa) de erva – doce

½ kg de açúcar mascavo ou cristal

Queijo fresco

Leite ou água

Colocar numa vasilha o fubá, o polvilho, o sal e a erva-doce e molhar com água ou leite até ficar com a consistência de capitão. Deixar descansar por aproximadamente duas horas. Misturar e acrescentar o açúcar e o queijo picado. Forrar uma forma com um pano fino, ou usar uma cuscuzeira e cozinhar em banho - maria por 1 hora. Tampar a panela para que o vapor não saia.*

**“Capitão: juntar no prato com três ou quatro dedos apinhados o bocado de comida que em seguida se leva a boca. Era a maneira que os escravizados comiam o feijão com a farinha” (FRJEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p.86).*

(SENRA; SENRA, 2021, p. 97)

Pamonha doce (P.99)

12 espigas de milho verde

1 xícara de açúcar

1 xícara de leite de coco

Descascar o milho, reservando as palhas mais bonitas para embrulhar as pamonhas. Ralar as espigas e bater [...] junto com o açúcar e o leite de coco. Fazer as trouxinhas com as palhas reservadas e acomodar a massa. Cozinhar em água fervente por uma hora, escorrendo em seguida.

Obs: o segredo é saber amarrar as espigas para que a massa fique lá dentro. Elas também podem ser costuradas, em forma de saquinhos.

(SENRA; SENRA, 2021, p. 99)

Bolo de massa de Mandioca

Ingredientes

1 ½ xícara (chá) de manteiga

3 xícaras (chá) de açúcar refinado

5 ovos

1 colher (sopa) cheia de fermento em pó

1 xícara (chá) de leite de coco grosso (puro)

4 xícaras (chá) de massa de mandioca lavada e peneirada

1 pitada de sal

Modo de fazer

Bater a manteiga com o açúcar, acrescentar os ovos um a um e bater bem. Botar o fermento no leite de coco e deixar fermentar. Unir a massa de mandioca aos ingredientes batidos e por último colocar o leite de coco fermentado. Misturar tudo cuidadosamente. Assar em fôrma untada e polvilhada. Forno médio.

(SUASSUNA, 2010, p. 19)

Doce de mamão

É feito com a fruta verde cortada em cubinhos ou ralada.

A cada tigela do mamão corresponde a mesma medida de açúcar cristal, de rapadura ou de açúcar bruto (mascavo).

Colocar o mamão em uma panela ou um tachinho junto com o açúcar escolhido, misturar levemente com colher de pau, levar ao fogo baixo e deixar a panela tampada por um pouco de tempo, para o mamão soltar a água e engrossar o mel. Não mexer, para evitar que espapace.

Quando estiver perto de o mel dar o ponto, colocar cravo – da – índia de acordo com a quantidade do doce.

O doce de mamão pede fogo tão baixo que muitas vezes a panela, depois de ferver, fica durante toda a noite sobre uma trempe do fogão a lenha, aproveitando o resto do calor do rescaldo para completar o cozimento.

(SUASSUNA, 2010, p. 40-41)

Doce de laranja – da – terra

Especialidade das mãos de fada da minha mãe, e dela o preferido, é feito com a entrecasca, cortada em partes, no sentido dos bagos.

Para bem fazê-lo, colocar esses pedaços de molho durante dois ou três dias e lavá-los rigorosamente em nove águas, para perder o amargo característico.

“No olho”, é preparado um mel de açúcar em que os pedaços cozinham em fogo baixo, até ficarem macios e bem cozidos. Antes de retirar do fogo são colocados cravos – da – índia. O ponto da calda é a gosto.

Guardar em vidro e só tampar depois de bem frio. Conserva – se por muito tempo. Único doce que se faz cristalizado.

Para cristalizar, retirar os bagos da calda, escorrer, passar no açúcar cristal e colocar ao sol espalhados em urupemba. Virar várias vezes para secar os dois lados.

(SUASSUNA, 2010, p. 39)

Doce de leite

De todos os doces, um dos mais simples de fazer é o de leite.

É feito em vasilha funda para evitar que o leite derrame no começo da fervura. Para cada parte de leite, meia de açúcar. Mexer sem parar com colher de pau, em fogo baixo, até ficar um creme espesso (demora bastante). O doce de leite está no ponto quando começa a aparecer no fundo da panela. Retirar do fogo e, imediatamente, acondicionar em latas. Em quantidades menores, para consumo rápido, despejar o doce de leite em tigela e cobrir.

(SUASSUNA, 2010, p. 39)

Pé de moleque de Tia Ester (do caderno de receitas de Ester Alves Brasil)

Ingredientes:

1 rapadura

½ litro de leite ou água

½ kg de amendoim inteiro ou moído

1 xícara de coco ralado

1 colher de sopa de manteiga

2 colheres de sopa de gengibre ralado

1 colherinha de fermento em pó

Um pouco de cravo e canela em pó

Ponto de bala:

Ponha um pouco do doce numa vasilha com água.

Com a mão junte o doce e veja se forma uma bolinha (É o ponto de desligar o fogo)

Modo de fazer:

Parta a rapadura, ponha numa panela grande, cubra com o leite ou água e deixe ferver; vá mexendo até desmanchar toda.

Junte o amendoim torrado, o coco, o gengibre, o cravo e a canela. Quando estiver no ponto de bala, desligue o fogo, junte a manteiga, o fermento e bata bem, até começar a endurecer nas bordas da panela.

Despeje numa assadeira untada com manteiga. Ainda morno, parta com uma faca em quadrados. Com a faca, vá tirando os pedaços e colocando em outra vasilha aberta (bandeja ou assadeira), deixe secar bem.

2º Passo: Após ler as receitas, os alunos e as alunas deverão responder, em dupla, as questões abaixo:

- 1- As receitas apresentadas nesse caderno são conhecidas de vocês? Costumam consumir esses alimentos no seu dia a dia?
- 2- Quem vocês acham que mais preparavam esses tipos de quitutes, quitandas antes e após a Abolição da escravatura?
- 3- As mulheres negras, como Maria Rogaciana, teriam uma espécie de “dom” para cozinhar tais delícias, ou trata-se de um estereótipo e teria outra explicação para isso?
- 4- Tais receitas ainda fazem parte das nossas tradições alimentares ou estão sendo esquecidas? Neste caso, o que provocaria as mudanças dos costumes relacionados à alimentação (mudanças de modo de vida, surgimento de tecnologia, fatores econômicos e sociais etc)?

3º Passo: Debate

A seguir, estão algumas sugestões de questões direcionadas aos alunos/as que podem ser alteradas a depender do fluir do debate e de novas questões que, porventura, possam surgir.

- 1- Os alimentos que consomem são preparados em casa? Justifique (em caso afirmativo, quem cozinha? essa é uma tarefa ainda atribuída às mulheres da família? A família tem trabalhadoras domésticas? ...)
- 2- O preparo dos alimentos é realizado mediante o auxílio de cadernos de receita de pessoas da família, ou com consulta à internet?
- 3- Que mudanças vocês destacariam com relação aos ingredientes, modos de preparo, uso de equipamentos, trabalhadores envolvidos no processo produtivo dos alimentos, na História do Brasil?
- 4- A alimentação reflete a personalidade das pessoas, sua identidade, as relações de poder dentro da família e na sociedade, a história de um lugar e de seu povo? Explique.
- 5- Considera que as mudanças alimentares refletem as mudanças que acontecem na sociedade? Dê exemplos.
- 6- As comidas de origem africana e indígena são tão valorizadas quanto às de origem europeia e americana?

- 7- Nas festas consideradas “chiques” e elegantes da cidade, no passado, quem se reunia em torno das grandes mesas, a exemplo das Festas de Rogaciana? E hoje se vocês fossem fazer uma festa celebrando a Abolição, como esta seria? Quem seria convidado, homenageado e que tipo de comida seria servida?

PROPOSTA 12: VISÕES SOBRE A MORTE DE ROGACIANA

Nessa atividade, os estudantes lerão os textos com visões que comportam várias perspectivas acerca da morte de Rogaciana, de modo a considerar a relevância histórica dessa mulher com base nas fontes e evidências; as mudanças e continuidades nos rituais da morte, bem como nas comemorações do Treze de Maio na cidade.

Objetivo: Ler e interpretar fontes contendo diferentes perspectivas dos agentes sociais, inseridos em contextos específicos, sobre a morte de Maria Rogaciana de modo a destacar

a sua relevância histórica e as mudanças e continuidades nos rituais fúnebres, nas representações sobre as mulheres negras e nas comemorações da abolição.

1º Passo: Solicitar aos estudantes que leiam a fonte 1 e, depois, discutam as diversas perspectivas sobre o tema evidenciadas nos discursos presentes na fonte.

Fonte 1: A morte de Rogó foi uma festa? (Excerto adaptado da dissertação)

Maria Rogaciana teve uma vida complexa, marcada por lutas, desafios, negociações e conquistas. Assim, a trajetória de vida dessa mulher pode ter várias interpretações, com base nas evidências históricas. Da mesma forma, sua morte também foi vista de diferentes maneiras, como pode-se inferir com a análise da fonte a seguir.

“No dia 18 de novembro às 4 horas da tarde, morreu Maria Rogaciana da Silva. Sua morte não produziu bulha nem matinada. Seu enterro foi simples e com restrito acompanhamento. Isso não obstante, fechou-se com o desaparecimento da preta Rogaciana um dos capítulos mais vibrantes e mais belos da história do civismo em nossa terra. Durante dezenas e dezenas de anos, Rogaciana fez da celebração do 13 de maio a razão de ser de sua vida. Foi uma lição ao indiferentismo ambiente, uma grande e nobre lição. De modo que hoje, o Executivo e o Legislativo Municipais estão na obrigação moral de, atendendo às exigências do povo de Conquista, dar o nome de Maria Rogaciana da Silva a uma das ruas da cidade. Manifestação modesta, mas justa e oportuna, a quem, como Rogaciana, foi mestra, entre nós, por décadas a fio, de reconhecimento e solidariedade. A mais humilde, pelo menos a mais humilde rua de Conquista, deve ter o nome de ouro da preta velha”. (O COMBATE, 1956, p. 5)

Diferentemente do relato do jornal, em que é possível perceber uma certa crítica ao poder Executivo e Legislativo municipais, o entrevistado Clementino, narra o acontecimento sob outra perspectiva:

“[...] foi três dia, a cidade fechada; Três dia de luto; lembro como agora! Fechou a cidade, os comerciante fechou três dia, cada uma loja dessa aí, chegava, a loja era pouca, “cê” chegava, “tava” uma fita preta no porta, luto da “véa” Rogaciana. (Entrevistado Clementino, 2022)

Em outro depoimento, prestado pela entrevistada Joana, a morte de Rogaciana se mistura com a vida, simbolicamente representada pela infância, pelos pessegueiros – associados à natureza com seus ciclos de nascer, crescer, reproduzir e morrer. Sem dúvida, a alimentação ajuda a estruturar as identidades culturais de um povo e também, ao mesmo tempo, constituem uma expressão dessas identidades. Os fatos históricos marcantes da história de vida dos seres humanos, são associados a imagens, cheiros, gostos. O relato a seguir expressa isso de forma contundente: Nele, a entrevistada lembra o dia do enterro de Rogaciana, ocorrido em 18 de Novembro de 1956 e que, segundo Joana, repercutiu em toda a cidade; Embora não tenha ido ao enterro, esse acontecimento, na memória da

entrevistada tem cheiro e gosto de pêssegos, colhidos no quintal da avó Fausta ¹¹⁶. Local, certamente, frequentado por Maria Rogaciana, nas visitas que fazia à família da entrevistada e que eram ansiosamente esperados pelas crianças por causa dos biscoitos que ela trazia para os moradores da casa.

“Então minha avó não deixava a gente ver enterro, assim, não deixava a gente ver enterro de anjo; morria ... morria muita criança antes de 1 ano aqui em Conquista; morria demais! Aí de ... de difteria ... mesmo de ... aquele mal de 7 dias ... essas coisas assim que hoje não morre mais porque a higiene tá [...] bem né? Então minha avó não deixava a gente ver enterro de gente grande ... e, não vendo enterro de gente grande, quando Rogaciana morreu, também não deixou a gente ver.[...] Aí como a gente não foi pro enterro ... aí eu e meus irmãos e minhas primas e ... meu primo, nós ficamos no quintal, que a casa da minha avó tinha um quintal grande, e ... [...]; tinha uns pés de pêssego, mas num é esses pêssego amarelo não, aquele verde, grande. E a gente ficou subindo, subindo nos pés de pêssego, tinha quatro pés de pêssego e comendo pêssego, que tava maduro, comia maduro e os que tava meio verde, a gente comia com sal. E por não [...] mastigar direito, que a gente queria comer era muito e não mastigava direito, eu tive uma indigestão de pêssego, que tive febre, quase morro [...] Aí [...] os meninos falava: Oi, mas ninguém falava né? Isso tudo é pra vizinha, minha vó ... que ficava na maior preocupação quando um neto adoecia [...] aí ela ficou tão agoniada ... aí meu outro primo, todos, fala: isso tudo é pra vizinha Fausta vê! que num deixa a gente vê o enterro de Rogaciana. [...]” (Entrevistada Joana, 2022)

A entrevistada Joana prossegue discorrendo sobre as memórias do enterro:

“[...] Foi ... na cidade toda! Foi um enterro grande; foi um enterro ... aí voltaram, contando as novidades do enterro; aí que a gente ficava ... e eu já com a barriga desse tamanho assim ... (risos) e contando as, as coisas, que tinha tanta gente; tinha dr. num sei quem; tinha num sei quem; [...] a cidade inteira, a sociedade, a alta sociedade, a baixa sociedade (risos), todo mundo foi e a gente num, num teve nem direito de ver (risos) [...] É, o enterro dela parou a cidade! Eu tenho a impres ... não lhe digo com certeza não, mas parece que até o comércio fechou [...] É por que [...] cidade pequena, todo mundo conhece, quando tem um enterro assim, todo mundo quer ir pro enterro né? E aí, eu sei que foi o enterro, passou, passou na igreja ... eu sei que passou, ficou na casa de Cota e depois passou [...], a igreja, benzeu o corpo e foi pro ... pro enterro. [...] Na Saudade! Foi ... naquele Cemitério da Saudade.” (Entrevistada Joana, 2022)

¹¹⁶ D. Fausta era a avó da entrevistada Joana. De acordo com Joana, Rogaciana visitava a casa da avó, localizada na antiga rua do Ceci, atualmente rua Lisboa, no centro de Vitória da Conquista e levava biscoitos nessas visitas.

Em toda a história dessa mulher, como afirmado anteriormente, as atitudes e vivências eram controversas e comportavam múltiplas interpretações. O falecimento de Rogaciana também originou várias versões. O que não se pode negar é que com ela, morreu uma tradição histórica, uma vez que, o treze de Maio deixou de ser comemorado em Vitória da Conquista.

2º Passo: Os alunos e alunas deverão ler, a Fonte 2 constituída por uma matéria jornalística sobre Maria Rogaciana. Em seguida será realizada a discussão sobre a fonte.

Fonte 2: Matéria Jornalística

ROGACIANA

Ciro Teles

“Hoje,- 13 de maio – dia em que, há 69 anos, foi assinado o Decreto Áureo da Abolição, tenho – me lembrado, incessantemente, dos grandes vultos que contribuíram para a libertação dos escravos no Brasil.

A figura veneranda da Princesa Izabel se destaca no centro do quadro que a minha imaginação reconstitui, como uma estrela de luz refulgente.

Emoldurando a tela, se encontra toda aquela plêiade de homens ilustres e valorosos, de cérebros e corações incendiados pela chama redentora, que, em pugnas memoráveis, pela tribuna e pela imprensa, predispuseram o espírito da grande dama para a assinatura do decreto que a imortalizou.

Aqui, espande forte e intensa, a luz que jorra do estro inflamado de Castro Alves; ali reverbera, numa feérie estonteante, o fanal que se projeta do cérebro privilegiado de Rui Barbosa; além, são as altas e refulgentes vibrações do verbo inflamado de José do Patrocínio. Em volta de todo o quadro - - luz e calor!

Êsses vultos exponenciais do passado, que há muito partiram para o Alto, certamente foram abençoados por Deus, pela obra meritória que aqui realizaram. Êles dignificaram a época em que viveram e nos legaram um exemplo vivo de acendrado amor ao próximo e de incontida repulsa ao feudalismo e à tirania.

Merecem, portanto, a admiração que lhes tributam todos os brasileiros dignos e sensatos, para os quais os pigmentos da pele dos seus irmãos em humanidade, não constituem motivo para tê-los na conta de alimárias desprezíveis, sobre cujos lombos o rêlho pode estalar sem piedade.

XXX

Êste ano não se comemora o 13 de maio em Vitória da Conquista, e creio, mesmo, que êle nunca mais será aqui comemorado.

Essa grande data de nossa história, parece que foi sepultada, para nós, no mesmo caixão humilde em que há meses, foi colocado o corpo inanimado de Maria Rogaciana da Silva.

Ela era o símbolo da Abolição em nossa cidade. Estou a vê – la, de chale ao ombro e pano amarrado à cabeça, cobrindo – lhe os cabelos crespos e grisalhos, uma lista na mão, de porta em porta, a pedir aos amigos, que eram muitos, uma contribuição em dinheiro, para que pudesse fazer face às despesas da festa comemorativa do grande acontecimento. E todos a ajudavam, menos os pretos, aos quais ela não recorria, de vez que não admitia a presença deles nos festejos que realizava, aborrecida porque se negaram a ajudá – la na primeira comemoração que fêz.

Êsse capricho sustentado péla velha e saudosa Rogaciana, durante muitos anos, era estranhável; mas se levarmos em conta que ela era um pouco anormal, tudo ficará justificado.

De qualquer modo deixou, com sua morte, uma grande lacuna em Conquista, que dificilmente será preenchida.

Deus que a tenha em bom lugar”.

(Fonte: O CONQUISTENSE, 1957)

3º Passo: Os estudantes deverão ler o poema criado em homenagem à Maria Rogaciana e, posteriormente, analisarão o conteúdo deste e as representações predominantes sobre a protagonista.

Fonte 3: Poema

ROGACIANA

(Iris da Silveira)

Lá se foi Rogaciana para o céu!

- Exclamavam todos, naquela tarde de 18 de novembro de 1956.

Realmente

Maria Rogaciana da Silva,

Rogaciana,

Ou, simplesmente, rogo

Foi – se embora para o céu

Aquela imagem da gratidão e da sinceridade humana deixou de existir entre nós

Desta vez, a mão oniciente do Eterno assinou, para sempre, a sua libertação

E lá se foi Rogaciana para o céu!

* *

A Princesa Isabel está jogando pétalas de estrelas na estrada azul do infinito, por onde está passando a alma de Rogaciana.

* *

Na tribuna daquela nuvem que os olhos humanos não podem distinguir, Castro Alves está recitando, para Rogaciana, o mais lindo dos seus poemas:

- Ode à Gratidão.

* *

Rui Barbosa ajeita as lentes de sua inteligência eterna, para fazer-lhe a oração das Boas – vindas.

* *

E lá se foi Rogaciana para o céu

* *

Os anjos, em câoro, dedilham as três cordas da Harpa do firmamento:

- Fé, Esperança e Caridade.

Estão cantando o hino que, somente, as almas puras podem ouvir:

- Vinde a nós, eleita do Senhor!

* *

Rogaciana, agora, está no céu! ...

* *

Rogaciana deixou de existir entre nós.

* *

O que podíamos dizer de sua vida, neste vale de lágrimas, todos sabemos.

Resta – nos, apenas, mandar ao seu espírito iluminado, numa alegoria da saudade, três palavras:

- 13 DE MAIO!

(O CONQUISTENSE, 1956, p. 6).

4º Passo: Após a leitura e discussão das fontes disponibilizadas, os/as estudantes, por meio de inferências, utilizando a imaginação e construindo explicações históricas, criarão um obituário de um jornal, informando a morte de Rogaciana, com uma pequena biografia sobre essa personagem histórica e um poema póstumo.

PROPOSTA 13: BLACK IS BEAUTIFUL

Esta atividade busca discutir a relação entre corpo e identidade negra e contribuir para a reflexão entre estudantes e professores sobre os estigmas, estereótipos historicamente construídos e que atravessam o processo de construção e autorreconhecimento identitários de negros e negras. Assim, instiga a percepção das múltiplas causas e consequências dos comportamentos, atitudes, visões sobre os corpos negros gestadas no passado e as permanências desses elementos no presente. Acredita-se que tais reflexões

são fundamentais para ampliar, entre os jovens, a perspectiva de construir futuramente sociedades mais justas e igualitárias e não pautadas no racismo.

Objetivo: Estabelecer relações entre corpo e identidade negra de modo a provocar reflexões sobre estigmas, estereótipos historicamente constituídos e que afetam o processo de construção e autorreconhecimento identitário dos afrodescendentes, especialmente das mulheres negras.

1º Passo: Para iniciar, o professor/a professora deverá organizar um vocabulário com os alunos e alunas com o objetivo de ampliar o repertório linguístico, os conhecimentos e facilitar a compreensão do texto base proposto na sequência.

- Palavras sugeridas: Identitário; engendrar; instâncias; intrinsecamente; depreciar; opressão; fetiche; positivismo; darwinismo; evolucionismo; apogeu; caucasoides; permear; pejorativas; introjeção; tangenciar; ambivalente.

2º Passo: Após o vocabulário, ler e discutir com os/as estudantes o texto.

TEXTO BASE: A relação do corpo para a construção da identidade negra¹¹⁷

Joyce Maria Rodrigues

A identidade de um indivíduo tem seu início no processo que se dá a partir do seu olhar para si próprio e do olhar do “outro” para ele. Por isso podemos entender que o processo identitário é tanto individual quanto coletivo e sempre engendra instâncias conflituosas. A identidade não somente demarca a existência de um indivíduo no mundo, mas também direciona a maneira como ele vai se socializar. Logo, a identidade do negro está intrinsecamente ligada à sua relação com o seu próprio corpo, no qual foram inscritos, ao longo da história, valores e crenças negativas que tendem a depreciá-lo.

O corpo se destaca, assim, como veículo de expressão de opressão, que constrói no indivíduo diversos sentimentos contraditórios como rejeição, negação, sofrimento, dor, aceitação, resistência, mas também felicidade. Além disso, pensar o corpo negro construído ao longo da história da sociedade brasileira é refletir sobre um corpo que durante três séculos da história do Brasil foi resumido ao status de mercadoria.

Nesta condição, ele desempenhou diversos papéis na estrutura escravocrata colonial. Manipulado como peça comercial, o negro teve o seu corpo vendido, alugado,

¹¹⁷ Capítulo do livro: Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos; religiosidade, identidade e artes visuais / organização Renata Felinto. Belo Horizonte, MG, p. 61-66.

emprestado, hipotecado ou violentado, manejado de acordo com os interesses e vontades do seu dono por direito legal.

A partir do século XVI, o cabelo carapinho, o nariz achatado, a boca grande e carnuda e a pele negra, foram características biológicas associadas a seres primitivos e monstruosos, que habitavam a África, uma terra repleta de magia e fetiche. Neste momento inicia-se a construção da imagem do homem negro africano relacionada à dos demônios bíblicos. Porém, foi no século XIX, à luz de teorias como o positivismo, darwinismo e o evolucionismo, que essas características físicas e biológicas começaram a determinar o caráter e a personalidade do indivíduo negro.

O apogeu das teorias raciais ao longo do século XIX é marcado por pensamentos de intelectuais como o francês Gobineau (1816-1882)¹¹⁸, o médico e cientista italiano Lombroso (1835-1909), entre outros, que em síntese marcam a ideia de “raças” biologicamente determinadas e hierarquicamente posicionadas na escala evolutiva da humanidade. Entre os maiores defensores e seguidores nos trópicos das teorias raciais desenvolvidas na Europa, encontramos o médico legista Nina Rodrigues (1862-1906)¹¹⁹.

A partir dessas doutrinas, aos brancos caberia o papel de superioridade, o topo do desenvolvimento humano. Os seus traços caucasoides, como a alvura da pele, os cabelos loiros e os olhos azuis se tornam o referencial de beleza ocidental. Para além da condição de mercadoria, a teoria racista assimila ao corpo negro a ideia de “feiura e sujeira”. Portanto, o racismo existente na sociedade brasileira, que desvaloriza e inferioriza o corpo negro diante do corpo branco, marca intimamente a trajetória de vida do negro e principalmente a construção da sua identidade étnico-racial. O cabelo do negro, visto como “ruim”, serve de expressão ao racismo e à desigualdade racial que recaem sobre esse sujeito social. Acreditar que o cabelo do negro é “ruim” e que o do branco é “bom” expressa um conflito construído historicamente e que busca legitimar o negro como um ser inferior. É neste cenário social que a mulher negra brasileira constrói a sua imagem. O seu corpo social será resultado dessa complexa realidade das relações raciais que permeiam até hoje a sociedade brasileira, na qual a estética negra incorpora diversos símbolos e significados negativos e pejorativos.

A situação vivida pelo negro constrói um olhar distorcido em relação a si próprio e ao seu grupo étnico-racial e possibilita a introjeção do racismo. Na busca pelo reconhecimento e pela possibilidade de existir positivamente, ele rejeita o seu próprio corpo e o manipula para construir uma imagem mais inclusiva, nesse caso, mais próxima da estética branca.

Entretanto, de acordo com Nilma Lino Gomes (2006) a compreensão do corpo e da representação do negro no Brasil deve ir além da ideia de imitação do padrão branco. Pois, ao resumirmos a relação de manipulação do corpo a uma pura e simples imitação da estética do corpo branco, estaríamos tangenciando as implicações psicológicas e subjetivas do indivíduo. É necessário pensar e compreender, por exemplo, o processo de manipulação do cabelo pelo negro, como estilos e práticas culturais que possibilitam

¹¹⁸ Em sua obra mais célebre, publicada em 1853, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), ele expõe que diferenças entre as raças são fruto das hierarquias existentes dentro delas mesmas.

¹¹⁹ Algumas de suas obras mais importantes são *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900) e *Os africanos no Brasil* (1932).

pensar o espaço da recriação, da interlocução e da ressignificação da expressão estética negra na diáspora. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de superar ou aceitar o lugar da inferioridade. A manipulação de sua estética pode representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo, por exemplo.

O conflito racial e o sentimento de insatisfação com o seu corpo estão mais presentes no universo feminino, principalmente em relação ao cabelo e à tonalidade de pele, que em nosso país têm significados particulares na classificação racial brasileira devido à miscigenação que, por sua vez, possibilita uma grande flexibilidade e complexidade de classificação de quem é negro ou branco no Brasil. A classificação depende de vários fatores, diretamente ou indiretamente ligados aos traços físicos, como graduação de pele, textura do cabelo e formato do nariz ou boca, entre outros. Portanto, a classificação e a autoclassificação racial no Brasil são dadas mais pela aparência ou estética que o indivíduo tem do que necessariamente por sua origem, como ocorre nos Estados Unidos. Logo, a manipulação de tais traços físicos pode imediatamente alterar a maneira como a sociedade vai identificar o indivíduo. Lembre-se de que outros fatores importantes também interferem nessa classificação, como status social, espaços geográficos e culturais em que o indivíduo está inserido, de modo que é possível, na sociedade brasileira, que uma pessoa “enegreça” ou “embranqueça”, conforme estas variáveis, transformando-se assim em um sujeito ambivalente.

A autora destaca que, de forma diferente, a mulher negra de pele escura também consegue modificar a sua representação social com a manipulação de seu corpo. Quando modifica o seu cabelo, alongando-o ou por meio de processos químicos, ela pode passar da categoria “negra” para a de “mulata”. O significado da mulata é, dentre tantos, fruto de uma relação entre branco e negro e, no imaginário social, ela é vista como produto da mestiçagem, uma mulher que traz um tom “bronzado” ou “moreno” de pele. Os cabelos devem ser, de preferência, longos e anelados, e nunca muito crespos, para compor a representação social da “mulata”. Assim percebemos que há uma diferença de representatividade marcante não somente entre a mulher negra e branca, mas também entre a mulher negra e a “mestiça”. As mulheres brancas e as mestiças também manipulam seu corpo na tentativa de aproximar ou distanciar a sua imagem da estética negra. Deste modo, as relações raciais no Brasil, como já dito, constroem indivíduos que a todo o momento mantêm com o seu corpo uma relação ambivalente.

Na construção de sua identidade, a mulher negra, seja sua pele de tonalidade escura ou clara, constrói sua corporeidade e incorpora um movimento tenso de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo. Essa aceitação vai depender da sua trajetória de vida, da inserção social, das possibilidades de convivência em espaços onde a cultura negra e as raízes africanas não sejam vistas de maneira negativa. Contudo, foi pensando nesse processo de aceitação que várias entidades sociais brasileiras, entre elas o movimento negro, desde a década de 1970, vêm construindo novos padrões de beleza, que valorizam o corpo negro. Ao contrário do que antes acontecia – procurava-se embranquecer para combater o racismo -, hoje a estratégia é enegrecer o corpo não somente para demarcar a diferença de maneira positiva, mas também para fortalecer a identidade da população negra. O “estilo afro” incorpora elementos africanos para produzir beleza negra baseada agora em uma determinada noção de africanidade que imagina e recria a própria África

no Brasil. O cabelo, as roupas, os acessórios, carregados dessa africanidade, constroem a aparência do ser negro de modo positivo.

Temos como exemplo dessa expressão de valorização da “estética afro” no Brasil o aumento significativo de blocos afros na Bahia. Para além de desenvolver, através da dança e da música, o lúdico nas comunidades de periferia da Bahia, esses grupos desenvolvem projetos de ação social, que visam promover socialmente crianças e adolescentes na coletividade baiana.

A autora Patrícia de Santana Pinho, em seu livro *Reinvenções da África na Bahia* (2004), apresenta como os blocos afros Ilê Aiyê e Olodum estão desenvolvendo estratégias para construir cidadãos negros conscientes. Para ela:

A produção cultural dos blocos afro tem contribuído para perpetuar uma imagem cada vez mais negra, não apenas da Bahia, mas também dos indivíduos seduzidos pelas mensagens afrocentradas e pelas narrativas identitárias produzidas pelos blocos. Aliada ao discurso – e totalmente permeada por ele – está a prática dos blocos afro, realizada através de projetos de ação social nos bairros em que se localizam. Utilizando o poderoso arsenal de músicas, ritmos, danças indumentárias e penteados, os membros mais velhos dos blocos afro investem nas crianças e adolescentes, apostando que estes terão acesso ao que eles próprios não tiveram plenamente o ingresso na sociedade dominante, no mercado de trabalho e de consumo, no mundo da política, e enfim a conquista da cidadania. (Pinho, 2004: 124)

Por fim, percebemos como o corpo negro se recria e se ressignifica ao longo da história na sociedade brasileira. Sendo ao mesmo tempo o produtor e fruto da identidade negra, o corpo negro não marca a vida social do povo negro somente de maneira negativa, estigmatizada, que manifesta o sentimento de sofrimento e de dor, pois também marca a luta por reconhecimento, luta, resistência e beleza, que traz alegria, satisfação e autoestima. O corpo negro hoje se encontra como instrumento da construção e recriação não somente da cultura afro-brasileira, mas também da cultura nacional, não a que privilegiava um país miscigenado culturalmente, e sufocava e inferiorizava a cultura negra, mas a que tenta construir um país multicultural, entendendo e respeitando a diversidade étnico-racial aqui existente.

Conclusão

A relação da mulher negra brasileira com a sua imagem nos apresenta um esboço da complexa realidade das relações raciais que permeiam a sociedade brasileira. Para além do caráter biológico, o corpo se inscreve e se constrói, culturalmente e historicamente, no meio social. Portanto, o espaço escolar é constituído por diversas identidades sociais e culturais, dentre eles – de gênero, de geração, de pertencimento étnico-racial. Todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar (professores, diretos, funcionários e estudantes) trazem para a escola seus pré-conceitos e valores construídos por lugares que ocupam ou frequentam na sociedade. Porém não podemos compreender o espaço escolar somente como reprodução da sociedade, pois ela produz novos códigos, valores e identidades. [...]

3º Passo – ATIVIDADE CORPO E IDENTIDADE EM CARTAZ

Mobilizar os alunos/as alunas para que leiam os cartazes produzidos pela artista visual mineira Carol Rossetti (1988). Depois, deverão escolher um desses cartazes, produzir um texto crítico sobre ele, relacionando-o ao racismo estrutural brasileiro e às visões sobre os corpos negros, padrões de beleza e o papel que devem ocupar na sociedade. Em seguida deverão fazer um outro cartaz, pleno de criatividade e com uma mensagem afirmativa sobre a negritude.



Cartaz 1: Maíra

ROSSETTI, Carol. *Cartazes*.Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.

Cartaz 3: Maya

ROSSETTI, Carol. *Cartazes*.Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.



Cartaz 2: Luma e Daniel
 ROSSETTI, Carol. *Cartazes*.

Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.



Cartaz 4: Lúcia

ROSSETTI, Carol. *Cartazes*.

Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.

4º Passo: RETRATO EM PRETO E BRANCO

Solicitar aos alunos e alunas a análise da única fotografia existente sobre Maria Rogaciana e a Festa do Treze de Maio, observando: cenário; participantes; elementos presentes (estandartes, instrumentos musicais), indumentária de Maria Rogaciana.



Foto do Cortejo do 13 de Maio em Vitória da Conquista,
com Maria Rogaciana da Silva à frente
Fonte: Viana (1982, p. 406, volume 1).

5º Passo: Após a análise da fotografia, ler e discutir este fragmento adaptado da dissertação com os, as estudantes.

TEXTO: CORPOREIDADE: BUSCA DE PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO E ALTERIDADE

Giovana Alves Marques

Na fotografia, Maria Rogaciana da Silva aparece na rua lateral à antiga Igreja matriz, hoje, Catedral de Nossa Senhora das Vitórias, à frente do cortejo em homenagem à abolição. Ao fundo e na lateral, estão os casarões antigos da cidade que ficam no entorno da então Praça da República, atualmente chamada de Tancredo Neves. A passeata é constituída por homens, mulheres e crianças, com roupas formais e elegantes. Percebe-se também a presença de instrumento musical, indicador de participação de filarmônica e de dois estandartes que apesar de a imagem não explicitar, sabidamente, de acordo os jornais, livros de memorialistas e depoimentos, homenageavam a Princesa Isabel e Rui Barbosa.



Estandartes da Princesa Isabel¹²⁰ e de Rui Barbosa¹²¹.
Fotografias de Jairo Carvalho, Vitória da Conquista, 2022.

Na foto, encontra-se um religioso que se tratava do Padre Palmeira¹²², o que leva a crer que a foto tenha sido tirada nos anos 1940, período em que o religioso passa a residir em Conquista, dirigindo o tradicional Ginásio do Padre, hoje Museu Padre Palmeira. Maria Rogaciana ocupava a frente, o centro do cortejo e era sem dúvida, a protagonista. A imagem a apresenta como uma mulher negra, de média a baixa estatura vestida com uma blusa de mangas cumpridas, acompanhada de saia longa com babados; nas mãos um objeto não definido, possivelmente panfletos impressos com o Hino ao Treze de Maio e na cabeça um pano amarrado de uma forma que remete aos turbantes africanos.

¹²⁰ Imagens: WIKIMEDIA COMMONS. Foto da Princesa Isabel. *In: Category: Isabel, Princess Imperial of Brazil*. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category: Isabel_Princess_Imperial_of_Brazil?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Isabel_Princess_Imperial_of_Brazil?uselang=pt-br)>. Acesso em: 06 out.2022.

¹²¹ Imagem: BAURU TV. Foto de Rui Barbosa. *In: Rui Barbosa – Jurista, Escritor e Político Brasileiro*. Disponível em: <<https://baurutv.com/2016/11/09/rui-barbosa-jurista-escritor-e-politico-brasileiro-2/>>. Acesso em: 06 out.2022.

¹²² Luiz Soares Palmeira, o Padre Palmeira, pertencia a uma tradicional família de Alagoas. Em 1932, ordenou-se padre na cidade de Caetitê/BA. Ele foi o fundador, em 1940, do primeiro colégio ginásial da cidade - o Ginásio de Conquista. Além de reconhecido pelo papel destacado na educação conquistense, envolveu-se com a política e elegeu-se vereador pela União Democrática Nacional. EM 1963, tornou-se Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia. No período de 1959 a 1963 foi deputado estadual. Faleceu em 1988.

Em depoimentos coletados para a pesquisa, os entrevistados afirmaram que, cotidianamente, Rogaciana vestia-se de modo diferente das demais pessoas que residiam no centro histórico da cidade. Segundo a entrevistada Joana:

[...] eu me lembro muito das roupas, eu achava bonita, as roupas, aquelas roupas bem ... estampadas, com aquela blusa branca, com aquele [...] parecendo um xale assim de lado, amarrado. E eu achava muito bonito. E um chinelinho que eu achava lindo! O chinelinho. Era, assim, era um [...]Tipo esse mule, hoje. É o chinelinho era assim que ela usava; preto com fundo, na frente fechado e atrás aberto [...]. (Entrevistada Joana, 2022).

Para o entrevistado Clementino, as roupas de Rogó também chamavam a atenção: “Era ... era ... cê num vê aquelas baiana de Salvador? Era daquele jeito a roupa dela. Era ...[...] Branca! E ... com aquele “lenção” marrado na cabeça. Ela era uma “véa” charmosa!” (Entrevistado Clementino, 2022).

O depoimento da entrevistada Aurora apresenta algumas informações sobre Maria Rogaciana a quem conheceu quando criança, uma vez que a casa da professora Cota, em que essa morava, ficava na mesma rua da casa do seu avô, o Coronel Zeferino Correia.

Conheci Rogaciana muito. Ela morava com a professora Maria Leal que tinha o apelido de Cota, professora Cota. E era vizinha do meu avô Zeferino, na rua Zeferino Correia. A casa era vizinha [...] Era uma mulata entendeu? Mas não era feia, era uma mulata até bonita [...]. (Entrevistada Aurora, 2022).

A entrevistada Aurora classifica Rogaciana como mulata, fazendo questão de complementar que não era “feia”. A forma como se expressa faz parecer que existiria uma associação entre “mulata” e “feiúra”. Maria Rogaciana, no entanto, apesar de ser mulata, seria em suas palavras “até bonita”, ou seja, uma exceção. Não deixa de ser surpreendente, perceber-se, por meio da análise dos discursos, o quanto nosso olhar ainda é marcado pelos padrões estéticos hegemônicos, originários do período colonial e, portanto, com raiz no eurocentrismo e que expressam visões racializadas que ainda circulam no Brasil.

A depoente também revela como as roupas de Rogaciana fugiam do padrão de moda considerado “normal” para os anos 1940, 1950. “[...] É ela era uma estatura média, não era alta não; vestia uns vestidos cumpridos, entendeu? Andava assim, andava de bata!” (Entrevista Aurora, 2022). E Aurora, pertencente à tradicional família da cidade, prossegue lembrando as roupas usadas por Rogaciana, demarcando as diferenças que percebia: “Eram diferentes, diferentes das nossas roupas né? O tipo de roupa de ... as saias

rodadas e com as batas, entendeu? Do tempo da escravidão, aquelas roupas do tempo dos escravos” (Entrevistada Aurora, 2022). Aqui, fica claro uma espécie de fronteira social entre “as nossas roupas”, certamente, as usadas pelas moças de famílias ricas e que comandavam a cidade e que, possivelmente seguiam um estilo mais europeu e /ou americanizado de moda e as roupas usadas pelas mulheres descendentes de escravizados.

Nas entrevistas ficou bem nítida a percepção da diferença por parte dos depoentes. As roupas chamavam atenção por serem diferentes da moda dominante que seguia padrões europeus e depois, americanos. A roupa de Rogaciana pode ser vista, de acordo com os discursos, como uma espécie de bandeira que simbolicamente a diferenciava das demais mulheres com as quais convivia, oriundas em grande parte das famílias tradicionais. Demarcava uma fronteira, uma diferença que, ao que parece, ela fazia questão de ressaltar. O que isso pode indicar? Que apesar de aparentemente de ter acesso ao universo social e cultural dos grupos mestiços e embranquecidos que dominavam a cidade, Rogaciana identificava-se como negra? Em certa medida, pode-se afirmar que seu corpo era um símbolo de afirmação da negritude? A roupa que cobria esse corpo negro pode realmente ser vista como um desejo de distinção?

Perguntas complexas e impossíveis de serem respondidas. Mas o que surpreende é a perspectiva de se pensar que Rogaciana, apesar de se identificar e esforçar por fazer parte de uma “comunidade imaginada”, rica, poderosa, embranquecida, não adere totalmente aos padrões e valores que identificam essa comunidade como a forma de se vestir inspirada naquilo que se considerava civilizado e evoluído. A roupa que usava inspirava-se, pelo que dizem as fontes, na indumentária de origem africana.

Interessante refletir sobre o discurso da entrevistada Aurora quando ela diz que as “roupas dela eram diferentes das nossas.” Aqui é muito perceptível a ideia de que Rogaciana apesar de ser bem quista por muitos, prestigiada na festa, admirada pela iniciativa, não era vista por todos como uma igual. Uma mulher negra, pobre, migrante, trabalhadora doméstica, podia frequentar a alta sociedade conquistense, se continuasse a preencher os pré-requisitos: civismo, honestidade, gratidão, sociabilidade, mas constantemente era vista como alguém diferenciado, mesmo que incorporada à comunidade tradicional.

Outro aspecto relevante foi apontado pela entrevistada Joana e pode, talvez, expressar o desejo de alteridade, diferenciação, mesmo com a aparência de civismo e formalidade predominante nos cortejos do 13 de maio em Vitória da Conquista: Apesar da ausência de sambas e batuques, expressões características das africanidades,

Rogaciana dançava na rua, fato que causava surpresa aos moradores da cidade. Além de expressar-se corporalmente por meio da dança, Rogó, segundo a depoente ia além: não admitia que mais ninguém o fizesse.

Oh, quando eu ... era pequena, eu devia ter assim ... 8 anos, mais ou menos [...], eu era da Cruzada Eucarística, a Cruzada Eucarística era um grupo [...], de meninas que ia de 8 anos mais ou menos até mais ou menos uns 15, já ficando assim mocinha, aí saía da Cruzada, que era chamada, chamava Cruzada Eucarística. Era, era dirigida e comandada por D. Geraldina. D. Geraldina era uma senhora muito religiosa que morava ... do lado da catedral [...]; E aí, no dia 13 de maio, dia do, da abolição, era uma festa “Para Rogaciana e de Rogaciana”! Era pra ela e dela, sabe? Por que? Como era a festa? A festa era assim: Ela, antes da festa, ela ia nas casas das pessoas amigas dela e pedia donativos pra fazer a festa. Você ... donativos ... podia ser ovos, manteiga, leite, o que ... assim esses donativos e dinheiro também; por que ela fazia uma senhora festa. Mas nessa festa dela, só quem dançava era ela! (Entrevistada Joana, 2022)

E o relato prossegue:

Ela: [...] Ela se vestia toda bonita; por que ela era ... ela não era, num sei se ela era filha ou neta de escravos ... mas ela já nasceu, já livre. E ela, ela morava com uma senhora que era professora, D. Maria Leal, que tem até um escola, Maria Leal, que era chamada ... é ... a ... os alunos assim, com carinho, chamava ... Cota, D. Cota ou tia Cota. Ela foi professora de minha mãe, Maria Leal. E aí ... ela fazia essa festa e a, a Cruzada ia; a Cruzada ia assim, na frente, toda arrumada, a Cruzada, todo mundo de roupinha branca, de ... sapatinho branco, uma boininha branca, uma fita amarela, a Cruzada. E a, a banda de música, a banda de música, a orquestra, a banda, era uma banda de música, mas música de saxofone, é, é, muito bonita, organizada, era a banda, num era da polícia militar não. Era a banda de ... Manuel Cruz, que era um senhor que tinha banda, que morava perto do cemitério. (Entrevistada Joana, 2022).

No relato da entrevistada Joana a seguir, os detalhes da banda, dos estandartes que para a entrevistada mais pareciam andores de santo, afirmando as características das comemorações que em vários aspectos remetia às procissões de cunho religioso, o que é compreensível diante da educação religiosa recebida por Rogó ao longo da convivência como trabalhadora doméstica na casa do Padre e depois na casa da filha Maria Leal. Mas o que mais chama a atenção na entrevista é a afirmação de que ela dançava.

Era tipo uma filarmônica. Era uma banda de filarmônica. Então eles iam tocando e ela ... tinha como se fosse mesmo dois andores [...], 4 pessoas

levava o retrato de Rui Barbosa e da Princesa Isabel; todos enfeitados, todos enfeitados. Aí botava lírio, ficava aquele perfume, todo mundo queria ficar ... perto daqueles, daqueles dois tipos “santos” entre aspas. (risos) E assim, ela ia dançando, ela ia dançando: taram tam tam tam tam, taram, tam, tam, tam, tam, ela ia dançando. (Entrevistada Joana, 2022).

E a entrevistada continua:

É. Ela dançava. Ia tocando e ela ia dançando [...]. Ela ia dançando, lembro como hoje; descia ali aquela praça ... da igreja, do lado de cá; tinha a prefeitura, que a prefeitura hoje era, era ali naquele lado, ela vinha bem dançando. Bem alegre. Ela era alegre! Saía esse cortejo, saía do salão paroquial. Aquele salão que hoje é ..., é ... D. Vital. Saía dali. (Entrevistada Joana, 2022).

Como protagonista das festas, Rogaciana, não abria mão da centralidade que, ao que parece, acreditava ter direito nos eventos. O corpo à frente das passeatas, o direito de expressar-se por meio da dança deveria ser dela. O castigo pela infração de um código de conduta dos cortejos – dançar ao som da banda filarmônica – era explicitado, seja pelo olhar de reprovação; pelo apelo para que D. Geraldina controlasse as crianças rebeldes que ousavam dançar ou através de uma punição física – um “beliscão”. Afinal, como afirma a entrevistada Joana (2022): “A festa era para Rogaciana e de Rogaciana”. E a entrevistada e complementa: “Ela era a rainha da festa”.

[...]Agora, se ela visse uma pessoa dançar, se fosse branca, ela passava o rabo de olho ... pra pessoa entender que ela não queria que dançasse; mas se fosse uma pessoa preta, ela dava um beliscão.
 [...] eu tinha uma amiga do, da Cruzada; quando a gente não ia na, de Cruzada, que ia de vestido comum, ela conhecia todo mundo; por que na Cruzada, ela falava com D. Geraldina que tava, [...] dançando e que num era pra dançar; mas de outra roupa, ela conhecia a gente, por que, era ali ... só na praça, né? Conhecia todo mundo ... aí, ela fazia assim.
 [...] E ... era bem interessante. Eu ficava assim, achando engraçado; eu me lembro de, dessa menina Ruth. Gostava! Enquanto ela andava na, pra frente, lá ia Ruth. Ela ia sambando e Ruth tam, tam (a depoente Joana indica que Ruth aproveitava pra dançar). Ela virava pra trás e ... (Joana faz um som, como se fosse um beliscão) aí; foi não; foi não! [...]. (Entrevistada Joana, 2022).

E Rogaciana, de acordo com a entrevistada Joana dizia: “Foi você! cê não sabe que só eu que sambo?”. Talvez, acredita-se que não seria exagerado afirmar que a corporeidade de Rogaciana, em alguns aspectos, expressava, simbolicamente, uma linguagem diferente daquela que ela externava verbalmente e fisicamente no cotidiano, ao identificar-se com a comunidade rica e considerada não negra que residia no centro da

cidade. Primeiramente, como foi exposto, pelo tipo de vestimenta que utilizava; e por fim com a atitude de dançar e defender para si o direito exclusivo de tal ato. Como afirma a entrevistada Joana a mensagem simbólica que a corporeidade dela parecia passar era: Eu organizo a festa, só eu posso dançar, a festa é minha! Isso além de indicar que ela via-se como única participante com direito à dança, também pode ser visto como uma afirmação de diferença, apesar do esforço por se adequar aos códigos e padrões vistos como civilizados e para fazer parte da comunidade que possuía o poder econômico e político na cidade. [...]

Certamente, nenhuma trajetória histórica pode ser vista como um projeto coerente e planejado, o tempo todo, muito menos a de Maria Rogaciana, mulher carregada de ambivalências, contradições, negociações, conflitos: Ao mesmo tempo que comemorava a Abolição, não queria caracterizá-la como uma festa negra; mesmo quando buscava consolidar um lugar junto à uma comunidade não identificada com a africanidade, usava uma roupa que remetia às suas origens africanas; ao passo que queria integrar-se à comunidade que supostamente imaginava ser a mais adequada, não abria mão de externar sua individualidade e diferença, por meio da dança. Da mesma forma que na vida toda, mesmo não tendo sido escravizada, era associada a esse lugar social. Em meio à luta pela sobrevivência, reconhecimento social, teria adotado como estratégia, a negociação de sua identidade em alguns momentos e em outros, talvez não seja exagerado afirmar, expressava a tentativa de afirmá-la. A vida, assim, foi costurada por meio de intercâmbios, de negociações, de acordo com a situação, os desafios, as brechas que percebia na sociedade, os limites e as possibilidades existentes no contexto em que se inseria.

6º Passo: Solicitar aos alunos e alunas que respondam as questões abaixo e depois promover a discussão.

- a) Vimos no texto da autora Joyce Maria Rodrigues que: “Na construção de sua identidade, a mulher negra, seja sua pele de tonalidade escura ou clara, constrói sua corporeidade e incorpora um movimento tenso de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo. Essa aceitação vai depender da sua trajetória de vida, da inserção social, das possibilidades de convivência em espaços onde a cultura negra e as raízes africanas não sejam vistas de maneira negativa. [...]”

É possível relacionar essa afirmação de Joyce Rodrigues com o texto sobre a corporeidade de Maria Rogaciana? Explique.

- b) No contexto histórico em que vivia, mulheres negras como Rogaciana, enfrentavam maiores desafios para posicionar seus corpos em lugares sociais de destaque na sociedade e expor símbolos, como por exemplo, as roupas e a preservação de aspectos culturais relacionados à ancestralidade africana? Justifique com exemplos.

- c) E, hoje? Analise como os corpos femininos negros, têm construído estratégias de luta e resistência para sair da invisibilidade e serem valorizados na sociedade brasileira.

7º Passo: Para concluir os estudantes deverão produzir um texto com o tema: Corpos negros femininos – territórios de luta e resistência

Poema: Ainda assim eu me levanto

Maya Angelou

“Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar
Pode me jogar contra o chão da terra
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar

[...]

Como a lua e como o sol no céu
Com a certeza da onda do mar
Com a esperança emergindo na desgraça
Assim eu vou me levantar

[...]

Pode me atirar palavras afiadas
Dilacerar-me com seu olhar
Você pode me matar em nome do ódio
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar

[...]

Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom dos antepassados
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado

E assim, eu me levanto

Eu me levanto

Eu me levanto”

Fonte: Portal Geledés – 22/10/2018

<https://www.geledes.org.br>

Acesso: 02/09/2022

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, sem identificação de páginas. Adapt. palestra Chimamanda Ngozi Adichie. TED Talk: 2009. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf>. Acesso em 29 Mai. 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. **História das mulheres negras e pensamento feminista negro: Algumas reflexões**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Florianópolis, 25 à 28 de ago. 2008. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf>. Acesso em: 2 mai.2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A abolição aboliu o quê?** *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de Maio 1988. Caderno Folhetim, p. 8-9. Acesso em: 20 nov.2020

CRESPO, Fernanda Nascimento. Laudelina de campo mello: histórias de vida e demandas do presente no ensino de história. **Revista Cantareira**, n.24. p.162 – 177, UFF: 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27856>> Acesso em: 05 Abr.2021.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular. Coedição Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Luís. **100 Anos de jornalismo em Conquista**. *Rev. Histórica Taberna da História*. Vitória da Conquista: Graficalog. 2011.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

ITUASSU, Artur. Hall, comunicação e a política do real. In: **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 9-15.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no Sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2 ed, Col. Nordeste, vol. 98, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução de Jess Oliveira.

MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História**. Patrimônio e história local. Lisboa: Editora, 1994. Adaptado por SCHMIDT;

CAINELLI. **Ensinar História**, 2 ed., São Paulo: Scipione, 2009. Coleção Pensamento e Ação na sala de aula, p.146-147.

MATA, Iacy. **Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)**. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002. Disponível em: < https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/7_os_treze_de_maio_-_ex-senhores_policia_e_libertos_na_bahia_pos-abolicao._1888-1889.pdf > Acesso em: 10 dez.2020.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Construindo o “negro”: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista - BA (1870/1930)**. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/4003/1/Washington%20Santos%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 5 jan.2021.

NOVAES, Míriam de Jesus; QUEIROZ, Greiziane Araújo. O Circuito inferior da economia urbana: A produção de biscoitos em Vitória da Conquista – Bahia. **In:** XII Colóquio Nacional e V Colóquio internacional do Museu Pedagógico. 26 à 29 de set. 2017. Disponível em: < <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/7058/6862> > Acesso em: 20 nov.2020.

NOVAES, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)**. 188f. Dissertação (Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11265/1/Dissertacao%20Idelma%20Novaisseg.pdf>>. Acesso em: 10dez.2021.

PASSOS, Flávio José dos. **Beco de vó Dola: Territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista**. 295f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais com concentração em Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3423/1/Flavio%20Jose%20dos%20Passos.pdf>> Acesso em: 8 nov.2021.

RODRIGUES, Joyce Maria Rodrigues. **A relação do corpo para a construção da identidade negra**. *In:* Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos; religiosidade, identidade e artes visuais. Org. Renata Felinto. Belo Horizonte - MG, p.61 – 66.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Slow food: uma filosofia de vida. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 5 jan.2010. *In:* GUIMARÃES, Marcella Lopes Capítulos de História: o trabalho. Curitiba: Aymarã Educação, 2012, p. 38-39.

SASSI JÚNIOR, Erlei; SASSI, Fernanda Martins. **Meu Futuro – Projeto de vida**. Ensino Médio, vol único, São Paulo: Ed. FTD, 2020, p. 108 a 113.

SENRA, Rosaly; SENRA, Imene. **Quitandas de Minas – receitas de família e histórias**, vol. 1 (sel.e org) 2º ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2021.

SUASSUNA, Ana Rita Dantas. **Gastronomia sertaneja: receitas que contam histórias**. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista – crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas, 1992.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista, v. 2, 1982.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista, v. 1, 1982.

DEMAIS REFERÊNCIAS

Fonte cartorial

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA. **Certidão de Inteiro Teor de Maria Rogaciana da Silva**. Cartório de Registro civil de pessoas naturais do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista do estado da Bahia, em 21 de novembro de 2021.

Fonte administrativa

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. **Capítulo X – Da moralidade e do sossego público**. Arquivo Público Municipal: Código de posturas municipais, artigo 98, página 20, de 1954.

Fontes orais

Clementino – Entrevista realizada em 25 de Abril de 2022

Joana – Entrevista realizada em 17 de Abril de 2022

Aurora – Entrevista realizada em 19 de Abril de 2022

Francisco – Entrevista realizada em 20 de Abril de 2022

Fontes Jornalísticas

JORNAL AVANTE. **13 DE MAIO**. 27 mai. 1933, p. 4 .

JORNAL A CONQUISTA. **Policimento**. 08 Jul. 1911, n. 9, p.1-2. (Arquivo Pessoal de Rui Medeiros).

JORNAL A NOTÍCIA. **O 13 de Maio nesta cidade**. 20 mai.1929. n.18, p. 1; 4. (Arquivo Pessoal de Rui Medeiros).

JORNAL O COMBATE . **Rogaciana**. 25 Nov.1956, n. 81, p. 5. (Arquivo Pessoal de Rui Medeiros).

JORNAL O COMBATE . **13 de Maio**. 16 mai.1937, nº 34. p. 1. Arquivo Municipal.

JORNAL O CONQUISTENSE. **Rogaciana escrito por Ciro Teles**. 18 Maio 1957, n. 72, p. 3. (Arquivo Pessoal de Rui Medeiros).

SILVEIRA, Íris da. **Poema póstumo em homenagem à Rogaciana**. *Jornal O Conquistense*. 24 Nov. 1956, n.48, p.6.

Fontes Literárias, artísticas e multimídias (poemas, letras de música, artes visuais, vídeos e reportagens televisivas):

ANGELOU, Maya. **Ainda Assim eu me levanto da poetisa americana** (Poema). Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>> Acesso em: 02 set. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Vozes - Mulheres In: Poemas de recordação e outros movimentos**, 3.ed., p. 24-25. UFMG: Literafro, 2021. Disponível em: < <https://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres> Acesso: 10 agosto.2022

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 4 °ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

PORTUGAL, Jorge; MATUMBI, Lazzo. **14 de Maio** (música). Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=D2eruBvSWhs&ab_channel=ThiagoGarcia. Acesso em 29 mai.2022.

ROSE, Jacob Sam-la. **Por que escrevo?** (poema) Poetry, Sable: the Literature Magazine for Writers, Winter 2002, p.60 CITADO POR GRADA KILOMBA, 2020, p.27

ROSSETTI, Carol. *Cartazes*. Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/>> Acesso em: 10 mai. 2022.

SENRA, Rosaly; SENRA, Imene (Seleção e organização). **Quitandas de Minas – receitas de família e histórias**, volume 1, 2ª ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2021.

SOARES, Elza. (interp.) **A mulher do fim do mundo interpretada** (música). Disponível em: < <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=a+mulher+e+o+fim+do+mundo>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SUASSUNA, Ana Rita Dantas. **Gastronomia sertaneja**: receitas que contam histórias, São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010

TV BAHIA. **Trabalho doméstico exercido por mulher negra em condições análogas à escravidão na Bahia**. Report. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/28/resgatada-apos-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba-se-assusta-apos-tocar-em-mao-de-reporter-receio-de-pegar-na-sua-mao-branca.ghtml_> Acesso em: 05 mai.2022.

APÊNDICES

ROTEIRO: ENTREVISTAS

- 1- Qual o seu nome completo?
- 2- Conte um pouco sobre sua história, profissão...3- Como era Vitória da Conquista antigamente?
- 4- O senhor, a senhora, conheceu ou ouviu falar em Maria Rogaciana? 5- O que sabe sobre ela? Origem, família, trabalho, moradia, religião...?6- Poderia descrevê-la? Tipo físico, roupas, personalidade?
- 7- As pessoas gostavam de Rogaciana? O que achavam dela?
- 8- Fora do dia 13 de maio, ela era uma pessoa de prestígio na sociedade? Convidada para festas, eventos sociais?
- 9- Como era a Festa do 13 de Maio?
- 10- Era uma festa importante para a cidade?
- 11- Quem participava da festa?
- 12- Os negros iam para a festa? Conhece alguém que participou das comemorações?
- 13- Em Vitória da Conquista, os negros e as negras tiveram e tem um papel importante na história da cidade? Poderia citar exemplos?

Certidão de Inteiro Teor de Maria Rogaciana da Silva, expedida pelo Cartório de Registro civil de pessoas naturais do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista do estado da Bahia, em 21 de novembro de 2021 - Frente

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR			
<p>EU, FABIO GARCIA MANHAS, Oficial e Tabelião Designado do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista do Estado da Bahia, na forma da lei.</p>			
<p>A T E N D E N D O pedido de INTEIRO TEOR feito por pessoa interessada, cujo requerimento datado de 24 de novembro de 2021, fica arquivado nesta Serventia em pasta própria, certifico que a cópia que integra esta certidão foi extraída por processo reprográfico do livro do assento de MARIA ROGACIANA DA SILVA, registrado sob Matrícula 006726 01 55 1933 1 00007 012 0000032 49 lavrado nesta Serventia em 7 de fevereiro de 1933, no Livro A -7, folha 12, sob termo nº 32 conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º, da Lei Federal 6.015/73. O referido é verdade e dou fé. Vitória da Conquista, 30 de novembro de 2021. Eu, FABIO GARCIA MANHAS, Oficial, conferi, subscrevo e assino.</p>			
<p>NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE RCPN DE VITÓRIA DA CONQUISTA - 1º OFÍCIO</p>			
<p>OFICIAL(A): FABIO GARCIA MANHAS</p>	<table border="1"> <tr> <td> <p>Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 1248.AB632441-5 10MZ07PZLS Consulte: www.tjba.jus.br/autenticidade</p> </td> <td align="center">  </td> </tr> </table>	<p>Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 1248.AB632441-5 10MZ07PZLS Consulte: www.tjba.jus.br/autenticidade</p>	
<p>Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 1248.AB632441-5 10MZ07PZLS Consulte: www.tjba.jus.br/autenticidade</p>			
<p>MUNICÍPIO: VITÓRIA DA CONQUISTA-BA</p>			
<p>ENDEREÇO: RUA GÓES CALMON, 160, SALAS 104-106, CENTRO, CEP: 45000-400 Tel.: (77)3422-7556</p>			
<p>O conteúdo da certidão é verdadeiro VITÓRIA DA CONQUISTA, BA, 26 de novembro de 2021.</p>			
			
<p>Assinatura do Oficial(a)</p>			
<p>Vinicius Daniel Cavalcanti Dias Escrivente Autorizado 1º RCPN - Vitória da Conquista Tel: (77) 3422-7556</p>			
			
<p>ARPENBRASILIA AA 023484257 BRP ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS</p>			

Quadro 1 - resumo com as comunidades quilombolas de Vitória da Conquista fornecido por Marinaldo Carvalho dos Santos - Assessor do Conselho das Associações Quilombolas do Sudoeste Baiano, em 25 de abril de 2022.

Reg.	Uf	Munic.	Comunidade	Nº famílias	Data abertura	Etapa Processual FCP	Port. nº	Nº Processo INCRA
NE	BA	Vit. da Conquista	Velame	40				
NE	BA	Vit. da Conquista	Boqueirão	160	06/05/2005	Certificada	26/2005	54160.000617/2012-03
NE	BA	Vit. da Conquista	Corta Lote	100	09/06/2006	Certificada	15/2006	54160.002588/2014-36
NE	BA	Vit. da Conquista	Baixa Seca e Lagoa de Melquíades	260	09/06/2006	Certificada	15/2006	54160.003584/2010-41
NE	BA	Vit. da Conquista	Quatís de Fernandes	35	09/06/2006	Certificada	15/2006	54160.002586/2014-47
NE	BA	Vit. da Conquista	Lagoa dos Patos	40	12/06/2006	Certificada	15/2006	54160.002587/2014-91
NE	BA	Vit. da Conquista	São Joaquim de Paulo	180	12/06/2006	Certificada	15/2006	54160.005793/2008-13
NE	BA	Vit. da Conquista	Furadinho	120	12/06/2006	Certificada	15/2006	54160.001892/2014-66
NE	BA	Vit. da Conquista	Alto da Cabeceira	60	12/06/2006	Certificada	15/2006	54160.002816/2013-97
NE	BA	Vit. da Conquista	Lagoa Maria Clemência (Poço Aninha, Caldeirão, Oiteiro, Manoel Antonio, Riacho De Teófilo, Baixão, Tabua, Muririba e	500	10/07/2006	Certificada	29/2006	54160.003871/2010-51

			Lagoa De Maria Clemência)					
NE	BA	Vit. da Conquista	Batalha e Lagoa do Arroz e Ribeirão do Panelheiro	80	10/07/2006	Certificada	15/2006	54160.003214/2008-90
NE	BA	Vit. da Conquista	Lagoa de Vitorino	30	09/10/2006	Certificada	29/2006	54160.002585/2014-01
NE	BA	Vit. da Conquista	Cachoeira do Rio Pardo	40	09/10/2006	Certificada	29/2006	54160.003004/2010-16
NE	BA	Vit. da Conquista	Sinzoca	40	25/01/2007	Certificada	23/2007	54160.001887/2014-53
NE	BA	Vit. da Conquista	Laranjeiras	80	10/05/2011	Certificada	91/2011	54160.001342/2013-66
NE	BA	Vit. da Conquista	Barreiro do Rio Pardo	35	30/11/2011	Certificada	229/2012	54160.001343/2013-19
NE	BA	Vit. da Conquista	São Joaquim do Sertão	90	18/07/2013	Certificada	176/2013	
NE	BA	Vit. da Conquista	Barrocas	120	15/09/2013	Certificada	61/2014	
NE	BA	Vit. da Conquista	Cachoeira das Araras	100	26/07/2013	Certificada	61/2014	
NE	BA	Vit. da Conquista	Lamarão	80	01/07/2013	Certificada	61/2014	
